

**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

**Luana de Oliveira Alves**

**Integração do Capital Social ao Ciclo de Vida das  
Iniciativas de TBC: proposição de um modelo**

**Recife, 2023**

Luana de Oliveira Alves

## **Integração do Capital Social ao Ciclo de Vida das Iniciativas de TBC: proposição de um modelo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Administração. Área de concentração: Administração.

Orientadora: Dra. Carla Regina Pasa Gómez

Recife, 2023

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A474i | <p>Alves, Luana de Oliveira</p> <p>Integração do capital social ao ciclo de vida das iniciativas de TBC: proposição de um modelo / Luana de Oliveira Alves. – 2023.</p> <p>234 folhas: il. 30 cm.</p> <p>Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Regina Pasa Gómez.</p> <p>Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023.</p> <p>Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Turismo de base comunitária. 2. Ciclo de vida (Avaliação). 3. Capital social. I. Pasa Gómez, Carla Regina (Orientadora). II. Título.</p> <p>658 CDD (22. ed.)</p> <p>UFPE (CSA 2023 – 087)</p> |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

LUANA DE OLIVEIRA ALVES

**Integração do Capital Social ao Ciclo de Vida das Iniciativas de TBC:  
proposição de um modelo**

Tese submetida ao corpo docente do Programa  
de Pós-Graduação em Administração da  
Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovada em: 28/02/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Regina Pasa Gómez (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE

---

Prof. Dra. Carolina Beltrão de Medeiros (Examinadora Externo)  
Fundação Joaquim Nabuco – FJN

---

Prof. Dr. Magnus Luis Emmendoerfer, (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Viçosa – UFV

---

Prof. Dr. Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo (Examinador Externo)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

---

Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Junior (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Dedico esta tese a Deus e à minha amada família. Deus, fonte de sabedoria e inspiração. É por sua graça que encontrei forças para superar desafios. Aos meus pais que sempre incentivaram os estudos dos filhos e não mediram esforços para nos apoiar.

## AGRADECIMENTOS

O momento mais aguardado desta jornada é, certamente, a redação destes agradecimentos, pois saberia de que isso marca o fim de um ciclo e o início de outro. Escrevo com a intenção de deixar registrado nesta tese que não cheguei até aqui sozinha, pois muitas pessoas contribuíram para esse processo e serei sempre grata por isso. Neste momento, reconheço o papel desempenhado por cada indivíduo ao longo desses cinco anos (ou sete anos, se considerarmos o período do mestrado). No entanto, peço desculpas antecipadamente caso eu acabe esquecendo de alguém.

Deus, sempre Ele! A ti meu Senhor te rendo graças e louvores a todo momento, sem ti nada seria. Ele cumpriu em mim Sua vontade, conforme prometido.

Aos meus pais, Vanusa e Antônio, que sempre apoiaram minhas escolhas, fornecendo tudo o que puderam, mas principalmente amor e compreensão para enfrentar este momento. Aos meus irmãos Jackeline e Luis Fillipi, que são a própria expressão do amor e das desavenças (risos). João Miguel, meu sobrinho tão querido, que com sua alegria e perguntas "Tia, você está trabalhando no computador?", tornou a jornada mais leve. A toda minha família, em especial aqueles que residem em Piripiri, e à minha madrinha, mesmo não estando presente fisicamente, sempre torceram por mim e me apoiaram de várias maneiras ao longo desta jornada. A meu avô materno Francisco Gomes (in memoriam), que certamente estaria orgulhoso de mim.

Como minhas sujeitas costumavam dizer (brincadeira interna): o que seria de mim sem a vida? Dieison representou todo o amor que minha família teria me dado se estivesse presente em Recife. Ele vibrou com minhas conquistas e, o mais importante, esteve ao meu lado nos momentos de incerteza. Ele enfrentou comigo uma coleta de dados exaustiva, mas nunca me abandonou. Agradeço por seu amor e, acima de tudo, por sua compreensão.

A minha base em Recife, a Consoali, sempre me apoiou nesse processo desde a minha chegada. Aos amigos de Teresina, por me incentivarem a buscar o meu melhor. Em especial, Indira, com quem compartilhei angústias, lamentações, mas também vitórias. Professor Helano, que se tornou um amigo e um grande incentivador desde os tempos da graduação na UESPI, instituição à qual devo tanto pela minha formação e da qual me orgulho. Dentre tantos outros amigos, como Jaciara, Kerolayne e Daniele que me apoiaram desde o início desta jornada e sempre torceram e vibraram com minhas conquistas.

Agradeço aos amigos que fiz na Turma 15 do doutorado por tornarem os dias longe de casa mais suportáveis, e, acima de tudo, por terem acreditado em mim. Gostaria de expressar minha gratidão especialmente às colegas Géssika, Raquel e Kelly, que compartilharam longas horas de conversas (fofocas também, risos), tornando os dias mais leves. Também agradeço aos outros colegas que já estavam nessa jornada desde o mestrado, como Newton, que generosamente me ofereceu conselhos e orientação, além de Daniela, Bianca, Lua, entre outros.

Agradeço aos professores do Propad pelos ensinamentos e conselhos ao longo desta jornada. Em especial, gostaria de expressar minha gratidão à Professora Carla, minha orientadora neste processo, pela compreensão, pelos conselhos e por me ensinar a abordar os problemas do mundo por meio de uma perspectiva sustentável.

Agradeço aos professores da banca, em particular ao Professor Fernando Paiva, desde o Seminário de Tese, pelo olhar atento na construção do meu ensaio teórico, juntamente com a Professora Luciana, pelos valiosos conselhos para aprimorar o trabalho. Agradeço também aos professores Magnus e Paulo Thiago pelas contribuições desde a qualificação, que me fizeram refletir sobre o trabalho. E a professora Carolina pelas contribuições nessa reta final.

Agradeço aos participantes da pesquisa, especialmente aos entrevistados, como Lucilene, da Acolhida na Colônia, que me recebeu em Santa Rosa de Lima e ajudou a montar um cronograma de entrevistas. Peço desculpas se esqueci de mencionar alguém e AGRADEÇO novamente pelo apoio e compreensão durante este período.

## RESUMO

Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma estratégia das comunidades envolvidas de serem protagonistas de seus próprios modos de vida. Isso se materializa por meio da autogestão, em que o foco é direcionar benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais para as comunidades. Assim como outros produtos, o TBC segue um ciclo de vida influenciado por alguns fatores, incluindo as relações entre os atores envolvidos, constituindo o capital social. Ao analisar o ciclo de vida das iniciativas de TBC, o desafio é ir além da racionalidade econômica predominante do turismo de massa, ou seja, os benefícios não se limitam aos aspectos econômicos, pois o TBC contribui para preservar modos de vida tradicionais e identidades culturais. Esta tese propõe um modelo que agregue o capital social ao ciclo de vida das iniciativas de TBC. Assim, por meio da teoria adaptativa, que combina procedimentos dedutivos e indutivos, foram desenhadas três etapas de pesquisa: i) construção teórica; ii) entrevistas com especialistas; e, iii) estudo de caso Acolhida na Colônia. A cada etapa, os elementos determinantes foram agrupados em categorias e revisados com o apoio da literatura resultando em ajustes importantes para iniciar uma nova etapa. Os resultados evidenciam que as fases do ciclo de vida são: i) exploração; ii) envolvimento/desenvolvimento; iii) consolidação; iv) estagnação; e, v) rejuvenescimento ou declínio, sendo as duas últimas sujeitas a flutuações, o que ratifica a inexistência de uma trajetória linear. Os determinantes para o ciclo de vida dessas iniciativas são: i) acesso ao mercado, ii) conflitos, iii) formações, iv) governança, v) infraestrutura, vi) organização comunitária, vii) capital social de ligação, viii) capital social de ponte e ix) capital social de conexão. Verificou-se ainda que os tipos de capital social atuam como um catalisador das demais categorias, promovendo efeitos positivos e/ou negativos. Além disso, esta pesquisa considera que mecanismos da governança e organização comunitária possam atenuar o efeito negativo do capital social e, ao mesmo tempo, possam fortalecer os efeitos positivos. Assim, o modelo proposto fornece uma estrutura analítica que simplifica a tomada de decisões relativas à alocação de recursos, estratégias de *marketing* e permite o desenvolvimento de estratégias direcionadas para maximizar benefícios e enfrentar desafios iminentes.

**Palavras-chave:** Turismo de base comunitária. Ciclo de vida. Capital social.

## ABSTRACT

Community-based tourism (CBT) is a strategy model for engaged communities to take control of their own ways of life. This is achieved through self-management, with a focus directing economic, social, environmental, and culture benefits towards the communities. Like other products, CBT follows a life cycle influenced by several factors, including relationships among involved actors, constituting social capital. When analyzing the life cycle of CBT initiatives, the challenge is to go beyond the prevailing economic rationality of mass tourism, meaning that benefits are not limited to economic aspects alone, as CBT contributes to preserving traditional ways of life and cultural identities. This thesis proposes a model that integrates social capital into the life cycle of CBT initiatives. Thus, through adaptive theory, which combines deductive and inductive procedures, three research stages were designed: i) theoretical construction; ii) interviews with experts; and iii) case study – Acolhida na Colonia. At each stage, determining elements were grouped into categories and reviewed with the support of the literature, resulting in significant adjustments to initiate a new stage. The results reveal that the phases of the life cycle are: i) exploration; ii) involvement/development; iii) consolidation; iv) stagnation; and, v) rejuvenation or decline, with the last two subject to fluctuations, thus confirming the absence of a linear trajectory. Determinants for the life cycle of these initiatives included: i) market access, ii) conflicts, iii) training, iv) governance, v) infrastructure, vi) community organization, vii) bonding social capital, viii) bridging social capital, and ix) linking social capital. Furthermore, it was observed that types of social capital act as a catalyst for the other categories, promoting positive and/or negative effects. Moreover, this research considers that governance and community organization mechanisms may attenuate the negative effect of social capital while simultaneously strengthening positive effects. Thus, the proposed model provides an analytical framework that streamlines decision-making regarding resource allocation, marketing strategies, and facilitates the development of targeted approaches to maximize benefits and address imminent challenges.

**Keywords:** Community-based tourism. Life cycle. Social capital.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Definições de TBC e turismo comunitário.....                        | 24  |
| Quadro 2 - Impactos positivos e negativos dos tipos de capital social .....    | 46  |
| Quadro 3 - Caracterização do perfil dos entrevistados da 2º etapa .....        | 56  |
| Quadro 4 - Caracterização dos entrevistados do caso Acolhida na Colônia .....  | 59  |
| Quadro 5 - Codificação dos documentos.....                                     | 60  |
| Quadro 6 - Critérios de validade e confiabilidade da pesquisa .....            | 61  |
| Quadro 7 - Versão teórica da categoria Acesso ao mercado .....                 | 64  |
| Quadro 8- Versão teórica da categoria Benefícios à comunidade.....             | 66  |
| Quadro 9 - Versão teórica da categoria Capacitação da comunidade .....         | 68  |
| Quadro 10 - Versão teórica da categoria Governança.....                        | 72  |
| Quadro 11 - Versão teórica da categoria Infraestrutura turística.....          | 74  |
| Quadro 12 - Versão teórica da categoria Capital social de ligação .....        | 76  |
| Quadro 13 - Versão teórica da categoria Capital social de ponte.....           | 78  |
| Quadro 14 - Versão teórica da categoria Capital social de conexão .....        | 80  |
| Quadro 15 - Ajustes da categoria Acesso ao mercado .....                       | 96  |
| Quadro 16 - Ajustes da categoria Conflitos após 2ª etapa.....                  | 98  |
| Quadro 17 - Ajustes da categoria Formação após 2ª etapa.....                   | 101 |
| Quadro 18 - Ajustes da categoria Governança após 2ª etapa .....                | 107 |
| Quadro 19 - Ajustes da categoria Infraestrutura após 2ª etapa.....             | 111 |
| Quadro 20 - Ajustes da Categoria Organização comunitária após 2ª etapa .....   | 115 |
| Quadro 21 - Ajustes da categoria Capital social de ligação após 2ª etapa ..... | 119 |
| Quadro 22 - Ajustes da categoria Capital social de ponte após 2ª etapa .....   | 121 |
| Quadro 23 - Ajustes da categoria Capital social de conexão após 2ª etapa.....  | 124 |
| Quadro 24 - Distribuição geográfica da Acolhida no Brasil .....                | 126 |
| Quadro 25 - Ajustes da categoria Acesso ao mercado após 3ª etapa .....         | 144 |
| Quadro 26 - Ajustes da categoria Conflitos após 3ª etapa.....                  | 149 |
| Quadro 27 - Ajustes da categoria Formações após 3ª etapa.....                  | 152 |
| Quadro 28 - Ajustes da categoria Governança após 3ª etapa .....                | 160 |
| Quadro 29 - Ajustes da categoria Infraestrutura após 3ª etapa.....             | 166 |
| Quadro 30 - Ajustes da Categoria Organização comunitária após 3ª etapa .....   | 171 |
| Quadro 31 - Ajustes da categoria Capital social de ligação após 3ª etapa ..... | 176 |
| Quadro 32 - Ajustes da categoria Capital social de ponte após 3ª etapa .....   | 179 |
| Quadro 33 - Ajustes da categoria Capital social de conexão após 3ª etapa.....  | 183 |
| Quadro 34 – Quadro comparativo dos ajustes nas categorias .....                | 186 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Ciclo de evolução de áreas turísticas .....                              | 29  |
| Figura 2 - Principais contribuições dos autores ao TALC .....                       | 31  |
| Figura 3 - Ciclos adaptativos .....                                                 | 53  |
| Figura 4 - Exemplo de codificação .....                                             | 57  |
| Figura 5 - Proposição do modelo teórico .....                                       | 82  |
| Figura 6 - Fases do ciclo de vida do TBC .....                                      | 93  |
| Figura 7 - Cidades membros da Acolhida na Colônia.....                              | 127 |
| Figura 8 - Distribuição espacial das experiências no Estado de Santa Catarina ..... | 128 |
| Figura 9 - Panfleto de uma pousada .....                                            | 141 |
| Figura 10 - Panfleto sobre Acolhida.....                                            | 141 |
| Figura 11 - Divulgação de eventos em parceria com a prefeitura .....                | 143 |
| Figura 12 - Assembléia da regional Encostas da Serra Geral.....                     | 154 |
| Figura 13 - Postagem no Instagram do programa ‘Orgânicos Solidários’ .....          | 155 |
| Figura 14 - Sinalização das pousadas nas estradas.....                              | 161 |
| Figura 15 - Placas de sinalização envelhecidas .....                                | 162 |
| Figura 16 - Atributos turísticos da Acolhida na Colônia.....                        | 165 |
| Figura 17 - Proposição do modelo teórico - Versão final.....                        | 193 |

## SUMÁRIO

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                     | <b>12</b> |
| <b>1.1 Objetivos da Pesquisa .....</b>                                        | <b>17</b> |
| 1.1.1 Objetivo geral .....                                                    | 17        |
| 1.1.2 Objetivos específicos .....                                             | 17        |
| <b>1.2 Justificativa e relevância da pesquisa .....</b>                       | <b>17</b> |
| <b>2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O CICLO DE VIDA .....</b>                  | <b>22</b> |
| <b>2.1 Emergência, conceito e características do TBC .....</b>                | <b>22</b> |
| <b>2.2 Ciclo de vida de iniciativas de TBC .....</b>                          | <b>28</b> |
| <b>2.3 Fatores determinantes do ciclo de vida de iniciativas de TBC .....</b> | <b>32</b> |
| <b>3 CAPITAL SOCIAL .....</b>                                                 | <b>37</b> |
| <b>3.1 Conceitos do capital social .....</b>                                  | <b>37</b> |
| <b>3.2 Formas e dimensões do capital social .....</b>                         | <b>39</b> |
| <b>3.3 O lado negativo do capital social .....</b>                            | <b>42</b> |
| <b>3.4 Tipos de capital social .....</b>                                      | <b>43</b> |
| <b>4 CAMINHOS METODOLÓGICOS .....</b>                                         | <b>47</b> |
| <b>4.1 Perspectiva ontológica e epistemológica .....</b>                      | <b>47</b> |
| <b>4.2 A teoria adaptativa .....</b>                                          | <b>50</b> |
| <b>4.3 Delineamento da pesquisa .....</b>                                     | <b>52</b> |
| 4.3.1 Primeira etapa– Revisão de literatura.....                              | 53        |
| 4.3.2 Segunda etapa – Consulta a especialistas.....                           | 54        |
| 4.3.2.1 <i>Análise de dados da segunda etapa</i> .....                        | 55        |
| 4.3.3 Terceira etapa – Estudo de caso .....                                   | 57        |
| 4.3.3.1 <i>Análise de dados da terceira etapa</i> .....                       | 59        |
| <b>4.4 Validade e confiabilidade da pesquisa .....</b>                        | <b>60</b> |
| <b>5 PROPOSIÇÃO TEÓRICA DO CICLO DE VIDA DO TBC - 1º ETAPA .....</b>          | <b>62</b> |
| <b>5.1 Acesso ao mercado .....</b>                                            | <b>62</b> |
| <b>5.2 Benefícios à comunidade .....</b>                                      | <b>64</b> |
| <b>5.3 Capacitação da comunidade .....</b>                                    | <b>66</b> |
| <b>5.4 Governança.....</b>                                                    | <b>69</b> |
| <b>5.5 Infraestrutura turística .....</b>                                     | <b>73</b> |
| <b>5.6 Capital social de ligação .....</b>                                    | <b>74</b> |
| <b>5.7 Capital social de ponte.....</b>                                       | <b>77</b> |
| <b>5.8 Capital social de conexão .....</b>                                    | <b>79</b> |
| <b>5.9 Modelo teórico .....</b>                                               | <b>81</b> |

|                                                                                    |            |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - 2º ETAPA .....</b>                       | <b>82</b>  |
| <b>6.1 Entrevistas com especialistas .....</b>                                     | <b>84</b>  |
| <b>6.2 Fases do ciclo de vida de uma iniciativa de TBC - 2º etapa .....</b>        | <b>86</b>  |
| <b>6.3 Determinantes do ciclo de vida de uma iniciativa de TBC – 2º etapa.....</b> | <b>93</b>  |
| 6.3.1 Acesso ao mercado.....                                                       | 94         |
| 6.3.2 Conflitos .....                                                              | 96         |
| 6.3.3 Formações .....                                                              | 99         |
| 6.3.4 Governança.....                                                              | 102        |
| 6.3.5 Infraestrutura .....                                                         | 107        |
| 6.3.6 Organização comunitária.....                                                 | 111        |
| 6.3.7 Capital social de ligação.....                                               | 116        |
| 6.3.8 Capital social de ponte .....                                                | 119        |
| 6.3.9 Capital social de conexão .....                                              | 121        |
| <b>7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - 3º ETAPA .....</b>                       | <b>125</b> |
| <b>7.1 Fases do ciclo de vida na Acolhida na Colônia.....</b>                      | <b>128</b> |
| <b>7.2 Determinantes do ciclo de vida de uma iniciativa de TBC – 3º etapa.....</b> | <b>139</b> |
| 7.2.1 Acesso ao mercado.....                                                       | 140        |
| 7.2.2 Conflitos .....                                                              | 145        |
| 7.2.3 Formações .....                                                              | 149        |
| 7.2.4 Governança.....                                                              | 152        |
| 7.2.5 Infraestrutura .....                                                         | 161        |
| 7.2.6 Organização comunitária.....                                                 | 166        |
| 7.2.7 Capital social de ligação.....                                               | 172        |
| 7.2.8 Capital social de ponte .....                                                | 176        |
| 7.2.9 Capital social de conexão .....                                              | 180        |
| <b>8 ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS.....</b>                                         | <b>184</b> |
| <b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                 | <b>195</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                           | <b>200</b> |
| <b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com especialistas.....</b>                  | <b>223</b> |
| <b>APÊNDICE B - TCLE Coleta de dados Virtual .....</b>                             | <b>224</b> |
| <b>APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas para os membros associados .....</b>        | <b>226</b> |
| <b>APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas para lideranças/coordenações .....</b>      | <b>230</b> |
| <b>APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas para parceiros .....</b>                    | <b>232</b> |
| <b>APÊNDICE F - TCLE Coleta de dados presencial .....</b>                          | <b>233</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O ato de narrar histórias desperta curiosidade naqueles que as ouvem, conferindo voz aos personagens que, sem esses relatos, talvez não pudessem ser conhecidos. Por essa razão, esta tese tem início com uma história cujo protagonista principal é a comunidade.

Thaise Guzatti era uma jovem estudante de graduação em Agronomia quando iniciou um estágio em uma fazenda no Oeste de Santa Catarina e constatou sua escassa familiaridade com aspectos básicos da agricultura, como identificar uma planta de milho ou saber que as vacas possuíam chifres. Com o objetivo de auxiliar a vida dos agricultores, ingressou em uma Organização Não Governamental (ONG) e posteriormente teve a oportunidade de estudar na França, onde teve contato com experiências de turismo desenvolvidas em áreas rurais francesas. Após retornar ao Brasil, Thaise se envolveu com duas ONGs catarinenses, uma delas o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), que estava com um projeto em andamento envolvendo agricultores, a maioria descendentes de imigrantes alemã, na região das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina

Naquela época, os agricultores da região, em busca de alternativas produtivas que fossem distintas da cultura do fumo, especialmente pela intoxicação que causava, e da exploração do carvão vegetal, deram início à produção ecológica, caracterizada pelo não uso de agrotóxicos e adubos sintéticos. Essa iniciativa despertou a curiosidade de produtores, técnicos e líderes de algumas localidades do Estado e do país, uma vez que envolvia a produção orgânica, até então pioneira no Brasil. Diante disso, o Cepagro decidiu investir no desenvolvimento do turismo rural naquela região, o que coincidia com a experiência trazida por Thaise. Desse modo, teve início um processo de sensibilização das lideranças locais, em que a comunidade esteve à frente juntamente com alguns parceiros que foram e são fundamentais até hoje.

Assim, no ano de 1999, foi fundada a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, cuja sede está localizada em Santa Rosa de Lima. A criação dessa associação ocorreu como resposta à necessidade dos agricultores familiares de diversificarem as atividades em suas propriedades, aproveitando o potencial local, que inclui as belezas naturais e os atrativos histórico-culturais, uma vez que a região estava recebendo grande número de visitantes. Além disso, os agricultores almejavam ter motivos para permanecer em suas propriedades, principalmente considerando as dificuldades financeiras enfrentadas por muitos deles (GUZZATTI, 2010).

A partir de 2005, o projeto tornou-se referência e expandiu-se para outras regiões do Estado, contando com a parceria de prefeituras, universidade, os chamados “amigos da Acolhida”, órgãos estaduais e federais, entre outros. Posteriormente, a Acolhida estendeu suas atividades para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O que esta breve história revela? Os laços estabelecidos entre os membros da comunidade com parceiros externos possibilitaram a construção de capital social, permitindo com que, sob o modelo de Turismo de Base comunitária (TBC), essa iniciativa conseguisse prosperar. Ou seja, dentro do ciclo de vida da iniciativa, pode-se afirmar que ela alcançou a fase de consolidação, caracterizada pelo amadurecimento e expansão da atividade turística, que além de transformar a vida das pessoas diretamente envolvidas, também tem um impacto positivo para as pessoas envolvidas indiretamente. No entanto, nem todas as iniciativas conseguem atingir essa fase, mesmo após muitos anos de existência. Essas questões serão exploradas em detalhes nessa tese.

O TBC aparece pela primeira vez na literatura acadêmica no livro *Tourism: A community approach*, de Murphy, publicado em 1985 e, desde então, tem sido amplamente estudado. No âmbito nacional, encontram-se algumas denominações para essa atividade, como turismo comunitário, turismo solidário, turismo de base comunitária, turismo rural comunitário etc. Para este estudo adota-se a sigla TBC.

A multiplicidade de termos utilizados no Brasil, se deve principalmente à vasta diversidade cultural e ambiental do país (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Essas diferenças de contextos, histórias, lugares e atores fazem com que cada uma das experiências seja única (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009), dificultando um consenso sobre o conceito do TBC (VÁSCONEZ, 2018), já que existem diversas definições aceitas (BURGOS; MERTENS, 2015; BRASIL, 2010) que serão exploradas mais à frente.

Apesar de existir variadas definições sobre o TBC, prevalecem na literatura as perspectivas baseadas na polaridade entre o compromisso social e o reconhecimento da importância econômica da atividade (MORAES *et al.*, 2020). A visão adotada aqui entende que o TBC reforça o compromisso social ao desenvolver as comunidades locais junto ao envolvimento de alguns atores, como governo, operadores turísticos, etc. (MAYAKA; CROY; COX, 2018).

Portanto, essa tese defende que o TBC é uma estratégia das comunidades envolvidas de serem protagonistas de seus próprios modos de vida (SAMPAIO, 2005), de forma a participar desde a concepção e desenvolvimento da atividade turística. Isso se materializa por meio da

autogestão, em que o foco é direcionar benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais para as comunidades.

Sabe-se que o desenvolvimento de qualquer iniciativa de TBC, bem como o turismo em geral, apresenta fases distintas, semelhantes ao ciclo de vida de uma organização, que nasce, cresce, amadurece e pode até deixar de existir. Considerando o turismo de massa, Butler (1980) elaborou o modelo de ciclo de vida das áreas turísticas ou também denominado de *Tourism Area Life Cycle* (TALC)<sup>1</sup>, sugerindo que os destinos passam por seis fases: i) exploração; ii) envolvimento; iii) desenvolvimento; iv) consolidação; v) estagnação; e, vi) declínio ou rejuvenescimento.

Apesar do TALC ter sido elaborado considerando o turismo de massa, ele pode ser aplicado para iniciativas de TBC, pois passa por um ciclo semelhante. Inicialmente, os projetos de TBC são de pequena escala e baixa densidade. No começo, as comunidades se contentam com a disponibilidade de empregos proporcionada pelo turismo. Conforme a iniciativa amadurece, os desafios para a comunidade também aumentam. Assim, as operadoras de turismo começam a mostrar interesse para formar parcerias com a comunidade local. Sem as habilidades e conhecimentos necessários para lidar com o crescente número de chegadas de turistas e a mudança na demanda turística, as comunidades locais podem se tornar excessivamente dependentes de agentes externos. Sua viabilidade no longo prazo está atrelada a forma que lidarão com os desafios, sendo que algumas podem entrar em declínio e até mesmo deixar de existir (HAMZAH; KHALIFAH, 2009).

O TALC está pautado em uma lógica gerencialista, que é caracterizada pela dominação de critérios econômicos e quantitativos. Nessa perspectiva, o indivíduo é concebido como um meio para alcançar a maximização do lucro, resultando em uma dinâmica em que a sociedade se subordina aos interesses econômicos (GAULEJAC, 2007). Assim, o TALC tem como principal elemento de análise, o crescimento do número de visitantes, ou seja, o foco está na questão econômica, sendo esta uma das críticas ao modelo que se pretende superar.

Outra crítica importante sobre o TALC diz respeito ao fato dele não considerar outros fatores que podem afetar a evolução dos destinos turísticos (SOARES; GANDARA; IVARS BAIDAL, 2012), como, por exemplo, o envolvimento do governo (KUBICKOVA; MARTIN, 2020).

---

<sup>1</sup> No artigo de Butler (1980) utiliza-se o termo “Tourism Area Cycle of Evolution”. Contudo, Butler (2006) propôs algumas modificações, entre elas a alteração do termo para “*Tourism Area Life Cycle* (TALC)” refletindo melhor a ideia de que os destinos turísticos passam por uma série de etapas, em vez de um processo linear de evolução.

Ao examinar o ciclo de vida das iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC), o desafio reside em superar as barreiras da racionalidade econômica, deslocando o foco da lógica de mercado presente no turismo de massa. Isso não implica em desconsiderar a importância dos aspectos econômicos, mas sim direcionar a atenção para como o turismo pode aprimorar as relações sociais, respeitando o estilo de vida tradicional das comunidades. Em outras palavras, os benefícios econômicos não são a única vantagem, uma vez que o TBC contribui para a continuidade do modo de vida das populações tradicionais e a preservação de suas identidades culturais (GRACIANO; HOLANDA, 2020), resultando em benefícios sociais e culturais. Nesse ponto reside uma das contribuições teóricas deste estudo ao enxergar o TALC enquanto teoria a partir da lente do TBC trazendo a noção de outros benefícios, além dos econômicos.

Nesse sentido, alguns elementos podem ser considerados para análise da estrutura do ciclo de vida de iniciativas de TBC. A literatura aponta que, para as iniciativas alcançarem êxito, são necessários elementos como, união entre os membros, participação da comunidade no desenvolvimento das atividades turísticas, parcerias externas, assistência de facilitadores, como governo, instituições financiadoras e setor privado (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; GIAMPICCOLI; SAAYMAN, 2018; ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021), além do desenvolvimento de redes de parcerias (BURGOS; MERTENS, 2015) seja com outros atores ou com outras iniciativas. Especialmente no Brasil, percebe-se a dependência de agentes externos (MORAES; IRVING; MENDONÇA, 2018), sobretudo as iniciativas que se encontram em um estágio inicial do ciclo de vida.

Dessa maneira, entende-se que os elementos citados anteriormente, como união e redes são determinantes para o avanço nas fases do ciclo de vida, e ao mesmo tempo, contribuem para incrementar o modelo do TALC. Tais elementos podem ser agrupados e mais bem compreendidos pelo uso do conceito de capital social, definido aqui nesta tese como os aspectos das organizações sociais, como normas, redes, e confiança que facilitam a troca de benefícios mútuos e a cooperação espontânea (PUTNAM, 1993).

A partir dessa compreensão, é possível delinear uma relação entre o ciclo de vida das iniciativas de TBC e o capital social. Para isso, é preciso explicar que as normas e a confiança, apontadas no conceito de capital social, surgem a partir da participação da comunidade nas iniciativas e a construção de pontes sociais (HERRERA, 2016), com atores externos, ou seja, por meio de parcerias. Além disso, o desenvolvimento destas pontes permite a formação de redes com outros atores como, visitantes, outras iniciativas, operadores turísticos, ONGs, instituições públicas (universidade, por exemplo) e privadas.

Da mesma forma que as experiências turísticas se desenvolvem ao longo do tempo, os atores, as redes em que se engajam, as normas e os valores também sofrem mudanças. Ou seja, uma mudança nessas experiências turísticas também afetará o capital social (NORDIM, WESTLUND, 2009) e vice-versa.

De forma ampla, há defensores da ideia de que a participação em redes permite que seus membros desenvolvam relações sociais duradouras, resultando na acumulação de capital social e na formação de laços de confiança sólidos entre eles (BURT, 1997). As redes entre os atores possibilitam a existência de laços sociais que possuem valor na medida em que oferecem acesso a recursos por meio dos contatos estabelecidos. Nesse sentido, um dos impactos positivos do capital social está relacionado às redes que facilitam o acesso a recursos, informações e oportunidades, auxiliando os atores a lidar com ação coletiva e superar dificuldades (GARGIULO; BENASSI, 1999), ações estas que podem auxiliar no desenvolvimento das iniciativas de TBC.

De fato, os laços sociais podem melhorar a capacidade de indivíduos e organizações atingirem seus objetivos. Contudo, é necessário compreender a possibilidade de que esses mesmos laços, às vezes, possam dificultar ao invés de ajudar, a capacidade de um ator de atingir seus objetivos (GARGIULO; BENASSI, 1999), provocando efeitos negativos.

Os efeitos negativos podem ser mais bem percebidos quando compreende-se os tipos<sup>2</sup> de capital social que, segundo Woolcock (2001), são: i) capital social de ligação; ii) capital social de ponte; e iii) capital social de conexão, sendo este último um subtipo do segundo. Observa-se que, quando o capital social de ligação e ponte são fortes, seu efeito conjunto positivo sobre a ação da comunidade diminui, pois a sinergia entre eles é maior quando estão em níveis moderados (AGNITSCH; FLORA; RYAN, 2006), ou seja, não precisam ser maximizados, e sim otimizados, pois em excesso podem gerar impactos negativos.

Os indivíduos moderam suas vidas e ações conforme alguns códigos de conduta. Porém, as normas e valores são particulares de cada grupo de pessoas com culturas distintas, ou seja, um conjunto de normas e valores determinam o comportamento dos membros do grupo. Nesse sentido, o capital social de ligação refere-se a situações em que os indivíduos se identificam com um conjunto comum dessas normas e valores, assim a ação cooperativa tende a ser mais espontânea. Contudo, em excesso, essa forma de capital social pode gerar exclusão de membros marginalizados (LO; FAN, 2020). Por outro lado, quando não há comunhão de normas e

---

<sup>2</sup> No artigo de Woolcock (2001) é utilizado o termo “fontes” ao invés de “tipo”. Contudo, em outros artigos, inclusive do mesmo autor utiliza-se o termo “tipo”, a exemplo de Woolcock e Sweetser (2002), Szreter e Woolcock (2004) e Engbers e Rubin (2018).

valores, por exemplo, a ação cooperativa pode não ser espontânea. Nesse instante, apresenta-se o capital social de ponte (ADI, 2004) e o capital social de conexão, que, em excesso, podem gerar problemas como a disputa pelo poder que pode levar ao declínio das iniciativas de TBC.

Os argumentos supracitados despertam inúmeras inquietações sobre como esses tipos de capital social afetam o ciclo de vida das iniciativas de TBC. Não está claro se existe um momento específico no qual o capital social de ponte/conexão seja mais benéfico para o avanço das fases do ciclo. Além disso, é importante compreender como evitar que o capital social de ligação prejudique o progresso posterior, e identificar os fatores que otimizam esses tipos de capital social ao longo do ciclo de vida dessas iniciativas.

Assim, se o capital social é composto de redes, normas e recursos, considera-se que o tipo e a força do relacionamento são relevantes. Nesse sentido, a importância relativa de cada tipo de capital social para determinadas comunidades muda ao longo do tempo (SCHULLER, 2007), e é o que se busca compreender com essa pesquisa.

A partir das inquietações levantadas, o questionamento que esta pesquisa se propõe a investigar é: **Como integrar o capital social ao ciclo de vida das iniciativas de TBC?**

### 1.1 Objetivos da Pesquisa

Os objetivos que norteiam essa pesquisa e que contribuirão para responder à pergunta central do estudo são apresentados a seguir.

#### 1.1.1 Objetivo geral

Com base na pergunta de pesquisa, o objetivo geral é **propor um modelo que integre o capital social ao ciclo de vida das iniciativas de TBC.**

#### 1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar as fases do ciclo de vida das iniciativas de TBC
- Definir as categorias que compõe o ciclo de vida das iniciativas de TBC
- Discutir as relações entre as fases do ciclo de vida das iniciativas de TBC e o capital social

### 1.2 Justificativa e relevância da pesquisa

Compreende-se que os pesquisadores da área de turismo podem se tornar mais ousados e mais voltados para o exterior em sua busca de reconhecimento pela comunidade científica e com maior probabilidade de avançar na teoria do turismo. Na busca por essa ousadia, Gale e

Botterril (2005) sugerem o realismo crítico, que “abraça o dualismo” na medida em que concilia alguns pressupostos básicos, tanto das abordagens objetivistas (positivismo, por exemplo) como das subjetivistas (interpretativismo, por exemplo), oferecendo uma alternativa distinta.

O foco do realismo crítico está nos mecanismos que estão na camada mais profunda da realidade, assim desvia o foco dos eventos e vai além dos fatos (PRICE; MARTIN, 2018). Portanto, no caso desta pesquisa, pode-se afirmar que o TBC, enquanto fenômeno, está no domínio empírico, no nível das experiências. Por outro lado, o capital social está no nível mais abstrato, no domínio real, onde estão os mecanismos que geralmente são mais difíceis de acessar.

Nesse contexto, a integração proposta parte inicialmente da ideia de tentar se distanciar do *mainstream* dos estudos sobre o TALC. Para isso, no caso o TBC, é utilizado o realismo crítico, que atribui importância às estruturas e às relações sociais na explicação do fenômeno social (ARCHER, 1995). Por outro lado, a articulação da teoria do ciclo de vida e do capital social usado como lente para interpretar o TBC é uma contribuição teórica que se espera alcançar.

Assim, duas justificativas teóricas podem ser apontadas. Primeiro, compreender o ciclo de vida do TBC por meio do realismo crítico, permite aprofundar o conhecimento ao acessar o nível mais abstrato da realidade, algo tornado possível pela noção de capital social. Por outro lado, o TALC pode ser reduutivo, mas ao mesmo tempo, pode ser moderado e flexível com a adição de outra abordagem teórica (GARAY; CÂNOVES, 2011), o que fornece indícios para a segunda justificativa. Em outras palavras, a integração do TALC a outras estruturas teóricas, fornece uma representação mais abrangente da dinâmica do comportamento de uma comunidade à medida que o turismo, nela se desenvolve (NUGROHO; NUMATA, 2020). Assim, ao inserir o capital social ao ciclo de vida de iniciativas de TBC, pretende-se oferecer uma melhor capacidade explicativa do TALC para essas iniciativas, ao mesmo tempo que responde às críticas do modelo ao considerar outros fatores na evolução das experiências.

A presença/ ausência de cada tipo de capital social pode contribuir para o alcance de outras fases no ciclo de vida, ou até mesmo excluir algumas dessas fases, o que contribuirá para a compreensão do processo do desenvolvimento dessas iniciativas. Corroborando tal argumento, Taylor (2017) afirma que entender as variações entre o capital social de ponte e ligação permite diferenciar os benefícios diretos e indiretos nas experiências de TBC.

Ao mesmo tempo, a reflexão inicial que motivou o delineamento deste estudo parte do entendimento que as novas tendências turísticas, ao serem estudadas do ponto de vista do ciclo

de vida, podem contribuir para o alcance de um desenvolvimento sustentável e, o TBC enquanto modelo de turismo alternativo ao turismo de massa, tem alcançado uma certa visibilidade na atualidade, principalmente por direcionar os benefícios para as comunidades onde o destino turístico se insere.

Por outro lado, a literatura de TBC ainda necessita de uma ampliação dos estudos no campo, conforme observado por Garcia, Sanches e Rama (2018), que realizaram um estudo bibliométrico de artigos publicados até o ano de 2017 nas bases *Web of Science* (WoS) e *Scopus*, utilizando os termos, “Community Tourism”, “Community-Based Tourism” e “Turismo Comunitário”. Os resultados revelaram que a primeira publicação encontrada data da década de 1980, e durante o período até 2010, houve um número reduzido de publicações. No entanto, a partir desse ponto, entrou-se em uma segunda fase de crescimento exponencial, com destaque para o ano de 2015, que registrou 28 publicações, e o ano de 2017, que teve um aumento significativo para 46 publicações.

Embora as publicações internacionais sobre o tema tenham aumentado significativamente, nota-se que as publicações nacionais não acompanharam o mesmo ritmo de crescimento. Além disso, é possível observar uma escassez de estudos nacionais que explorem a literatura internacional de forma abrangente. As experiências de TBC em outros países podem e devem complementar as experiências nacionais, pois o uso de referências internacionais pode contribuir para um maior desenvolvimento dos estudos no Brasil, levando em consideração os diferentes contextos de aplicação. É importante aproveitar o conhecimento e as práticas bem-sucedidas em nível internacional para enriquecer e aprimorar as pesquisas e práticas de TBC em território nacional.

Da mesma forma, as pesquisas que tratam sobre a ligação entre o turismo e o capital social são incipientes (MOSCARDO *et al.*, 2017) que se refletem também para as pesquisas que relacionam o TBC e capital social (ZHAO; RITCHIE; ECHTNER, 2011). Por exemplo, ao fazer uma busca na base *Web of Science* (WoS) colocando os termos ‘*social\_capital and Community\_based\_tourism or social\_capital and community\_tourism*’ foram encontrados 27 artigos, dos quais apenas 10 tratavam sobre o TBC.

Dentre os temas tratados nos artigos a que se refere a busca na WoS, observa-se: i) percepção dos residentes sobre os impactos socioeconômicos (PARK; NUNKOO; YOON, 2015; ZHANG *et al.*, 2021); ii) as dimensões do capital social no TBC, incluindo os tipos (MEMBIELA-POLLAN *et al.*, 2019); iii) proposição de um modelo teórico para o TBC, incluindo o capital social (OKAZAKI, 2008); iv) o papel de agentes de mudança, de um projeto

de inovação social, na criação de capital social em uma experiência do TBC (JOO; CHOI; KIM, 2019); v) o papel do capital social na construção da resiliência da comunidade por meio da gestão de recursos naturais (MUSAVENGANE; KLOPPERS, 2020); vi) o capital social como fator motivador da participação de membros da comunidade; vii) a influência do capital social na qualidade do serviço de turismo comunitário (REVIDA; YANTI SIAHAAN; PURBA, 2018); viii) o capital social como mobilizador para estimular o desenvolvimento do TBC após um desastre - para isso o capital social de ligação e de ponte são utilizados em conjunto (WU *et al.*, 2021) e ix) o papel do capital social em uma iniciativa de TBC (KUNJURAMAN, 2022).

O argumento básico em todos os artigos anteriormente destacados é que o capital social promove a cooperação e a colaboração e, como resultado, oferece uma variedade de resultados positivos (TARUVINGA *et al.*, 2017), reforçando assim o argumento aqui defendido que o capital social influencia o ciclo de vida das iniciativas de TBC. Ademais, apenas dois artigos da busca na WoS apontaram a integração dos tipos de capital social ao TBC, o que corrobora o que Pisani *et al.* (2017) destacam sobre poucos estudos tentarem fazer essa integração.

Dessa maneira, outra lacuna teórica que se propõe preencher com essa investigação, volta-se para a aplicação dos tipos de capital social em conjunto, que apesar de algum desenvolvimento teórico, permanecem inexplorados, especialmente ao se desenhar dentro das iniciativas de TBC. Aqui reside, portanto o ineditismo, ao buscar a compreensão da influência dos tipos de capital social no ciclo de vida das iniciativas turísticas de base comunitária, permitindo assim aos gestores, especialistas e atores sociais envolvidos em arranjos socioprodutivos de turismo comunitário, a aplicação do modelo proposto para compreender o ciclo de vida de tais iniciativas e o que pode interferir em cada uma das fases.

Destaca-se ainda, que esta tese faz parte da linha de pesquisa “Turismo e Sustentabilidade” do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos em Sustentabilidade (GIPES), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE), que já desenvolve pesquisas com a temática do TBC. Assim, espera-se contribuir para o fortalecimento da produção dele, além de gerar sugestões de pesquisa de importância investigativa para a disseminação do conhecimento e solidificação do tema na área de gestão organizacional.

Ressalta-se que esta tese se insere na área de Administração por dois motivos: i) a lógica gerencialista do modelo TALC que permite compreender os aspectos de uma organização turística, ii) o estudo das iniciativas de TBC que envolvem grupos sociais em sistemas sociais complexos de ação coletiva que podem se transformar em organizações formais, esse é o caso

de muitas iniciativas que por meio do associativismo se constituem como organização com diretores, conselheiros, etc.

O estudo destaca a importância do apoio do governo no desenvolvimento do TBC no Brasil. Ao apoiar essa forma de turismo, ele pode estimular o crescimento econômico em comunidades locais, promover a inclusão social, preservar o patrimônio cultural e natural, e diversificar a oferta turística do país. Tais ações podem impulsionar a economia local, gerar empregos, reduzir as desigualdades regionais e criar um ambiente favorável para o desenvolvimento sustentável do turismo em diferentes regiões do Brasil.

Nos últimos 20 anos, o governo federal lançou um único edital para apoiar essa atividade, contudo existe uma esperança de que essa situação esteja mudando. Hoje observa-se que a luta de tantos anos parece oferecer pequenos resultados com aprovação de algumas políticas públicas indicando um movimento positivo no apoio governamental ao TBC. Isso traz esperança para fortalecer as iniciativas existentes e incentivar o surgimento de novas.

Em suma, acredita-se que as investigações sobre o capital social no TBC são relevantes para a área, pois ultrapassam o desenvolvimento do conhecimento da área até então, privilegiando comunidades que se fortalecem por meio da atividade turística desenvolvida de maneira mais sustentável. Além disso, o fortalecimento de iniciativas de TBC contribui para o alcance de alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como por exemplo, ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, por meio do empoderamento das comunidades e geração de empregos locais e ODS 1 – Erradicação da pobreza (ONU, 2021).

Além deste capítulo introdutório, o presente estudo é composto por dois capítulos de referencial teórico. Inicia-se a discussão pelo objeto de investigação, as iniciativas de TBC, recorrendo sobre a emergência no mundo e atuação no Brasil, conceitos e características que levam à uma discussão mais aprofundada para explorar o ciclo de vida de tais. Em seguida, apresenta-se os principais aspectos, conceitos e a tipologia do capital social, utilizada posteriormente para propor a integração ao modelo de ciclo de vida das iniciativas de TBC. Após isso, no Capítulo 4 apresenta-se os procedimentos metodológicos, que são compostos por três etapas. A primeira etapa apresenta a proposição teórica no Capítulo 5. A segunda etapa apresenta a fase com os especialistas, abordado no Capítulo 6. No Capítulo 7, é abordado a última etapa, contendo o estudo de caso com a Acolhida na Colônia. No capítulo 8 apresenta-se as discussões e implicações das três etapas culminando com a apresentação do modelo teórico modificado após as três etapas. Por fim, o Capítulo 9 contempla as considerações finais e, na sequência as referências e os apêndices.

## **2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O CICLO DE VIDA**

Como não existe uma literatura específica sobre o ciclo de vida das iniciativas de TBC, o objetivo deste capítulo é oferecer um suporte à temática, compreendendo aspectos básicos do TBC, emergência, conceitos e características, para, em seguida, discutir sobre o ciclo de vida com seus variados modelos e, por fim, relacionar os fatores que podem interferir nesse ciclo.

### **2.1 Emergência, conceito e características do TBC**

O turismo, como importante agente de transformação, é um fenômeno socioeconômico que vem crescendo nos últimos anos. Segundo dados divulgados pelo Fórum Mundial de economia (WEF)<sup>3</sup>, em 2018, a indústria do turismo ajudou a gerar 10,4% do PIB mundial. Contudo, apresenta dois efeitos antagônicos: de um lado uma das maiores ‘indústrias’ geradora de receita e empregos no mundo, de outro, contribui para o aumento dos problemas sociais, ambientais, políticos, culturais etc., afetando particularmente a comunidade, sendo essa a principal interessada.

Entre 1950 e 1960, a comunidade tornou-se o centro do desenvolvimento de áreas rurais e subdesenvolvidas. Já no final de 1960 e início de 1970, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveram a participação da comunidade em programas de desenvolvimento (SEBELE, 2010). Assim, como ponto importante de desenvolvimento voltado para a participação da comunidade, aumentaram as preocupações globais sobre algumas questões, tais como ambientais, culturais, sociais e culturais, resultando em conferências internacionais, relatórios e declarações para conscientizar sobre a sustentabilidade (TASCI; SEMRAD; YILMAZ, 2013).

Essas preocupações globais levaram a instituições, como a Organização Mundial do turismo (OMT), ONGs e universidades, a discutir a promoção de uma outra forma de turismo, que respeitasse o meio ambiente e que fosse capaz de promover qualidade de vida e benefícios à comunidade. Em consonância com a busca de outro modelo de turismo, surge o conceito de turismo sustentável, que procura garantir que o desenvolvimento do turismo seja sustentável em longo prazo e, sempre que possível, ajude a manter as áreas turísticas. Também visa aumentar a satisfação do visitante, pois visitantes satisfeitos costumam ficar preocupados com os lugares que visitam (BRAMWELL; LANE, 1993).

---

<sup>3</sup>Dados divulgados do Travel & Tourism Competitiveness Report 2019 elaborado pelo World Economic Forum. Avaliaram 140 economias responsáveis por 98% do PIB global. Esses dados consideram o período pré pandemia e foi o último relatório geral publicado até o início de 2023.

A partir da discussão da sustentabilidade, surgiram outras formas de turismo, como o ecoturismo, turismo pró-pobre (PPT) e TBC. Contudo, esses modelos de turismo, por vezes, geram confusões conceituais que aqui pretende-se esclarecer. Primeiro, nem todos podem ser considerados turismo sustentável. Para que práticas do turismo sustentável sejam efetivamente alcançadas, as comunidades envolvidas no desenvolvimento do turismo devem apresentar uma variedade de características que envolvem atitudes e comportamentos específicos (MATARRITA-CASCANTE; BRENNAN; LULOFF, 2010). Além disso, todos esses tipos beneficiam as comunidades envolvidas, mas por exemplo, a preocupação do ecoturismo é com o meio ambiente, enquanto o PPT visa proporcionar benefícios líquidos aos pobres, como um objetivo em si mesmo. Por outro lado, o TBC visa aumentar o envolvimento da população local no turismo, podendo ou não gerar um ‘alívio’ na pobreza (ASHLEY; ROE; GOODWIN, 2001). Assim, a distinção entre essas denominações permite estabelecer os limites do conceito de TBC, foco deste estudo.

De fato, o TBC está em conformidade com as premissas e princípios da sustentabilidade, mas ele por si só não é sustentável (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012). Além disso, há uma falsa ideia de que, por estar ligado à pequena escala, o TBC seria sustentável. Na verdade, espera-se que as iniciativas se esforcem para alcançar a sustentabilidade, pois é um objetivo que pode ou não ser alcançado.

De forma geral, o TBC surge como uma alternativa ao turismo de massa (EMMENDOERFER; MORAES; FRAGA, 2016; SAAYMAN; GIAMPICCOLI, 2016; TOLKACH; KING, 2015), enfatizando abordagens lideradas pela comunidade, proporcionando empoderamento, maior benefício econômico aos indivíduos nas comunidades locais e uma maneira de acessar melhorias na qualidade de vida (DODDS; ALI; GALASKI, 2018).

O TBC geralmente é de pequena escala, cujo planejamento e execução são movidos por um desejo genuíno da comunidade disposta a compartilhar sua história, tradições e costumes com visitantes, como meio de apoiar o crescimento econômico (APO, 2004). Contudo, existe uma leitura estereotipada do TBC - como uma prática na qual um grupo desfavorecido, recebe em seu cotidiano pessoas curiosas pelo exotismo local apenas para melhorar a renda e qualidade de vida - que deve ser desmitificada (IRVING, 2009). O olhar sobre o TBC requer passar pelas práticas locais, pluralidade de saberes e dá voz àqueles que muitas vezes não são ouvidos no desenvolvimento turístico. Assim, visa ao fortalecimento do sentimento de pertencimento e

afirmação das identidades locais, bem como, respeito às tradições e valorização cultural (MORAES *et al.*, 2020).

Após consulta à literatura, pode-se sintetizar algumas definições que contemplam, tanto o TBC quanto o turismo comunitário no Quadro 1, variando desde a consideração do tripé da sustentabilidade (ambiental, cultural e social) até as questões como empoderamento e qualidade da experiência do visitante.

Quadro 1 - Definições de TBC e turismo comunitário

|                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Suansri (2003, p.14)</b>                | “TBC é o turismo que leva em consideração a sustentabilidade ambiental, social e cultural. Ele é gerenciado e de propriedade da comunidade para a comunidade, com o objetivo de permitir que os visitantes aumentem sua conscientização e aprendam sobre a comunidade e os modos de vida locais”                                                                                           |
| <b>Maldonado (2005, p.5)</b>               | “O turismo comunitário é entendido como qualquer forma de organização empresarial com base na propriedade e autogestão dos recursos patrimoniais da comunidade, de acordo com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição de benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos, com vista a promover encontros interculturais de qualidade com os visitantes”. |
| <b>Sampaio (2005)</b>                      | Define-se o turismo de base comunitária como uma estratégia de populações tradicionais serem protagonistas de seus próprios modos de vida tornando-se assim uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista                                                                                                                                                               |
| <b>Ballesteros, e Carrión, (2007, p.5)</b> | “O turismo comunitário é uma forma de gestão turística que combina três perspectivas fundamentais: uma sensibilidade especial ao meio ambiente natural e particularidades culturais, a busca pela sustentabilidade integral (social e natural) e o controle efetivo do negócio turístico por parte das comunidades”.                                                                       |
| <b>Brasil (2008, p. 01)</b>                | “Busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística”                                                   |
| <b>Coriolano (2009, p. 282)</b>            | “Aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios”.                                                 |
| <b>Asker <i>et al.</i> (2010, p.2)</b>     | “O TBC é geralmente de pequena escala e envolve interações entre o visitante e a comunidade anfitriã, particularmente adequadas para áreas rurais e regionais. O TBC é comumente entendido como gerenciado e de propriedade da comunidade para a comunidade”.                                                                                                                              |
| <b>Tolkach e King (2015, p. 388-389)</b>   | “O termo Turismo de Base Comunitária (TBC) descreve formas alternativas de desenvolvimento do turismo que maximizam os benefícios locais e defendem a capacitação e o empoderamento como meio de atingir os objetivos de desenvolvimento comunitário”.                                                                                                                                     |
| <b>Connelly e Sam (2018)</b>               | Turismo de base comunitária é definido como um tipo de turismo sustentável, que tem como premissa a participação da comunidade, sustentabilidade socioeconômica e sustentabilidade ambiental.                                                                                                                                                                                              |

Fonte: A autora (2023)

É interessante perceber como elemento comum à todas essas definições, a compreensão da comunidade como sujeita de seu próprio caminhar, participando desde a concepção, desenvolvimento e gestão da atividade turística (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012), pois conforme aponta López-Guzmán e Sánchez-Cañizares (2009), é princípio básico a

participação da comunidade local. É papel do TBC a consolidação da participação local e promoção da equidade social, assim, os projetos de turismo devem ser controlados pelas comunidades locais para o benefício da própria comunidade (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013). Nesse sentido, aqui reside a importância do sujeito como catalisador e transformador da sua própria realidade (CASTRO; PINTO, 2013).

Dois aspectos são importantes sobre a comunidade, que estão contidos nas definições do Quadro 1: a participação local e os benefícios gerados. Para o primeiro, não se pode falar em ‘participação ideal’, pois não é uma ação homogênea, já que as comunidades estão constituídas por grupos com interesses e graus de poder, assim, nem todos os membros trabalham ou participam ativamente da estrutura organizacional do TBC. A ampla participação não implica em menores riscos de conflito ou maior eficiência da prática turística, isso vai depender de outras variáveis como o nível de participação dos membros (BURGOS; MERTENS, 2015). O segundo elemento diferencia o TBC de outras propostas, a saber, aumentar os benefícios para os envolvidos da comunidade (DODDS; ALI; GALASKI, 2018).

O TBC apresenta dois modelos de desenvolvimento, o primeiro podendo ser iniciado pela comunidade (modelo *botton-up*), mas isso não impede que seja iniciado por atores também de fora da comunidade, como setores privados, públicos e não governamental (modelo *top-down*) (ZAPATA *et al.*, 2011) ou ainda, um terceiro com a combinação dos anteriores, porém com a propriedade e gestão do controle do desenvolvimento do TBC, permanecendo nas mãos dos membros da comunidade (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013).

Em termos de produção acadêmica, a literatura do TBC possui dificuldades para avançar as discussões, em primeiro lugar devido à “fragilidade conceitual”, ou seja, não existe uma definição de TBC consensual entre os autores, e isso se deve pela própria heterogeneidade das experiências de TBC, com suas histórias únicas, em diferentes territórios etc. Outro ponto importante da dificuldade em avançar é representado pela polaridade entre o compromisso social e o econômico das experiências de TBC (MORAES *et al.*, 2020), que pode ser visto nas próprias definições já levantadas anteriormente no Quadro 1. Assim, baseado nessa polaridade apresenta-se duas visões distintas, embora totalmente interrelacionadas.

A primeira visão trata o TBC como um modelo de gestão empresarial. Nos manuais de administração, segundo Gaulejac (2007, p.35) a gestão é “apresentada como um conjunto de técnicas, destinadas a racionalizar e otimizar o funcionamento das organizações”. Essa ideia representa uma visão de mundo que legitima uma abordagem instrumentalista e utilitarista das relações entre o mundo e a sociedade, em que os estilos de vida de toda a sociedade passam a

ser produzidos nos moldes da gestão, condizentes com a ideia de competitividade, por exemplo (TONON, GRISCI, 2015).

Conforme Gaulejac (2007), a ideologia gerencialista é caracterizada pela dominação de critérios econômicos e quantitativos, objetivando o homem como instrumento que permite a maximização do lucro e assim a sociedade se coloca a serviço da economia. Dessa maneira, tal ideologia afeta desde família, política e o espaço psíquico do sujeito em favor da lógica de mercado que preza pela eficiência e eficácia (SANTOS; REINALDO, 2021).

Tal abordagem utilitarista do TBC encontra respaldo tanto na literatura nacional, como internacional. Mtapuri e Giampiccoli (2013), por exemplo, concordam que o TBC não é diferente de outros negócios, portanto, devem ser tratados da mesma forma, com todas as formas de mensurar qualidade, resultados de liquidez e sustentabilidade. Em outros termos, o ‘negócio’ aqui é tratado como uma empresa, muitas vezes considerada como a única forma de organização, embora existam outras formas, conforme discutido por Holanda (2016).

De fato, o TBC tem sido reduzido a um mero negócio para atender turistas. O conceito de Maldonado (2005, p.5), exposto no Quadro 1, reforça essa ideia ao afirmar que “o turismo comunitário é entendido como qualquer forma de organização empresarial”. O autor, ao utilizar a expressão “organização empresarial” coloca o TBC sob a mesma lógica do turismo de massa, e isso é reforçado também quando Maldonado (2009) aponta como deficiências das iniciativas os mesmos critérios usadas para qualquer tipo de empresa, como a gestão profissional limitada, desconhecimento das tendências de mercado e promoção usada em meios simples.

O conceito apresentado pelo Ministério do Turismo (MTUR), disposto no Quadro 1, apesar de não trazer nenhum elemento que possa ser configurado como desta primeira visão discutida, aponta no Edital de 2008, que o TBC é um segmento turístico e que, portanto, deve promover padrões de qualidade e serviço para viabilizar suas vendas. Reforçando ainda o gerencialismo, Brasil (2010) ao avaliar os projetos que foram contemplados no referido edital, afirma que um dos pontos mais frágeis das iniciativas é a comercialização, apontando que é necessário uma estratégia de marketing mais profissionalizada. O questionamento que levanta-se aqui é: se o MTUR descreve o TBC como um modelo alternativo do turismo de massa, por que continua discutí-lo sob a mesma lógica?

O questionamento proposto demarca a polaridade já levantada. Embora muitos dos conceitos apresentados sobre o TBC não tragam no seu conteúdo uma visão gerencialista, na discussão sobre características e/ou dificuldades, acaba por “cair na armadilha” do gerencialismo.

A segunda visão tem como desafio transpor as barreiras da racionalidade econômica, fugindo da ideia de um modelo de gestão empresarial. Não seria desprezar por completo a lógica de mercado, mas que isso não deve ser o principal. Ou seja, o foco não deve ser o crescimento econômico da iniciativa, mas a forma como o turismo pode melhorar as relações sociais, respeitando o modo de vida tradicional das comunidades, para que alcance os objetivos do desenvolvimento comunitário, o que coaduna com os propósitos da presente pesquisa. Segundo Coriolano (2009), é promover um turismo que não seja voltado apenas ao consumo, mas ao fortalecimento de laços de amizade, as trocas de experiências, revalorização da cultura, etc.

Sampaio (2005) contempla essa segunda visão, ao definir o TBC como uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista, e assim, ultrapassa a concepção de um simples negócio.

Compreender o TBC além da lógica gerencialista não é uma discussão recente, autores como Coriolano (2009), Lima (2011), Sansolo e Bursztyn (2009), Sampaio *et al.* (2014) e Holanda (2016) já haviam proposto repensar um modo de organização da atividade turística que pode servir como um meio para preservar as comunidades tradicionais, que é o caso dos arranjos socioprodutivos locais de base comunitária (APL.Com) e as redes.

Os primeiros, são grupos organizados de maneira formal ou informal, e que apesar de estar sob a lógica do mercado, preservam seu caráter comunitário vinculado ao território. Nesse caso, o foco está em construir uma rede horizontal de cooperação, privilegiando pequenos negócios, individuais ou associativos, agregando valor a esses pequenos socioempreendimentos, e adotando a ideia de comércio justo (SAMPAIO; ALVES; FALK, 2008).

Quanto às redes de parcerias, os atores locais apresentam suas histórias, experiências, hábitos e preocupações aos atores externos, para que, em conjunto, encontrem soluções criativas para as mudanças, no entanto, sem perder ou desconsiderar os princípios do TBC (MORAES *et al.*, 2020).

Como visto anteriormente, existe uma variedade de conceitos sobre o TBC e turismo comunitário, entendido aqui como similar, o que provoca uma dificuldade de consenso na literatura (VÁSCONEZ, 2018). Nesse sentido, alguns autores preferem discutir em seus estudos os princípios, premissas e objetivos comuns desta proposta. Por exemplo, Brasil (2010) apresenta como princípios comuns dos conceitos do TBC: i) autogestão; ii) associativismo e cooperativismo; iii) democratização de oportunidades e benefícios; iv) centralidade da

colaboração, parceria e participação; v) valorização da cultura local; e vi) protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos.

Por outro lado, Cabanilla (2018) apresenta dez pontos em comum entre as definições: i) modelo de gestão local; ii) comunidades ou grupos étnicos ancestrais, bem como, populações que não são considerados como tal; iii) limitado ao território da comunidade, que é um elemento transcendental; iv) geralmente localizados em áreas remotas, isoladas da cidade; v) o principal atrativo é a cultura e a relação com a natureza; vi) a gestão, controle e aceitação é da comunidade; vii) não é um tipo de turismo, pode oferecer modalidades conforme o contexto local; viii) está intimamente ligada ao conceito de turismo sustentável; ix) podem coexistir outras modalidades, exclusivamente comunitária, mista ou privada, desde que acordado com a comunidade; x) o principal não é a geração de benefícios econômicos, mas gerar impactos positivos ambientais, culturais e sociais.

Irving (2009) apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais desta atividade: i) base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; ii) participação e protagonismo social; iii) escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; iv) geração de benefícios diretos à população local; v) afirmação cultural e interculturalidade; e, vi) “encontro” como condição essencial.

Embora as iniciativas de TBC sejam amplamente reconhecidas por seu potencial de trazer benefícios socioeconômicos e ambientais para as comunidades locais, é importante reconhecer que elas também podem enfrentar desafios e, em alguns casos, até mesmo falhar ou fracassar (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021). Dessa forma, sabendo que o TBC pode evoluir/regredir com o tempo, o conjunto desse somatório de princípios/premissas pode ser decisivo na análise do ciclo de vida dessas iniciativas que será discutido mais à frente.

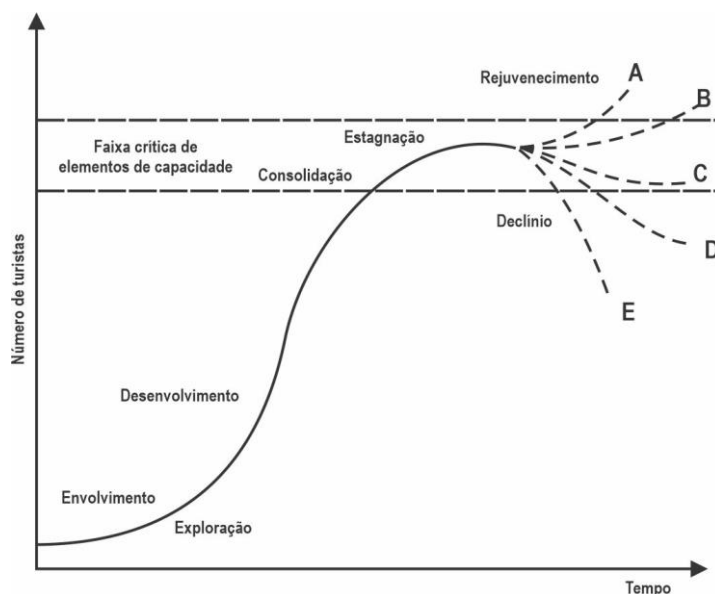
## 2.2 Ciclo de vida de iniciativas de TBC

Baseado no conceito do ciclo de vida do produto, em que as vendas desses são lentas no início e experimentam uma taxa rápida de crescimento, estabilizam e na sequência diminuem, Butler (1980) elaborou o modelo do ciclo de vida das áreas turísticas que sugere que os destinos passam por seis fases, permitindo acompanhar o desenvolvimento e a situação da atividade turística em função do tempo e do número de turistas. As fases estão representadas na Figura 1, a seguir.

De acordo com a Figura 1, o ciclo inicia-se com a **fase de exploração** que é quando há um pequeno número de turistas e não há instalações específicas para recebê-los, tornando o

contato com os residentes elevado. Com o aumento do número de turistas, o destino turístico entra na fase de **envolvimento** e começa a ofertar instalações, o contato entre turistas e residentes ainda permanece alto, algum tipo de marketing inicia-se para atrair mais turistas. A **fase de desenvolvimento** conta com um mercado turístico definido, por outro lado começa a ocorrer mudanças físicas na área turística e isso pode gerar desentendimentos com a população local (BUTLER, 1980).

Figura 1 - Ciclo de vida de áreas turísticas



Fonte: Butler (1980)

Já a **fase de consolidação**, se caracteriza pela diminuição da taxa de aumento do número de turistas, mesmo com o total aumentando e cada vez mais a economia da localidade dependente do turismo. Quando alcançar o número máximo de turistas e começar a diminuir esse número inicia-se a **fase de estagnação** e daqui podem surgir mais problemas ambientais, sociais e econômicos em paralelo. Na sequência pode ocorrer o **declínio**, com a área turística perdendo competitividade com outras atrações, além de enfrentar problemas econômicos com o reduzido número de turistas, podendo até mesmo perder sua função turística ou **rejuvenescimento**, com a criação de novos atrativos turísticos ou explorar atrações antes inexploradas (BUTLER, 1980).

O modelo de Butler é uma das aplicações mais conhecidas e geralmente considerada útil para explicar o desenvolvimento de áreas turísticas (HUNT; STRONZA, 2014; NUGROHO; NUMATA, 2020). Contudo, os destinos turísticos podem não vivenciar as fases tão claramente quanto outros (BUTLER, 1980). Por exemplo, Zapata *et al.* (2011) ao aplicar o TALC em iniciativas de TBC na Nicarágua, observaram que elas passaram por apenas três

fases, embora com ritmos de crescimento e resultados distintos: i) a fase de exploração, os visitantes são recebidos como convidados que vem realizar trabalhos para a comunidade e em troca possuem hospedagem e alimentação, começa a conceber a ideia de negócio; ii) a fase de envolvimento, onde a oferta turística e a infraestrutura foram desenvolvidas com ajuda de financiamento externo, doações, troca de conhecimento com parceiros externos e a relação entre comunidade e hóspede passa a ser mercantilizada; iii) fase de desenvolvimento, marcada pelo crescimento dos fluxos de visitantes, aqui surgem três modelos de TBC: a) crescimento acelerado, b) crescimento moderado ou lento e c) crescimento estagnado.

Por outro lado, o modelo de Hunt e Stronza (2014) adicionou duas fases ao modelo TALC: ausência do turismo e as primeiras chegada dos turistas, que seriam antes da fase de exploração, pois segundo os autores, os residentes locais no início das atividades turísticas não tinha conhecimentos e habilidades para lidar com o turismo.

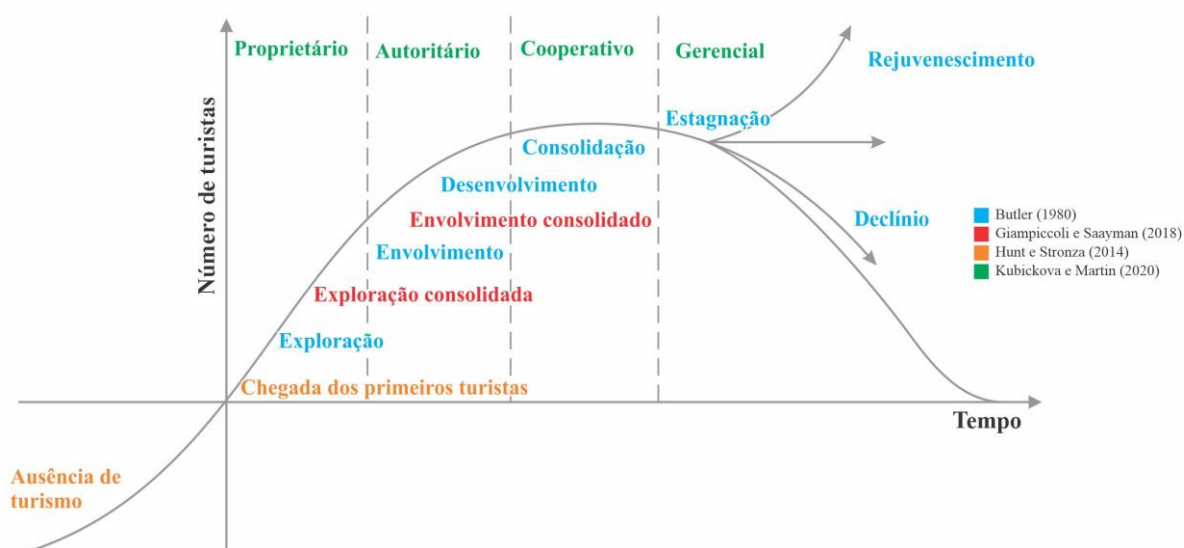
Especificamente para iniciativas de TBC foi encontrado um modelo proposto por Giampiccoli e Saayman (2018) que descreve as etapas do TALC, participação da comunidade e o tipo de turista, mas também adiciona duas fases ao modelo: exploração consolidada (após a fase de exploração) e envolvimento consolidado (após a fase de envolvimento).

De forma sucinta, o modelo de Giampiccoli e Saayman (2018) considera as seguintes características em cada fase: i) exploração: participação *botton-up*, passiva e involuntária da comunidade, hospedando turistas como convidados; ii) exploração consolidada: participação passiva da comunidade, os turistas pagando pelos serviços e a elite local começa a se envolver; iii) envolvimento: participação da comunidade muda para *top-down* (no sentido de ser induzida), pessoas de fora e elite local passam a se envolver nos negócios turísticos; iv) envolvimento consolidado: participação da comunidade *top-down*, com entidades externas envolvidas e o governo também; v) desenvolvimento: participação da comunidade *top-down*, pessoas de fora totalmente envolvidas além da elite local; vi) consolidação: participação da comunidade *top-down*, empresas de fora controlam o turismo local; vii) estagnação: consistentemente participação da comunidade *top-down*, alta concorrência entre empresas de fora que começam a diminuir sua presença enquanto a elite local avança no controle pelos negócios locais; viii) rejuvenescimento: participação *top-down*, mas pode surgir um novo TBC auto-organizado, empresas de fora em conjunto com membros da elite local buscam por novo desenvolvimento do turismo para permanecer na área, com turistas viajando em pequenos grupos; ix) declínio: participação da comunidade *top-down*, com empresas de fora diminuindo sua participação no turismo.

Corroborando as discussões, Kubickova e Martin (2020) afirmam que os destinos turísticos seguem o TALC, entretanto, o nível de participação do governo resulta em quatro estágios dentro do modelo de Butler: i) proprietário: visa o desenvolvimento da indústria, está na fase de exploração; ii) autoritário: o governo começa a formular políticas e cria um ambiente propício para iniciar os negócios, fica entre as fases de envolvimento e desenvolvimento; iii) cooperativo: envolve tanto o governo como parceiros da indústria trabalhando para o destino permanecer competitivo, geralmente está nas fases de desenvolvimento e consolidação e iv) gerencial: os destinos são altamente competitivo, e o envolvimento do governo começa a diminuir na fase de estagnação.

Todos os modelos aqui apresentados fizeram adições ao TALC, exceto a pesquisa de Zapata *et al.* (2011). A Figura 2 resume as principais contribuições dos autores, tendo como base o modelo original de Butler.

Figura 2 - Principais contribuições dos autores ao TALC



Fonte: A autora (2023)

Contudo, o TALC tem sido criticado em alguns aspectos: i) abordagem descritiva da situação, oferecendo uma lista de problemas a serem resolvidos, sem apresentar as estratégias necessárias para ultrapassar as situações, ou seja, não consegue explicar por exemplo como se supera o período de estagnação (OREJA RODRÍGUEZ; PARRA-LÓPEZ; YANES-ESTÉVEZ, 2008); ii) coexistência de características em diferentes fases ao mesmo tempo (HOVINEN, 2002) o que dificulta a determinação dos estágios (AGARWAL, 1997); iii) a unidade de análise não é esclarecida, por exemplo se é o hotel, parque, restaurantes já que todos esses elementos compõe o destino e cada um deles pode ter ciclo de vida separado (AGARWAL, 1997; HAYWOOD, 1986); iv) não considera outros fatores que afetam a

evolução de destinos turísticos, tais como a influência das operadoras, qualidade de vida da população residente, entre outros (SOARES; GANDARA; IVARS BAIDAL, 2012) e v) falta de dados históricos de longo prazo (AGARWAL, 1997) que consequentemente dificulta a determinação da unidade de tempo (HAYWOOD, 1986); vi) a sequência de fases não é linear como parece supor no modelo original, existem estágios flutuantes que podem ocorrer a qualquer momento como a estagnação e declínio (KUSUMAH; NURAZIZAH, 2016).

Embora a maioria dos modelos de ciclo de vida apresentados anteriormente esteja relacionada ao turismo de massa em geral, pode ser aplicado igualmente para iniciativas de TBC como visto pelo próprio modelo de Giampiccoli e Saayman (2018) que usou o TALC no contexto do TBC. Por outro lado, existem outros fatores que influenciam o TBC que podem ajudar a compreender o modelo do ciclo de vida dessas iniciativas conforme será discutido a seguir.

### **2.3 Fatores determinantes do ciclo de vida de iniciativas de TBC**

Uma das deficiências do modelo TALC é a identificação limitada dos fatores que influenciam o desenvolvimento dos destinos. Segundo Butler (1980), as mudanças de fases do ciclo de vida acontecem sobretudo em função do tempo e do número de turistas. Contudo, para as iniciativas de TBC que geralmente é de pequena escala (APO, 2004) o foco principal é o aumento dos benefícios à comunidade, sejam eles sociais, econômicos e culturais (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; TOLKACH; KING, 2015; ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021).

Além disso, a reação dos residentes aos impactos do turismo pode influenciar a evolução dos destinos (MBAIWA; STRONZA, 2010). Por exemplo, Butler (1980) menciona a existência de ressentimento social por parte da comunidade anfitriã em relação aos visitantes, que sofre mudanças ao longo do período, sugerindo o índice de irritação turística de Doxey (1975) que progride de euforia, passando pela apatia, irritação até o antagonismo. Por outro lado, o modelo de Hunt e Stronza (2014) concluiu que as características dos residentes no seu estudo não exibiam características dos estágios iniciais do modelo, como eufóricos ou abraçando o turismo como previa Butler (1980), na verdade havia uma falta de conhecimento a priori sobre o turismo pelos residentes. Tal argumento pode ser constatado em experiências de TBC, por exemplo, Guzzatti (2010) observou que a comunidade analisada inicialmente não abraçou o turismo, pelo contrário foram mais resistentes, por achar que a região não atrairia ninguém.

De fato, uma das maiores dificuldades das iniciativas de TBC é a falta de habilidade e conhecimento sobre o turismo entre os residentes locais e apoio contínuo limitado, isto é, a

comunidade pode deixar de apoiar as atividades turísticas ao longo do tempo (KIM; PARK; PHANDANOUVONG, 2014; TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014; TOLKACH; KING, 2015). Destarte, deve-se sensibilizar a comunidade (GUZZATTI, 2010) por meio de capacitação para receber os turistas (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021).

Nesse âmbito, o apoio da comunidade é fundamental para o desenvolvimento das iniciativas, e pode ser analisado por meio da participação da comunidade. Gomez *et al.* (2016) adotou a estrutura conceitual desenvolvida e aplicada por Tosun (1999) que examina tipologias de participação da comunidade, que varia desde a não participação até a participação espontânea: i) participação coerciva, passiva; obrigatória, na maioria das vezes indireta; formal; em curto prazo pode gerar resultados, mas em longo prazo pode desgastar a comunidade; ii) participação induzida, passiva; o governo pode iniciar a ação participativa e institucionalizá-la, na maioria das vezes é indireta; formal, manipulada, pode ser chamada de pseudoparticipação; e iii) participação espontânea, voluntária, sem apoio externo, o tipo ideal, participação ativa, direta, no processo decisório (TOSUN, 1999).

Um outro fator que influencia nas fases do ciclo de vida do TBC é o modelo de desenvolvimento. Por exemplo, iniciativas com modelo *top-down* podem entrar na fase de estagnação mais rápida, onde as redes de turismo não funcionam, pois não há turistas ou os projetos são abandonados por atores externos. As iniciativas gerada como resultado de uma iniciativa local, ou seja, *botton-up*, demonstram maior expectativa de vida e desenvolvimento mais rápido e impactos mais positivos na economia local (ZAPATA *et al.*, 2011).

De qualquer forma, para a consolidação do TBC enquanto atividade geradora de benefícios diretos à comunidade, se faz necessário um esforço conjunto de setores, como público, privado, sociedade civil organizada bem como instituições de ensino (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). O engajamento desses atores possibilita entre outras coisas o fomento às atividades turísticas, desenvolvimento de projetos, bem como a crescente ampliação de estudos sobre a temática.

Okazaki (2008) defende a utilização de facilitadores – consultores, ONGs e representantes do governo – para construir um relacionamento mais respeitoso na comunidade. Em consonância, Tolkach e King (2015) sugerem que é preciso construir uma rede de apoio ao TBC, isto é, por meio de parcerias e colaboração entre os atores para apoiar o desenvolvimento e auxiliar no enfrentamento de desafios como a falta de informação, o financiamento e o marketing. Corroborando a discussão, Giampiccoli e Saayman (2018) observaram que o TBC passa por fases durante as quais sofre influência dos atores externos/estranhos e pela elite local.

Na mesma linha de argumentação, Kubickova e Martin (2020) observaram que o envolvimento do governo e a competitividade também influenciam o ciclo de vida do turismo e não foram previstos por Butler (1980). Por exemplo, nas fases de exploração e envolvimento tanto o envolvimento do governo como a competitividade apresentariam nível baixos, enquanto nas fases de desenvolvimento e consolidação, alto nível para os dois. A fase de consolidação teria alta competitividade, mas o nível de envolvimento do governo tende a diminuir. Assim, no caso das iniciativas de TBC, se um destino está em um estágio inicial, o governo pode assumir o papel de dar incentivos e encorajar os investidores (ECLAC, 2010). O governo passaria a se envolver de fato apenas na fase de envolvimento do TALC (GIAMPICCOLI; SAAYMAN, 2018; KUBICKOVA; MARTIN, 2020).

De fato, a assistência externa na maioria das vezes é necessária, mas deve ser facilitadora e temporária (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013). O governo, por exemplo, pode desempenhar um papel central no desenvolvimento do TBC (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013; CONNELLY; SAM, 2018). Ele é responsável pela infraestrutura básica, como acesso a determinadas regiões, água, luz, saneamento básico, segurança etc. Um exemplo de assistência do governo federal foi o Edital de 2008 do MTUR do Brasil que selecionou cinquenta (50) das mais de quinhentas (500) propostas recebidas, contudo nem todas as selecionadas foram contratadas. Vale destacar que esse edital foi o único até hoje para apoiar essas iniciativas, com um recurso de um pouco mais de R\$3 milhões

Além da assistência externa, outros elementos são importante para o sucesso do TBC, como: i) capacitação fortalecendo as habilidades de gestão do turismo; ii) gestão local e capacitação dos membros da comunidade; iii) estabelecimento de metas ambientais/comunitárias; iv) foco na geração suplementar de renda para a sustentabilidade em longo prazo da comunidade, etc. (DODDS; ALI; GALASKI; 2018).

Contudo, são inúmeras as dificuldades, como por exemplo, tornar o TBC uma renda complementar às comunidades. Em teoria, o TBC é visto como eficaz na criação de uma renda complementar das comunidades (MORAES *et al.*, 2020) pois ele tem o potencial limitado em termos econômicos, de escala, de produção e consumo, e as comunidades não devem depender excessivamente da atividade turística para o sustento (DODDS; ALI; GALASKI, 2018). No entanto, na prática muitas iniciativas dependem quase que exclusivamente dos recursos do TBC e isso pode ser um fator de fracasso, como aconteceu com algumas experiências no Brasil que tiveram apoio em 2008 pelo edital do MTUR. Mitchell e Muckosy (2008) apontaram que

pesquisadores do TBC na América Latina reconheceram a falta de viabilidade financeira para a maioria dos projetos de TBC.

De fato, algumas iniciativas de TBC em todo o mundo falham em promover o retorno esperado, não só devido a condições desfavoráveis como os aspectos econômicos, mas sociais, culturais e até políticos (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021). Por exemplo, há diferenças claras dos fatores que inibem iniciativas de TBC em países desenvolvidos e em desenvolvimento (GIAMPICCOLI; JUGMOHAN; MTAPURI, 2015; TOSUN, 2000; ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021). Geralmente os primeiros têm melhores estruturas econômicas, legislativas e políticas (TOSUN, 2000). Outra diferença reside no TBC como complementar à renda da comunidade algo muito mais difícil de alcançar nos países em desenvolvimento. Cria-se uma dependência da atividade turística que pode ser sazonal e sofrer flutuações. Ao introduzir o turismo, a nova atividade requer terra e recursos que são frequentemente usados para outros fins, como por exemplo meio de subsistência. Assim, as comunidades passam a depender do turismo como fonte primária de renda. Além disso, muitas iniciativas de TBC nos países em desenvolvimento operam com baixas taxas de ocupação no estágio inicial do ciclo de vida, mesmo após anos de funcionamento (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021).

Outros inibidores para o desenvolvimento do TBC foram observados, como: i) falta de habilidade e conhecimento necessário para desenvolver o turismo; ii) presença de atores externos com interesses distintos aos da comunidade; iii) falta de recursos financeiros; iv) decisões tomadas pelas elites; v) pouco ou inadequado apoio político governamental; vi) falta de alianças e cooperação com outras comunidades para apoiarem umas às outras e compartilhar experiência, etc. (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021).

Outro problema comum é a falta de conhecimento e habilidades, geralmente essas iniciativas não realizam esforços de marketing e se apresentam deficientes para conseguir atrair visitantes (CAÑADA, 2015; MIELKE; PEGAS, 2013) e consequentemente levando a outras consequências como a falta de viabilidade financeira.

Somado a todas essas dificuldades ainda existem os conflitos, em que a principal causa provém da dificuldade de interação entre os atores envolvidos, e refletindo dessa maneira uma questão de governança (GRACIANO; HOLANDA, 2020), o que a torna um entrave para que as experiências alcancem a fase de consolidação (ALBUQUERQUE, 2016; GRACIANO; HOLANDA, 2020).

Nesse contexto, após levantamento de estudos sobre o turismo em geral, iniciativas de TBC e aspectos relacionados ao desenvolvimento dessas iniciativas permitiu entender que, a partir do delineamento de categorias é possível sistematizar a análise e definir os fatores determinantes para o ciclo de vida do TBC. Isso posto, ao identificar as categorias que apresentavam congruências com os princípios do TBC, entendeu-se que cinco representavam, ao mesmo tempo, achados da literatura e aderência com o contexto do TBC: i) Acesso ao mercado; ii) Benefícios à comunidade; iii) Capacitação da comunidade, iv) Governança e v) Infraestrutura turística.

Para tanto, foram cumpridos 3 passos: (1) análise de fatores que influenciam a evolução de áreas turísticas em geral; (2) análise de fatores de sucesso/fracasso para iniciativas de TBC; (3) agrupamento de códigos descritivos e aspectos a ser analisado em categorias amplas.

A partir da discussão aqui tratada, foi possível sintetizar os principais determinantes que influenciam as fases do ciclo de vida das iniciativas de TBC e que serão guias para a consecução do objetivo desta pesquisa. Assim, tais elementos serão utilizados como base para a proposta inicial de integração ao capital social que serão explorados mais adiante. Antes disso, irá ser discutido sobre o capital social.

### 3 CAPITAL SOCIAL

O presente capítulo se dedica a uma revisão sobre conceitos, características e tipos de capital social. A partir dessa discussão, será possível perceber a relação entre o capital social e o ciclo de vida de iniciativas de TBC.

#### 3.1 Conceitos do capital social

O conceito de capital social tem origem na sociologia, porém tem se tornado cada vez mais comum entre cientistas políticos, economistas e administradores para responder uma ampla gama de questões que estão sendo confrontadas em seus próprios campos (ADLER; KWON, 2002). De forma geral, a pesquisa sobre capital social desempenhou um papel importante no avanço do conhecimento e compreensão do impacto das relações, redes e recursos sociais (SUSENO; ROWLEY, 2018).

Um dos primeiros usos do termo ‘capital social’ tem sido associado a Jane Jacobs na publicação do livro *The death and life of great american cities*, que foi publicado originalmente em 1961. Segundo Melo, Regis e Bellen (2015), Jacobs procura explicar o caráter associativo das vizinhanças americanas, da qual as redes de relacionamentos construída ao longo do tempo é o capital social para gerir os bairros.

Duas visões podem ser associadas aos estudos de capital social: visão microsocial e a visão macrosocial (PAXTON, 1999). A primeira acredita que o capital social pertence ao indivíduo e pode ser usado para gerar benefícios, destaca ainda as redes de relacionamento como elementos desse capital, enquanto a segunda considera o capital social como pertencente a comunidade ou sociedade e destaca a confiança como elemento (HELAL, 2005).

Um dos principais representantes da visão microsocial é Bourdieu (1986, p.248), um dos primeiros teóricos a conceituar o capital social. Para ele, capital social “é o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos - ou, em outras palavras, à participação em um grupo”. Ainda ressalta que o capital social é um recurso de indivíduos e famílias inerentes à sua rede de relacionamentos e capaz de ser transformado em outras formas de capital - econômica e cultural, ou seja, uma visão individualista que se concentra nos benefícios que as pessoas podem obter participando de grupos. Dito de outra maneira, o conceito de capital social reflete uma característica importante da vida em sociedade, isto é, laços sociais como amizade que geralmente podem ser usados para diferentes propósitos (ADLER; KWON, 2002).

Por outro lado, como representante da visão macro, Coleman (1988, p.98) conceitua o capital social como “uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todas elas consistem em algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores - sejam pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura”. Percebe-se aqui que tanto Coleman quanto Bourdieu concordam com a importância dos relacionamentos como um recurso para a ação social, mas não apresentam um consenso sobre uma definição mais precisa do capital social. Bourdieu (1986) usa o capital social para descrever como indivíduos e grupos homogêneos, que tem interesses semelhantes, mantém vantagens sobre os demais em uma sociedade. Por outro lado, a visão de Coleman (1988) entende que o capital social pode ser encontrado em grandes grupos como bairros ou comunidades que possuem subgrupos dentro deles.

A definição de Coleman (1988) parece ampla e inclui todas as maneiras pelas quais as relações sociais podem contribuir para a produção. Contudo, o conceito do autor trouxe consigo algumas deficiências conforme discutiram Portes e Sensenbrenner (1993). Primeiro, uma indefinição teórica que deixa em aberto a questão de quais são as entidades sociais que facilitam a realização de metas individuais e de onde elas vêm. Outra deficiência apontada pelos autores está na orientação instrumentalista que vê as forças estruturais sociais apenas do ponto de vista positiva. Esse ‘entusiasmo’ de enxergar apenas o lado positivo, segundo os autores deixa de lado o *insight* de Granovetter (1985) presente na discussão sobre *embeddedness* de que as estruturas sociais podem avançar como também podem restringir a busca dos objetivos individuais.

Contudo, o capital social se tornou popular com os estudos do cientista político Robert Putnam, principal representante da visão macro, que reformulou o termo como uma característica das comunidades e de sociedades inteiras (PORTES; VICKSTROM, 2011). Assim, segundo Putnam (1993, p. 1), “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos”. Para o autor o capital social facilita a cooperação espontânea, por meio da confiança. Ou seja, quanto mais elevado a confiança maior a chance de haver cooperação.

O trabalho de Putnam recebeu críticas, entre elas destaca-se, i) busca de uma única estrutura explicativa para toda a gama de desempenho político e econômico, ou seja, o capital social seria “tudo para todas as pessoas” (PUTZEL, 1997), ii) tratamento mais descritivo do que explicativo (UPHOFF, 2000).

Mas afinal, importa ou não essas distintas visões? De forma geral, o capital social oferece uma variedade de resultados em nível micro e macro que pode ser benéficos para as economias (TARUVINGA *et al.*, 2017). Assim, a abordagem aqui defendida é que ambas têm suas especificidades e podem ser ponderadas. Primeiro, é necessário uma definição que deixe de lado o argumento de ‘que vale tudo’ (WOOLCOCK, 2001). Segundo, deve-se levar em conta o papel do Estado, que foi dado pouca ênfase por Putnam (1993). E por fim, deve-se considerar o lado negativo do capital social, que será tratado mais adiante.

De modo resumido, esta tese concorda que pode-se definir capital social como conjunto de normas e redes que facilitam a ação coletiva (WOOLCOCK, 2001). Tais redes e normas são necessárias para construir parcerias e relações de confiança entre os interessados, seja na esfera privada ou pública. Assim, a maneira como as pessoas se associam uns aos outros e em que termos, tem implicações para o bem-estar das pessoas em grupos, associações, comunidades etc.

A pesquisa sobre o capital social pode e deve continuar a expandir sobre aspectos e mecanismos específicos em torno desse capital (KWON; ADLER, 2014). Sobre isso será tratado na próxima seção.

### 3.2 Formas e dimensões do capital social

Coleman (1988) divide o capital social sob três formas: i) obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas, ii) capacidade de fluxo de informações da estrutura social e iii) normas acompanhadas de sanções. O autor parte do princípio da naturalidade e das relações de confiança entre os indivíduos na formação do capital social. Nesse sentido, a confiabilidade gera uma relação de expectativas e comprometimento na retribuição de ações.

Diferente dessa classificação e desconsiderando o fluxo de informações, Nahapiet e Ghoshal (1998) integra o capital social em três dimensões: dimensão estrutural, relacional e cognitiva. Embora distintas, muitas das características de cada uma estão interrelacionadas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). A **dimensão estrutural** se refere aos padrões gerais de conexões entre os atores, onde está presente ou ausente os laços sociais entre os atores, configuração de rede, etc. A **dimensão relacional** se refere aos ativos criados e levantados por meio dos relacionamentos, isto é, nas relações particulares que as pessoas possuem, como respeito e amizade, ou seja, está relacionado à qualidade ou força dos laços sociais. A **dimensão cognitiva** abrange os recursos que fornecem representações compartilhadas, interpretações, sistemas de significado entre as partes, valores entre atores. Em outras palavras deriva de

processos mentais e ideias resultantes, reforçados pela cultura e ideologia, incluindo, portanto, valores, normas, atitudes e crenças (UPHOFF, 2000).

A partir de um esquema ontológico, Adi (2004) dividiu o capital social em três níveis: i) o que constitui, ou seja, sua essência, ii) as qualidades ou atributos que ele gera e iii) as estruturas ou instituições que são gerados pelos demais níveis. Esses três níveis podem ser equivalentes aos três graus de abstração filosófica, em que o nível mais alto e abstrato corresponde a determinadas 'regras' específicas que comandam a crença ou obediência, moldando assim a atitude dos agentes individuais em relação aos outros e à natureza em geral, por exemplo, normas e valores constituem o capital social neste nível. O segundo nível é composto pelas virtudes potenciais que são geradas por referência ao primeiro nível. Portanto, são conceitos relacionais, como por exemplo a confiança (ou falta), solidariedade (ou falta), obediência à autoridade etc. E o último nível é composto por formas institucionalizadas ou estruturais do capital social, ou seja, são observáveis, como as associações, grupos, redes de parcerias, instituições em geral.

Dessa forma, o nível mais alto e abstrato é composto pela dimensão cognitiva, ou seja, as regras, normas e valores conforme apregoa Adi (2004), enquanto o segundo nível é composto pela dimensão relacional e o nível mais concreto é composto pela dimensão estrutural, esta por sua vez, indica a presença de uma rede de acessos a pessoas e recursos que fornece oportunidades para os atores (ANDREWS, 2010). Assim, a existência de associações ou redes de parcerias pressupõe a existência de confiança ou solidariedade que, por sua vez, implica a realidade das normas ou valores.

Corroborando a discussão, Ostrom e Ahn (2009) apontam também três formas: (1) confiabilidade, (2) redes e (3) regras ou instituições formais e informais, esta última divisão coloca as regras e instituições em um mesmo nível diferente do que Adi (2004) e Nahapiet e Ghoshal (1998) haviam proposto. Cada uma dessas formas será explicada com mais detalhes visando identificar os elementos para a composição do modelo proposto que será discutido mais à frente.

Iniciando pela confiança, esta representa um elemento crítico para as obrigações e expectativas que Coleman (1988) se refere, pois eles dependem da confiabilidade do ambiente social, além da extensão real das obrigações pendentes. Assim, quanto mais elevado o nível de confiança numa dada comunidade/grupo, maior a probabilidade de haver cooperação. Quanto à extensão das obrigações pendentes, existem fatores que devem ser observados, como o próprio nível de confiabilidade, as reais necessidades das pessoas por ajuda, a existência de

outras fontes de ajuda, como da assistência do governo, o grau de riqueza, as diferenças culturais, o grau de fechamento da rede, etc. (COLEMAN, 1990). Além disso, a própria cooperação gera confiança (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 2006).

A confiança pode surgir de duas fontes: as regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Na prática, existem dois tipos de reciprocidade, balanceada e generalizada, a primeira se refere à permuta simultânea de itens de igual valor, e a segunda é uma contínua relação de troca que a qualquer momento pode apresentar desequilíbrio ou faltar correspondência, mas supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro, como por exemplo, a amizade. Dessa forma, a reciprocidade generalizada gera vultoso capital social e reforça a colaboração. Quanto aos sistemas de participação cívica, assim como as associações comunitárias, as cooperativas, representam uma intensa interação horizontal e assim quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Eles facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 2006).

De fato, as relações sociais, muitas vezes estabelecidas para outros fins, constituem canais de informação que reduzem tanto a quantidade de tempo quanto de investimento necessários para coletar informações (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Nesse caso a informação pode ser usada como benefícios de três maneiras: acesso, tempo e referências. O acesso refere-se a receber uma informação valiosa e saber quem pode usá-la, enquanto o tempo se refere a receber as informações com antecedência e por fim, as referências, é quando por exemplo a rede que filtra as informações, concentra e legitima informações, e assim se tem uma garantia de que apesar de não conhecer a pessoa, outras que se tem confiança estão falando bem (BURT, 1992).

A discussão sobre filtrar informações retoma a ideia de buracos estruturais de Burt (1992) que se referem à ausência de determinados laços sociais que inibe o fluxo de informações entre as pessoas. Neste caso representam uma oportunidade para intermediar o fluxo de informações entre as pessoas e controlar a forma de projetos que reúnem pessoas de lados opostos do buraco. Ou seja, o valor potencial desses buracos é intermediar fontes de informações não redundantes e complementares (BURT, 1992).

Burt (1992) argumenta que uma rede esparsa com poucos vínculos redundantes geralmente fornece maiores benefícios de capital social. Se a oportunidade de intermediar o fluxo de informações entre grupos constitui um benefício central do capital social e se, em geral,

a informação circula mais dentro do que entre os grupos, uma fonte importante de capital social é uma rede de laços caracterizados por conexões em buracos estruturais - links para grupos que não estão conectados de outra forma.

Sobre as redes de parcerias, elas podem melhorar a capacidade de indivíduos e organizações atingirem seus objetivos. Assim, por exemplo quando indivíduos confiáveis que estão dispostos a cooperar com os outros constituem apenas uma pequena minoria de toda a população de uma sociedade, uma condição para que eles sobrevivam e prosperem é estabelecer uma rede entre eles. Portanto, a confiança é aprimorada quando os indivíduos são confiáveis, e estão em rede uns com os outros (OSTROM; AHN, 2009).

Outra forma de capital social são as normas ou regras, que encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, deixando de lado seus interesses individuais. Ademais, elas dependem de uma comunicação regular, assim quando existe uma norma eficaz, constitui uma forma poderosa, mas às vezes frágil, de capital social, pois embora facilite certas ações pode também restringir outras (COLEMAN, 1990).

Apesar das relações sociais em muitos casos representar uma condição necessária para a confiança e o comportamento honesto, elas não constituem uma garantia por si só suficiente e pode até favorecer ocasiões de má fé e conflitos (GRANOVETTER, 1985). Portanto, para que seja possível benefícios contínuos do capital social, exige-se que os atores possam adaptar a composição de suas redes sociais às demandas inconstantes de seu ambiente de tarefas. Isso muitas vezes implica a capacidade de criar novos laços, ao mesmo tempo que pode diminuir o relacionamento de alguns dos antigos laços - se não os extinguir completamente (GARGIULO; BENASSI, 1999).

### **3.3 O lado negativo do capital social**

A discussão até aqui retoma o viés dos sociólogos em ver coisas boas emergindo da inserção social. Esse entusiasmo com o lado positivo dos laços sociais levou os sociólogos a desconsiderar a dualidade que já era enfatizada anteriormente por Granovetter (1985), de que as estruturas sociais podem ser fonte tanto de oportunidade quanto de restrição do comportamento individual, ou seja, os laços sociais às vezes podem atrapalhar, em vez de ajudar, a capacidade de um ator de atingir seus objetivos (PORTES; SENSENBRENNER, 1993). De forma sucinta, é o chamado 'lado obscuro', laços sociais que aprisionam os atores em situações que facilitam comportamentos indesejáveis (GARGIULO; BENASSI, 1999; LANDOLT; PORTES, 1996; PORTES, 1998; PUTNAM, 2000).

Há pelo menos quatro consequências associadas ao lado obscuro do capital social: i) exclusão de não-membros, ii) exigências excessivas a membros do grupo, iii) restrições à liberdade individual e iv) normas de nivelação descendente (PORTES, 2000).

A primeira consequência negativa aponta que os mesmos laços fortes que produzem benefícios para os membros de um grupo permitem-lhes também a barrar o acesso a terceiros. A segunda está ligada a primeira, à medida que o fechamento de um dado grupo pode em certas circunstâncias impedir o êxito de iniciativas de outros membros. A terceira está ligada a restrições, por exemplo daqueles com ideias mais criativas ou não convencionais. E por fim, a última consequência está relacionada a situações que a solidariedade do grupo é arraigada pela experiência comum da adversidade e pela oposição às tendências dominantes. Assim, membros com opiniões semelhantes permanecem no grupo e os mais ambiciosos saem (PORTES, 2000).

Além dessas consequências, o oportunismo pode ser entendido como efeito negativo do capital social quando ocorre a exploração ou manipulação das relações sociais, aproveitando-se da confiança e reciprocidade que existe para obter vantagens pessoais, sem contribuir de forma justa (SZRETER; WOOLCOCK, 2004). O nepotismo também tem sido associado como malefício gerado pelo capital social, em que indivíduos favorecem familiares ou amigos próximos em detrimento de outras pessoas, baseando-se nos laços de parentesco ou amizade.

De maneira geral, o capital social como qualquer outra forma de capital pode ser usado para provisão de benefícios ou malefícios (ADLER; KWON, 2002; MACBETH; CARSON; NORTHCOTE, 2004). O que importa não é a quantidade, mas a qualidade, por exemplo, a abordagem do ‘mais é melhor’ foi contestada quando se observaram efeitos negativos (AGNITSCH; FLORA; RYAN, 2006; GANNON; ROBERTS, 2020). Perceber esses efeitos negativos se torna mais claro quando se compreende que existem diferentes tipos de capital social.

Ao considerar os tipos de capital social, é fundamental reconhecer que a dimensão estrutural desempenha um papel central na sua construção. Ao focar exclusivamente nessa dimensão para a compreensão do capital social, esta tese busca compreender como a estrutura das interações sociais, os padrões de relacionamento e as redes de conexões influenciam a formação e o desenvolvimento do capital social. A seguir será discutido com mais detalhes.

### **3.4 Tipos de capital social**

Como já observados, as dimensões do capital social relacionam entre si, por exemplo Ballet, Sirven e Requier-Desjardins (2007) concluíram que as comunidades não existem

apenas em sua forma estrutural, mas englobam aspectos culturais (normas, valores e confiança). Contudo, nem todas as dimensões se reforçam mutualmente, Nahapiet e Ghoshal, (1998) esclarecem que desenvolver um forte capital social relacional ou cognitivo em uma rede nem sempre significa uma rede eficiente de capital social estrutural. Isso pode ser explicado pelo fato de que existem tipos de capital social distintos.

Considerando a natureza multidimensional do capital social, Woolcock (2001) diferencia três tipos de capital social: i) capital social de ligação; ii) capital social de ponte e iii) capital social de conexão, embora esse último possa ser considerado um subtipo do segundo.

**Capital social de ligação** refere-se à relação entre familiares, amigos íntimos, vizinhos, colegas de trabalho (WOOLCOCK, 2001). Dito de outra forma, é voltado para dentro e reforça as identidades exclusivas e grupos homogêneos (PUTNAM, 2000). Também chamada de redes horizontais densas, possuem capacidade de transmitir informações de maneira eficiente entre os membros da rede, além de criar incentivos para se comportar de maneira confiável (OSTROM; AHN, 2009). Não se baseia na quantidade de relacionamentos, mas na qualidade destes. Indivíduos com altos níveis de capital social de ligação têm vínculos intensos com outros com quem interagem (ENGBERS; RUBIN, 2018).

**Capital social de ponte** refere-se a conexões entre pessoas que compartilham características demográficas semelhantes apesar de mais distantes (WOOLCOCK, 2001). Eles incluem pessoas em suas listas telefônicas e de e-mail com as quais você não entra em contato regularmente, mas são cruciais para sua vida profissional, por exemplo (WOOLCOCK; SWEETSER, 2002). Ou seja, são pessoas/organizações de fora do grupo, mas que podem fornecer acesso a outros recursos.

**Capital social de conexão** refere-se a interrelação entre pessoas de classes sociais menos favorecidas e indivíduos que têm posições de autoridade (WOOLCOCK, 2001) com capacidade de alavancar recursos, ideias e informações de instituições formais além da comunidade (WORLD BANK, 2000). Tem sido abordado como redes verticais, com acesso a atores poderosos, como por exemplo, banqueiros, policiais, assistentes sociais, prestadores de serviços de saúde e políticos (SZRETER; WOOLCOCK, 2004). Assim, enquanto os laços de ligação e de ponte são de natureza horizontal, o capital social de conexão é vertical (KYNE; ALDRICH, 2020).

Dito de outra maneira, o capital social de ligação, refere-se a situações em que os indivíduos se identificam com um conjunto comum de normas e valores, nesse caso a ação cooperativa tende a ser mais espontânea. Por outro lado, quando não há comunhão de tais

crenças, a ação cooperativa pode não ser espontânea, aqui temos o capital social de ponte (ADI, 2004) e/ou subtipo capital social de conexão. Isso aponta para o fato de que as normas e valores são particulares de cada grupo de pessoas com culturas distintas, ou seja, um conjunto de normas e valores determinam o comportamento dos membros do grupo.

Embora o capital social de ligação seja mais comum, pode não ser suficiente, apenas ‘ter boas relações próximas’. Tanto o capital social de ponte como de conexão, mesmo sendo mais difícil de obter e manter pode ajudar as populações mais marginalizadas a progredir, no caso do capital social de conexão pode ajudar a acessar principalmente serviços básicos como educação, saúde, etc. (KYNE; ALDRICH, 2020).

Ao criar uma rede de relações sociais ampla e diversificada que permite troca de informações e colaboração entre organizações, comunidades e indivíduos, tanto o capital social de ponte como de conexão pode contribuir para a implementação de projetos de inovação social. Por exemplo, Medeiros e Gómez (2019) observaram que a participação e mobilização de atores, sejam sociais, organizacionais e institucionais foram importantes para a expansão das iniciativas de inovação social.

Os efeitos desses tipos de capital social têm sido testados na literatura, porém poucos estudos tentaram integrar todos os tipos (PISANI *et al.*, 2017). Analisando de forma separados é possível prever resultados positivos para o uso desses tipos, mas são mais eficazes quando são combinados. Por exemplo, Agnitsch, Flora e Ryan (2006) observaram que as comunidades com mais sucesso na ação coletiva possuem capital social de ligação e ponte. Por outro lado, observou-se que o efeito de um deles diminui quando o outro é mais alto. Nesse caso, não importa o tipo de capital que é alto, qualquer combinação produz um resultado melhor do que ambos sendo baixas.

De forma geral, o tipo de capital social presente em cada comunidade depende das relações estabelecidas entre os atores e da maneira como eles o utilizam em seus contextos (RAMIREZ HERNANDEZ *et al.*, 2019). Dessa forma, é possível encontrar o lado obscuro desse capital social e isso pode ser mais bem visualizado quando se compreende as características dos tipos de capital social. O Quadro 2 retrata os impactos positivos e negativos de cada tipo.

Os potenciais efeitos negativos do capital social da comunidade têm sido associados principalmente ao excesso de capital social de ligação e pouco capital social de ponte (AGNITSCH; FLORA; RYAN, 2006). Bowles e Gintis (2002) afirmaram que grupos altamente homogêneos, presentes em algumas comunidades pode dificultar colher benefícios da

diversidade econômica associada a fortes complementações de habilidades e outros insumos, pois ao compartilhar equipamentos e habilidades, por exemplos, as comunidades podem usufruir dos privilégios e consequentemente diminuir as dificuldades. Além disso, o capital social de ligação alto pode restringir novas ideias, inibindo a inovação (PILLAI *et al.*, 2017). Com a presença do capital social de ponte, este pode ajudar a evitar possíveis custos fornecendo vínculos externos a determinados grupos, permitindo maior acesso a recursos e reduzindo dependência (AGNITSCH; FLORA; RYAN, 2006; WOOLCOCK, 1998).

Quadro 2 - Impactos positivos e negativos dos tipos de capital social

| <b>Tipo de capital social/ Impactos</b>               | <b>Capital social de ligação</b>                                                                                         | <b>Capital social de Ponte</b>                                                    | <b>Capital social de conexão</b> |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| <b>Impactos positivos</b>                             | Acesso de recursos, sanção desviante de comportamento                                                                    | Acesso de diversos recursos, incentivo à inclusão, identidades voltadas para fora | Acesso a mais recursos           |
| <b>Impactos negativos</b>                             | Recursos limitados, discriminação de membros marginalizados, incentivo à exclusividade, identidades voltadas para dentro | Raramente documentado                                                             | Dominação de elite               |
| <b>Interação entre os lados positivos e negativos</b> | Lado positivo dos laços de ponte e conexão neutralizam o lado negativo dos laços de ligação                              |                                                                                   |                                  |

Fonte: Lo e Fan (2020)

Quanto aos efeitos negativos do capital social de conexão, este pode levar a comportamentos, como o nepotismo, corrupção e supressão (SZRETER; WOOLCOCK, 2004), isso por que as relações pessoais e de conexão podem ser valorizadas em detrimento do mérito e da competência, resultando na alocação injusta de recursos e oportunidades. Tais constatações podem prejudicar a eficiência e a eficácias das organizações.

Todos esses efeitos negativos leva a crer que o capital social pode gerar desigualdades, pois normas e redes que servem a determinados grupos podem obstruir outros, particularmente se as normas são discriminatórias ou se as redes são socialmente segregadas (PUTNAM, 1993) Ou seja, pode enfraquecer a confiança e levar a problemas com as decisões coletivas (RASTOGI; THAPLIYAL; HICKEY, 2014). Ou seja, relações de conexão baseadas em interesses egoístas ou ganhos pessoais podem minar a confiança mútua e levar a conflitos entre diferentes grupos ou indivíduos.

Nesse contexto, a partir da compreensão dos tipos de capital social aqui discutidos e seus efeitos positivos e negativos será proposto um modelo teórico para o ciclo de vida do TBC. Antes disso será discutido os procedimentos metodológicos.

## 4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A maior parte das teorias contemporâneas se posicionam em relação à produção e aquisição do conhecimento por dois tipos de raciocínio: dedutivo e indutivo. Por um lado, o processo dedutivo que começa com uma teoria ou generalização e procura verificar se a teoria é aplicável para casos mais específicos, em outros termos se movendo do geral para o particular, enquanto a indução começa com observações de exemplos específicos e a partir disso, a teoria é elaborada para explicar o fenômeno investigado, ou seja, move-se do particular para o geral (HUSSEY; HUSSEY, 1997).

Os dois raciocínios aqui tratados de fato parecem ser opostos, em que um começa com a necessidade de testar a teoria, hipotético-dedutivo, e o outro em desenvolver a teoria, indutivo (ALI; BIRLEY, 1999). Por um bom tempo, assumiu-se que o raciocínio dedutivo estava mais ligado às pesquisas quantitativas, enquanto o indutivo estava mais ligado às pesquisas qualitativas. No entanto, alguns autores assumem que essa postura não é tão útil e, do ponto de vista do papel da teoria, tanto a abordagem indutiva pode ser utilizada em pesquisas quantitativas quando a abordagem dedutiva pode ser usada para pesquisas qualitativa (ALI; BIRLEY, 1999; LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009).

No caso desta pesquisa, toma-se como inspiração, a teoria adaptativa que adota uma abordagem equilibrada, evitando as armadilhas de ser uma abordagem extremamente dedutiva ou indutiva (HEWEGE; PERERA, 2013). Para esclarecer melhor sobre essa abordagem metodológica é necessário antes tecer explicações sobre ontologia e epistemologia.

### 4.1 Perspectiva ontológica e epistemológica

O modelo de Butler é uma das aplicações mais conhecidas e geralmente considerada importante para explicar a evolução da área turística (HUNT; STRONZA, 2014; NUGROHO; NUMATA, 2020). Sua premissa central é convincente: durante um longo período as chegadas de turistas em determinados destinos aumentarão, primeiro lentamente e depois de forma mais rápida, antes de se estabilizar e então na ausência de uma ação corretiva, pode ocorrer o declínio. Todo esse processo ocorre ao longo de seis fases, já comentadas anteriormente. Quando ilustrado, a curva "assintótica", em forma de 'S' assemelha-se a do ciclo de vida do produto na teoria de marketing, porém com o número de visitantes substituindo o de vendas.

O TALC, como acontece com uma grande quantidade de pesquisa em turismo, de forma acrítica, emprega o gerencialismo (PIMENTEL, 2018) que, pressupõe uma conjunção entre o

número de turistas e o tempo, ambas variáveis quantificáveis, ou seja, é baseado em fatos objetivos, não em valores subjetivos.

De fato, a maior parte da literatura do turismo mostra um certo domínio do gerencialismo, que vê a investigação científica como objetiva, empírica e quantificável. Os problemas de pesquisa em turismo são definidos como uma relação entre variáveis independentes e dependentes (BOTTERILL, 2001). Além disso, existe uma certa relutância em reconhecer por exemplo, a influência do próprio pesquisador, que normalmente apenas observa, tentando desvendar o efeito de intervenções ou tratamentos sobre variáveis dependentes, como demanda, motivação e oferta turística.

A suposta normalidade dessa abordagem na pesquisa em turismo apesar de muito utilizada, não contempla a totalidade e complexidade do fenômeno turístico. Ou seja, as velhas formas de pesquisa de conhecimento podem não ser mais satisfatórias, e agora há um corpo crescente de pesquisadores que exigem abordagens inovadoras para o turismo (GALE; BOTTERILL, 2005).

Um dos motivos pelo qual a pesquisa em turismo tenha ficado para trás na investigação em ciências sociais em geral, é que ela falhou em aproveitar a vantagem do uso de abordagens de pesquisa que foram aceitas em outros campos de pesquisa e foi lenta em abordar muitas das questões epistemológicas e ontológicas que foram debatidas em disciplinas das ciências sociais (GOODSON; PHILLIMORE, 2004). É justamente essa falha que reforça o conhecimento limitado da pesquisa sobre o ciclo de vida das experiências turísticas, apesar da literatura de turismo dá atenção às pesquisas (AGARWAL, 1997; BUTLER, 1980; DOXEY, 1975; HAYWOOD, 1986; PLOG, 1974), já que tem sido dada pouca ênfase a como a estrutura e as instituições interagem dinamicamente (MCLENNAN *et al.*, 2012).

Nesse sentido, com base nos lapsos apresentados, a proposta de tese é baseada no realismo crítico que oferece uma alternativa distinta das abordagens objetivistas e subjetivistas. Dito de outra forma e refletindo sobre o ciclo de vida, os realistas críticos argumentariam que não se pode reduzir o mundo social a pequenas partes que interagem para criar belos padrões, como curvas em “forma de S”. Mais do que isso, ao se aprofundar nos processos de transformação do desenvolvimento das experiências de TBC, o realismo crítico permite desenvolver explicações em uma tentativa de ir além das noções simplistas do ciclo de vida do turismo (GALE; BOTTERILL, 2005).

O realismo crítico foi desenvolvido por Roy Bhaskar na década de 1970, e posteriormente refinado pelo próprio Bhaskar e por estudiosos como Margaret Archer, Andrew

Sayer e Tony Lawson. Tem sido aplicado em alguns campos das ciências sociais, como o turismo (GALE; BOTTERILL, 2005), sociologia (ARCHER, 1995), nos estudos de organização e gestão (FLEETWOOD; ACKROYD, 2004), além de áreas específicas como nos estudos sobre empreendedorismo (HU, 2018).

Desafiando as abordagens dominantes do positivismo e da hermenêutica, o realismo crítico defende o poder das ciências naturais e sociais para explicar, bem como observar e interpretar. Explorar e compreender a natureza da realidade tornam-se os objetivos principais dos pensadores realistas. Eles colocam a ontologia em primeiro plano sobre a epistemologia, diferente do construtivismo por exemplo. Além disso, propõem uma ontologia diferenciada da realidade social dividida em domínio transitivo (modelos, métodos, teorias) e domínio intransitivo dividido em empírico (experiências), atual (eventos) e real (mecanismos) (BHASKAR, 2008).

Dessa maneira, os realistas críticos assumem que 'algo' aconteceu, ou que 'algo' está lá, e que esse 'algo' tem uma realidade existencialmente intransitiva. Ou seja, afirmam que a realidade existe independentemente de nosso conhecimento dela, e essa realidade contém uma dimensão que não é algo imediatamente observável, ou seja, pode haver eventos observáveis e não observáveis (DANERMARK *et al.*, 2005). Portanto, assumem que os modelos se referem a mecanismos que estão por trás das camadas empíricas e atuais da realidade.

Assim, há uma mudança na ênfase de eventos para mecanismos. Na prática isso significa que a questão fundamental na filosofia da ciência segundo Bhaskar (2008) é identificar as propriedades que as sociedades e as pessoas possuem que podem torná-las possíveis objetos do conhecimento. Em outros termos, é desviar atenção para o que produz os eventos, não apenas para os próprios eventos, ou seja, para os mecanismos (DANERMARK *et al.*, 2005) que estão nas profundezas ontológicas da realidade social, mas não são acessíveis por meio do reducionismo ou da experiência, pois estão no nível mais abstrato. Os realistas críticos são livres para ir além dos fatos, para os processos transfactuais por trás deles (PRICE; MARTIN, 2018).

Assim, para compreender a realidade, é necessário, além das análises abstratas e estruturais, conhecer a análise causal. Essa análise explica por que o que acontece realmente ocorre. O propósito da explicação não é o único elemento definidor do estudo científico, a própria possibilidade de determinar condições causais ou relações causais subjacentes a tipos de eventos (em outras palavras, explicando 'como o evento surgiu'), que tem sido central para a ciência. Perguntar o que causou algo é perguntar o que produz, gera, cria, determina ou ainda o que permite. Pela perspectiva realista, não se trata de uma relação entre eventos separados,

mas as causas referem-se a objetos ou relações e sua natureza. É uma questão de quais poderes ou responsabilidades causais existem em um determinado objeto ou relação. Por exemplo, os seres humanos possuem o poder causal de se reproduzir (DANERMARK et.al, 2005).

Nesse contexto, os objetos têm poderes e responsabilidades causais independentemente de qualquer padrão específico de eventos. Além disso, os poderes causais são exercidos tanto pela estrutura como pela agência. Contudo, para que qualquer coisa exerça um poder causal, “ela precisa figurar em uma relação de tal modo que obstrua ou facilite a consecução de uma empreitada agência específica, conforme subjetivamente definida” (ARCHER, 2011, p.165).

Dessa forma, para os realistas críticos, o conhecimento só pode ser entendido como sendo o resultado da interação entre sujeito e objeto, já que o objeto, assim como o sujeito, possui ontologia própria e poderes causais próprios (ARCHER, 1995). Portanto, parte-se do pressuposto de que o conhecimento que se tem da natureza é falível e aberto a ajustes, uma vez que o mundo real não se acomoda em todas as nossas observações e teorias. Uma organização, por exemplo, existe mesmo que alguém não a conheça, pois para os realistas, tais organizações somente serão reais se elas tiverem os poderes causais (ARCHER, 2011).

Conforme a ontologia social realista crítica, as estruturas pré-existentes restringem e facilitam a agência e são subsequentemente reproduzidas ou transformadas por meio de interações sociais (ARCHER, 1995). Assim, essa ontologia aqui utilizada permite aprofundar o conhecimento sobre as experiências de TBC a partir das relações na comunidade, isto é, por meio da análise do capital social, pois ele está no nível mais abstrato, no domínio real, onde estão os mecanismos.

Dito isso e para compreender todos esses aspectos levantados será utilizado como abordagem metodológica a teoria adaptativa de Layder que será explicitada a seguir.

## **4.2 A teoria adaptativa**

A teoria como método social aqui abordada foi desenvolvida por Derek Layder. Baseia-se em uma posição epistemológica que não é nem positivista nem interpretativista. Segundo Layder (1998) o positivismo falha em reconhecer que o mundo social é constituído pelas ações das pessoas que possuem significados, em que o comportamento é diferente dos fenômenos inanimados do mundo natural, semelhante a leis, previsíveis. Na verdade, o comportamento das pessoas e o funcionamento das estruturas quase sempre são imprevisíveis e não são determinados por princípios universais. Por outro lado, o interpretativismo reconhece corretamente o ponto de vista subjetivo, ou seja, compreende o mundo do ponto de vista das

pessoas. Contudo, essa visão é levada ao extremo e concebe o mundo social como completamente composto de significados, deixando de fora outras características da vida social, como as estruturas, símbolos culturais, ideologias. Assim, a teoria adaptativa tenta evitar essas definições extremas rígidas de indução e dedução, o que é coerente com o realismo crítico (LAYDER, 1998).

Dessa maneira, a teoria adaptativa endossa uma posição epistemológica que incorpora, tal qual o realismo crítico, “tanto o ponto de vista subjetivo 'interno' da interação social, enquanto simultaneamente reconhece que tal atividade sempre ocorre no contexto de ambientes sociais mais amplos e recursos contextuais” (LAYDER, 1998, p.140).

Dito de outra forma, a teoria adaptativa caracteriza-se como um meio termo entre duas abordagens metodológicas opostas, a *Grounded Theory* e *Middle-range Theory*. A primeira consiste na emersão dos dados a partir do campo, sem contato prévio com a teoria, portanto método indutivo, enquanto a segunda prevê o teste de hipóteses como foco central da pesquisa, ou seja, método dedutivo. Nesse caso, como ambas apresentam limitações, a teoria adaptativa combina os procedimentos indutivos e dedutivos para desenvolver e elaborar a teoria (LAYDER, 1998).

Layder (1998) explica que a palavra ‘adaptativo’, destina-se a transmitir que a teoria ou se adapta ou é moldada, tanto pelos dados empíricos como pelos materiais teóricos que são relevantes para sua análise. O autor sugere que os pesquisadores devem construir diálogos criativos entre descobertas de pesquisas emergentes e teorias existentes, com o objetivo de adaptar teorias, desenvolver novas ou ampliar a compreensão da aplicação das teorias. Ou seja, apesar de ser uma abordagem metodológica, se propõe a ser uma abordagem de teorização.

Teorizar na visão de Layder (1998) deve ser um aspecto contínuo do processo de pesquisa. Assim, pode estar em qualquer fase do processo de pesquisa, desde o pensar a pesquisa, a escolha dos sujeitos e incluindo muito antes e muito depois dos dados coletados, embora deva ser conduzido em associação com a análise de dados.

Ao contrário de outras abordagens metodológicas, a teoria adaptativa requer uma contínua procura e revisitação de teorias sociais para dar sentido aos dados. Ressalta-se que essa estrutura teórica não é conclusiva, pois o objetivo deste é guiar o pesquisador na decisão sobre a natureza dos dados a serem coletados e dar sentido aos dados que emergem do campo (HEWEGE; PERERA, 2013).

Nesse sentido, Layder (1998) aponta que deve ter uma união entre a teoria previa (agindo como um modelo para guiar a pesquisa) e a teoria desenvolvida por meio dos dados

empíricos e sua análise, isto é, agindo como um modificador potencial e modelador do modelo teórico. Aqui aponta-se a diferença entre esta abordagem e a Grounded Theory, em que a primeira não acredita que seja possível uma abordagem de pesquisa ser teoricamente neutra. Em outras palavras, o autor afirma que todas as observações e formas de coleta de dados são influenciadas pela teoria e suposições teóricas anteriores.

Tais suposições e teorias atreladas à pesquisa, facilita a produção de explicações mais poderosas e adequadas dos dados empíricos. Além disso, como pesquisadores, deve-se valorizar positivamente as ideias teóricas anteriores como meio de dar foco à coleta e análise de dados (LAYDER, 1998).

Contudo, segundo os pressupostos da teoria adaptativa não se deve apegar à teoria prévia utilizada, o ideal é utilizar conceitos, elementos que podem ser de diferentes teorias e a partir disso ir ao campo. No caso desta tese utiliza-se a priori o conceito de capital social, como um meio de colocar em marcha o processo de teorização, ou seja, uma forma de organizar os dados que serão coletados (LAYDER, 1998). Assim, em uma primeira etapa, é proposto a primeira versão do modelo teórico (Figura 3), como ponto de partida.

Ademais, segundo Layder (1998) a pesquisa não é rigidamente fechada. Portanto, tanto as escolhas teóricas como metodológicas não precisam ser todas decididas em princípio, caso contrário isso tornaria a pesquisa fechada. Contudo é necessário um direcionamento sobre tais escolhas que será explicitado adiante.

#### **4.3 Delineamento da pesquisa**

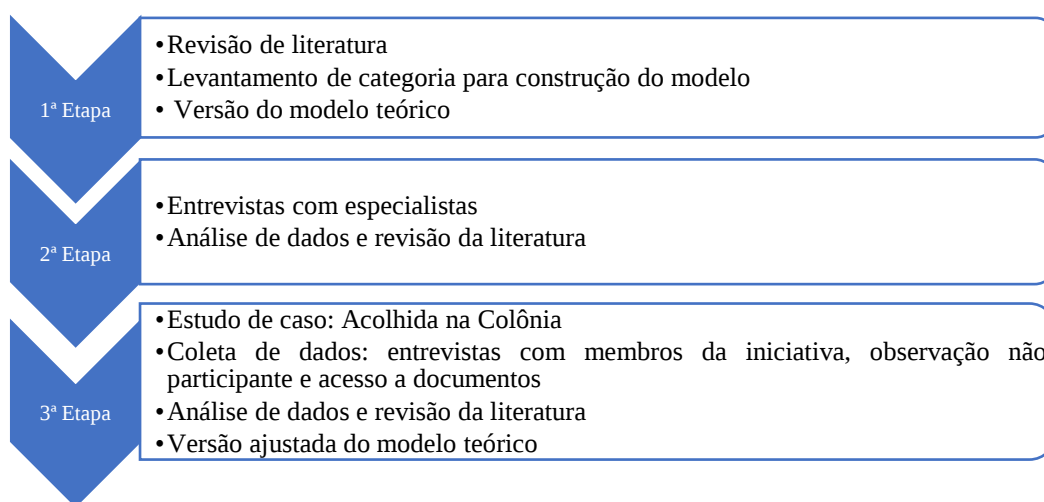
Conforme a classificação de Vergara (2015), este trabalho pode ser classificado quanto aos fins como exploratório, na medida que busca entender como os diferentes tipos de capital social atuam no ciclo de vida das iniciativas de TBC, e descritiva, ao expor as categorias de análise para observar a influência sobre o ciclo de vida. No tocante aos meios de investigação, é uma pesquisa empírica e qualitativa

A abordagem adaptativa aponta que o uso da pesquisa qualitativa é necessário, mas a pesquisa quantitativa pode vir a agregar, utilizando uma abordagem multiestratégica que segundo Layder (1998) permite utilizar variadas fontes de dados e/ou estratégias metodológicas e analíticas quanto possível e viável para a pesquisa em questão a fim de facilitar o processo de geração de teoria. Portanto, aumenta a densidade e validade das ideias e conceitos teóricos que emergem da coleta e análise de dados. Isso se deve a duas razões, primeiro que o uso de várias fontes e estratégias garante que se tenha uma visão de muitos ângulos e possa fazer ‘cortes’ nos

dados. Além disso, contribui automaticamente para a triangulação, o que garante verificações cruzadas sobre a validade das descobertas e, é claro, dos conceitos que podem surgir da análise de dados.

Dessa maneira, após definido o tema da pesquisa, a orientação ontológica e epistemológica e discutido a argumentação teórica, a próxima atividade consiste em discutir as estratégias metodológicas a serem utilizadas. No tocante à coleta de dados utilizou-se três (3) etapas conforme a Figura 3, a seguir.

Figura 3 - Etapas adaptativas



Fonte: A autora (2023)

A primeira etapa apoiou-se na revisão da literatura para o levantamento de categorias e, posteriormente, para a elaboração da primeira versão do modelo teórico proposto. Para a segunda etapa foi utilizado a técnica de entrevistas semiestruturadas com especialistas realizadas de forma *on-line* devido à pandemia do novo coronavírus além de possibilitar a participação de pessoas de diferentes regiões do país. A terceira etapa utilizou como estratégia de pesquisa o estudo de caso. Na literatura podem ser encontradas algumas definições do que seria um estudo de caso, porém dentre todas elas uma palavra-chave se destaca: particularidade. Assim, a escolha do objeto a ser estudado, deve se dar através da compreensão de uma situação particular, singular (GODOY, 2010). No caso desta pesquisa é uma experiência de TBC com mais de 20 anos de existência e conforme levantamento da literatura ela já alcançou a fase de consolidação. Cada uma das etapas será explicada com mais detalhes a seguir.

#### 4.3.1 Primeira etapa– Revisão de literatura

Para essa etapa de coleta de dados foi realizada uma revisão da literatura com a finalidade de compreender os determinantes do ciclo de vida das iniciativas de TBC, suas

particularidades e princípios. Além disso, foi feito um levantamento sobre os elementos determinantes do capital social a partir de uma tipologia do capital social. Tais elementos foram articulados e sistematizados, de tal maneira que foram dispostos considerando em primeiro lugar as seguintes fases do ciclo de vida: i) pré exploração (fase de ausência de turismo e primeiros passos para receber os visitantes); ii) exploração, iii) desenvolvimento, iv) envolvimento), v) consolidação; vi) estagnação e vii) rejuvenescimento ou declínio.

Observou-se que em cada uma das fases do ciclo de vida pode estar presente os determinantes tanto do ciclo de vida como do capital social. No caso do primeiro, pode ser caracterizado a partir de cinco categorias: i) acesso ao mercado; ii) benefícios à comunidade; iii) capacitação da comunidade; iv) governança e v) infraestrutura turística. Para o capital social foram dispostos nas categorias de uma classificação encontrada na literatura: i) capital social de ligação, ii) capital social de ponte e iii) capital social de conexão.

Para levantar as categorias foi utilizado bases como *WOS*, *Google Acadêmico* e *Scopus*, considerando os estudos que tratavam sobre (1) fatores que influenciam a evolução de áreas turísticas em geral, (2) análise de fatores de sucesso/fracasso para iniciativas de TBC e os (3) princípios/premissas do TBC. Inicialmente foram levantados códigos descritivos e posteriormente eles foram organizados em categorias, e a partir disso foram descritos os aspectos a ser analisado em cada um dos códigos.

Ademais, a revisão de literatura apresentou alguns pontos que podem ser destacados: i) a maioria dos modelos de ciclo de vida foram construídos para ser usado para o turismo de massa; ii) os modelos em sua maioria têm sido pouco aplicados em experiências turísticas do sul global; ii) apesar da evolução dos estudos do TBC ainda falta consenso sobre o conceito do turismo de base comunitária. Tais constatações demonstram a natureza exploratória da pesquisa que culminou na decisão de uma etapa de pesquisa na qual fossem consultados especialistas acadêmicos e praticantes das experiências de TBC no Brasil. Nesse caso, a próxima etapa consiste na consulta de especialistas, conforme apresentado a seguir.

#### 4.3.2 Segunda etapa – Consulta a especialistas

Essa etapa corresponde a uma “validação” dos dados que foram coletados e organizados na fase anterior para elaboração do modelo teórico. Utilizou-se nesse caso, a abordagem de painel de especialistas, ou seja, pessoas que possuem conhecimento sobre a temática do TBC, seja por desenvolverem pesquisas ou por serem participantes/colaboradores de projetos dessas iniciativas.

Para selecionar os especialistas participantes foi realizado uma busca nos diretórios de grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) utilizando como termos “turismo de base comunitária” e “turismo comunitário”. Após isso elaborou-se uma lista baseada nos seguintes critérios: i) está vinculado a uma Instituição federal, ii) possuir título de doutor e iii) ter alguma publicação sobre TBC nos últimos cinco anos. Na sequência foi encaminhado um convite por e-mail para participar da entrevista.

Utilizou-se ainda uma segunda maneira de identificar potenciais participantes da pesquisa, isto é, por meio da técnica de bola de neve, na qual era solicitado aos primeiros especialistas a indicação de outros que apresentassem um perfil inerente aos objetivos da pesquisa. Para validar as indicações alguns critérios foram observados: i) está em algum grupo de pesquisa ou ter projetos de extensão relacionado ao tema da pesquisa (no caso para professores), ii) ser indicado por pelo menos dois entrevistados (no caso de não ser professor), iii) ser participante/colaborador de alguma iniciativa de TBC no Brasil.

Nesse sentido, o perfil predominante dos especialistas que participaram desta etapa caracterizou-se principalmente por docentes/pesquisadores de universidades que estudam sobre o TBC e representantes de órgãos como, Associações, Redes de TBC, Institutos de meio ambiente, Secretarias de turismo, todos envolvidos em projetos sobre o TBC no Brasil.

Para coleta de dados foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada, o roteiro está disponibilizado no Apêndice A e foi elaborado conforme o resultado da primeira etapa. Ressalta-se que essas entrevistas foram realizadas de forma *on-line*, entre setembro e novembro de 2021, sendo gravadas utilizando a plataforma do Google Meet. Além disso, os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) conforme Apêndice B. Ademais, o uso de entrevistas *on-line* possibilitou que os entrevistados fossem de diferentes regiões do país, proporcionando agregar toda a diversidade das diferentes experiências de TBC no Brasil.

#### *4.3.2.1 Análise de dados da segunda etapa*

Para análise de dados desta etapa, optou-se por seguir a análise de conteúdo que é dividida em três fases: i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O material coletado consistiu em entrevistas semiestruturadas que foram gravadas, transcritas e organizadas em um total de 13 documentos utilizando-se do *software* ATLAS.ti versão 8 que auxilia a manter um banco de dados sistematizados visualmente, permitindo um

acesso mais rápido no momento de analisar os dados. O primeiro passo antes de iniciar a codificação foi a leitura flutuante do material para levantamento das primeiras impressões. Em seguida foi definido o corpus considerando algumas regras: i) exaustividade; ii) representatividade; iii) homogeneidade; e iv) pertinência (BARDIN, 2002). Dessa maneira dois documentos foram excluídos da análise por não atender: i) homogeneidade, duas entrevistas desviaram o foco das perguntas e falaram sobre tema diferente; ii) pertinência, as mesmas entrevistas anteriores não atenderam aos objetivos propostos, portanto, foram analisadas 11 entrevistas.

O Quadro 3 apresenta o perfil dos entrevistados e o tempo de duração das entrevistas que foram analisadas nesta etapa.

Quadro 3 - Caracterização do perfil dos entrevistados da 2ª etapa

| ID Atlas. ti | Entrevistado | Gênero    | Estado de residência | Atuação profissional                                                                                                  | Duração das entrevistas |
|--------------|--------------|-----------|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| D1           | A            | Feminino  | Minas Gerais         | Docente da UFJF. Membro da Rede Turisol                                                                               | 01:39:31                |
| D2           | B            | Feminino  | Amazonas             | Técnica do ICMBIO - Região Amazônica                                                                                  | 01:13:20                |
| D3           | C            | Masculino | Amazonas             | Coordenador no Instituto Mamirauá                                                                                     | 01:34:10                |
| D4           | D            | Masculino | Paraná               | Docente da UFPR                                                                                                       | 00:54:45                |
| D5           | E            | Feminino  | Bahia                | Docente da UNEB                                                                                                       | 00:59:24                |
| D6           | F            | Feminino  | Amazonas             | Docente da UEA                                                                                                        | 01:37:03                |
| D7           | G            | Feminino  | Rio de Janeiro       | Docente da UFRJ. Membro da Rede Turisol                                                                               | 01:21:40                |
| D8           | H            | Masculino | Rio de Janeiro       | Docente da UFRJ                                                                                                       | 01:12:15                |
| D9           | I            | Masculino | Bahia                | Técnico do Ministério da Agricultura. Membro da Rede Turisol. Membro da Rede Batuc                                    | 01:26:37                |
| D10          | J            | Feminino  | Ceará                | Membro da Rede Tucum                                                                                                  | 01:14:27                |
| D11          | K            | Feminino  | Ceará                | Gestora da secretaria de assistência social do município de Icapuí – CE. Membro da Associação Caiçara e da Rede Tucum | 01:40:58                |

Notas: UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora; UFPR: Universidade Federal do Paraná; UNEB: Universidade do Estado da Bahia; UEA: Universidade do Estado do Amazonas; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

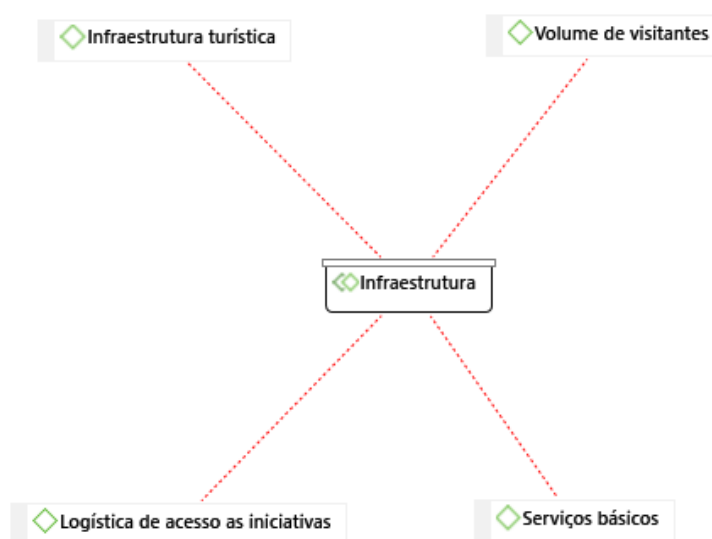
Fonte: A autora (2023)

Para a segunda fase, envolveu a exploração do material, codificação e categorização buscando identificar e registrar trechos das transcrições das entrevistas analisadas que exemplificam uma mesma ideia (GIBBS, 2009), ou seja, optou-se pela análise temática, em que cada categoria representava um tema distinto, assim os trechos foram separados e agrupados. A leitura do material permitiu a análise dedutiva da estrutura dos dados e a elaboração de uma lista de códigos descritivos, embasados nos aspectos identificados anteriormente na literatura.

Levantou-se inicialmente 57 códigos descritivos, contudo optou-se por fazer uma recodificação visando uma melhor confiabilidade, e após uma análise alguns códigos foram excluídos, totalizando ao final 28 códigos representando as possíveis fases do ciclo de vida, os determinantes do ciclo de vida das iniciativas de TBC e do capital social.

Para melhor compreensão, apresenta-se a categoria primeiro, depois os códigos descritivos e por fim os aspectos analisados. Um exemplo de categoria e códigos descritivos reunidos em um esquema a partir do uso do software ATLAS.ti versão 8 é apresentado na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Exemplo de codificação



Fonte: A autora (2023)

A figura anterior representa a categoria no centro e nas laterais está seus respectivos códigos descritivos que foram agrupados conforme a categorização temática já explanado. Quanto aos aspectos a ser analisado estes foram organizados conforme os trechos das entrevistas separados para cada código e que está detalhado no Capítulo 6 deste trabalho que trata dos resultados obtidos nesta segunda etapa. Com os ajustes resultantes desta etapa pôde-se prosseguir com o fluxo da pesquisa na próxima etapa

#### 4.3.3 Terceira etapa – Estudo de caso

O estudo de caso tem como resultado uma contribuição teórica, nesse caso ele pode ser aplicado para testar uma teoria já existente, lógica dedutiva, como também pode ser utilizado para construir uma teoria, seguindo uma lógica mais indutiva (EISENHARDT, 1989) portanto é coerente com o método da teoria adaptativa.

Como existem diferentes formas de classificar e diferenciar os tipos de estudo de caso possíveis, utiliza-se aqui a tipologia de Leão *et al.* (2016) que diferenciam os estudos: como único (apenas um fenômeno) ou multicaso (vários casos individuais, mas com uma condição comum); e por outro lado como intrínseco (se concentra nele mesmo) ou instrumental (se concentra nos testes de uma teoria extrapolando os seus limites). No caso desta pesquisa utiliza-se o estudo de caso único e instrumental.

O caso escolhido é da Acolhida na Colônia, por ser uma das experiências mais antigas de TBC no Brasil, e por ter passado pelas fases do ciclo de vida que permitem fornecer dados para esta tese. A experiência se tornou referência no Estado de Santa Catarina e obteve apoio para ser multiplicada em outras cidades, inclusive em outros Estados. Além disso, recebeu alguns prêmios como por exemplo, Prêmio ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2005 (promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU).

Quanto ao método de coleta, utilizou-se entrevista semiestruturada, uso de documentos, e observação não participante com o objetivo de complementar os dados empíricos ao permitir à pesquisadora descobrir como algo efetivamente ocorre ou funciona. Embora não tenha sido elaborado um roteiro para entrevistas narrativas, a maioria dos entrevistados utilizou parte do tempo a narrar histórias pessoais que se confundiam com a própria história da Acolhida. Isso facilitou a análise do capital social desenvolvido na comunidade, pois a construção histórica aprofundada permitiu identificar eventos e contextos que deram origem às parcerias, que por sua vez gerou valores de reciprocidade e confiança para formar redes (BOJORQUEZ-VARGAS *et al.*, 2018). Ressalta-se que a coleta foi realizada no mês de março de 2022.

Como as entrevistas eram direcionadas para compreender diferentes atores, elaborou-se três tipos de roteiros: i) roteiro de entrevista para os membros associados (disponibilizado no Apêndice C, ii) roteiro de entrevista para as lideranças/coordenação geral (disponibilizado no Apêndice D) e iii) Roteiro de entrevista para os parceiros (disponibilizado no Apêndice E).

Ademais, a compreensão do Turismo de Base Comunitária (TBC) e suas características pressupõe que este fortaleça a história local, destacando o modo de vida da comunidade como principal atrativo, que é indispensável para a compreensão dos aspectos históricos. Nesse contexto, mesmo utilizando um roteiro de entrevista semiestruturada, muitas das respostas adquirem um caráter de história de vida, pois alguns entrevistados se estenderam ao relatar inúmeras histórias ocorridas ao longo de mais de 20 anos.

#### 4.3.3.1 Análise de dados da terceira etapa

Para esta etapa da pesquisa, também se optou por seguir a análise de conteúdo proposta por Bardin (2002). O material coletado consistiu em: i) 17 entrevistas semiestruturadas realizadas na experiência Acolhida na Colônia Encostas da Serra Geral, que foram transcritas e organizadas, ii) dois documentos disponibilizados pela mesma, nesse caso o caderno de normas e um livro de 20 anos da Associação e iii) registro do diário de campo da pesquisadora que participou de uma assembleia geral e da visita a algumas propriedades pertencentes a Acolhida. Todas as entrevistas foram gravadas e solicitados que os entrevistados assinassem o TCLE, conforme disponibilizados no Apêndice F. O Quadro 4 apresenta o perfil dos entrevistados e o tempo de duração das entrevistas que fazem parte do corpus desta pesquisa.

Quadro 4 - Caracterização dos entrevistados do caso Acolhida na Colônia

| ID Atlas. ti | Código do Entrevistado | Gênero    | Atuação profissional                                            | Roteiro de entrevista (Apêndice) | Duração das entrevistas |
|--------------|------------------------|-----------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| D1           | EN1                    | Masculino | Agricultor e proprietário de uma pousada                        | C                                | 2h27min42s              |
| D2           | EN2                    | Feminino  | Técnica da Acolhida                                             | E                                | 1h29min23s              |
| D3           | EN3                    | Masculino | Representante da Cooperativa de crédito                         | E                                | 1h38min26s              |
| D4           | EN4                    | Feminino  | Agricultora e proprietária de uma pousada                       | C                                | 2h12min24s              |
| D5           | EN5                    | Feminino  | Ex-técnica da Acolhida e funcionária do poder público municipal | E                                | 1h46min01s              |
| D6           | EN6                    | Feminino  | Agricultora e proprietária de um espaço de visita               | C                                | 1h10min34s              |
| D7           | EN7                    | Feminino  | Agricultora e proprietária de uma pousada                       | C                                | 1h03min41s              |
| D8           | EN8                    | Masculino | Membro da diretoria e proprietário de uma pousada               | C                                | 1h18min10s              |
| D9           | EN9                    | Masculino | Funcionário do poder público municipal                          | E                                | 50min12s                |
| D10          | EN10                   | Feminino  | Membro da diretoria e proprietária de uma pousada               | C/D                              | 1h57min22s              |
| D11          | EN11                   | Masculino | Membro da diretoria e proprietário de uma pousada               | C/D                              | 2h17min2s               |
| D12          | EN12                   | Masculino | Agricultor e proprietário de uma pousada                        | C                                | 1h08min36s              |
| D13          | EN13                   | Feminino  | Agricultora e proprietária de uma pousada                       | C                                | 55min38s                |
| D14          | EN14                   | Feminino  | Membro da diretoria e Proprietária de uma agroindústria         | C                                | 1h04min45s              |
| D15          | EN15                   | Masculino | Ex-associado e proprietário de uma pousada                      | C                                | 1h24min31s              |
| D16          | EN16                   | Feminino  | Técnica da Acolhida                                             | C                                | 1h24min06s              |

Fonte: A autora (2023)

Considerando as regras de homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2002) foi excluído uma entrevista da análise por não atender aos critérios de homogeneidade e pertinência. A entrevista excluída não contemplou os objetivos da pesquisa, pois o entrevistado alegou que não lembrava de tudo que estava sendo perguntado.

Para o registro dos demais documentos também foi utilizado uma codificação semelhante ao das entrevistas, conforme pode ser visto Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Codificação dos documentos

| ID<br>Atlas. ti | Código do documento | Tipo de documento                   | Como foi coletado                                                                                 |
|-----------------|---------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| D17             | CN                  | Caderno de normas                   | Disponibilizado pela Acolhida                                                                     |
| D18             | LA                  | Livro e-book de 20 anos da Acolhida | Disponibilizado pela Acolhida                                                                     |
| D19             | DC                  | Diário de campo/Nota de campo       | Observação na assembleia geral da Acolhida Encostas da Serra Geral e nas visitas às propriedades. |

Fonte: A autora (2023)

A leitura do material permitiu a análise dedutiva da estrutura dos dados e a elaboração de uma lista de códigos descritivos, embasados nos aspectos identificados anteriormente na literatura. Levantou-se inicialmente 36 códigos descritivos, contudo, optou-se por fazer uma recodificação visando uma melhor confiabilidade, e após uma análise alguns códigos foram excluídos, totalizando 28 códigos e mais as fases do ciclo de vida. Para a análise, utilizou-se também o *software* ATLAS.ti versão 8 que possibilitou construir esquemas de relações entre os códigos e categorias que poderá ser visto nos Capítulos 6 e 7.

#### 4.4 Validade e confiabilidade da pesquisa

Nem todos os critérios asseguram a validade e a confiabilidade ao mesmo tempo, mas pelo menos um deles é assegurado. Por validade entende-se a confiança com que se pode concluir as análises de dados de uma pesquisa, enquanto confiabilidade entende-se a consistência com que determinados procedimentos irão avaliar um fenômeno da mesma forma de diferentes tentativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Visando atender a qualidade da pesquisa qualitativa, segue o Quadro 6, que resume os critérios que serão adotados nessa pesquisa.

Quadro 6 - Critérios de validade e confiabilidade da pesquisa

| Critério                                                         | Execução                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Triangulação da coleta de dados (FLICK, 2012; CRESWELL, 2010)    | Este critério foi utilizado apenas na terceira etapa. O corpus foi formado por três fontes de coleta: entrevistas, observação e documentos comparados ao longo da discussão.                                                                                                                                                                                                                             |
| Descrição densa, rica e clara (PAIVA JUNIOR; LEÃO; MELLO, 2011). | As situações e os procedimentos são detalhadamente descritos, gerando condições para que a pesquisa seja aplicada em um cenário diferente.                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Construção do corpus (PAIVA JUNIOR; LEÃO; MELLO, 2011).          | Representatividade do corpus – atestou-se que os entrevistados são representativos da pesquisa e maximizou a variedade de representações tanto no segundo ciclo, como no terceiro ciclo.<br>Saturação dos dados - não surgindo mais relatos inusitados no processo de coleta de dados da pesquisa, utilizou-se do critério de finalização da coleta por meio da saturação das respostas das entrevistas. |

Fonte: A autora (2023)

O critério de triangulação pode ser mais bem visualizado a partir da análise de dados na seção 7.2, quando são triangulados documentos, observações e entrevistas para confirmar argumentos. A construção do corpus foi utilizada na definição do corpus dessa pesquisa já explicada nas seções 4.3.2.1 e 4.3.3.1. A descrição densa, rica e clara pode ser visualizada ao longo dos capítulos 6 e 7, especialmente com a ênfase nas falas dos entrevistados para ratificar os dados encontrados. A seguir será detalhada as análises de cada uma das etapas.

## 5 PROPOSIÇÃO TEÓRICA DO CICLO DE VIDA DO TBC - 1ª ETAPA

Para levantar as principais categorias que influenciam o ciclo de vida do TBC, buscou-se, conforme já retratado anteriormente, identificar as interfaces entre os fatores que influenciam a evolução de áreas turísticas em geral, fatores de sucesso/fracasso das iniciativas de TBC e os princípios/premissas do TBC. Dessa forma, identificou-se na literatura: i) Acesso ao mercado; ii) Benefícios à comunidade; iii) Capacitação dos membros da comunidade; iv) Governança e v) Infraestrutura turística. Para o capital social, utilizou-se como categorias: i) capital social de ligação, ii) capital social de ponte e iii) capital social de conexão. Com base nisso, foi construída a versão teórica do modelo, considerando as fases do ciclo de vida para as iniciativas de TBC que serão categorizadas mais adiante.

A versão teórica tem a finalidade de caracterizar essas categorias por meio dos códigos descritivos e dos aspectos a serem analisados para cada código, esse último indica de forma objetiva o que deve ser apurado no campo.

Vale destacar que alguns códigos descritivos se sobrepõem, dificultando sua delimitação exata, por outro lado, o agrupamento facilitou a análise das categorias aqui propostas. Dessa maneira, olhando para as interfaces entre as categorias, admite-se pontos convergentes, que precisam ser definidos e posteriormente, nos próximos ciclos, podem ser readequados, conforme os dados se apresentarem.

Ainda pode-se reconhecer que a governança apresentou o maior número de aspectos a ser analisado, isso porque já existiam estudos direcionados especificamente para o tema, diferente das demais categorias. Ademais, considerando a tipologia utilizada para o capital social, observa-se que as discussões teóricas, em sua maioria, são sobre desastres em comunidades e pouco falado na área de turismo. Nesse âmbito, busca-se superar essas limitações com as etapas subsequentes, que permite compreender na prática a complexidade do fenômeno.

### 5.1 Acesso ao mercado

O acesso ao mercado tem sido apontado na literatura como uma das dificuldades para garantir a viabilidade econômica das iniciativas de TBC (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014). Adicionalmente, a ausência de estratégias de acesso pode levar as iniciativas à fase de declínio do ciclo de vida.

Uma pesquisa realizada pela *Rainforest Alliance* e pela *Conservation International*, com duzentas (200) iniciativas de TBC, na América Latina, indicava que apenas 5% dos

empreendimentos de hospedagem estavam ocupados, isso revela que muitas iniciativas não conseguiram atrair visitantes suficientes (MITCHELL; MUCKOSY, 2008).

Para garantir que haja o acesso ao mercado é importante estabelecer estratégias de comercialização (TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014). Analisando as iniciativas da América Latina, Cañada (2015) identificou duas formas de comercialização: i) turismo direto com as classes médias e baixas, sem outros intermediadores, sendo mais frequente em iniciativas *bottom-up*; e (ii) turismo utilizando intermediação tanto para o mercado nacional, como para o internacional, formado a partir de parcerias entre as iniciativas e os agentes externos, o que permite um incremento no número de visitantes.

Qualquer das duas formas de comercialização tornou-se tema de debates, pois além de ser um elemento fundamental para que as iniciativas alcancem a fase de consolidação (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; ZAPATA *et al.*, 2011), de forma geral há um tratamento precário para as iniciativas de TBC. Alguns encontros pela América Latina discutiram o tema, como o I Encontro Nacional da REDE Turisol em 2010 e Encontro dos Operadores de Turismo Comunitário da América Latina em 2013.

O marketing voltado para o mercado interno, por meio das parcerias, pode ajudar a construir capacidade para atender aos mercados estrangeiros (TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014). Por outro lado, Cañada (2015), observando algumas iniciativas na América Latina, verificou que houve um sucesso comercial ao priorizar o *marketing* voltado para setores nacionais de classe média. A principal forma de promoção usada foi a comunicação pessoal ou a aparição na mídia local.

Sabe-se que o contato direto com o visitante facilita a comercialização, mas nem sempre isso é possível. Apesar das comunidades possuírem o potencial, elas não compreendem o perfil de demanda, necessitando de assistência de agentes externos, como ONGs, governos etc. (DODDS; ALI; GALASKI, 2018). Nesse contexto, a construção de parcerias para o desenvolvimento da comercialização possibilita um controle maior das atividades e, consequentemente, melhoria de vida da própria comunidade (CAÑADA, 2015; MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013).

Ao mesmo tempo, as parcerias possibilitam a formação de redes comerciais, tanto nacionais como regionais, além de auxiliarem no *marketing* e no intercâmbio de ideias, o que leva ao fortalecimento das comunidades e, consequentemente, a entrada das iniciativas do mercado (DODDS; ALI; GALASKI, 2018). Por outro lado, a dependência de redes para a

comercialização pode reduzir o protagonismo da comunidade na sua autogestão (CABANILLA; GENTILI, 2015).

Uma das estratégias de comercialização mais atual é o uso das mídias sociais como Facebook e Instagram, que podem acelerar a divulgação por meio do “boca a boca virtual”. Entretanto, a maioria dos comunitários tem dificuldade para lidar com as tecnologias, pois além de aprender a usar, eles precisam ser os responsáveis pela produção de conteúdo (CAÑADA, 2015).

Antes de divulgar, é importante a criação de roteiros turísticos, especialmente incorporando atrativos naturais e atividades de lazer nas comunidades. Tal incorporação permite a valorização do próprio ambiente natural e de suas manifestações culturais (OLIVEIRA; MARINHO, 2005). No Brasil existe uma ONG chamada Projeto Bagagem, que tem como estratégia apoiar a criação de roteiros turísticos para as comunidades que desenvolvem o TBC (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Com base na discussão anterior, a categoria foi dividida em dois códigos descritivos: i) divulgação das iniciativas e ii) comercialização. O Quadro 7 a seguir resume os aspectos analisados para cada código, conforme levantado nesta seção.

Quadro 7 - Versão teórica da categoria Acesso ao mercado

| <b>Categoria</b>  | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                  | <b>Referências</b>                                                                                                 |
|-------------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acesso ao mercado | Divulgação das iniciativas | Tipos de canais de divulgação (redes sociais, boca a boca, sites etc.)<br>Participação em programas de TV, feiras.                                          | (CAÑADA, 2015; DODDS; ALI; GALASKI, 2018)                                                                          |
|                   | Comercialização            | Capacidade de atrair visitantes interessados no TBC<br>Formatação de produtos/ roteiros turísticos<br>Formas de comercialização: canais diretos e indiretos | (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; DODDS; ALI; GALASKI, 2018; TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014; ZAPATA <i>et al.</i> , 2011) |

Fonte: A autora (2023)

Embora os códigos descritivos possam parecer similares e se sobrepõem, foi realizada uma divisão, visando a facilitar quando for verificar os aspectos a serem analisados para essa categoria.

## 5.2 Benefícios à comunidade

Como já retratado anteriormente, o modelo de Butler (1980) usa a taxa de crescimento de visitantes como um elemento de análise do ciclo de vida ao longo do tempo. Contudo, no caso do TBC, um dos fatores mais importante é o aumento dos benefícios à comunidade, sejam

eles sociais, econômicos, ambientais ou culturais (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; TOLKACH; KING, 2015; ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021).

Quanto aos benefícios econômicos, as evidências sugerem uma melhoria do padrão de vida, como por exemplo, aumento de renda para a população local (FORTUNATO, TEIXEIRA, 2011; KIM; UYSAL; SIRGY, 2013), o acesso a produtos/serviços que antes não tinham, entre outros.

Quanto aos benefícios sociais, destaca-se mais oportunidades na atualização de instalações como de recreação ao ar livre, parques e estradas (KIM; UYSAL; SIRGY, 2013), além de melhorias na infraestrutura básica (transporte, água, energia, redes de telecomunicação, acesso aos destinos, saúde, segurança, etc.), que ajudam a promover o bem-estar dos moradores locais (ASKER, S. A. *et al.*, 2010; GOODWIN; SANTILLI, 2009). Tais melhorias são frutos de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, parte de outras redes de parcerias. Essa solidariedade implica um sistema de intercâmbio de bens, serviços e informações.

O TBC, como defendido nesta tese, é compreendido como um processo de desenvolvimento local, possibilitando, nesse caso, melhoria da qualidade de vida e emancipação social, isto é, por meio do protagonismo que a comunidade assume ao gerir o próprio desenvolvimento do turismo e ao decidir que tipo de turismo ela deseja (LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009), além de tomar suas próprias decisões (IRVING, 2009), refletindo benefícios sociais conquistados pela comunidade ao longo do ciclo de vida.

De forma geral, o turismo afeta a forma como as práticas culturais e paisagens são moldadas (SALAZAR, 2012). Nesse contexto, os benefícios culturais podem surgir com a preservação do modo de vida tradicional das comunidades envolvidas no turismo. Além disso, o turismo também pode ser visto como um revitalizador de culturas, quando costumes são trazidos para os turistas, como as festas e tradições (KIM; UYSAL; SIRGY, 2013).

Em sua pesquisa, Zapata *et al.* (2011) constatou que um dos benefícios mais significativos em relação ao meio ambiente foi o estabelecimento de uma maior consciência para a preservação da natureza. Isso abrange a capacidade de geração de renda para as comunidades, a fim de proteger suas terras contra a degradação e aprimorar os esforços de conservação, visando a atrair visitantes (ASKER *et al.*, 2010).

Diferente do turismo de massa, como pode ser visto, os ganhos do TBC não são mensurados apenas por lucros, mas por indicadores como inclusão social, preservação das tradições e geração de renda (FORTUNATO, TEIXEIRA, 2011), que vão sendo alcançados à

medida que a experiência vai evoluindo no ciclo de vida. Ademais, as comunidades devem criar estratégias para receber e interagir com os visitantes, mostrando seu modo de vida e sua cultura. Para isso, é importante encontrar o equilíbrio do ganho econômico e cultural, ou seja, gerar renda para a população local, sem que se destrua a cultura daquela localidade. Nesse caso, o turismo precisa ser aceito pelos grupos envolvidos, além de ser econômica e ambientalmente sustentável (SALAZAR, 2012).

Para melhor organizar os códigos descritivos optou-se por dividi-los conforme os tipos de benefícios. O Quadro 8 aponta os códigos para essa categoria e demais aspectos a serem analisados conforme discutido anteriormente.

Quadro 8- Versão teórica da categoria Benefícios à comunidade

| <b>Categoria</b>        | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                             | <b>Referências</b>                                                                                |
|-------------------------|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Benefícios à comunidade | Benefícios econômicos      | Capacidade de geração de renda para a população local.                                                                                                                                                                                                 | (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; TOLKACH; KING, 2015)                                                  |
|                         | Benefícios sociais         | Capacidade de bem-estar dos moradores locais<br>Capacidade de gerar melhorias na infraestrutura básica<br>Capacidade da comunidade decidir e influenciar o tipo de turismo a ser desenvolvido<br>Capacidade da comunidade tomar suas próprias decisões | (ASKER, S. <i>et al.</i> , 2010; GOODWIN; SANTILLI, 2009; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009)               |
|                         | Benefícios culturais       | Preservação das tradições, das festas culturais<br>Capacidade de manter seus modos de vida                                                                                                                                                             | (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009; LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011; SALAZAR, 2012) |
|                         | Benefícios ambientais      | Capacidade de preservação do meio ambiente                                                                                                                                                                                                             | (SALAZAR, 2012; ZAPATA <i>et al.</i> , 2011)                                                      |

Fonte: A autora (2023)

Apesar dos inúmeros benefícios, é preciso reconhecer que os residentes (moradores locais) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de experiências de TBC. Isso, pois o apoio dos residentes depende de como eles percebem os benefícios para eles e sua comunidade. Benefícios percebidos como mais altos podem afetar direta e significativamente o apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo (NUGROHO; NUMATA, 2020).

### 5.3 Capacitação da comunidade

Ao longo dos anos, com o reconhecimento da conexão entre pobreza e preservação ambiental, os objetivos de desenvolvimento da comunidade, como a capacitação e treinamento,

em conjunto com a geração de renda e a preservação cultural, ganharam cada vez mais importância (JAMAL; DREDGE, 2014).

A própria definição de TBC inclui a capacitação como forma de as comunidades pobres assumirem o controle sobre suas terras e recursos. Além disso, as iniciativas devem explorar seu potencial e adquirirem habilidades necessárias para seu próprio desenvolvimento (MEARNS, 2003).

Nesse âmbito, o TBC pode melhorar a sustentabilidade social ao capacitar as comunidades locais para gerenciar seus próprios recursos, fornecer empregos significativos e ajudar na capacitação e preservação cultural (ASKER, *et al.*, 2010). Isso porque qualquer projeto comunitário deve ser iniciado com o desenvolvimento de pessoas (capacitação) e não com a implementação do projeto (STRYDOM; MANGOPE; HENAMA, 2018).

Em determinadas regiões, a população, muitas vezes, não tem conhecimento do que é o turismo (HUNT; STRONZA, 2014), especificamente na fase denominada aqui de pré-exploração, é preciso sensibilizar a comunidade e as lideranças locais para receber os visitantes, uma vez que é tudo muito novo (GUZZATTI, 2010).

A sensibilização logo no início é requerida, pois a comunidade costuma ter opiniões divergentes sobre o turismo, podendo gerar tensões e conflitos. Nesse contexto, é necessário identificar a coesão do grupo desde o início para alcançar o desenvolvimento do TBC (DODDS; ALI; GALASKI, 2018). Quando não se entende suficientemente como funciona o turismo ou como pode atrair visitantes, torna-se mais difícil alcançar os benefícios (SPENCELEY; MEYER, 2012).

Nas demais fases do ciclo de vida, essa capacitação se estende a habilidades do gerenciamento turístico, que com o crescimento da atividade passa a ser necessário. Por exemplo, os comerciantes informais sofrem muitas restrições, incluindo poucas habilidades para negociar com turistas nacionais ou internacionais (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2016), o que pode afetar o acesso ao mercado e, conseqüentemente, o acesso aos benefícios.

A capacitação deve envolver cursos sobre hospitalidade, gestão do turismo no nível da comunidade, bem como habilidades gerais de negócio, como comunicação, *marketing*, noções de finanças, governança. Lembrando que esse processo pode levar muitos anos enquanto as circunstâncias vão mudando, contudo, ela deve ser contínua para fornecer às comunidades as ferramentas necessárias para entender a definição de TBC, no intuito de tornar os participantes ativos para se posicionarem em um mercado competitivo (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; STRONZA; GORDILLO, 2008).

Geralmente, a capacitação e o treinamento são fornecidos por atores externos, como o governo, SEBRAE, SENAI, ONGs, e eles devem ter viabilidade financeira para colaborar com esses empreendimentos de TBC. Por exemplo, conforme a pesquisa de Stone (2015), o governo de Botswana esteve envolvido, principalmente, na provisão de diretrizes políticas, enquanto as ONGs contribuíram com a mobilização, capacitação da comunidade, e a obtenção de fundos de doadores externos. Contudo, faz-se necessário que a comunidade não fique dependente desses atores ou de, outra forma, pode perder seu protagonismo (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; TOLKACH; KING, 2015).

Dessa forma, a categoria capacitação da comunidade pode ser dividida em dois códigos descritivos: i) capacitações em geral e ii) sensibilização da comunidade. Quanto a esse último, é importante reforçar que faz parte do processo de capacitar, já que a maioria das iniciativas de TBC são desenvolvidas por populações pobres, vulneráveis, com baixo grau de instrução. O Quadro 9 resume os códigos e os aspectos a serem analisados, encontrados para a categoria em análise.

Quadro 9 - Versão teórica da categoria Capacitação da comunidade

| <b>Categoria</b>          | <b>Códigos descritivos</b>   | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                        | <b>Referências</b>                                                                                                 |
|---------------------------|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Capacitação da comunidade | Capacitações em geral        | Existência de formações para a gestão (atendimento, planejamento, precificação, logística, marketing, financeiro etc.)<br>Existência de formações para a gestão turística (hospitalidade, formatação de roteiros) | (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; JAMAL; DREDGE, 2014; MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2016; STONE, 2015; STRONZA; GORDILLO, 2008) |
|                           | Sensibilização da comunidade | Capacidade de lideranças sensibilizarem a comunidade para a atividade turística<br>Existência de diálogo sobre o que é o turismo de base comunitária                                                              | (GUZZATTI, 2010; HUNT; STRONZA, 2014; SPENCELEY; MEYER, D., 2012)                                                  |

Fonte: A autora (2023)

De fato existe uma necessidade de educação e treinamento fundamental nas comunidades-alvo, para acompanhar o desenvolvimento do turismo (SALAZAR, 2012). Com as oportunidades de capacitação e treinamento, os moradores locais podem conquistar melhores empregos (SEBELE, 2010), podendo levar ao empoderamento dessas comunidades. Corroborando esse entendimento, Tolkach e King (2015) apontam que o TBC, enquanto forma alternativa de desenvolvimento do turismo, constitui-se em uma capacitação e gera empoderamento, como meios de alcançar os objetivos de desenvolvimento da comunidade.

## 5.4 Governança

Devido à amplitude do termo governança, que a coloca em campos distintos do conhecimento, são muitos os conceitos existentes. A princípio, foi estudada no âmbito das organizações empresariais, mas a partir da década de 70 entrou no debate político, perpassando na administração pública e ciências políticas (ARAÚJO, 2002).

De fato, a governança possui uma profunda relação com as políticas públicas, ao apontar para uma gestão pública que integre outros atores, além do governo, nos processos de tomada de decisão e controle social (IRVING, 2009).

Nesse contexto, a governança implica uma nova e diferente forma de governar, caracterizada pela interação entre uma pluralidade de atores, buscando um equilíbrio entre poder público e sociedade civil, por meio da participação desses atores do governo nas esferas política, econômica, social e cultural (CERRILLO; MARTÍNEZ, 2005). Corroborando o argumento, Bramwell e Lane (2011) entendem que a governança não pode ser entendida como isolada de suas relações com a sociedade.

No contexto do turismo, o termo é usado com pouca frequência. Os processos de governança do turismo envolvem mecanismos para governar, "dirigir", regular e mobilizar a ação, como instituições, regras de tomada de decisão e práticas estabelecidas de um conjunto de atores que possuem interesses distintos (BRAMWELL; LANE, 2011). Nesse contexto, uma boa governança poderia contribuir para reduzir conflitos internos, gerenciar as relações com o ambiente e atores externos à comunidade, além de fortalecer os atores mais frágeis, no caso, gerando maior protagonismo para a população local (BURGOS; MERTENS, 2016; TOLKACH; KING, 2015).

Dessa forma, Cerrillo e Martínez (2005) organizaram cinco princípios essenciais para uma boa governança: i) participação, os atores interessados devem ter assegurado o direito de participar nas decisões; ii) transparência, permite aumentar a legitimidade da ação democrática, ao mesmo tempo que contribui para que os cidadãos se tornem participantes ativos, iii) *accountability*, trata-se da prestação de contas redimensionada, mais flexível, que está relacionada à transparência; iv) eficácia, obtenção dos objetivos propostos; e v) coerência, os objetivos atingidos precisam ser coerentes e coordenados, além de possuir um compromisso político com metas e ações definidas.

Olhando para a literatura da governança de destinos turísticos, Svensson, Nordin, e Flagestad (2005) entendem que a perspectiva da governança do formato das parcerias deve considerar três aspectos centrais, a saber: i) inclusão, capacidade de aumentar o número de

*stakeholders* envolvidos no planejamento da atividade turística, ii) *accountability*, refere-se à responsabilização dos *stakeholders* por suas decisões e prestação de contas e iii) coerência, pressupõe a visão comum e mobilização de recursos entre os *stakeholders* que compõem o destino turístico.

Considerando a governança de áreas de conservação ambiental, o estudo de Lockwood (2010) propõe sete dimensões: i) legitimidade, aceitação da liderança perpassa questões relacionadas à integridade e ao compromisso com a qual ela desempenha suas atividades, e coerência com o que foi combinado em grupo; ii) transparência, está relacionada ao direito dos *stakeholders* de saber sobre os assuntos que os afetam, de forma que as informações estejam disponíveis e sejam relevantes; iii) *accountability*, relacionada à alocação e aceitação da responsabilidade pelas decisões e ações; iv) inclusão, refere-se ao acesso de *stakeholders* de participarem e influenciarem o processo de tomadas de decisões; v) justiça, perpassa pelo respeito as demais opiniões, e ser justo na distribuição dos custos e benefícios, vi) conectividade, está relacionado ao engajamento da comunidade, quanto melhor a relação entre os *stakeholders*, melhor o alcance de objetivos, e vii) resiliência, relacionado à capacidade de um sistema em lidar com desafios e mudanças.

Sabe-se que a governança não é desenvolvida adequadamente nas comunidades e há uma dificuldade de se estabelecer boas práticas de governança para a gestão do TBC, o que torna-se um entrave para que as experiências alcancem a fase de consolidação (ALBUQUERQUE, 2016; GRACIANO; HOLANDA, 2020). Dessa forma, visando a facilitar os processos e diminuir os obstáculos para uma boa governança, Albuquerque (2016) elaborou um modelo de análise de governança (MAG), definindo três dimensões importantes para as iniciativas de TBC: i) participação, ii) transparência e iii) eficácia, que são utilizados como base para a definição dos códigos descritivos.

No âmbito desta pesquisa, e considerando a literatura pesquisada, entende-se que a participação é o primeiro código descritivo levantado, devendo considerar a inclusão, a legitimidade do líder, engajamento e processo decisório, tal qual o modelo de Albuquerque (2016) defende. A inclusão, como já apontada anteriormente por Svensson, Nordin, e Flagestad (2005) e Lockwood (2010), refere-se à participação dos *stakeholders* e como eles estão sendo representados. A legitimidade do líder reside no reconhecimento de sua liderança pelos *stakeholders* envolvidos, o qual é influenciado pela forma como são eleitos e pela existência de rotatividade. O engajamento refere-se à interação e integração entre os *stakeholders*, que pode variar conforme o movimentos *top down* ou *bottom up*, bem como por meio de ações

colaborativas e solidárias entre os membros das atividades do TBC. Já o processo decisório está relacionado ao tipo de participação nas decisões.

Para compreender a participação no TBC, Gómez *et al.* (2016) adotou a estrutura conceitual desenvolvida e aplicada por Tosun (1999), que examina tipologias de participação, as quais variam desde a não participação até a participação espontânea: i) participação coerciva, passiva; obrigatória, na maioria das vezes indireta; formal; em curto prazo pode gerar resultados, mas em longo prazo pode desgastar a comunidade; ii) participação induzida, passiva; o governo pode iniciar a ação participativa e institucionalizá-la, na maioria das vezes é indireta; formal, manipulada, pode ser chamada de pseudoparticipação; e iii) participação espontânea, voluntária, sem apoio externo, o tipo ideal, participação ativa, direta, no processo decisório. Essa estrutura é adotada também para este trabalho.

O segundo código descritivo levantado é a transparência, que segundo Lockwood (2010) relacionou com a utilização de canais adequados ao acesso à informação e a relevância, mas para isso é importante compreender os tipos de documentos que são disponibilizados (relatórios técnicos, reuniões, plano de negócios, estatutos, regimento interno etc.), além de possuir espaços para discutir os resultados, conforme aponta Albuquerque (2016).

Quanto ao terceiro código descritivo, eficácia, considera-se que aqui o principal objetivo é ter êxitos nas parcerias para que o TBC possa ser desenvolvido. De fato, seguindo o princípio da cooperação, a comunidade não dispensa ajuda da iniciativa privada ou pública. Nesse contexto, formam-se parcerias externas com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário (CORIOLANO, 2009). Normalmente as iniciativas de TBC requerem um suporte externo, com parceiros que fornecem assistência com capacitações, comercialização (DODDS; ALI; GALASKI, 2018), *marketing* (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013). Além disso, Zapata *et al.* (2011) acrescentou a participação em redes de parcerias.

As parceiras podem gerar muitas vantagens, mas deve ser facilitadora, ou seja, um ator facilitador é uma entidade pública ou privada que facilita o processo de desenvolvimento do TBC, fornecendo o que a comunidade necessita em termos de melhoria nos recursos para sua autossustentação e tomada de decisões, além de contribuir para o empoderamento da comunidade, desenvolvimento das capacidades e habilidades em qualquer aspecto da gestão do TBC. Por outro lado, deve ser temporária, pois a longo prazo a comunidade pode perder sua autonomia, empoderamento e controle sobre a atividade, portanto, deve prevenir-se da exploração pelas elites locais ou de parceiros externos (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013).

As parcerias podem seguir simultaneamente diferentes caminhos, formal e informal (PILVING *et al.*, 2019). O setor informal é frequentemente associado ao TBC (MIELKE; PEGAS, 2013). Por outro lado, a mudança de estruturas informais para formais em um projeto de TBC pode melhorar o empoderamento da comunidade, por exemplo, aumentando o poder de barganha da comunidade com parceiros externos (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2016).

Se por um lado as parcerias trazem benefícios positivos para as iniciativas, por outro, elas podem acarretar problemas quando há dependência desses parceiros, podendo levar a iniciativa a entrar em declínio na ausência de parceiros (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; GOODWIN; SANTILLI, 2009). Com tais argumentos, elaborou-se o Quadro 10.

Quadro 10 - Versão teórica da categoria Governança

| <b>Categoria</b> | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>Referências</b>                                                                                                                |
|------------------|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Governança       | Participação               | Percepção dos participantes do TBC em relação à representação de seus interesses nos espaços de participação.<br>Forma da escolha dos representantes do destino de TBC<br>Existência de critérios de rotatividade do exercício da liderança<br>Existência de ações colaborativas e solidárias entre os membros integrantes do TBC<br>Caracterização das relações a partir de movimentos <i>top down</i> ou <i>bottom up</i><br>Caracterização dos tipos de participação existentes conforme tipologia de Tosun (1999) | (ALBUQUERQUE, 2016; LOCKWOOD, 2010; SVENSSON; NORDIN; FLAGESTAD, 2005; TOSUN, 1999; ZAPATA et al., 2011)                          |
|                  | Transparência              | Existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação (reuniões, atas por exemplo)<br>Existência de espaços para debates sobre os resultados alcançados<br>Tipos de documentos disponibilizados (relatórios técnicos, reuniões, plano de negócios, estatutos, regimento interno etc.)<br>Relevância das informações, conforme a percepção dos participantes                                                                                                                                              | (CERRILLO; MARTÍNEZ, 2005; LOCKWOOD, 2010; SVENSSON; NORDIN; FLAGESTAD, 2005)                                                     |
|                  | Eficácia                   | Existência de articulações com outras experiências de TBC para fortalecimento de uma rede;<br>Existência de articulações entre atores sociais para captação de recursos<br>Verificar se as parcerias são formais ou informais<br>Verificar se as parcerias são temporárias e facilitadoras<br>Verificar o grau de dependência das parcerias<br>Observar o nível de colaboração das parcerias                                                                                                                          | (CONNELLY; SAM, 2018; MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013, 2016; OKAZAKI, 2008; PILVING <i>et al.</i> , 2019; ZAPATA <i>et al.</i> , 2011) |

Fonte: A autora (2023)

Como já exposto, ao mesmo tempo que o envolvimento dos atores externos pode funcionar positivamente, pode também causar conflitos e influenciar negativamente as atitudes da comunidade, pois cada grupo busca garantir suas decisões políticas preferida (BRAMWELL; LANE, 2011). Assim, para oferecer o TBC como uma ferramenta holística de desenvolvimento comunitário, o TBC deve ser inteiramente controlado pelos moradores, para mitigar o poder dos atores externos (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013).

### 5.5 Infraestrutura turística

Essa categoria está associada à oferta turística, ou seja, à capacidade de receber visitantes nas iniciativas, disponibilidade de equipamentos turísticos e o acesso a serviços básicos, como água, rede de esgotos, luz, estradas acessíveis à região etc.

Quando a infraestrutura é inadequada e não há potencial para investimento, configura-se uma barreira para o desenvolvimento do TBC, por outro lado, quando existe uma boa infraestrutura possibilita condições para o desenvolvimento do TBC (ASKER, S. A. *et al.*, 2010). Além disso, a falta de infraestrutura pode levar à falta de interesse e participação da própria comunidade, como observaram Tasci, Croes e Villanueva (2014), nas experiências da região de Costa Rica.

No geral, a infraestrutura e as instalações precárias são limitações que as iniciativas de TBC enfrentam, especialmente aquelas que estão em países em desenvolvimento, como é o caso das que estão no Brasil. Adicionalmente a essas limitações, a falta de posse da terra, enfrentada por esses países, impõe restrições à construção de infraestrutura e atração de capital para essas construções necessárias para o desenvolvimento do turismo (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a infraestrutura turística é uma dificuldade para as iniciativas de TBC, especialmente nas fases iniciais, de cujas comunidades dispõem de poucos recursos. Assim, a melhoria na infraestrutura (transporte, água, energia, redes de telecomunicação, acesso aos destinos, saúde, segurança etc.) contribui para o bem-estar dos moradores locais (ASKER, S. A. *et al.*, 2010; GOODWIN; SANTILLI, 2009), afetando, assim, a evolução dos destinos turísticos. Corroborando o argumento, Zapata *et al.* (2011) apontam que essa melhoria é materializada apenas na fase de envolvimento do ciclo de vida.

Aponta-se ainda que o TBC contribui para o bem-estar da comunidade ao desenvolver essas infraestruturas, pois ela garante as necessidades humanas básicas, não apenas para o

desenvolvimento turístico, mas para atender a população local (TASCI; SEMRAD; YILMAZ, 2013).

O modelo do ciclo de vida do turismo proposto por Butler (1980) tem focado, sobretudo, nesta categoria, já que o principal elemento de análise é o crescimento do número de visitantes que, segundo ele, na fase de envolvimento resulta em um número crescente, enquanto que na fase de desenvolvimento aumenta, podendo até superar a população local. Nesse contexto, o volume de visitantes deve ser o suficientes para tornar o treinamento e o investimento em capacidade financeiramente viáveis, por exemplo (DODDS; ALI; GALASKI, 2018).

Além disso, para atender à demanda, faz-se necessário expandir as instalações, isto é, construir hospedagens, disponibilizar restaurantes e outros locais para que os visitantes possam explorar, além de realizar a manutenção adequada dessas estruturas. Por outro lado, um dos objetivos do TBC é manter o número de visitantes drasticamente reduzido, a fim de minimizar os impactos negativos (DODDS; ALI; GALASKI, 2018), ao mesmo tempo em que se busca a sustentabilidade financeira. O Quadro 11, a seguir, organiza a discussão.

Quadro 11 - Versão teórica da categoria Infraestrutura turística

| <b>Categoria</b>                | <b>Códigos descritivos</b>                                                             | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                             | <b>Referências</b>                                                                                   |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Infraestrutura turística</b> | Serviços básicos (água, luz, esgoto, redes de comunicação, saúde, segurança, estradas) | Verificar se existe acesso aos serviços básico, como água potável, energia, sistema de esgoto, mesmo sem grandes estruturas, mas que garanta alguma qualidade de vida à comunidade e depois ao visitante.<br>Existência de estrada com certa qualidade, com sinalizações, por exemplo. | (ASKER, S. A. <i>et al.</i> , 2010; GOODWIN; SANTILLI, 2009; ZAPATA <i>et al.</i> , 2011)            |
|                                 | Volume de visitantes                                                                   | Verificar a taxa de crescimento do número de visitantes ao longo do tempo.                                                                                                                                                                                                             | (BUTLER, 1980)                                                                                       |
|                                 | Equipamentos turísticos                                                                | Verificar a existência de estruturas como hospedagens, bares, restaurantes, etc., para atender os visitantes.<br>Verificar a manutenção das estruturas.                                                                                                                                | (ASKER, S. A. <i>et al.</i> , 2010; TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014; ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021) |

Fonte: A autora (2023)

No Quadro 11 estão relacionados os códigos descritivos e os aspectos a serem analisados na categoria. A seguir serão detalhadas as categorias discutidas para o capital social.

## 5.6 Capital social de ligação

O capital social de ligação refere-se às relações entre os membros de uma rede que são semelhantes de alguma forma (PUTNAM, 2000). Geralmente, os indivíduos se identificam com

um conjunto comum de normas e valores, que determinam o comportamento dos membros do grupo. Nesse caso, a ação cooperativa tende a ser mais espontânea (ADI, 2004).

As primeiras definições desse tipo de capital social associavam-no a características demográficas semelhantes (WOOLCOCK, 1998), contudo, com a ascensão das plataformas de redes sociais na internet essa relação mudou. Não precisa mais morar perto de alguém e não precisa esperar para receber uma carta ou um telefonema para saber a situação dos relacionamentos. Uma pessoa que não pode sair de casa devido a uma deficiência pode manter conversas e fazer contatos globalmente, e um migrante pode manter relacionamentos com amigos e familiares em seus países de origem (WILLIAMS, 2019).

Dito de outra maneira, o capital social de ligação pode ser definido como os relacionamentos entre pessoas que se enxergam compartilhando a mesma identidade, com base em parentesco, laços étnicos, *status* de classe, localidade ou outras características demográficas (LO; FAN, 2020). São laços próximos que se desenvolvem ao longo do tempo, até mesmo entre vizinhos que compartilham os mesmos interesses (WILLIAMS, 2019).

Os laços que se estabelecem formam uma rede homogênea, densa e confiável (PUTNAM, 2002). A própria capacidade de transmitir informações de maneira eficiente cria incentivos para se comportar de maneira confiável (OSTROM; AHN, 2009).

Dentro dessa rede, o capital social de ligação permite que os membros ofereçam um ao outro, por exemplo, referências de trabalho, empréstimos de equipamentos, cuidados com crianças etc. Quanto mais intenso os laços e a confiança generalizada, mais forte é a presença desse tipo de capital social (WOOLCOCK, 1998).

Também conhecido como associações horizontais, são cruciais para criação de identidade e sentimento de pertencimento ao grupo. Assim, a força dos laços é forte tornando o trabalho em conjunto mais fácil de realizar, de criar oportunidades (MACBETH; CARSON; NORTHCOTE, 2004).

O forte laço afetivo encontrado no capital social de ligação é importante para o apoio social e aumento da solidariedade do grupo (PUTNAM, 2000). Por exemplo, ao analisar situações pós-desastre, observa-se que esse capital é mais presente na assistência de emergência, como ocorreu no ciclone em Bangladesh (ISLAM; WALKERDEN, 2014) e no Furacão Katrina (HAWKINS; MAURER, 2010).

Ao observar como uma comunidade lidou com um furacão em Porto Rico Delilah, Pijawka e Wutich (2020), verificaram que a confiança e a participação contribuíram para as pessoas ajudarem seus vizinhos. Além disso, os laços sociais servem como “seguro informal”

e apoiam o fornecimento de informações, ajuda financeira, entre outros. Assim, quando indivíduos confiáveis que estão dispostos a cooperar com os outros constituem apenas uma pequena minoria de toda a população de uma sociedade, uma condição para que eles sobrevivam e prosperem é estabelecer uma rede entre eles (OSTROM; AHN, 2009).

Normalmente, as redes fechadas possuem capital social de ligação alto. Contudo, ao mesmo tempo que elas contribuem para o processo de sobrevivência do grupo (COFFÉ; GEYS, 2007), controlam o acesso à informação (BURT, 1992).

À medida que os membros da comunidade não têm conhecimento de como organizações externas podem ajudar, maior é a dependência apenas de recursos internos (WAHAB, 2012). Assim, a presença de alto capital social de ligação pode restringir novas ideias, inibindo a inovação (PILLAI *et al.*, 2017). Além disso, podem levar ao nepotismo, corrupção e outras formas de concentração de poder, bem como exclusão de membros marginalizados da comunidade (ALDRICH, 2010).

Todos esses efeitos negativos levam a crer que o capital social pode gerar desigualdades internas, pois normas e redes que servem a determinados grupos podem obstruir outros, particularmente se as normas são discriminatórias ou se as redes são socialmente segregadas (PUTNAM, 1993). Ou seja, pode enfraquecer a confiança e levar a problemas com as decisões coletivas (RASTOGI; THAPLIYAL; HICKEY, 2014).

Tomando como base a discussão anterior, dividiu-se a categoria em três códigos descritivos, contemplando tanto aspectos positivos como negativos desse tipo de capital social, conforme pode ser visualizado no Quadro 12, a seguir.

Quadro 12 - Versão teórica da categoria Capital social de ligação

| <b>Categoria</b>                 | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                     | <b>Referências</b>                                        |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de ligação</b> | Grupos homogêneos          | Existência de normas e valores compartilhados pelo grupo<br>Identificação de características similares dos membros do grupo.                                   | (LO; FAN, 2020; PUTNAM, 2000; WOOLCOCK, 1998)             |
|                                  | Laços de união             | Capacidade de articulação do grupo para alcançar um objetivo em comum.<br>Capacidade de trocar informações/recursos dentro do grupo<br>Existência de confiança | (ALDRICH; MEYER, 2014; COLEMAN, 1988; PUTNAM, 2000)       |
|                                  | Desigualdades internas     | Existência de normas discriminatórias<br>Identificação de exclusão de membros marginalizados<br>Existência de formas de concentração de poder                  | (LO; FAN, 2020; PILLAI <i>et al.</i> , 2017; WAHAB, 2012) |

Fonte: A autora (2023)

Os efeitos desses tipos de capital social têm sido testados na literatura, porém, poucos estudos tentaram integrar os tipos (PILLAI *et al.*, 2017). Analisando de forma separada, é possível prever resultados positivos para o uso desses tipos, mas são mais eficazes quando são combinados. Por exemplo, Agnitsch, Flora e Ryan (2006) observaram que as comunidades com mais sucesso na ação coletiva possuem capital social de ligação e ponte. Esse último será explicado a seguir.

### 5.7 Capital social de ponte

A ideia do capital social de ponte tem como base o trabalho de Granovetter (1973), que introduziu a noção de "força dos laços fracos" na difusão de informações e na facilitação da interação entre os grupos (WOODHOUSE, 2006). Por serem formados por indivíduos com experiência e formações variadas, esses laços são fundamentais para a disseminação da inovação (GRANOVETTER, 1983).

Ao romper as chamadas “ilhas isoladas”, os laços fracos conectam os indivíduos a outros grupos. Nesse sentido, esses laços são vitais para a integração dos indivíduos à sociedade (GRANOVETTER, 1973). Portanto, pode-se afirmar que esse tipo de capital social surge de uma solidariedade inclusiva entre pessoas de diferentes origens, aumentando, assim, o contato com outras pessoas, apoiando a tolerância e impedindo que os grupos se concentrem interiormente (PAXTON, 1999).

Para obter acesso a recursos não disponíveis dentro dos laços de ligação, recorre-se ao capital social de ponte, esse, por sua vez, refere-se ao relacionamento entre pessoas que são diferentes (idade, *status*, renda, raça, etnia), as quais não compartilham das mesmas normas e valores (SZRETER; WOOLCOCK, 2004).

Para criar conexões entre grupos heterogêneos, o capital social de ponte torna-se mais atrativo para as comunidades. Geralmente é impulsionado pela necessidade de adquirir novas informações, novos recursos que não são acessíveis (DELILAH ROQUE; PIJAWKA; WUTICH, 2020). Por exemplo, quando se procura emprego (GRANOVETTER, 1983), os laços de pontes são importantes, além de ajudarem a evitar possíveis custos, ao fornecer vínculos externos, ao permitir acesso a recursos e reduzir dependência (PUTNAM, 2000; WOOLCOCK, 1998).

De fato, enquanto o capital social de ligação é um obstáculo à inovação, já que a informação renovada é menos acessível, por outro lado, o capital social de ponte favorece a

busca pela informação atualizada e facilita a adaptação a novas normas (BALLET; SIRVEN; REQUIERS-DESJARDINS, 2007).

As comunidades que possuem capital social de ponte tendem a ser mais eficazes na resolução de grandes problemas do que aquelas que possuem apenas redes próximas, ou seja, capital social de ligação (OSTROM; AHN, 2009). Por exemplo, Hawkins e Maurer (2010) constataram que após o furacão Katrina, os laços de ponte foram importantes para a sobrevivência a longo prazo e revitalização mais ampla da comunidade afetada, enquanto os laços de ligação foram importantes para o apoio imediato.

De acordo com o exemplo anterior, o capital social de ponte também pode desempenhar um papel especialmente relevante durante e após um desastre, uma vez que os membros dessa rede podem estar geograficamente distantes dos sobreviventes e, portanto, em melhor posição para oferecer auxílio. Por exemplo, Kawamoto e Kim (2019) observaram que após um terremoto no Japão, colegas e conhecidos vindos de fora das áreas afetadas contribuíram durante a fase de recuperação, ajudando até a limpar as casas danificadas.

Ao investigar sobre os efeitos negativos desse tipo de capital social, Lo e Fan (2020) observaram que é relatado, principalmente, a sua escassez, ou seja, não há laços suficientes e poucos recursos alcançados, assim, não foi levantado nenhum código descritivo apontando os efeitos negativos. Nesse caso, dois códigos descritivos foram levantados: i) vínculos externos ao grupo e ii) Acesso a recursos. O Quadro 13 detalha os aspectos a serem analisados para cada um dos códigos descritivos.

Quadro 13 - Versão teórica da categoria Capital social de ponte

| <b>Categoria</b>               | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                               | <b>Referências</b>                                 |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| <b>Capital social de ponte</b> | Vínculos externos ao grupo | Identificação de características que diferenciam os grupos<br>Existência de parcerias com amigos de outras regiões, etc.                 | (GRANOVETTER, 1983; SZRETER; WOOLCOCK, 2004)       |
|                                | Acesso a recursos          | Capacidade de conseguir recursos com atores externos (informações, dinheiro etc.)<br>Capacidade de diminuir custos com acesso a recursos | (ADLER; KWON, 2002; LO; FAN, 2020; WOOLCOCK, 1998) |

Fonte: A autora (2023)

Em geral, sabe-se que tanto o capital social de ligação como de ponte são considerados necessários para lidar com as vulnerabilidades e aproveitar as novas oportunidades (RASTOGI; THAPLIYAL; HICKEY, 2014; WOOLCOCK; NARAYAN, 2000). Além desses dois, mais um tipo de capital social foi introduzido na literatura e será detalhado a seguir.

## 5.8 Capital social de conexão

A forma de capital social conhecida como capital social de conexão foi inicialmente proposta por Woolcock (1998), para analisar as relações hierárquicas entre comunidades carentes e pessoas com poder político ou econômico. Adicionado posteriormente nas discussões teóricas, esse capital é um subtipo do capital social de ponte, apesar disso, para melhor compreensão, optou-se por realizar sua análise separada, como tem sido feito na maioria dos artigos, a exemplo de Lo e Fan (2020) e Ooi, Laing e Mair (2015).

O capital social de conexão refere-se a relações com pessoas no poder, seja em posições políticas ou financeiramente influentes (WOOLCOCK; SWEETSER, 2002). Ele conecta pessoas que diferem não apenas em identidades, mas no *status* (SZRETER; WOOLCOCK, 2004). Considerando essas diferenças de *status*, de poder, pode-se dizer que este capital é definido por associações verticais, diferente do capital social de ligação, que abrange as associações horizontais (KYNE; ALDRICH, 2020; LO; FAN, 2020; SZRETER; WOOLCOCK, 2004).

Geralmente são relações entre membros de uma comunidade, atores externos governamentais, ONGs, instituições em geral. Por exemplo, o estudo de Kawamoto e Kim (2019) reconheceu as agências do governo, prefeituras e outros voluntários vindo de outras regiões como atores externos, com poder sobre a comunidade que estava sendo estudada. Além desses, pode-se citar banqueiros, assistentes sociais, prestadores de serviços de saúde, políticos, administração pública, entre outros (LO; FAN, 2020).

Embora o capital social de ligação seja mais comum, pode não ser suficiente, apenas ‘ter boas relações próximas’. Tanto o capital social de ponte como de conexão, mesmo sendo mais difícil de obter e manter, pode ajudar as populações mais marginalizadas a progredir, no caso do capital social de conexão pode ajudar a acessar, principalmente, serviços básicos como educação, saúde etc. (KYNE; ALDRICH, 2020).

Nesse contexto, a capacidade de determinados grupos ao longo do tempo de superar as diferenças de poder e obter apoio do governo é reflexo do desenvolvimento de capital social de conexão. Ao criar esses laços por meio do qual os recursos podem ser acumulados e mobilizados, a capacidade de ação comunitária é alcançada (OOI; LAING; MAIR, 2015).

De maneira geral, o capital social de conexão proporciona à comunidade acesso a recursos que, de outra forma, não poderiam ser alcançados internamente, tais como financiamento governamental, instituições de ajuda humanitária e doações (DELILAH ROQUE; PIJAWKA; WUTICH, 2020). Dessa forma, esse tipo de capital tem se mostrado

fundamental, especialmente para comunidades que enfrentam desafios relacionados à pobreza e ao subdesenvolvimento (SZRETER; WOOLCOCK, 2004).

Ademais, os laços de conexão ajudam a empoderar pessoas sem poder na comunidade. Por exemplo, grupos locais de mulheres na Etiópia, organizados por uma ONG transnacional, ajudaram as participantes mulheres a formarem novos laços entre si e com trabalhadores da ONG. Além disso, os laços forneceram apoio emocional e financeiro (STORY *et al.*, 2020).

Por outro lado, ao mesmo tempo que pode gerar efeitos positivos, essa forma de capital social pode gerar efeitos negativos. Por exemplo, a literatura tem apontado que a dominação de elite é reconhecida como uma desvantagem significativa, em que o grupo/organização com maior poder se impõe sobre os de menor poder e autoridade (LO; FAN, 2020).

De fato, embora supõe-se que todos têm igualdade de participação nas decisões e planejamento do TBC, os desequilíbrios de poder representam uma barreira, dificultando a evolução dessas experiências (JAMAL; GETZ, 1995). Assim, para essa categoria foram levantados três códigos descritivos, que estão reunidos no Quadro 14, com os respectivos aspectos analisados.

Quadro 14 - Versão teórica da categoria Capital social de conexão

| <b>Categoria</b>                 | <b>Códigos descritivos</b>                                          | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                  | <b>Referências</b>                                                                         |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de conexão</b> | Vínculos com atores poderosos                                       | Capacidade de parcerias com o governo (federal, estadual e municipal)<br>Capacidade de parcerias com empresários locais e agências                          | (LO; FAN, 2020; WOOLCOCK, 1998)                                                            |
|                                  | Acesso a recursos (infraestrutura básica, infraestrutura turística) | Capacidade de conseguir investimentos de infraestrutura etc.                                                                                                | (DELILAH ROQUE; PIJAWKA; WUTICH, 2020; KYNE; ALDRICH, 2020; LO; FAN, 2020; WOOLCOCK, 1998) |
|                                  | Dominação de elite                                                  | Criação de imposições dos parceiros (agências, governo, empresários) a comunidade/grupo conectado.<br>Existência de conflitos de interesses entre os grupos | (LO; FAN, 2020)                                                                            |

Fonte: A autora (2023)

Os elementos contidos no Quadro 14 contemplam tanto efeitos positivos como negativos relacionados ao capital social, pois se entende que ambos os efeitos podem contribuir para o ciclo de vida das iniciativas de TBC. Dessa forma, com todas as categorias descritas pode-se propor a integração teórica com o ciclo de vida.

## 5.9 Modelo teórico

Antes de apresentar o modelo teórico faz-se necessário apontar as fases do ciclo de vida das iniciativas de TBC que serão consideradas. Como proposto inicialmente, as fases aqui consideradas têm como base a proposta já estabelecida de Butler (1980). Apesar disso, foi realizada uma discussão teórica na seção 2.2, quando foram analisados outros estudos que aplicam a proposta no contexto do TBC, além de verificar as críticas.

Nesse âmbito, as principais mudanças sobre as fases do ciclo de vida definidas para esta tese considera: i) a adição de uma fase denominada pré-exploração, ii) a não linearidade das fases, com a presença de fases flutuantes (KUSUMAH; NURAZIZAH, 2016), iii) definição das categorias determinantes na explicação de suas características.

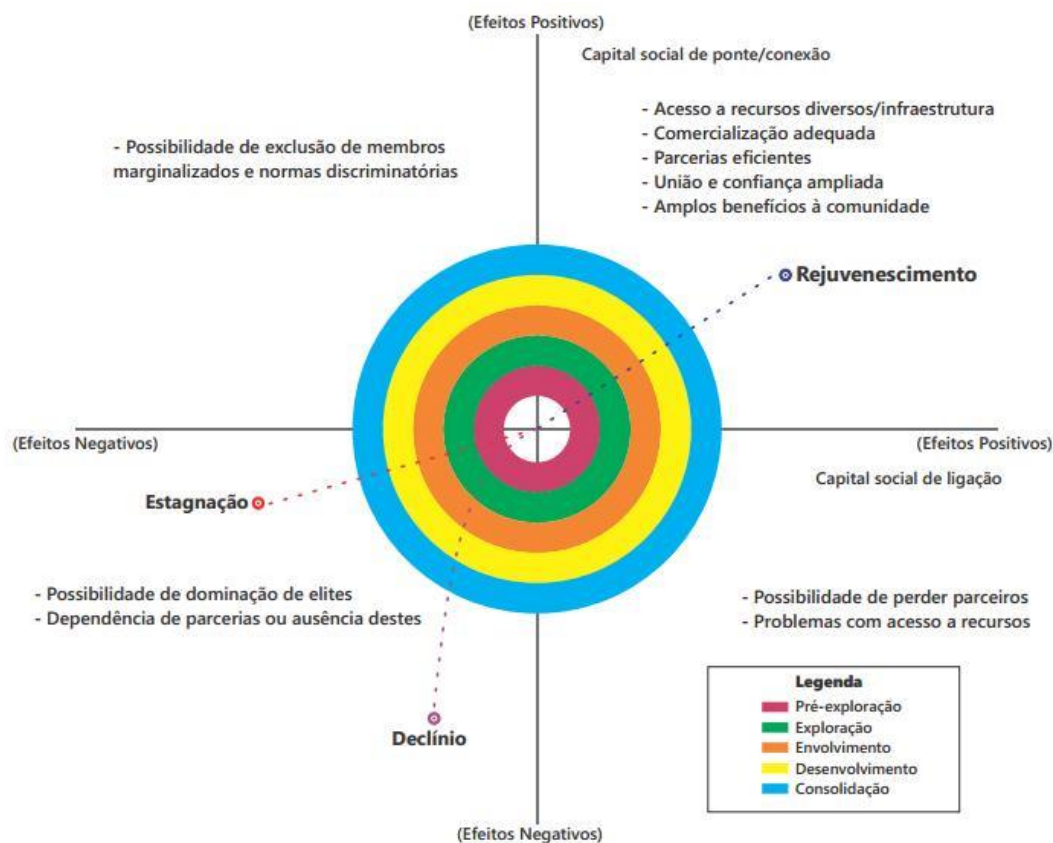
A fase aqui denominada de pré-exploração se apoiou no estudo de Hunt e Stronza (2014), pois, ao analisarem o turismo na região sudoeste da Nicarágua, observaram que antes da fase de exploração havia total ausência de turismo e um desconhecimento dessa atividade, o que refletiu na hesitação quando os turistas começaram a chegar às suas comunidades. Essa constatação diverge da afirmação de Butler (2006), ou seja, de que os destinos em países em desenvolvimento iniciam no TALC, no estágio de desenvolvimento. Vale destacar que a afirmação foi feita sem evidências empíricas, reforçando os dados encontrados em Hunt e Stronza (2014).

Diante dos argumentos levantados, parte-se de uma ideia inicial de um modelo do ciclo de vida do TBC, com as seguintes fases: i) pré-exploração (fase de ausência de turismo e primeiros passos para receber os visitantes); ii) exploração, iii) desenvolvimento, iv) envolvimento, v) consolidação; vi) estagnação e vii) rejuvenescimento ou declínio, com destaque para as duas últimas fases como flutuantes, ou seja, podendo ocorrer em qualquer momento.

Ademais, conforme discutido neste capítulo, o modelo de ciclo de vida das iniciativas de TBC apresenta categorias que o influenciam: i) acesso ao mercado; ii) benefícios à comunidade; iii) capacitação da comunidade; iv) governança; v) infraestrutura turística. Além das categorias do capital social: i) capital social de ligação; ii) capital social de ponte; e, iii) capital social de conexão.

A presença de fases flutuantes sugere que o modelo não é linear, e não apresenta formato de curva ‘S’, como sugerido por Butler (1980). Nesse caso a sugestão é que ele segue o formato de uma espiral, conforme pode ser visto na Figura 5.

Figura 5 - Proposição do modelo teórico



Fonte: A autora (2023)

A Figura 5 ilustra diferentes cenários, conforme os quadrantes. No primeiro quadrante (canto superior direito), as iniciativas de TBC têm a capacidade de acessar recursos/equipamentos, melhorar suas estratégias de comercialização, por meio de parcerias sólidas e envolver a comunidade de forma mais espontânea. Com a comunidade unida, essa abordagem resulta em amplos benefícios à comunidade. A progressão para fases posteriores pode ampliar esses benefícios, especialmente na fase de consolidação, quando se espera alcançar o máximo de benefícios. Além disso, neste mesmo quadrante, a fase de rejuvenescimento pode ocorrer, à medida que a iniciativa, após um período de estagnação, conquista novos parceiros. No segundo quadrante (canto superior esquerdo), o capital social de ligação é negativo, o que pode levar a problemas, como a exclusão de membros e normas discriminatórias. No terceiro quadrante (canto inferior esquerdo), as iniciativas podem enfrentar problemas e, portanto, podem entrar na fase de estagnação ou até mesmo declínio (fases flutuantes). No último e quarto quadrante (canto inferior direito), com o capital social de ponte negativo, pode resultar na diminuição de parceiros ou mesmo na perda deles. Embora a iniciativa mantenha o capital social de ligação positivo, à medida que avança nas fases, esses problemas podem se tornar mais evidentes.

Pode-se afirmar que o capital social desempenha um papel crucial ao facilitar a participação e a colaboração dentro de uma comunidade, atuando como um "lubrificante" para esses processos (OKAZAKI, 2008). No entanto, é importante observar que o excesso de capital social de conexão pode resultar em relações de poder desiguais, o que pode, por sua vez, minar o progresso da comunidade em aumentar o nível de participação e dificultar a governança.

Por outro lado, o capital social de conexão pode contribuir com acesso à infraestrutura por meio de parcerias com o governo (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013; CONNELLY; SAM, 2018), que é encarregado de fornecer infraestrutura básica, como acesso a determinadas regiões, água, luz etc. Por exemplo, a Associação Peixe-boi, que fica na região de Alagoas, há muitos anos reivindicava a reconstrução da ponte do rio Tatuamunha<sup>4</sup>, que facilitava o acesso a visitantes e à comunidade, mas só em 2020 a obra foi autorizada e em 2021 foi entregue.

Em suma, compreender o TBC do ponto de vista de uma rede, como proposto no capítulo 2, possibilita entender a origem das interações. As redes que constituem o capital social também são utilizadas como canais para o fluxo de informações úteis, que facilitam alcançar os objetivos das iniciativas. Dessa forma, o capital social permitirá entender as relações construídas ao longo das fases do TALC, para que as iniciativas alcancem os benefícios esperados pela comunidade, não somente os econômicos, mas os sociais, culturais etc. Portanto, repensar as estruturas sociais existentes, que mais influenciam as iniciativas, melhora a compreensão da relação entre participação dos residentes e estrutura de poder local, por exemplo (BLACKSTOCK, 2005).

A maneira como as pessoas se associam uns aos outros, e em que termos, tem implicações para o bem-estar das pessoas em grupos, associações etc., assim como para as experiências do TBC. Portanto, os elementos do capital social podem ser combinados com as fases do ciclo de vida das iniciativas de TBC. Contudo, é preciso reconhecer que a maioria das fases, exceto a fase de estagnação e declínio, não se limita a qualquer quadrante.

Embora a revisão da literatura tenha possibilitado a identificação e proposição das categorias de influência no ciclo de vida das iniciativas de TBC, a investigação empírica é necessária para examinar essas categorias e seus respectivos códigos descritivos. Essa abordagem permite a expansão do modelo final, com o intuito de identificar novas perspectivas e até mesmo realizar possíveis exclusões e adaptações, a fim de minimizar quaisquer vieses que possam ter surgido dessa delimitação teórica.

---

<sup>4</sup> Informações retirada do site: <https://blogdacostadoscorais.com/2021/09/25/ponte-sobre-o-rio-tatuamunha-sera-importante-ferramenta-para-o-turismo-de-base-comunitaria-em-porto-de-pedras/>

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - 2ª ETAPA

Neste capítulo foram expostos os resultados da primeira rodada de entrevistas, que foi realizada com especialistas conforme apresentado na seção 4.3.2. Portanto, a apresentação dos resultados foi organizada de acordo com as categorias levantadas nesta fase, adicionando a comparação de categorias que foram previamente discutidas na primeira etapa.

Logo, a estrutura deste capítulo consiste na análise geral das entrevistas, perpassando por questões conceituais, apresentação dos resultados sobre as fases do ciclo de vida, seguida das categorias determinantes. Por fim, a última subseção resume os achados encontrados e compara com os resultados da primeira etapa.

### 6.1 Entrevistas com especialistas

As entrevistas realizadas nesta etapa possibilitaram a cada especialista emitir sua opinião sobre o conceito de TBC e aspectos que consideravam influentes sobre o ciclo de vida das experiências de TBC, incluindo o capital social.

Ao analisar as respostas dos entrevistados sobre o conceito de TBC, observou-se que, em geral, eles mencionaram dois termos muito usuais na literatura: turismo comunitário e TBC. Contudo, enquanto alguns faziam uma distinção entre os termos, outros tratavam como sinônimos, conforme trechos a seguir:

É, veja é para mim um dos problemas do turismo o é de base comunitária, é quando ele deixa de ser de base e quando ele começa a ser comunitário. Normalmente quando a experiência ela é lançada, né? ela é promovida, como que fosse meramente geração de trabalho e renda, né? e a própria concepção de turismo de base comunitária veja tu, TBC não é mais uma das muitas modalidades de turismo, turismo comunitário até pode ser talvez, é o que mais aproxima de uma modalidade de turismo [...] (Entrevistado D).

Olha, é... Eu gosto sempre de falar quando me entrevistam que é... O Turismo de Base Comunitária ou o turismo comunitário, a gente não faz essa diferenciação. É... ele é um campo, de... é um campo científico recente e em construção, então ele permite diferentes abordagens. [...] (Entrevistado I).

Pra gente o turismo comunitário é aquele que a gente tem toda a os serviços, né? a administração local é com base na comunidade, com pessoas da comunidade, já o turismo de base comunitária a gente consegue identificar algumas diferenças mínimas, né? às vezes nem sempre os serviços são diretos de pessoas da comunidade, mas de outras pessoas, de de outras empresas que não são da própria comunidade, tipo um serviço de transporte, às vezes é de uma cooperativa que não é da comunidade [...] Já no turismo comunitário, no modelo que a gente segue, o que acontece nas nossas comunidades, são tudo, todos os serviços é essencialmente de comunitários [...] (Entrevistado K).

Apesar das divergências de termos e compreendendo que tanto o turismo comunitário quanto o TBC tem princípios em comum, esta tese concorda com o uso de ambos os termos como sinônimos, tal qual um dos entrevistados ressalta:

[...]. E um grande debate que a gente tá tendo é de não fechar terminologias como uma coisa muito absoluta, porque o que nós pesquisamos aqui na rede, dentre as quarenta, dos quarenta empreendimentos, existem pelo menos cinco terminologias que eles adotam e a gente respeita. Tem comunidade que diz: "aqui é o turismo de tal lugar" é turismo, então pra eles é turismo. Não é turismo comunitário. Outras dizem: "aqui é etnoturismo", outras dizem: "aqui é etnoturismo comunitário", outras dizem turismo comunitário e outras dizem Turismo de Base Comunitária e quando você vai ver todos os princípios e valores são iguais. [...] Então a gente respeita essa autodenominação e até tem comunidades que recebem visitantes e não sabem nem o que é turismo, e pra gente não vai fazer falta isso, né? (Entrevistado I).

Sabe-se que as perspectivas teóricas sobre o tema apresentam similaridades de princípios, como outrora já falado. Por exemplo, Irving (2009) apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais desta atividade e que aparecem em algumas entrevistas, como a base endógena da iniciativa, a participação e o protagonismo social, a geração de benefícios diretos à população local e a afirmação cultural.

Ademais, em virtude da diversidade e nuances de cada realidade local, como já discutido, um elemento comum entre todos os conceitos é a compreensão da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, desde a concepção até o desenvolvimento e gestão da atividade turística (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012).

Então, é... eu considero acima de tudo é [...] , um modo de gestão, né? Pra mim, assim, eu entendo como a forma, né? que a comunidade encontra pra oferecer, pra estruturar, né? os serviços turísticos que ela dispõe, né? [...] Então, eu acho que é uma forma que a própria comunidade encontra de você fazer a gestão desses serviços dessas atividades, que eles querem mostrar pro visitante, seja da sua forma de pescar, da sua forma de plantar, seja da sua forma de fazer seus rituais, então eu acho que é uma forma que a própria comunidade ela encontra, e isso também valorizando muito a questão da participação (Entrevistado F).

A abordagem que mais se aproxima do que eu acredito, é uma modalidade de turismo é... baseada na autogestão e nos princípios da economia solidária, e onde os resultados da atividade sejam principalmente de um coletivo comunitário envolvido e que pregue pelos princípios da cooperação, da sustentabilidade, da igualdade, da defesa do território, da defesa dos bens comuns, da defesa da natureza, da defesa das diferentes formas de vida que existem no planeta (Entrevistado I).

[...] turismo de base comunitária pra mim eu já comentei aqui é um projeto é, é uma estratégia de desenvolvimento territorial, né? Então TBC não é simplesmente uma política pública de geração de trabalho e renda, né? [...] O turismo não existe simplesmente pra você atender pessoas, né? É o turismo de base comunitária a funcionalidade dele, né? é pra desenvolver, é pra gerar qualidade de vida para as pessoas que moram no lugar e não para quem não mora, né? (Entrevistado D).

Turismo de base comunitária envolvendo movimento político, social, em que vários grupos reivindicam uma diferente participação [...] onde tem um protagonismo dessas comunidades locais, desde a concepção do projeto até na execução deles. [...] E aí, então é um modelo assim de gestão, de organização, né? (Entrevistado G).

Além disso, os entrevistados foram convidados para falar dos fatores que eles julgavam mais importantes nas diferentes fases do ciclo de vida e logo depois cada fator foi desenvolvido, conforme a resposta de cada um. Nesse contexto, algumas categorias já previstas na primeira etapa foram confirmadas pelos entrevistados, outras foram aglutinadas, além de apresentarem novas reflexões para cada categoria que permitiram criar códigos descritivos e até mesmo excluir outros, conforme será apresentado posteriormente.

## 6.2 Fases do ciclo de vida de uma iniciativa de TBC - 2ª etapa

A entrevista com especialistas sobre TBC foi uma etapa rica de novas informações e experiências, confirmando o caráter descritivo e exploratório esperado para esta etapa. Além disso, a própria diversidade de regiões, representada pelos entrevistados de diferentes lugares do Brasil, adicionou a essa etapa um caráter de maior validade acerca dos dados coletados.

Sobre o ciclo de vida, os entrevistados reforçam que as experiências de TBC passam por momentos diferentes. Na primeira etapa, o modelo do ciclo de vida apresentado continha sete fases: i) pré-exploração (fase de ausência de turismo e primeiros passos para receber os visitantes); ii) exploração; iii) desenvolvimento; iv) envolvimento; v) consolidação; vi) estagnação e vii) rejuvenescimento ou declínio.

Contudo, após analisar as entrevistas, pôde-se constatar que: i) não há diferenciação entre pré-exploração e exploração, uma vez que os entrevistados falavam apenas em concepção ou fase inicial, em que a comunidade está aprendendo sobre o que é turismo, recebendo, muitas vezes, visitantes sem a cobrança de valores; ii) não há distinção entre envolvimento e desenvolvimento, podendo ser considerada uma única fase; iii) a fase de rejuvenescimento foi pouco comentada, enquanto o declínio apresentou-se mais evidente. Portanto, optou-se por readequar as fases para: i) exploração; ii) envolvimento/desenvolvimento; iii) consolidação; iv) estagnação; e, v) rejuvenescimento ou declínio.

A primeira fase, denominada **exploração**, consiste na concepção do desenvolvimento turístico, ou seja, os primeiros contatos da comunidade com a prática turística e com visitantes. Nessa fase, a comunidade “abraça” as oportunidades que surgem, mesmo sem saber que estão desenvolvendo atividades turísticas. Um dos entrevistados confirma essa percepção:

“[...] Então esses visitantes não tinham onde ficar, o município não tinha pousada e ficavam nas nossas residências, então na prática a gente fazia o turismo comunitário, mas não sabia que estava fazendo isso. A gente acolhia, fazia o serviço de hospedagem e servia alimentação, né? (Entrevistado K).

No início, é comum que a iniciativa de TBC não tenha compreensão clara da relação comercial que está sendo desenvolvida, nesse caso, os visitantes podem ser recebidos como

convidados que vêm realizar trabalhos para a comunidade, e em troca recebem hospedagem e alimentação (ZAPATA *et al.*, 2011).

[...]as iniciativas que às vezes tão começando é o que eu falei essa relação com o dinheiro é diferente, eu vi iniciativa que, por exemplo, acolheu uma estrangeira, uma que fazia intercâmbio, ela ficou hospedada, comia, bebia tudo na comunidade de graça, mas em troca ela dava aula de inglês pra juventude, então olha só o benefício que ela trouxe, ela não pagou pra ficar ali, mas ela trouxe conhecimento (Entrevistado A).

Uma característica adicional que pode ser associada à fase de exploração é a coesão do grupo envolvido (capital social de ligação). Isso ocorre porque, em algumas iniciativas pelo Brasil, observam-se conflitos dentro da comunidade, e para lidar com esses conflitos, o grupo se une em busca de soluções. Essa união revela um determinante até então não explorado na etapa anterior, que é a organização comunitária, a qual será discutida na seção 6.3.6.

[...] E aí esse grupo comunitário se unia, para enfrentar um inimigo comum, né? seja especulação imobiliária, seja uma, é uma, uma contraposição ao turismo de massa convencional, seja um conflito ambiental ou algo do gênero, tá? [...] E aí para enfrentar esse inimigo comum, você se organiza e a partir da organização, você começa a ver outras oportunidades. Dentre essas oportunidades, a oportunidade de trabalhar com um tipo de turismo diferente do tipo hegemônico, do turismo de massa, né? [...] Então aí começa um trabalho de estruturação desses lugares, né? a partir da mobilização comunitária [...] (Entrevistado H)

Ainda nessa fase inicial, um dos entrevistados destacou a falta de formações para a comunidade, que podem ser tanto sobre as atividades turísticas e de gestão, quanto a própria compreensão do que é o turismo e o que eles estavam desenvolvendo. Corroborando o argumento, essas formações que procuram capacitar os membros da comunidade são cruciais para o desenvolvimento do TBC (DODDS; ALI; GALASKI, 2018; TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014):

[...] Então tipo eram práticas simples que a gente fazia com muito amor, muita delicadeza, né? porque a gente não tinha formação ainda, mas que foi se tornando uma referência, né? no Estado. Então algumas pessoas que tinham conhecimento maior sobre o modelo de turismo começou a dizer que a gente na prática a gente fazia o turismo comunitário, e foi assim que os grupos foram se juntando (Entrevistado K).

Ademais, pode-se citar o elevado contato entre os residentes e visitantes, como prevê Butler (1980), pois não existem instalações específicas, ou seja, a infraestrutura é mais simples nessa fase. No caso do TBC, as instalações são, na maioria das vezes, dentro das próprias residências da comunidade, especialmente nessa fase inicial, como ressalta a entrevistada G: “Tudo é ato, eu recebo em casa, as pessoas transformaram suas casas em meios de hospedagem, suas cozinhas em restaurantes. Então tinha um tratamento muito doméstico assim, de receber em casa que isso é o diferencial no Turismo de Base Comunitária”.

A segunda fase, denominada **envolvimento/desenvolvimento**, inicia com o aumento do número de visitantes, como consequência, a oferta turística também aumenta, ou seja, mais

instalações (infraestrutura turística) são necessárias (BUTLER, 1980). No caso do TBC, as comunidades se interessam pelo tratamento mais comercial, sem perder a essência, para atrair mais público. O entrevistado H reforça: “[...] É, eles conseguiam fazer essa, esse amadurecimento, assim saindo de um atrativo de uma coisa legal para realmente formatar um roteiro, né? Alguma coisa que seja ofere... é ofertada ao mercado, né?”. Ou seja, aqui percebe-se o papel do acesso ao mercado que começa a se desenvolver, para que a iniciativa prospere e avance:

[...] tem uma comunidade que fala assim: ai, a gente tá recebendo visitante, a gente viu que seria legal a gente fazer um mirante. E aí eles começam, eles ajudam, então eles começam meio que: ah a gente precisa fazer assim, a gente precisa fazer a manutenção, então eles colocam até isso ali na agenda de atividade deles [...] A iniciativa é deles, então tem uma maior dedicação e envolvimento das pessoas ali mesmo naquilo (Entrevistado B).

[...] em alguns lugares o turista tá chegando, então estão numa fase que eu falo que vai de transição aí da hospitalidade doméstica pra hospitalidade comercial, entendeu? (Entrevistado F).

Ainda nessa fase, atores externos à comunidade começam a se envolver mais nas atividades turísticas (GIAMPICCOLI; SAAYMAN, 2018), especialmente para aquelas iniciativas que são consideradas *botton-up*. Já nas iniciativas *top-down*, o envolvimento se amplia, pois ele já existe desde a fase de exploração.

Porque na verdade é o seguinte, a gente tem que entender que todo lugar, ele não tem todos recursos, nem toda expertise né,(risos) e.. enxergar né, que ninguém tá isolado no mundo, que a parceria muitas vezes ela tem um grande benefício né pra até o desenvolvimento né, pro ciclo de vida desse.. né dessa iniciativa e assim por diante (Entrevistado G).

[...] Algumas instituições que já acompanhava a gente na questão da pesca, de trabalhar essa questão da formação dos pescadores. O Instituto Terramar né, que é uma instituição pioneiro no Ceará, já começou essa formação com a gente de orientar esse processo do turismo comunitário e a Associação Caiçara que já tinha um trabalho voltado em duas comunidades né (Entrevistado K).

Na busca de uma oferta de hospitalidade mais “comercial”, o anseio por formações se amplia e as comunidades passam a demandar inúmeros tipos de capacitações que possam auxiliá-las. Nesse contexto, o papel da eficácia das parcerias é fundamental, no que tange aos aspectos da governança:

[...] claro que também tem uma questão de capacitação, que é complicado porque as pessoas têm interesse em fazer turismo, mas não têm experiência com turismo, né? [...] é importante ter parceiros que... que ajudem, né? minimamente a desenvolver essas habilidades ou desenvolver não só, porque essas pessoas têm habilidade, mas é, talvez, é, conseguir extrair um pouco, porque é diferente o contato que você tem com, numa venda, não sei (Entrevistado C).

Outro aspecto da governança destacado nas entrevistas nesta fase é quanto à articulação com outras experiências de TBC, além da transparência:

[...] Eu acho que o Turismo de Base Comunitária é... mas é uma... é uma governança nessa perspectiva mais horizontal, numa perspectiva mais é de divisão sabe, de cooperação, [...] Entre as experiências quando você cria, por exemplo, um roteiro ali, você considera é... um roteiro aqui pelo Rio Negro, pela margem direita, pela margem esquerda, quando você vê essas comunidades dialogando, construindo juntas, eu acho que tem sim uma governança do TBC, [...] uma governança muito mais horizontal, assim muito mais horizontal no sentido de de cooperação sabe, de de solidariedade, [...] E também com base numa numa profunda transparência nessas relações que é o que a gente tem que trabalhar e tem que lembrar, né? [...] ética também da transparência das coisas acontecerem de forma, né? porque a partir disso podem exatamente surgir esses conflitos (Entrevistado F).

De fato, conforme esclarece Lockwood (2010), a transparência deve ponderar aspectos relacionados à visibilidade do processo decisório e, sobretudo, ser claro e rápido na comunicação sobre as decisões tomadas.

Por outro lado, é também nesse envolvimento com agentes externos que podem vir grandes ameaças ao desenvolvimento do TBC. É comum a tentativa de cooptar a comunidade, para oferecer o turismo de massa, para vender suas propriedades e transformá-las em resorts, especialmente nas regiões litorâneas, sendo que também ocorre a oferta de empregos para apoiar políticos:

[...] a gente encontra muitos... é... empresários, outras entidades né que tem uma proposta de construção diferente. Então é como se fosse a gente seguir uma organização que ela tem um planejamento, né? mesmo aquelas propostas mais imediatas a gente vai dialogando, crescendo, amadurecendo juntos, aprendendo com nossos erros, encontrando alternativas pra superar (Entrevistado K).

Aqui no Rio de Janeiro, vários casos de lideranças comunitárias em favelas que daqui a pouco o cara ali é cooptado por um emprego pela prefeitura, vai empregar ele. Como é que o cara vai reclamar da prefeitura se o prefeito foi e viu que ele é uma liderança forte e empregou, né? (Entrevistado G).

Ademais, a literatura tem apontado que a promoção de alianças com agentes externos é importante para a influência no desenho de políticas públicas, especialmente no âmbito da América Latina, região que necessita de tais políticas para o atendimento das necessidades (MORAES; IRVING; MENDONÇA, 2018).

Quanto à fase de **consolidação**, foi pouco comentada pelos entrevistados, e isso se deve ao fato de que muitas experiências no Brasil são recentes. Por exemplo, uma das mais antigas, como Acolhida na Colônia, tem pouco mais de 20 anos. Além disso, muitas experiências não conseguem chegar nessa fase, então pouco se conhece. Um dos entrevistados citou a Acolhida, como exemplo:

[...] a minha entrevistada falou: hoje, a gente já tem a estrutura de hospedagem muito com muita é qualidade né? Que a gente consegue prestar um serviço de alta qualidade, isso tudo conseguiu avançar né? Por meio de muito investimento, eles passaram por muitos anos fazendo capacitações (Entrevistada A).

Nesse passagem, duas características chamaram atenção para essa fase: i) infraestrutura turística avançada; ii) capacitações. Ambas são importantes. Não necessariamente que continue com mais capacitações ou mais investimentos em hospedagens, por exemplo, mas que nessa fase tenha conquistado tais investimentos para melhoria da experiência.

Tanto o modelo de Butler (1980) quanto o modelo de Giampiccoli e Saayman (2018), no caso do último aplicado para o TBC, pouco comentam sobre características que demarcam a fase. O primeiro modelo se limita ao crescimento do número de “turistas”, enquanto o segundo menciona sobre uma participação mais *top-down* da comunidade e mais empresas de fora controlando o turismo, o que não parece ser uma característica das experiências do Brasil.

Outra questão citada sobre essa fase está relacionada ao desenvolvimento de redes de parcerias, sejam redes territoriais (locais) ou nacionais:

Então, é entendendo dessa forma, essas iniciativas de turismo de base comunitária, elas se sustentam a partir de redes territoriais que é o, da onde vem o valor delas né? Sem isso dificilmente ela, ela existe, eu acho que é inerente a essas iniciativas. Vamos dizer elas se consolidam, quando elas surgem, elas surgem, como uma expressão de uma rede né, isso assim vindo de baixo para cima, né? E também tem essas redes maiores, que que elas se conectam, né? Então, a rede TURISOL é Rede de Turismo Solidário e Comunitário do Brasil, a rede TUCUM, a rede cearense né, a rede BATUQUE, que é a rede na Bahia (Entrevistado H).

[...] A gente tem uma experiência recente de rede local, mas o que eu observei nos outros estados e a nível nacional, é que a rede hoje é um mecanismo mais efetivo que você tem de animação interna e de articulação com mundo externo é... mais efetivo que existe pro TBC [...] onde os comunitários começam a entender que aquele outro que tá em outra região passa por coisas parecidas, mas que também já encontrou solução pra alguma coisa (Entrevistado I).

Corroborando o destaque para as redes, alguns entrevistados esclareceram que não só a rede é importante, mas o trabalho em rede que pode ser desenvolvido, pois conforme Moraes *et al.* (2016), as ações articuladas por meio delas, federações, associações locais, regionais e nacionais, contribuíram para o avanço de marcos legais para o TBC no Brasil.

[...] um dos pressupostos para pensar e agir no TBC é trabalho em rede. Então ao contrário de redes de TBC, porque o trabalho em rede ele apresenta uma perspectiva de ação de movimento constante, né? que envolve aí diferentes atores como eu havia dito[...] Então diante desses diferentes atores, diferentes atuações, imersões entendem que existe um objetivo comum uma causa comum que é em prol da defesa de um outro modo de turismo, né? [...] Então tem sido uma característica muito marcante nas iniciativas que conseguem se fortalecer e dar continuidade às suas ações, né? (Entrevistado A).

Apesar da ordem de apresentação das fases, destaca-se que não existe uma linearidade, ou seja, não existe um passo a passo, sendo que elas não ocorrem necessariamente em sequência. Por exemplo, a fase de **estagnação** pode ocorrer a qualquer momento, o que a literatura chama de estágios flutuantes (KUSUMAH; NURAZIZAH, 2016). Tal argumento foi validado por alguns dos entrevistados:

[...] É, então é é... pra mim, qualquer projeto que se preze deveria começar ainda com toda a dificuldade, que normalmente tem, às vezes tu dá um passo pra frente e dois pra trás, né? dá um passo pra frente e dá um passo no lado, né? (Entrevistado D).

[...] Essas experiências elas mostram pra gente que elas avançam um pouquinho, elas dão 2 passos pra trás, daqui a pouco vai um pouquinho em frente depois retrocede, então não existe algo linear.[...] Então eu entendo esse ciclo de vida, né? que você defendendo esse ciclo de vida, então, para mim é um ciclo de vida que envolve um tempo espiralado e não linear, né?... (Entrevistado A).

Destaca-se que alguns dos entrevistados deixaram claro que algumas dessas iniciativas encontram-se na fase de estagnação, especialmente pela falta de apoio dos governos e de políticas públicas. Além disso, foi citada a pandemia como uma ameaça que desmobilizou algumas iniciativas por um período:

[...] Só que nos últimos dois, três anos meio que.. é.. caiu um pouco. A gente tava se erguendo e aí veio pandemia e fechou tudo, mas.. o interessante é que.. a gente vem tentando, né? rearticular esses laços... [...] Principalmente os cortes nas instituições de apoio, nas ONGs e também do governo (Entrevistado J)

[...] A pandemia é uma, um teste bem importante pra isso. Acabei de visitar alguns lugares do Rio Negro, tá todo mundo parado, claro que não podia nem entrar... nas áreas de conservação, mas tem comunidade que se organizou bem. Tá lá com a pousadinha ainda, pararam, mas tão aos poucos voltando (Entrevistado C)

A fase de **declínio**, assim como a fase de estagnação, também pode acontecer a qualquer momento. Um dos entrevistados confirma, ao mencionar que as iniciativas podem declinar nas fases iniciais, quando se está estruturando a oferta turística:

Então assim muitas dessas iniciativas conseguiram se consolidar em termos assim do que oferecer, mas morriam antes de chegar ao turista, porque criava-se uma expectativa enorme de que aquilo ia bombar e o acesso ao mercado é muito complicado (ênfase do entrevistado), né? então é tinha uma frustração a partir da mobilização feita da expectativa gerada em cima daquilo, ele e alguns grupos se frustraram porque não viam o retorno econômico mesmo da atividade né (Entrevistado H).

Em outro contexto, as iniciativas também podem declinar por outros problemas, como por exemplo, a falta de união, de mobilização do grupo, de alinhamento de acordos e, em virtude de uma ameaça, os problemas agravam:

[...] a comunidade consegue se superar quando ela tem a base fortalecida, tipo uma associação de moradores que ela possa dialogar ou uma associação de pescadores ou agricultores ou grupo de jovens né, que possa potencializar essas ações, a gente consegue se sobressair a qualquer ameaça, mas quando essas bases estão fragilizadas, infelizmente a gente não avança. E eu acho que foi o que aconteceu no na comunidade do Coqueirinho, lá em Tatajuba, né? As ameaças foram maiores do que a comunidade podia suportar né? (Entrevistado K).

E aqueles acordos foram meio que se desestruturando, é, e a comunidade começou a olhar com maus olhos, e é... bom... aí veio pandemia e tal, só piorou, que aí para tudo e aí para um monte de coisa. [...] é preciso tentar entender também que isso pode ser só um momento e que se a adesão diminuir, pode ser que aquela baixa na verdade, seja um declínio pro fim né? (Entrevistado C).

A literatura também tem apontado que a dependência de recurso externo pode levar ao declínio das atividades turísticas (GOODWIN; SANTILLI, 2009):

Mas eu tenderia que é... quando se inicia uma experiência ela não deveria iniciar por causa de apenas recurso, recurso ajuda, mas depois quando a experiência já tiver caminhando. Por que eu tou dizendo isso? Porque tem muitas situações que quando a experiência começa só por causa do recurso, quando o recurso acaba, a experiência acaba, né? (Entrevistado D).

As parcerias com o governo, por exemplo, deixam de existir nesta fase (KUBICKOVA; MARTIN, 2020), e a comunidade pode ficar isolada e sem assistência. Butler (1980), em seu modelo original, aponta que, se não houver uma mudança completa, dificilmente a experiência consegue sair dessa fase. Por outro lado, Mckercher e Wong (2021) apontam que os destinos não são homogêneos, e cada um pode seguir ciclos de vidas diferentes e responderem de maneira diferente às situações, o que pode levar à próxima fase.

A fase de **rejuvenescimento**, também chamada de reorientação, acontece normalmente quando a iniciativa se mobiliza e se reorganiza após um período de estagnação. Geralmente está comprometida com uma mudança quase completa das características e atrativos da área turística (GARAY; CÂNOVES, 2011). No caso do TBC, não significa mudar sua essência, mas uma reorganização das atividades.

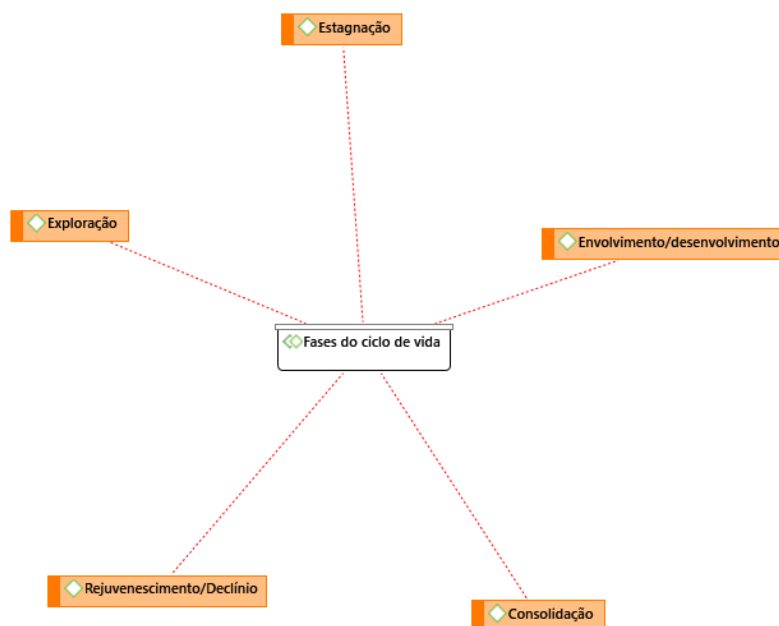
Como não há conhecimento de muitas experiências que passaram por essa fase, pouco foi comentado durante as entrevistas. No entanto, alguns entrevistados apontaram características que podem ocorrer com a retomada das atividades pós-período pandêmico, pois sabe-se que a pandemia atrapalhou a continuidade das atividades turísticas em todo o mundo, no Brasil não foi diferente.

[...] acreditamos ser possível, né? reverter esse quadro em algumas comunidades, até porque ainda existe pescadores, agricultor, muitas lideranças que estão aguardando, né? só passar mais essa situação da pandemia pra poder propor uma nova oferta turística, elaborar novos pacotes, né? que der mais qualidade, visibilidade à comunidade (Entrevistado K).

Percebe-se que, pelo trecho destacado, um determinante fundamental para o rejuvenescimento é a garantia do acesso ao mercado, por meio de uma nova oferta turística e capacidade de divulgação, pois se sabe que não é simples trazer visitantes para conhecerem as experiências (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012).

Os trechos destacados até aqui reforçam algumas características das diferentes fases do ciclo de vida que são marcadas por situações envolvendo aspectos positivos ou dificuldades inerentes às fases. Dito isso, na Figura 6 apresenta-se a representação das fases, a partir do software utilizado como apoio desta etapa.

Figura 6 - Fases do ciclo de vida do TBC



Fonte: A autora (2023)

De forma geral, essa etapa confirmou cinco das sete fases previstas anteriormente. Além disso, ao longo dessa subseção foram apontadas características que demarcam cada um dos períodos do ciclo de vida do TBC. Embora não retratem toda a realidade, é um panorama que oferece indícios para a sua compreensão. Assim, para compreender de forma mais clara, serão detalhados os determinantes do ciclo de vida das iniciativas de TBC.

### 6.3 Determinantes do ciclo de vida das iniciativa de TBC – 2ª etapa

Para levantar as categorias desta etapa, foi considerado, inicialmente, as já levantadas anteriormente. Contudo, ao gerar os códigos descritivos no software Atlas ti.8, foi possível perceber que uma das categorias previstas na primeira etapa se constitui como código de uma nova categoria não prevista. Adicionalmente, outras adições são realizadas, que contribuem para gerar novas reflexões acerca do fenômeno em estudo. Destaca-se, ainda, que houve mudança de nomenclatura, pois segundo os entrevistados, o TBC possui um glossário próprio que precisa ser respeitado.

Assim, após a análise, o material foi agrupado em: i) Acesso ao mercado; ii) Conflitos; iii) Formações; iv) Governança; v) Infraestrutura; e, vi) Organização comunitária. Além disso, para o capital social confirmou-se: i) Capital social de ligação; ii) Capital social de ponte; e, iii) Capital social de conexão. Tal agrupamento permitiu visualizar a maioria dos dados que suportam o que já havia sido levantado anteriormente, além de apontar aspectos pouco mencionados na literatura, mas com forte sustentação na prática. Cada uma das categorias será

discutida a seguir, juntamente com os respectivos códigos descritivos e os aspectos a serem analisados.

### 6.3.1 Acesso ao mercado

Apresenta-se como uma dificuldade para o sucesso das iniciativas (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; TASCI; CROES; VILLANUEVA, 2014), influenciando, portanto, o ciclo de vida das iniciativas de TBC. Os trechos dos entrevistados a seguir confirmaram a categoria, e o colocaram como um dos grandes desafios:

[...] Então, no TBC, né? um dos gargalos que eu entendo e que a gente percebe, né? diante das nossas discussões, dos eventos que já aconteceram, do nosso próprio grupo do WhatsApp. Um dos gargalos é essa questão da chegada do turista até lá....(Entrevistado F).

Como trazer o turista para visitar o local, né? Então, assim... isso é um baita desafio até hoje, né? assim, é como é que se faz isso, né? dentro de um mercado completamente viciado com práticas muito pouco saudáveis, vamos dizer assim no mínimo um mercado que trabalha à base de comissionamento, então como é que você vai vender uma iniciativa na Amazônia via agência se ir para a Amazônia já é caro, né, assim pra galera do sul, sudeste, nordeste ir pra Amazônia é caro, não é? (Entrevistado H).

Para compor a categoria, os resultados apontaram três (3) códigos descritivos, sendo que o último não havia sido proposto anteriormente. O primeiro trata sobre a divulgação das iniciativas, o segundo diz respeito à comercialização e por fim, o tempo da comunidade, que por vezes pode dificultar o acesso ao mercado.

Os entrevistados destacaram a importância da divulgação para que a iniciativa possa avançar, além de apontarem formas de divulgação que são utilizadas pelas experiências de TBC.

A juventude que sabe fazer aqueles vídeos maravilhosos que todo mundo curte, segue no Instagram. Então, eles têm feito nessa comunicação com o visitante, com os seguidores via redes sociais, né? porque você criar um site especializado é muito caro, então as redes sociais têm sido um caminho aí alternativo(Entrevistado A).

E eu lembro que a primeira edição dele foi em 2011 é... o Fórum de turismo comunitário apareceu, né? trazendo a experiência. Porque a nossa ideia pra esse evento foi exatamente trazer instituições do terceiro setor, né? tanto também o poder público como as comunidades, e na verdade, a proposta do evento era dar voz às comunidades pra elas partilharem suas experiências, né? e desde então a gente vem fortalecendo, né? (Entrevistado G).

Conforme as entrevistas apontaram, o uso das redes sociais tem sido um dos canais de divulgação. Outra forma apontada é por meio da realização de eventos em que acontecem encontros entre as experiências e pessoas dispostas a ajudar. No entanto, a maior parte das iniciativas utiliza o boca a boca, principalmente por meio de professores de universidades, quando realizam projetos em tais iniciativas.

O uso das redes sociais tem sido amplamente utilizado pela juventude, pois é um canal de fácil aprendizagem pela geração mais jovem. Além disso, pode atingir o segmento de visitantes desejados pelas comunidades, bem como obter o benefício de ser um investimento inferior a outros canais de comercialização (GRUEZO; ZAMBRANO; IZQUIETA, 2018). Nesse contexto, é fundamental que os mais jovens participem desse processo e se engajem para ajudar na divulgação.

Quanto à comercialização, alguns aspectos foram levantados nas entrevistas. Por exemplo, onde está o visitante interessado em conhecer essas iniciativas, como criar estratégias para atrair esse público, criar ou encontrar agências que dialoguem com essas iniciativas, que entendam o perfil que se busca de visitantes. A principal preocupação dos entrevistados diz respeito à expectativa que as comunidades criam ao organizarem toda uma estrutura para receber visitantes e eles não conseguirem chegar até as iniciativas. Por outro lado, como forma de atenuar essas dificuldades, Cañada (2015) observou nas experiências da América Latina a existência de alguns grupos de comercialização do TBC: i) comercialização por meio de redes de parcerias e organizações comunitárias; ii) organizações civis; iii) alianças entre redes e organizações comunitárias com empresas privadas; iv) operadoras turísticas privadas; e, v) estruturas públicas.

[...] o grande gargalo é a comercialização: como criar um mercado alternativo ao convencional que atenda às nossas necessidades que respeite as nossas necessidades, as nossas tradições as nossas práticas aqui [...] Não, o turismo quem faz, decide aqui é a gente (Entrevistado A).

[...] Os próprios empresários da área de turismo, então, às vezes acontece da comunidade ali ter uma organização interna, mas ela não ter muita capacidade de comercializar, de atrair seu visitante, então, eu acho que é interessante também, são pessoas importantes que podem contribuir também pra o desenvolvimento (Entrevistado B).

[...] muitas iniciativas estão organizadas e o turista não chega. Então, por isso a gente tem que pensar novas estratégias, né? de comercialização e que podem sim, você pode sim criar sua própria... algumas iniciativas têm sua própria agência, tem outras que vão pegar parceiros, agências que pensam, né? tem como eles vão negociar, vão fazer essa parceria da comercialização (Entrevistado G).

O código tempo da comunidade não apareceu na primeira etapa, mas após analisar as entrevistas, percebeu-se a ênfase de muitos entrevistados sobre tal. Ele está relacionado às dinâmicas de modo de vida de cada comunidade e, dentro das especificidades das iniciativas, vão existir momentos que ela não pode receber visitantes, afetando o acesso ao mercado. Por exemplo, em algumas tradições religiosas, a iniciativa pode ficar por meses fechada, até mesmo um problema ambiental na região pode fazer com que a iniciativa pare de receber as pessoas.

É... uma vez eu recebi uma ONG Italiana da qual eu também dou acessoria na área de Eco gastronomia e a gente fez uma visita, não foi visita turística, num período de luto

numa comunidade quilombola e as informações não fluíam. E a gente teve que voltar depois. A gente só foi porque a assessora internacional tava aqui e... praticamente a gente ficou falando sozinho. Porque não tinha completado o luto deles ainda. Então o ritmo da comunidade é aquele (Entrevistado I).

Então assim, pras pessoas entenderem que há uma dinâmica, que não é nada estático, né? que a gente depende do sistema ambiental, que a gente depende, muitas vezes, da própria comunidade. “Ah olha, teve um parto de uma criança teve que nascer dentro na comunidade”, então a comunidade toda se organizou por conta desse parto, entendeu? Então, aconteceu alguma coisa dentro da comunidade. Então, acho que... eu acho que é esse, isso que tem que ser... eu acho que tem que ser trazido, sabe? [...] Acho que isso também tem que ser um pouco trabalhado, sabe, nessa divulgação dessas experiências (Entrevistado F).

Submeter o TBC ao tempo do turismo de massa é violar os seus próprios princípios, nesse caso é preciso reconhecer a dinâmica do tempo dessas comunidades, que pode estar vinculado a questões culturais, à produção estabelecida na localidade, entre outros aspectos (LIMA, 2011). O Quadro 15 a seguir destaca os principais ajustes da categoria após essa etapa.

Quadro 15 - Ajustes da categoria Acesso ao mercado após 2ª etapa

| Categoria         | Códigos descritivos        | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                            |
|-------------------|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acesso ao mercado | Divulgação das iniciativas | Tipos de canais de divulgação (redes sociais, boca a boca, sites etc.)<br>Participação em programas de TV, feiras, <a href="#">eventos em geral</a> .                                                                          |
|                   | Comercialização            | Capacidade de atrair visitantes interessados no TBC<br>Formatação de produtos/ roteiros turísticos<br>Formas de comercialização: canais diretos e indiretos<br><b>Capacidade de encontrar agências que dialoguem com o TBC</b> |
|                   | <b>Tempo da comunidade</b> | <b>Organização do período de recebimento de visitantes</b><br><b>Capacidade de diálogo com parceiros para entender os problemas da comunidade (morte, nascimento, festas, problemas ambientais, colheita etc.)</b>             |

Fonte: A autora (2023)

Como pode ser visto no Quadro 15, essa categoria confirmou os dois códigos descritivos e adicionou um (destacado de vermelho), conforme os especialistas apontaram. Ainda, alguns aspectos foram reescritos, como por exemplo, a participação em eventos em geral (destacado de azul).

### 6.3.2 Conflitos

Embora a literatura aponte para a existência de conflitos em torno das experiências de TBC, essa categoria não apareceu na primeira etapa. Contudo, nessa etapa, os entrevistados reforçaram a importância dos conflitos como desarticulador das iniciativas para qualquer fase do ciclo de vida.

Então, acho que a comunidade entendendo que aquela prática ali ela vai complementar algo, que já existe naquela comunidade, eu acho que é fundamental pra aquilo se manter, né? Porque se as pessoas começam a entender aquilo como sua atividade principal, aí começam muitos conflitos, e começam muitos jogos de interesse, né? Então, assim, aí isso acaba desarticulando a comunidade, né? (Entrevistado F)

[...] porque quem mora no litoral a gente sofre muitas ameaças, né? a questão da invasão do território, são os atravessadores é especulação imobiliária, e grandes empresas que chegam então a gente, parece assim que cada ano tem uma novidade, né? de ameaça que insiste a mexer com a vida, a rotina das comunidades (Entrevistado K)

Nesta categoria surgiram dois códigos descritivos. O primeiro diz respeito aos conflitos em geral, que vão desde os conflitos internos, que podem interferir no desenvolvimento da atividade turística do TBC, assim como na esfera comunitária (ALMEIDA; SILVA, 2019), como os conflitos com a exploração de recursos ambientais, pelo uso dos recursos financeiros, pela garantia do direito ao território, ou seja, conflitos territoriais, comuns, por exemplo, no litoral cearense (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009) e no litoral norte paulista e sul fluminense (MARTINS, 2020), além de outras regiões do país.

Os conflitos são, em geral, consequência da especulação imobiliária em torno da comunidade, como pode ser visto na entrevista a seguir:

[...] Olhe, desde sempre, desde sempre as comunidades lutam pela especulação imobiliária, claro que o setor privado, os empresários querendo entrar dentro das comunidades, privar a comunidade pra construir empresas, construir resorts, principalmente resorts, porque as comunidades estão localizadas à beira da praia praticamente, então.. existe muito essa questão de.. é.. querer chegar na comunidade e ir apresentando que vai ter muita melhoria, muitos empregos. Querendo comprar as comunidades. Mas.. sempre foram bem resistentes. Pela união das comunidades, sempre foi bem resistentes. Só que com alguns anos, alguns anos, que não são muitos e que piorou agora na pandemia. Houve muita especulação imobiliária. Em todos.. em todos os sentidos, em todas as comunidades (Entrevistado J).

Na comunidade Forte Velho em Santa Rita na Paraíba, que desenvolve TBC, por exemplo, é demarcada pela ocorrência de conflitos de ordem fundiária, social, ambiental e econômica, que implica um cenário de fragilidade, no qual a comunidade apresentava dificuldades, até mesmo de atuar na resolução (ALMEIDA; SILVA, 2019). Quanto aos conflitos internos, foram mencionadas situações nas entrevistas que demonstraram como afetaram as iniciativas e como isso precisa ser trabalhado para solucionar e evitar.

[...] E aí o que acontecer, acontecer dos outros ficarem se questionando: o que que tá acontecendo? E tal, e as informações não eram apresentadas adequadamente. Então até hoje, você tem conflitos assim na própria comunidade. Não só na comunidade, mas no Rio, porque as pessoas ainda duvida, ah e aquela pessoa, recebia dinheiro por fora, aquela pessoa isso, que que fez com o dinheiro. E aí termina aqui que a organização, a união que existia foi se diluindo, né? E aí assim, de até causar problemas até mais sérios, né? [...] então acho que o mais importante do conflito é encarar eles e pensar na solução, né? E não deixar que ele vire aquela bola de neve ou

então vamos ignorar o conflito e deixar ele ali quietinho, que se a gente não mexe nele ele vai se resolver (Entrevistado B).

[...] Porque se as pessoas começam a entender aquilo como sua atividade principal, aí começam muitos conflitos, e começam muitos jogos de interesse, né. Então assim, aí isso acaba desarticulando a comunidade, né[...] Porque tem vários aspectos que podem influenciar essas experiências, desde os conflitos internos mesmo de interesse[...] (Entrevistado F).

Quanto ao código ‘outras ameaças’, o destaque é para a pandemia da Covid-19, citada como motivo para algumas experiências apresentarem a fase de estagnação, além da ausência de políticas públicas, com a mudança de governo federal. Fora citado, também, o caso do derramamento de óleo no litoral do país, que atingiu diretamente algumas experiências litorâneas.

[...] Então olha o que a pandemia gerou de dificuldade pra essas comunidades, elas tiveram que fechar as portas, o portão parou tudo e agora? Aquela cartilha de TBC, aquele livreto que traz toda uma metodologia, que traz toda a fórmula mágica, não funciona mais. A gente vai ter que reinventar isso tudo agora, isso pra mim ficou assim muito claro na pandemia né (Entrevistado A).

[...] Talvez pra gente do turismo comunitário esse processo de estagnação ele começou desde aquele problema do derramamento de óleo no nordeste. Então ali foi o nosso, é o nosso primeiro momento de fechar as nossas comunidades por conta, né, da situação que a gente acompanhou de perto, nosso mar eram os peixes morrendo, a gente não podia servir os nossos pratos principais que era a questão do pescado, nossos mariscos, né? todos contaminados com a questão do óleo, então a gente já teve um primeiro momento de fechar as nossas comunidades, por conta do derramamento de óleo e logo em seguida veio a pandemia (Entrevistado K).

O Quadro 16 resume os aspectos a serem analisados para cada código descritivo. É claro que essa é uma categoria que está amplamente relacionada com a governança, que será visto a seguir. Contudo, entende-se que essa categoria vai além, pois envolve conflitos que, mesmo com uma boa governança, não há influência.

Quadro 16 - Ajustes da categoria Conflitos após 2ª etapa

| <b>Categorias</b> | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Conflitos</b>  | Conflitos em geral         | Existência de conflitos de interesses individuais na comunidade<br>Existência de acordos para evitar conflitos<br>Existência de conflitos com a exploração de recursos ambientais<br>Existência de conflitos pela garantia do direito ao território                 |
|                   | Outras ameaças             | Existência de ameaças de preservação do meio ambiente (derramamento do óleo no oceano, desastres naturais em geral)<br>Existência de ameaças por graves doenças (Covid-19, por exemplo)<br>Verificar o impacto da política pública para desenvolver projetos de TBC |

Fonte: A autora (2023)

De fato, os conflitos ocorrem com frequência no desenvolvimento das experiências de TBC, trazendo inúmeras dificuldades (CURCIJA; BREakey; DRIML, 2019). Por outro lado, o conceito de conflito nem sempre é destrutivo, pode ser construtivo e se manifestar por meio de frustração, debate e discussão, levando a um maior entendimento entre os colaboradores, influenciando a colaboração entre os atores envolvidos e, finalmente, garantir um resultado de desenvolvimento positivo. Independentemente de ser destrutivo ou construtivo, precisam ser administrados, estabelecendo objetivos comuns e garantindo benefícios, além de ser necessária a busca de soluções criativas para problemas práticos (OKAZAKI, 2008).

### 6.3.3 Formações

Na primeira etapa, essa categoria foi nomeada de ‘capacitação da comunidade’, contudo, durante esta coleta, alguns entrevistados usaram o termo ‘formações’ e apontaram como um termo mais usual para tratar das experiências de TBC. Assim, a categoria foi renomeada, visando a atender a nomenclatura mais usual para a atividade.

Sobre a capacitação eu até acho esse termo muito pesado, né? Capacitar parece que alguém de fora que sabe mais está indo para a comunidade levar conhecimento é... e aí eu vou preferir usar o termo formação. Formação, essas formações são muito importantes porque elas misturam saber popular, saber técnico, saber acadêmico e isso proporciona um espaço muito rico, né? (Entrevistado A).

Mais.. acredito que (pequena pausa) pra chegar em um nível muito.. eu acredito que tem que ter muita, agora principalmente, a gente tem que ter a questão de muita formação, a formação tanto teórica quanto prática e com essa nova geração também (Entrevistado J).

A categoria ‘Formações’ foi dividida em dois códigos descritivos, conforme previsto na primeira etapa: i) formações gerais e ii) sensibilização da comunidade. Ressalta-se que o primeiro código também foi renomeado.

De forma geral, pode-se afirmar que educar e treinar a comunidade sobre a gestão turística em nível comunitário, bem como outras habilidades como marketing, comunicação e finanças, é imprescindível para a continuidade da experiência turística. Reconhecendo, é claro, que o processo de aprendizagem demora anos e muitas circunstâncias podem mudar ao longo do tempo (DODDS; ALI; GALASKI, 2018). Ao mesmo tempo, é possível a comunidade se beneficiar com as oportunidades de formação e treinamento, para obter empregos, por exemplo (SEBELE, 2010). Ou seja, por meio das formações a comunidade pode conquistar bem-estar, além do próprio empoderamento.

O primeiro código se refere às formações que a comunidade recebe para o desempenho de suas atividades econômicas e turísticas, como pode ser visto em alguns trechos das entrevistas.

[...] essas formações são muito importantes porque elas misturam saber popular, saber técnico, saber acadêmico e isso proporciona um espaço muito rico, né? [...] E a universidade quando realiza, né? quando contribui colabora com essas formações também e já trabalha temas que trazem um pouco dessa visão, mais de vamos dizer de hospedagem, de alimentação de como é organizar um chalezinho [...] (Entrevistado A).

Certamente, sem um trabalho de qualificação profissional ali, dificilmente você consegue que essa iniciativa que se interesse consiga efetivamente oferecer um produto no mercado, né? [...] você precisa ter um conhecimento de gestão desse espaço de gestão financeira, seja de gestão da limpeza e dos equipamentos, de como oferecer um serviço para um cliente, né? (Entrevistado H).

As formações citadas nas entrevistas vão desde o entendimento geral sobre o que é turismo, liderança, práticas de conservação ambiental, cursos de observação de aves, fotografia, gastronomia, como arrumar um quarto, legislação, cursos de gestão e práticas contábeis, cursos de línguas para atendimento de estrangeiros etc. Os achados corroboram os estudos de Dodds, Ali e Galaski (2018), ao tratar sobre o fortalecimento das experiências de TBC a partir do desenvolvimento contínuo dessas formações.

Agora o processo de agir como um líder.. as pessoas têm que ter uma questão, é um aprendizado também, né? Lá no Ceará que tiveram vários cursos de formação de lideranças no litoral, com técnicas.. que é porque é muito importante que se criem líderes pra pensar, liderar, direcionar projetos (Entrevistado G).

São formações constantes dentro, principalmente da nossa rede, essa questão de gestão.. financeira, comunicação, comunicação interna e externa [...] Quais são as nossas prioridades? Formar os grupos de acordo com a nossa cultura local. [...] A gente vai pegar alguém da comunidade que desenvolve já muitos pratos locais, e fazer esse curso de formação com os interessados sobre pratos locais (Entrevistado J).

As péssimas condições socioeconômicas estão diretamente relacionadas à falta de habilidade e conhecimentos necessários para o turismo e o baixo nível de educação formal. Tais limitações são predominantes em países em desenvolvimento, como o Brasil, o que torna fundamental o desenvolvimento de formações dos comunitários que desenvolvem o TBC (ZIELINSKI; JEONG; MILANÉS, 2021). Vale destacar que, a maior parte das formações geralmente ocorre após a fase de exploração, pois é quando, normalmente as experiências passam a ter contato com outros atores dispostos a ajudar e colaborar com isso.

Alguns professores eles têm nos ajudado bastante na questão de temas específicos, de ajudar com palestras, com informações, a gente sempre tem contado com eles nesse sentido, então tanto o pessoal da UECE, a UFC sempre tem feito parcerias assim com alguns professores que são bastante comprometidos, que nunca mediram esforços de traçar planejamento e se doar mesmo até como voluntários pra fazer essas formações nas nossas comunidades, inclusive alguns cursos de extensão, eles também têm nos ajudado (Entrevistado K).

Na fase inicial (exploração) do TBC, a sensibilização da comunidade desempenha um papel fundamental, pois contribui para promover a participação (GUZZATTI, 2010). É essencial sensibilizar toda a comunidade para aceitar as práticas iniciais de turismo e as

mudanças que ocorrerão, garantindo, assim, a continuidade da experiência. Especial atenção deve ser dada aos mais jovens, fornecendo garantias de que a experiência será preservada. Essas práticas são realizadas por meio de formações e diálogos informais e participativos, permitindo que os participantes desenvolvam uma consciência colaborativa para perpetuar as práticas de TBC. Portanto, a sensibilização desempenha um papel crucial não apenas nas fases iniciais, mas também ao longo de todas as fases do ciclo de vida do TBC.

Então, eu tô, a gente tá viabilizando, por exemplo, essas oficinas que vão acontecer, nas verdade a gente tá construindo primeiro o entendimento dessa comunidade sobre o TBC, né? Então, a gente começa “olha, o que que vocês entendem sobre o turismo? O que seria o Turismo de Base Comunitária no entendimento de vocês?”. Então a gente começa assim, depois eles querem saber mais sobre isso, querem fazer intercâmbio, querem fazer oficinas, e aí a gente vai tentar viabilizar a partir de uma demanda deles quais seriam essas oficinas pra eles começarem a trabalhar nessa perspectiva do Turismo de Base Comunitária né (Entrevistado F).

Em outros termos, pode-se afirmar que a atividade do TBC seja pautada por meio da sensibilização para a importância da valorização dos recursos naturais, culturais, além da importância da organização social para a busca por melhorias dessas comunidades (SILVA; CHAVES; SIMONETTI, 2020). O Quadro 17 apresenta a nova versão da categoria em análise, após os ajustes.

Quadro 17 - Ajustes da categoria Formação após 2ª etapa

| Categoria | Códigos descritivos          | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Formação  | Formações em geral           | Existência de formações para a gestão (atendimento, planejamento, precificação, logística, marketing, financeiro, etc.)<br>Existência de formações para a gestão turística (hospitalidade, formatação de roteiros)<br>Existência de formação voltada para alimentação (higiene, manipulação, cozimento etc.)<br>Existência de formação de líderes e outras práticas relacionadas as atividades específicas de cada comunidade |
|           | Sensibilização da comunidade | Capacidade de lideranças sensibilizarem a comunidade para a atividade turística<br>Existência de diálogo sobre o que é o turismo de base comunitária<br>Capacidade para sensibilização da valorização dos recursos naturais e culturais<br>Existência de diálogo de consciência para perpetuar as práticas de TBC.                                                                                                            |

Fonte: A autora (2023)

Observa-se pelo quadro anterior que houve mudanças de nomenclatura (destacado em azul) e adições de aspectos analisados (destacado de vermelho), a partir das análises das entrevistas. É claro que pode haver muito mais aspectos analisados, se considerar a diversidade de experiências com contextos distintos. No Brasil, por exemplo, existem desde as comunidades litorâneas, indígenas, de agricultores etc., cada uma com suas peculiaridades.

Ao mesmo tempo que se reconhece o valor da capacitação da comunidade, por outro lado, observa-se que pouca atenção tem sido dada aos resultados das intervenções de capacitação em iniciativas de TBC (MOSCARDO, 2008). Por exemplo, o estudo de Imbaya *et al.* (2019) apontou que a aquisição de novos conhecimentos e a continuidade de projetos têm sido prejudicados por desafios de governança, a posição de inferioridade da mulher na sociedade e as relações de poder. Sobre a governança, a próxima seção irá tecer considerações.

#### 6.3.4 Governança

A compreensão de que a governança é associada a um entrave para a consolidação das iniciativas de TBC no mercado turístico (GRACIANO; HOLANDA, 2020), permitiu com que essa categoria fosse investigada, e também foi confirmada pelos entrevistados. Para compreendê-la, foram levantados três códigos descritivos, conforme já previsto na literatura, embora os códigos também possam estar relacionados a outras categorias aqui tratadas.

O primeiro código levantado é quanto à participação, que envolve não apenas a comunidade, mas os atores sociais atuantes no TBC, como agências privadas, elite local, instituições públicas etc. Essa constatação está em consonância com a literatura, a qual ressalta que a participação limitada dos diferentes atores sociais, especialmente da comunidade local, representa um dos principais desafios e obstáculos para o desenvolvimento de práticas turísticas de base comunitária (MENDONÇA; IRVING, 2004). Ou seja, os problemas com a participação podem ocorrer em qualquer fase do ciclo de vida.

Um dos aspectos confirmados para análise da participação é quanto à percepção de seus interesses e o tipo de participação, considerando a classificação de Tosun (1999).

Quanto à participação espontânea, você de alguma forma tá construindo a questão de um amadurecimento de um grupo social que entende que a participação é importante, né? [...] porque assim a questão da participação também é um exercício, então têm grupos mais participativos que outros porque eles têm assídua participação. Têm outros que não sabem o que é isso. Têm outros que só participam porque são obrigados a ir, né? Tem que ter a reunião do conselho você é obrigado a ir, você tem que votar porque você é obrigado a ir. Então não é nada, né.. é.. (risos) é espontâneo. Então muitas vezes pra alguma tomada de decisão em algumas instâncias tem participação obrigatória. [...] Então vão ser mais dependentes de alguns grupos pra tomada de decisão, têm uns que vão ser mais manipulados e outros que entendem a importância da participação (Entrevistado G).

É muito importante quando toda a comunidade tem essa perspectiva de defender o turismo comunitário quando existe pelo menos um membro, uma liderança que não não atua direto, ela fica só na expectativa, ou ela assina porque faz parte do grupo, de certa forma gera uma certa fragilidade, mas a participação como um todo ela ajuda muito nesse fortalecimento, por mais que algumas comunidades, às vezes parte das lideranças, diz: “olha, eu estou menos no processo, mas o que vocês decidiram eu assino embaixo” [...] Então quando todos têm esse mesmo sentimento, a gente consegue avançar mais (Entrevistado K).

Analisando os resultados, apesar de sugerir que uma participação mais espontânea seja o ideal, o entrevistado F esclarece que “[...]a comunidade pode aprender, né? pode aperfeiçoar, mas ela precisa se envolver, se não tiver essa participação ativa, se eles não entenderem a dinâmica do turismo, se eles não entenderem como é que funciona o negócio, a coisa não vai acontecer, né?”.

O trecho acima reforça o que outros entrevistados mencionaram, que não basta apenas a participação por si só, mas ela deve ser qualificada e/ou compromissada, para que o projeto tenha algum êxito, ou seja, chegue a uma fase de consolidação. Tal constatação levou a identificação de outro aspecto a ser analisado: identificação de uma participação qualificada (com envolvimento e engajamento).

[...] pra você ter um projeto de TBC que tenha chances, né? É de ter é resultados positivos, impacto positivos é que é uma condição sinequanon, né? participação compromissada. [...] Então pra mim é chave isso, né? Então para você ter um projeto sem recurso me parece sinequanon que a participação tem que ser compromissada, claro, né? ( Entrevistado D).

[...] é mas assim, pra que a coisa seja bem-sucedida, você precisa ter um nível de participação grande, um nível de engajamento, de empoderamento, de envolvimento, né? Tu vê que, só a palavra participação não dá conta dessas outras palavras que eu disse, né? Você precisa abrir um pouco o leque, né? Como eu disse, né, você pode comprar a participação, né? Se eu financio, se eu dou uma ajuda de custo pra a pessoa participar das reuniões, pronto, eu tô comprando a participação[...] Então tem que ser uma participação qualificada, sabe? ( Entrevistado H).

Outro aspecto confirmado pela maioria dos entrevistados diz respeito às formas de escolha de líderes e à rotatividade da liderança, corroborando com Tolkach *et al.* (2013), que apontou esses aspectos como análise da governança para o TBC.

Eu acho que a escolha desses líderes que a... a comunidade se organizando e implantando uma...um processo democrático é fundamental. Porque muita das vezes quando é algo imposto... É, mas aí tem tem uma questão que eu acabei de lembrar que assim a questão também cultural, né? É muitas das vezes tem a questão cultural dentro dessas comunidades que aquelas pessoas mais velhas são aquelas pessoas que tem mais experiência [...]Então é... não dá pra chegar e falar: “não, olha vocês tem que trabalhar dessa forma, tem que ter votação, tem que criar chapa, tem que não sei o que lá”. Não! Porque muitas das vezes não funciona dessa forma, e funciona de uma outra forma (Entrevistado F).

Também foi citado sobre a integração entre os participantes, de se ajudarem mutuamente, além de citarem sobre a caracterização das relações a partir do modelo *top down* e *bottom-up*.

[...] É... alguma troca, até para conseguir informações e tal. As comunidades, elas são, as que a gente trabalha aqui principalmente, são muito família, são famílias estendidas assim né? Então já tem muita ligação ali...entre, entre as pessoas. Então... acho que há uma tendência a se ajudar (Entrevistado C).

[...] eu tendo como exemplo assim o próprio Mamirauá, eu acho que, como ela foi feita assim, vai ser muito difícil de você pegar e passar pra comunidade, dizer assim: olha, agora é turismo de base comunitária, e fica aí só vocês, então vai terminar ficando refém sempre dessa relação, sabe assim, mesmo que os benefícios financeiros, sejam da comunidade a comunidade, tenham essa... esteja ali dentro da gestão, mas sempre vai ter uma mão ali... ter uma mão segurando, porque se Mamirauá por exemplo sai, eu acho que é bem difícil de se sustentar o negócio, né? [...] E a comunidade, eu acho que quando vem da comunidade... e aí é também importante todo esse apoio, mas quando ela se apropria do processo e ela vai desenvolvendo a partir das suas habilidades né, sentindo também eu acho que tem um maior... possibilidade de ter sucesso no tempo... entendeu? [...] eu acho que funciona muito mais quando você tem essa base fortalecida e surge a partir dessa base. E aí os outros parceiros estão ali pra apoiar, mas assim a comunidade, ela sente que é dela sabe? (Entrevistado B).

Embora apoiadores externos venham para auxiliar o TBC, muitas vezes implementam de maneira *top-down*, modelos baseados em economias desenvolvidas, que não se encaixam e não contribuem para a participação da comunidade, assim o controle inicial do TBC sobre a área turística e seu potencial podem ser prejudicados, tanto por tais facilitadores, como pelo crescimento do turismo, devido a negócios externos, além das elites locais (GIAMPICCOLI; SAAYMAN, 2018). Por outro lado, um dos entrevistados esclareceu que o movimento *top-down* ou *botton-up*, a depender do contexto, depende de outros fatores, como do envolvimento comunitário e do empoderamento dessas iniciativas:

[...] eu acredito assim, que tem é... que as duas podem eu acho que caminhar juntas, eu acho que isso vai depender muito do envolvimento comunitário né, das pessoas entenderem que essa prática pode ser uma prática, e aquilo que a gente, que eu falei ainda a pouco né, que é a questão da dependência, se eles se tornam dependentes disso, aí realmente a coisa pode desandar de uma hora pra outra, agora quando eles entendem “não, isso daqui é uma prática, e a gente precisa se organizar pra oferecer o serviço, mas a gente não vai depender disso. A nossa principal atividade ou as nossas principais atividades são essas outras, né?”, mas não é necessariamente apenas o turismo tá? (Entrevistado F).

Mencionada por quase todas as entrevistas, a transparência permite aumentar a legitimidade da ação democrática, ao mesmo tempo que contribui para que os cidadãos se tornem participantes ativos (CERRILO; MARTÍNEZ, 2005). Ela o faz por meio da disponibilização das informações, como também da escolha do que realmente é relevante (LOCKWOOD, 2010), especialmente porque muitos dos comunitários não entendem questões técnicas, o material precisa ser claro e realmente condizente com o que precisa ser compartilhado. Nesse contexto, a transparência não precisa ser realizada necessariamente de maneira formal, com reuniões/ assembleias.

Então um dos princípios nossos é essa questão da transparência do uso do recurso né... mesmo que cada comunidade, cada equipamento tenha a sua autonomia né, de fazer o planejamento, de quantos visitantes recebeu né? [...] mas a gente sempre prima muito por essa questão da transparência do recurso, né? de quantos visitantes recebeu, quanto foi que a gente arrecadou, isso é muito transparente entre a gente nas nossas comunidades (Entrevistado K).

[...] mesmo que isso (prestação de contas) seja da forma mais informal possível, isso é imprescindível pra que aquele coletivo continue atuando e se motivando, né? Então às vezes essa partilha, ela é feita em uma conversa embaixo de uma árvore. [...] Então, essa estratégia de publicização é importante pra motivação, mesmo que ela seja da forma só na oralidade, mas é importante que tenha-se (Entrevistado I).

A transparência foi amplamente associada à confiança pelos entrevistados que destacaram a importância desse elemento para a construção de um clima favorável entre os diferentes atores sociais, conforme exaltado pelo entrevistado H “...o problema é que quando não tem uma governança clara transparente, isso acaba minando o processo e mina mesmo assim, as pessoas acabam desacreditando no processo”. Ademais, esse processo de desacreditar levaria à ocorrência de inúmeros conflitos, como ressaltado em uma entrevista:

[...] E também com base numa profunda transparência nessas relações que é o que a gente tem que trabalhar e tem que lembrar, né? que eu acho que o TBC ele ele perpassa isso, né? uma ética que é uma ética também da transparência das coisas acontecerem de forma, porque a partir disso podem exatamente surgir esses conflitos que a gente “ah, não, mas aquele dali ficou mais, ganhou mais, ganhou menos, não sei o que lá”. Não! A gente tem que trabalhar numa governança desse nesse formato da transparência, da horizontalidade, da cooperação, da empatia, sabe? (Entrevistado F).

Quanto ao último código levantado, a ‘eficácia’ diz respeito ao alcance dos objetivos propostos pela organização, isto é, de maneira eficiente (CERRILLO; MARTÍNEZ, 2005). Corroborando o argumento, Kibicho (2008) apontou que o alcance de metas e objetivos estabelecidos é fundamental. Nesse ínterim, a eficácia, como definido na seção 5.4, está relacionada à eficácia das parcerias, por exemplo, analisando o nível de colaboração e a existência de apoio com recursos, entre outros.

Se eles forem é...honestos e respeitosos com a comunidade, não usarem a comunidade como ganho, ... eu acho que a ajuda é muito importante, mas ... a gente tem que ter ... digamos assim.... saber separar o que mobiliza alguém externamente a tá ali, ter interesse, qual é o interesse ... o que é que ele tá ganhando com isso? Que de um modo geral funciona assim "olha tem ali um grupo de mulheres que faz isso que faz aquilo, vamos lá vamos chegar junto" porque significa pra mim enquanto empresário uma fonte de renda, uma diversificação do meu portfólio de produtos [...] os empresários eles correm atrás de onde tiram dinheiro, quando não dá mais dinheiro eles abandonam. (Entrevistado E).

Nossa parceria maior é em Tremembé porque eu faço parte da Associação Caiçara e lá é uma das unidades da Rede Tucum, da gente onde a gente recebe. É uma pousada grande, a gente conseguiu é...um financiamento pra construir essa pousada como uma parceria com uma ONG Italiana, que é a Associação de Trento, são voluntários que eles articulam e sempre conseguiram alguns projetos aqui pro município de Icapuí e a região (Entrevistado K).

Contudo, os recursos advindos de fontes externas podem gerar dependência (SANSOLO, 2009) e isso provoca dependência de parcerias para a comunidade. Para evitar, pode-se elencar alguns elementos chave de uma parceria: i) decisões tomadas em conjunto; ii)

as soluções devem contemplar as diferenças; iii) a responsabilidade é coletiva (de todos os envolvidos); iv) as parcerias são dinâmicas e emergentes (GRACI, 2013).

A outra questão eu acho que é... não tem como não falar, é das parcerias, essa organização social ela se dá também por intermédio de parcerias.. Então, parcerias não só com o poder público, mas com as próprias ONGs, mas é parceria, não é dependência, né? A gente precisa entender também o que que é o termo parceria, então, às vezes, é ajudar na escrita de um projeto que às vezes a comunidade não consegue entender aqueles processos, que pra gente às vezes é difícil e a gente acaba auxiliando, né? (Entrevistado F).

[...] porque todo ator social envolvido é mais um que vai imprimir alguma lógica, alguma visão, algum olhar, alguma ação que vai influenciar nos resultados do projeto, da iniciativa, isso aí sem sobra de dúvida. Essa questão da parceria, ela tem que ser bem pautada e resguardada com o que antecede a questão das diretrizes, regras, estabelecidas pelo grupo, e onde eles querem chegar, né? o papel da organização, porque essa parceria se imagina que seja uma via de mão dupla. Os parceiros também podem chegar nesse território com o processo de exploração. Então, assim, se os parceiros estão ali é porque o grupo coletivamente identificou que ele [...] pode ter problemas com a parceria, mas a parceria é bem-vinda, até porque a gente não vive só no nosso território, a gente depende muito de agentes externos, né? Agora o que significa depender desses agentes externos? O que significa uma parceria? Isso não pode criar...ter dependência, é importante pra não ter um processo de exploração. (Entrevistado G).

Outro aspecto levantado para eficácia é a articulação com outras experiências para formar uma rede. A organização em rede parte da premissa de utilizar o turismo como uma das alternativas para fortalecimento comunitário (MENDONÇA, 2009). Na América Latina é um fenômeno recente, em que a maior parte das iniciativas que estão em rede, encontram-se em áreas rurais e no entorno de unidades de conservação (MORAES, IRVING, MENDONÇA, 2018).

[..]Aonde tem rede, se incentiva inclusive outras formas de cooperação e de participação além das redes é... porque sozinho ninguém chega lá, né. A não ser que você esteja sentado na galinha dos ovos de ouro, vamos dizer assim. Mas a rede é imprescindível hoje pra qualquer processo formativo, capacitativo e de incidência política, de conquista de política pública e sobretudo de muita troca interna onde os comunitários começam a entender que aquele outro que tá em outra região passa por coisas parecidas, mas que também já encontrou solução pra alguma coisa, eles também fazem um processo de... vamos dizer assim, de animação mútua, que não precise de técnico pra mediar, não precisa de professor, porque... é quando eles se sentem entre os iguais, né? (Entrevistado I).

Apesar de nenhuma entrevista ter mencionado sobre as parcerias, formal ou informal, optou-se por permanecer com esse aspecto, a fim de ser confirmado ou excluído na próxima etapa. E quanto ao aspecto das parcerias serem temporárias e facilitadoras, percebeu-se que, de forma geral, as parcerias são temporárias, conforme os projetos vão ocorrendo, e que, como tal, não é capaz de identificar a eficiência, pois muitas parcerias, especialmente com as universidades, são tão longas que cria-se um vínculo de amizade. Dito isso, elaborou-se o Quadro 18, resumindo os achados para esta categoria.

Quadro 18 - Ajustes da categoria Governança após 2ª etapa

| <b>Categoria</b> | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Governança       | Participação               | Percepção dos participantes do TBC em relação à representação de seus interesses nos espaços de participação.<br>Forma da escolha dos representantes do destino de TBC<br>Existência de critérios de rotatividade do exercício da liderança<br>Existência de ações colaborativas e solidárias entre os membros integrantes do TBC<br>Caracterização das relações a partir de movimentos <i>top down</i> ou <i>bottom up</i><br>Caracterização dos tipos de participação existentes conforme tipologia de Tosun (1999)<br><b>Identificação de uma participação qualificada (com envolvimento e engajamento)</b> |
|                  | Transparência              | Existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação (reuniões, atas por exemplo)<br>Existência de espaços para debates sobre os resultados alcançados<br>Tipos de documentos disponibilizados (relatórios técnicos, reuniões, plano de negócios, estatutos, regimento interno etc.)<br><u>Relevância das informações, conforme a percepção dos participantes</u>                                                                                                                                                                                                                                |
|                  | Eficácia                   | Existência de articulações com outras experiências de TBC para fortalecimento de uma rede;<br>Existência de articulações entre atores sociais para captação de recursos<br>Verificar se as parcerias são formais ou informais<br>Verificar o grau de dependência das parcerias<br>Observar o nível de colaboração das parcerias                                                                                                                                                                                                                                                                                |

Fonte: A autora (2023)

De maneira geral, os resultados apontam que a transparência enaltece a importância da responsabilização das ações dos integrantes, permitindo com que os conflitos sejam minimizados e se crie um ambiente de confiança dentro da comunidade, o que facilita a tomada de decisão coletiva.

### 6.3.5 Infraestrutura

Tal qual na primeira etapa, a ‘infraestrutura turística’ também foi apontada como um determinante para o ciclo de vida das experiências de TBC. Contudo, optou-se por renomear como ‘infraestrutura’, já que abrange tanto a parte de oferta turística, ou seja, a capacidade de receber visitantes nas iniciativas e a disponibilidade de equipamentos turísticos, como também a infraestrutura básica, por exemplo, acesso à água, rede de esgoto, luz, estradas acessíveis à região etc.

Os dados encontrados na coleta corroboram a literatura que aponta que a infraestrutura inclui hospedagens, instalações de comunicação, rotas de transporte, sistemas de gerenciamento de energia, água e equipamentos turísticos (ASKER *et al.*, 2010). Contudo, na primeira etapa dividiu-se em três códigos descritivos, enquanto nesta etapa foram quatro códigos: i) serviços

básicos; ii) logística de acesso às iniciativas; iii) volume de visitantes; e, iv) infraestrutura turística.

O primeiro código a ser discutido é quanto aos serviços básicos, já descrito na etapa anterior. Apontado pelos entrevistados como requisito básico e essencial para que as experiências de TBC possam funcionar:

É, então quando eu falo de infraestrutura, né? É que você tenha que ter pelo menos tecnologias, por exemplo, quando você tem luz, energia elétrica fornecida, mas a comunidade, por exemplo tem um gerador, por exemplo, dínamos, né? Água potável, né? E então, mas não precisa ter uma companhia de água que forneça água clorada, tratada, né? Então é quando eu falo de infraestrutura é que veja né Luana, você só consegue receber as pessoas bem se você vive bem, né? Como que você vai receber alguém, você vai ser anfitrião, é de alguém se você não tem boas condições de vida, né? E pra você ter boas condições de vida, tu tem que ter uma estrutura, mas a estrutura que eu me refiro não é essa que nós temos na cidade, né? (Entrevistado D).

Porque a comunidade ela precisa, não é só por causa do TBC, ela precisa de uma boa estrada, né? Como é que uma mulher grávida vai de caminhão lá pra o município, porque são lugares geralmente afastados naquela estrada horrorosa, cheia de buraco (Entrevistado A).

Em geral, as localidades que atualmente promovem o TBC enfrentam carências de infraestrutura básica (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Dessa forma, o aspecto a ser analisando dentro desse código, conforme as entrevistas, diz respeito a verificar se existe acesso aos serviços básicos, como água potável, energia, sistema de esgoto etc. Esses devem ser capazes de garantir alguma qualidade de vida à comunidade e depois ao visitante, pois, conforme aponta Oliveira e Marinho (2005), tais serviços devem ser disponibilizados não por consequência da atividade turística, mas pelas reais necessidades da comunidade.

Além disso, observar a existência de estradas minimamente trafegáveis e com uso de sinalizações, por exemplo. Como ressaltado por Asker *et al.* (2010), antes de projetar o TBC, é importante considerar a infraestrutura existente, pois na fase de exploração, o que existe é uma estrutura simples, somente com o investimento e desenvolvimento da iniciativa é que ocorrem as melhorias.

O sistema de comunicação também foi algo recorrente nas entrevistas, sobretudo considerando que algumas experiências estão localizadas em lugares isolados, como anteriormente discutido:

É, eu penso muito em comunidades que são mais inóspitas assim, mais isoladas, que têm um potencial enorme de fazer turismo, ou até começa a fazer turismo pouquinho então. Consegue atrair algumas pessoas mas, como a comunicação é difícil, minha preocupação é como que o mundo, o Brasil, o Amazonas vai saber que aquela comunidade existe e faz turismo, e a partir daí, como que consegue comprar um pacote e chegar lá. Então por isso que a comunicação também é muito importante, né? Fora o dia a dia, você... como você vai falar com as pessoas. Ah, tá chegando gente aí. [...] Assim oh: tal hora ele vai chegar, você tá lá para buscar ou vai tá pra receber, né? Porque você não tem como... às vezes...ih, tá sem sinal, como que faz? Ferrou né? Se não tiver os horários marcadinhas, né? (Entrevistado C).

Os problemas com a comunicação e outros serviços públicos foram observados por Maldonado (2009), em uma análise de cerca de trinta projetos de TBC. Contudo, a garantia de acesso à rede de telefonia, ou em sua ausência, pelo menos acesso a uma estrutura de 3G ou Wi-fi é fundamental para que as experiências possam se tornar conhecidas pelos visitantes.

O código identificado como volume de visitantes, já previsto anteriormente, foi ratificado pelos entrevistados desta etapa. Eles relacionaram o código à qualidade ser mais importante que a quantidade:

[...] quando a gente começa a perceber que.. é.. vai aumentando a quantidade de pessoas e diminuindo a qualidade, é uma preocupação muito grande pra gente. Que às vezes a gente tem pessoas qualificadas pra um tanto de... receber um tanto de pessoas, e aí quando... aumenta esse tanto de pessoas a gente já se preocupa. A gente vivencia isso muito na questão de feriados como o réveillon, em hospedagens que recebem, por exemplo os chalés, que recebem até 4 pessoas. E aí tem grupos de pessoas que querem: ah, não, mas a gente tá em seis, tá sete. Não tem como conseguir? A gente dorme no chão, a gente dorme na rede..” aí a gente conversa: oh, a gente tem essa capacidade ou a gente aluga pra vocês com essa capacidade ou a gente não aluga porque sabemos que pode tanto é.. surgir defeitos na estrutura, né? [...] Então.. a gente sempre se preocupa mais na qualidade do que na quantidade (Entrevistado J).

Portanto, a capacidade para receber visitantes deve considerar o volume máximo que a comunidade consegue receber, preservando a qualidade da experiência que será proporcionada.

Quanto ao código equipamentos turísticos, foi renomeado nesta etapa para ‘infraestrutura turística’. Diferentes aspectos foram levantados pelos entrevistados, como pode ser visto a seguir:

[...] o visitante, o turista que procura essas iniciativas, ele quer sair fora do *mainstream* turístico dessa do do turismo convencional e o turismo convencional ele é associado ao luxo. Não, ele ele pode dormir numa rede, mas que seja um ambiente limpo, uma rede que vai estar bem presa né (risos), não vai deixar ele na mão. Igual lá na experiência do Saúde e Alegria lá no Pará a hospedagem deles é um redário é lindo eles fizeram uma estrutura, tem várias redes assim [...] é uma infra adaptada àquela cultura, àquela realidade (Entrevistado A).

[...] eu acho que quem tá a fim de visitar esse tipo de iniciativa topa algum perrengue, algum nível de perrengue, sabe? É, eu acho que tem, ninguém que vai visitar uma Colônia de pescadores no interior do Ceará, né? tem a expectativa de encontrar sei lá um apartamento de luxo, né? A expectativa é de encontrar um alojamento limpinho, né? Bem feito, bem cuidado, mas isso não quer dizer luxo, isso quer dizer bem cuidado, então com coisas características daquele modo de vida, né? (Entrevistado H).

Sansolo e Bursztyn (2009) observaram a prevalência de pequenas pousadas, hospedagens domiciliares e campings na maioria das iniciativas de TBC pesquisadas. De forma geral, a infraestrutura turística do TBC é diferente do turismo de massa em que os visitantes esperam por estruturas com certo luxo. Os visitantes das experiências de TBC estão preocupados em viver a experiência, tal qual o modo de vida daquelas pessoas. Portanto, espera-se que essa infraestrutura possua o mínimo de condições para que o visitante possa usufruir, por exemplo, a questão da higiene e manutenção das estruturas etc. Além disso, espera-se que

ofereça outras opções que complementem o serviço de turismo, como a existência de restaurantes, carros etc., que possam atender aos visitantes em uma eventual necessidade. Áreas de lazer como cachoeiras, também foram citados pelos entrevistados.

O desenvolvimento de uma infraestrutura turística deve contribuir para a melhoria dos serviços locais e qualidade de vida, beneficiando, assim, a comunidade (ASKER *et al.*, 2010). Nesse contexto, um dos pontos que diferencia o TBC do turismo de massa, é que o primeiro requer menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando nesse caso valorizar os ambientes naturais e a cultura de cada local (BURSZTYN; BATHOLO; DELAMARIO, 2009).

Quanto ao código ‘logística de acesso às iniciativas’, foi adicionado nesta etapa conforme analisado nas entrevistas. Percebe-se que a maioria dos argumentos destacaram que é um desafio, especialmente para a região Norte do país:

Aí aqui o grande desafio, é essa questão logística para as comunidades, porque a maioria não vive aqui na cidade, né? Pra qualquer lugar você precisa de barco pra ir, né? Então o que acontece é que aquelas comunidades que ficam mais próximas às cidades como Novo Airão, como Manaus, termina que elas se desenvolvem mais, né? (Entrevistado B).

[...] A... isso é bem Amazônia, tá? É a dificuldade de logística, e isso vai acarretar em aumento de valores né? Porque, é... boa parte da Amazônia, claro, tem lugar que... tem lugar que é ligado à estrada já, mas muitos lugares... pegar aqui na nossa região aqui, que é do Solimões, é, boa parte do turismo que ocorre na região do Rio Negro. É, boa parte é via fluvial. Então, naturalmente os passeios, as atividades, os roteiros, saem mais, são mais caros do que onde você consegue fazer tudo via... é, terrestre (Entrevistado C).

Além da região Norte, um dos entrevistados destacou o acesso como uma dificuldade para algumas experiências no interior do Nordeste:

[...] Hã.. a comunidade lá ela é meio que na beira da praia e pra gente chegar você tem que passar muitas dunas. É tipo Jericoacoara. É uma comunidade próxima a Jericoacoara [...] 4X4 ou então você vai até um certo local com carro baixo e lá a comunidade vai com outro carro lhe buscar. Hã.. não tem muito essa questão de paradas, você tem que saber que tem que descer num ônibus no lugar X, sempre com aquele medo de de não passar (risos). É muito complicado. [...] tem que esperar alguém da comunidade e aí desse espaço pra comunidade é mais 1, quase 2 horas de viagem ou de moto ou de outro carro. É muito complicado. E sempre pelas dunas, que também é um perigo (Entrevistado J).

Sabe-se que algumas experiências estão localizadas em regiões de difícil acesso, por vezes isoladas de centros mais urbanizados. Para garantir que o acesso a esses lugares seja possível para o pleno funcionamento da atividade turísticas, é preciso verificar as condições para o deslocamento do visitante, observando a existência dos tipos de transportes, quem efetua o serviço de deslocamento, e o valor a ser cobrado. Sem o acesso garantido, não há como os visitantes chegarem até as iniciativas. O Quadro 19 aponta os ajustes para a categoria aqui em análise.

Quadro 19 - Ajustes da categoria Infraestrutura após 2ª etapa

| Categorias     | Códigos descritivos                                                                    | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Infraestrutura | Serviços básicos (água, luz, esgoto, redes de comunicação, saúde, segurança, estradas) | Verificar se existe acesso aos serviços básico, como água potável, energia, sistema de esgoto, mesmo sem grandes estruturas, mas que garanta alguma qualidade de vida à comunidade e depois ao visitante.<br>Existência de estrada com certa qualidade, com sinalizações, por exemplo.<br><b>Existência de acesso à rede de telefonia ou na ausência, pelo menos, de acesso a uma estrutura de 3G ou Wi-fi</b> |
|                | Volume de visitantes                                                                   | Verificar a taxa de crescimento do número de visitantes ao longo do tempo<br><b>Verificar se o volume de visitantes é atendido, considerando a capacidade de receber.</b><br><b>Verificar o foco qualidade X quantidade</b>                                                                                                                                                                                    |
|                | Infraestrutura turística                                                               | Verificar a existência de estruturas como hospedagens, bares, restaurantes, etc., para atender os visitantes.<br>Verificar a manutenção das estruturas.<br><b>Verificar a questão da higiene das estruturas.</b><br><b>Verificar se existem áreas naturais (cachoeiras, rios, praias, mata etc.) mais preservadas da ação humana.</b>                                                                          |
|                | Logística de acesso às iniciativas                                                     | <b>Verificar as condições para o deslocamento do visitante, observando a existência dos tipos de transportes, quem efetua o serviço de deslocamento, e o valor a ser cobrado.</b>                                                                                                                                                                                                                              |

Fonte: A autora (2023)

As adições sofridas por essa categoria estão destacadas em vermelho no quadro anterior. Além da adição de aspectos analisados, houve mudanças de nomenclatura (destacados em azul).

### 6.3.6 Organização comunitária

Após analisar os dados das entrevistas dessa etapa, observou-se que alguns dos códigos descritivos da categoria ‘benefícios à comunidade’, poderiam ser incorporados a uma nova categoria mais ampla. Portanto, a categoria ‘benefícios à comunidade’ foi excluída, dando origem à categoria ‘organização comunitária’.

A gestão turística comunitária é o ponto central para o sucesso de projetos de TBC. Ela está relacionada ao processo de formação de associações e cooperativas, geralmente de algum tipo de produção associado ao turismo (MIELKE; PEGAS, 2013). Nesse âmbito, o primeiro código é representado pelo grau de organização, que está relacionada a aspectos como organização em associação, cooperativas, grupos de trabalho, capacidade de diálogo dentro da comunidade, lideranças fortalecidas, objetivos em comum e decisões coletivas, como pode ser visto nos trechos destacados a seguir:

[...] É uma coisa importante, que a gente tem para essa organização comunitária, primeiro é a conversa, né? As comunidades, elas precisam se conversar, ter essa rotina que muitas vezes as pessoas param, conversam, têm uma situação e depois: Ah, vamos fazer o turismo, por exemplo, vamos fazer turismo na comunidade? Vamos. E aí às vezes saem combinados dali e depois cada um vai para sua, né? Aí cada um vai para sua, né? (Entrevistado B).

[...] A partir disso eu coloco a questão do associativismo ou de qualquer outro é... qualquer outra forma de organização social. Seja uma associação, uma cooperativa, mas considero que essa organização social, ela é fundamental de se estabelecer. Até porque muitas das vezes eles querem acessar algo, assim, às vezes, um recurso, participar de um edital. E muitas das vezes, não podem. Porque às vezes eles não estão, digamos formalizados, né? institucionalizados e aí às vezes não podem, perdem algumas oportunidades, né? (Entrevistado F).

Outro aspecto analisado para o código ‘grau de organização, e que converge com a literatura sobre TBC, é a compreensão de que o turismo é uma atividade complementar e não principal da comunidade que a desenvolve (MALDONADO, 2009; MORAES *et al.*, 2020).

Então assim, o turismo comunitário ele tem que continuar sendo uma atividade complementar, ele não pode ser o principal ganha pão desses grupos né? Porque a partir do momento que você inverte isso, que você bota o turismo como a principal entrada de recursos pra essas comunidades, você tira delas, o poder de, gerar dependência é isso que eu quero dizer, elas ficam dependentes do turismo, da atividade econômica do turismo e isso acaba que... se eu dependo da grana que entra com o turismo, eu vou aceitar condições que talvez se eu não dependesse da grana eu não aceitaria (Entrevistado H).

O código ‘intergeracionalidade’ diz respeito à capacidade das experiências de TBC de inserir os jovens nas atividades turísticas, promovendo o incentivo à continuidade das atividades, já que tradicionalmente a maior parte das experiências é constituída de pessoas mais idosas. Alguns trechos revelam essa preocupação:

[...] E atrair a juventude hoje pro TBC é um desafio, porque o TBC ele também tem uma característica muito forte de intergeracionalidade, pra você trazer vai passar por gerações, é quem lutou pelo território pelo TBC né? E eu sempre vou falar isso porque não dá para pensar TBC sem refletir a construção daquele território. Lá na década de 90, hoje já está aí né com uma idade avançada e aí passou pra para o filho, pra filha que estudou. Eu conheci um casal que a filha fez graduação em contabilidade voltou para ajudar no fortalecimento da pousada deles (Entrevistado A).

[...] o aumento da relação de pertencimento dos jovens, que porventura não tinham se identificado com nenhuma atividade que os pais faziam, e eles passam a se envolver de forma positiva [...] Então essa visão da intergeracional ela gera uma forma de pertencimento muito positiva, né? que às vezes as outras atividades não contribuem tanto como o turismo (Entrevistado I).

Como o TBC é uma atividade complementar, os jovens têm como opção envolver-se tanto nas atividades principais dos seus familiares quanto buscar se integrar àquelas da cadeia produtiva do turismo. Compete aos líderes envolvidos no desenvolvimento das atividades turísticas buscar incentivar os jovens para que eles se envolvam, pois acarreta uma nova

dinâmica familiar intergeracional de sucessão. Além disso, as novas tecnologias têm facilitado o envolvimento dos jovens em atividades relacionadas às iniciativas turísticas.

Outro código levantado ‘fortalecimento da cultura’, surge aqui como resultado da incorporação do código ‘benefícios culturais’ da categoria ‘benefícios à comunidade que fora excluído, como já ressaltado. Os entrevistados destacaram a importância da preservação das tradições, festas culturais, o conhecimento da sua própria história, para o fortalecimento dessa organização comunitária, além da preservação do seu modo de vida. Tal perspectiva coaduna com achados da literatura ao afirmar que o turismo deve valorizar os aspectos culturais, envolvendo os comunitários que desejam trabalhar com essa atividade (SILVA; CHAVES; SIMONETTI, 2020).

[...] grandes exemplos aqui que começou com o TBC a partir do trabalho de ponto de cultura, né, o Rota Da Liberdade aqui que é o quilombo que mais recebe é.. visitante na Bahia, é a iniciativa quilombola que mais recebe visitantes, cerca de 6 mil pessoas por ano. Eles começaram a partir de um ponto do sistema sessão de um trabalho de jovens com fotografias e vidas a partir do ponto de cultura. Embora eles também já tivessem algumas é... manifestações culturais acontecendo. Mas geralmente o que a gente ver, é a possibilidade do ressurgir né, do revitalizar as manifestações culturais é... fortalecer com viés é... vamos dizer assim... de cultura identitária, independente de fazerem apresentações para turistas (Entrevistado I).

A valorização da cultura e do modo de vida é um dos elementos principais do TBC. Esse modo de vida que carrega as atividades tradicionais as quais se tornam atrativos da atividade turística, estabelecem uma relação de interdependência. De um lado, o turismo encontra nessas atividades um alicerce e as atividades tradicionais, por sua vez, encontram no turismo um meio para fortalecer sua prática (FABRINO, COSTA, NASCIMENTO, 2012).

A questão também que é muito importante eu acho é quando se apropriam das questões da valorização cultural, né? Dos modos de vida, é isso, e isso, né? de uma forma se torna uma experiência ligada ao turismo, valorizando os modos de vida, as relações culturais, internas. (Entrevistado G).

Mas também as pessoas vêm bastante a questão do próprio território de turismo ser um modo de reforçar a presença deles no território, manter o território da própria comunidade, que é a área onde eles, a comunidade usa para poder fazer as visitas, disseminar e mostrar muitas vezes com orgulho a própria cultura, né? O modo de vida é mostrar que pescar, plantar, fazer atividades locais, artesanato por exemplo. As habilidades que se tem, né? (Entrevistado C).

O desenvolvimento do turismo comunitário só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos do processo e não objetos (IRVING, 2009). Nesse contexto, o protagonismo comunitário é fundamental para a organização dessas iniciativas, uma vez que é resultado do sentimento de pertencimento, de poder influenciar a tomada de decisão (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012). Assim, o código ‘protagonismo comunitário’

está relacionado com outro aqui já discutido na etapa anterior, ‘benefícios sociais’, sendo este último incorporado ao primeiro. O trecho da entrevista a seguir destaca o protagonismo:

[...] Mas aí isso são eles que vão determinar, são eles que vão autoestabelecer, né? esse roteiro. Não dá pra gente chegar e falar: “olha, vocês têm que fazer isso, vocês têm que fazer aquilo”, eles que vão encontrar essa forma, então é uma forma muito peculiar de gestão desse turismo por essa comunidade... a partir... considerando muito o seu território, a sua cultura, né?...”(Entrevistado F).

Além dos benefícios sociais e culturais, os entrevistados também apontaram o ‘reconhecimento de outros benefícios’. Esse código descritivo trata da compreensão da comunidade que os benefícios existem, são justos, contudo, são a longo prazo. A comunidade que desenvolve TBC precisa ter a consciência do balanceamento dos benefícios econômicos e compromisso social, ou seja, não se restringir aos benefícios econômicos, pois contribui para o processo de revalorização da cultura e para a manutenção do modo de vida das populações (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012).

[...] esse objetivo de geração de benefício socioeconômico né, ele tem que estar atrelado ao compromisso sociopolítico dessa iniciativa. Uma iniciativa que se intitula como TBC ela nunca vai colocar pelo menos todos que eu vi, elas não colocam o econômico como primordial em primeiro lugar, ele não pesa mais, tem que tá ali ó se a se atividade, se o TBC não ajudar, não contribuir pra fortalecer a luta em defesa do território não interessa que ele venha gerar apenas é renda pra essa comunidade né, renda de trabalho e vice-versa se ficar também só olhando pra o lado né da defesa do território como que vai se sustentar o TBC? Então, a gente tem que pensar nessa balança: entre a perspectiva econômica e o compromisso social política dessas iniciativas, esse é o grande desafio (Entrevistado A).

[...] O segundo passo é ter um coletivo consciente do que vai ser feito e seus impactos negativos e dos impactos positivos que podem ter no cotidiano deles. Do que eles vão ter que renunciar, do que que vão ter que partilhar e também dos ganhos econômicos e não econômicos que possa ter (Entrevistado I).

Outro aspecto fundamental para o reconhecimento de outros benefícios são os ganhos em relação ao meio ambiente, ou seja, o trabalho de sensibilização para conservação da natureza (ZAPATA *et al.*, 2011), que pode até mesmo atrair visitantes (ASKER, *et al.*, 2010). Por exemplo, a iniciativa da Associação Peixe-boi<sup>5</sup>, que surgiu a partir do desejo de lutar pelos direitos dos comunitários de usufruir da natureza, com consciência e responsabilidade, discutindo e propondo soluções para a preservação do peixe boi. Nesse contexto, eles desenvolvem o turismo de observação do animal, realizado pela própria comunidade e sendo fiscalizado e apoiado pelo ICMBio. Um dos entrevistados destaca a importância da organização por meio da proteção do meio ambiente:

---

<sup>5</sup> Com base nas informações disponíveis no sítio: <https://www.peixeboi.org.br/>.

[...] um trabalho ainda minucioso que a gente precisa avançar bastante. Não só pela questão da complementação de renda nessas comunidades, mas pela sustentabilidade mesmo dos municípios né, de pensar uma proposta viável que garanta o território, que proteja o nosso meio ambiente que a gente tem acompanhado né, cenários bastante devastadores (Entrevistado K).

Destaca-se que a organização comunitária é uma categoria importante em todas as fases do ciclo de vida, pois como ressaltado pelo entrevistado K “[...] eu acho, acredito eu, acho que na tese, na prática a gente tem acompanhado tudo isso, quando a comunidade tem uma base fortalecida todas as suas ameaças a gente consegue superar[...]. Após esse levantamento, pode-se organizar os códigos descritivos e aspectos analisados no Quadro 20, a seguir.

Quadro 20 - Ajustes da Categoria Organização comunitária após 2ª etapa

| <b>Categoria</b>               | <b>Códigos descritivos</b>          | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Organização comunitária</b> | Grau de organização                 | Capacidade de se organizar em associações, cooperativas, etc.<br>Existência de grupos de trabalho (GT)<br>Capacidade de diálogo dentro da comunidade<br>Existência de lideranças fortificadas<br>Existência de objetivos comuns e decisões coletivas<br>Compreensão da comunidade entender que o TBC é uma atividade complementar |
|                                | Intergeracionalidade                | Capacidade de atrair e inserir os jovens nas atividades turísticas<br>Existência de grupos de jovens<br>Capacidade de diálogo com as famílias para incentivar os jovens a continuarem as atividades                                                                                                                               |
|                                | Fortalecimento da cultura           | Preservação das tradições, das festas culturais<br>Capacidade de manter seus modos de vida<br>Capacidade da comunidade de conhecer sua própria história e repassar                                                                                                                                                                |
|                                | Protagonismo comunitário            | Capacidade da comunidade decidir e influenciar o tipo de turismo a ser desenvolvido<br>Capacidade da comunidade de tomar suas próprias decisões<br>Existência de sentimento de pertencimento/identidade                                                                                                                           |
|                                | Reconhecimento de outros benefícios | Coletivo consciente dos benefícios a longo prazo e impactos negativos<br>Entender o balanceamento dos benefícios econômico e compromisso social<br>Compreender que os benefícios são justos<br>Capacidade de preservação do meio ambiente                                                                                         |

Fonte: A autora (2023)

Destaca-se que a categoria aqui analisada propõe uma forma de se auto-organizar das iniciativas de TBC, que proporcionam benefícios para as fases do ciclo de vida de tais. Ao

mesmo tempo, outras categorias também podem ser relacionadas a essa e podem trazer outras melhorias que fortalecem a organização comunitária. A seguir será discutida uma dessas categorias.

### 6.3.7 Capital social de ligação

O capital social de ligação descreve as conexões dentro de um grupo ou comunidade que se caracteriza por altos níveis de similaridade, às vezes por ser da mesma família, vizinhos, amigos, raça, grupo social etc. Nesse caso, ele encoraja a reciprocidade e colaboração fortalecendo os laços envolvidos e a confiança (CLARIDGE, 2018). No caso desta pesquisa, considera-se que esse capital é formado pelos membros que fazem parte da comunidade que desenvolveu o TBC. Dessa forma, assim como levantado na primeira etapa, o capital social de ligação é composto de três códigos descritivos.

Nas experiências de TBC, é comum a presença de famílias, como reforçado pelo entrevistado C: “As comunidades, elas são, as que a gente trabalha aqui principalmente, são muito família, são famílias estendidas assim né? Então, já tem muita ligação ali...entre as pessoas. Então... acho que há uma tendência a se ajudar”. O trecho retoma o primeiro código descritivo, ‘grupos homogêneos’.

Um aspecto encontrado dentro dos grupos homogêneos diz respeito ao compartilhamento de “normas e regras”. Os entrevistados reforçaram que possuir essas normas, é importante desde a primeira fase do ciclo de vida, pois elas contribuem para diminuir os conflitos que possam existir. Por outro lado, após as análises optou-se por trocar o termo por “Acordos”, pois o Entrevistado H esclareceu “...Normas e regras parecem que vêm de fora para dentro, acordos são coletivamente construídos. Corroborando, observou-se que outros entrevistados também usaram o termo acordo:

[...] Então quando a comunidade quer realizar o TBC, seja através da comunidade como um todo ou uma família resolveu fazer TBC, resolveu montar uma pousadinha particular, mas que envolva comunidade. Se isso é bem acordado, a chance de ter um problema diminui, claro que ao longo do tempo isso pode mudar. Os acordos mudam né? Mas acho fundamental antes do conflito do começar, ou na verdade, antes do TBC começar, ter acordos bem sólidos na comunidade ou no grupo de comunidades, enfim, naquele grupo que tá atuando lá, para tentar evitar com que haja um conflito (Entrevistado C).

Eu acho que isso pode influenciar nessa organização sabe, das pessoas ao construírem, digamos um acordo, de um acordo de convivência pro TBC ou de norma pro TBC, eu acho que isso dá um norte, facilita, não é que que aah, vai igualar todas as comunidades. Não, né?! (Entrevistado F).

Quanto aos ‘laços de união’, está relacionado à capacidade da comunidade de se auto-organizar para conquistar seus objetivos em comum. Sob o olhar das experiências de TBC, esse

parece ser um dos aspectos fundamentais que contribuem para que as experiências iniciem suas atividades e se mantenham ao longo do seu ciclo de vida, conforme ressaltados pelos entrevistados:

Eu acho que união, o principal, é o entendimento interno, né? desse coletivo, seja ele com três ou quatro famílias até um coletivo maior é... que envolva toda comunidade como a gente tem, tem experiência assim, onde todo processo decisório envolve 40 famílias que moram numa comunidade e o benefício é sempre usado de forma coletiva, nunca é uma apropriação individual, salvo o dia de trabalho de cada um que esteja envolvido naquela visita, mas o restante é todo voltado pra o próprio benefício coletivo. É... eu acho que essa coesão ao longo do tempo que é um grande desafio é o principal (Entrevistado I).

[...] É, então quando você começa é, com esse inimigo comum e você consegue ter um tecido social mais juntinho, legal, você começa a ter um ambiente propício para que as coisas comunitárias se desenvolvam, pra que o pensamento do coletivo se desenvolva. É, então eu acho que a união é importantíssima em todos os momentos e é muito interessante ver falando de ciclo de vida, como muitas dessas iniciativas começam a dar errado quando a união afrouxa (Entrevistado H).

Alguns entrevistados levantaram que a união é importante para o enfrentamento de um “inimigo”, uma ameaça que atrapalha seu desenvolvimento. Quando essa ameaça é superada, podem surgir outros problemas, pois normalmente a comunidade relaxa e naturalmente as pessoas podem se afastar. Segundo o entrevistado H:

“[...] vou dar um exemplo na Prainha do canto verde, por exemplo eles lutaram durante décadas pra ter a posse da terra, né? [...] É, uma Colônia de pescadores e por aí, mas eles ganharam né, na justiça o direito à terra, então supostamente esse inimigo em comum já foi superado, ganhamos. A partir desse momento começaram os conflitos internos, né?

O código ‘laços de união’ é caracterizado por relações com altruísmo de curto prazo e interesse de longo prazo, ou seja, as pessoas pretendem ajudar outras quando se sentem seguras de que suas próprias ações altruístas serão recompensadas em algum momento futuro (PUTNAM, 2000). Nesse caso, a confiança é um elemento integral da reciprocidade, ambientes com reciprocidade indicam que há alta de confiança (OSTROM; AHN, 2009). O entrevistado K comentou que “[...] então, por isso que a gente acredita né, porque essa rotina, esse círculo né de ajudar uns aos outros, ainda é o nosso perfil né, dos comunitários, é esse desejo que todos façam parte do processo, que todos sejam beneficiados”.

O entrevistado J recordou de algumas reuniões do grupo que participa e comentou “[...] às vezes....é um bate boca enorme (risos), mas quando sai, tá todo mundo ali, às vezes de famílias.. todo mundo conversando normal. Não leva rancor pra casa não, até hoje nunca teve discussões pra um ou outro ficar com raiva, por motivos que aconteceu na reunião não”. Reforça aqui o aspecto da confiança entre os membros, mesmo com possíveis divergências de ideias, os membros sabem que podem confiar uns nos outros.

Além disso, as reuniões e eventos sociais organizados pela comunidade podem aumentar a confiança e coesão social (ALDRICH; MEYER, 2014), fortalecendo os laços de união, e consequentemente o TBC, conforme apontado pelo entrevistado A:

“[...] essas formações elas promovem o encontro né junta, une esses moradores, então isso já é fantástico, porque é um momento de encontro deles em que eles vão conversar, colocar a conversa em dia e vão parar pra pensar junto. E são assim momentos de também, de lazer né? Também vai ser um momento que tá fora do trabalho deles né e tem e eu entendo também que é algo que tem que ser expon..., é algo é como que eu falo tem que fazer parte né recorrentemente desses, dessas estratégias né, voltadas aí para o fortalecimento do TBC”.

Os membros de uma comunidade reconhecem as vantagens potenciais de trabalharem juntos (BURGOS; MERTENS, 2016). Contudo, essa coesão pode ser uma vantagem e/ou um obstáculo no desenvolvimento do turismo, depende do contexto local e das interações dentro da comunidade. Por exemplo, Zielinski, Jeong e Milanés (2021) apontam que, embora em comunidades rurais modernas, nos países desenvolvidos, às vezes, possa apresentar alta coesão, há um nível visivelmente mais alto de individualidade, e isso pode levar ao que foi encontrado aqui, como o terceiro código, as ‘desigualdades internas’.

É, recentemente a gente teve um problema em uma comunidade onde a associação que eles chamam de, vamos dizer assim, de uma associação mãe, é recebeu uma concessão de uma construção pública de uma pousada, que virou pousada comunitária. Mas a associação em si, ela não cuidava da pousada e não se apropriava dos resultados. Ela passou pra o coletivo de TBC. Então três famílias ligadas ao coletivo do TBC faziam o gerenciamento da pousada e se apropriava dos recursos (Entrevistado I).

O trecho destacado anteriormente revela outro aspecto para a desigualdade interna, que não foi levantado na primeira etapa. Refere-se às divergências por apropriação de recursos coletivos. Outro trecho destacado reforça:

[...] Então você começa com um grupo pequeno, que não tem inter... que tem o interesse de fazer, e quando aquela roda começa a girar desperta o interesse de outros, que não se interessavam no início e acabam rivalizando é, é a, a comunidade, do ponto de vista turístico, disputando recursos, disputando espaços e acaba gerando uma tensão, e às vezes, até uma paralisação é, temporária dessas atividades (Entrevistado I)

Além disso, outro aspecto constatado é quanto à discriminação de membros marginalizados, considera que os mesmos laços fortes os quais produzem benefícios para os membros de um grupo, permitem-lhes também barrar o acesso a terceiros (PORTES, 2000).

[...] Acaba que tem pessoas que dominam um pouco, acabam se perpetuando em alguns lugares e, e de algum modo ofuscam outras demandas que apareçam ali, pessoas mais articuladas né, que falam melhor, que tem um pouco mais de estudo dentro do próprio grupo comunitário, mas isso, isso são situações que acontecem né? (Entrevistado H)

Embora não tenha sido citada a presença de normas discriminatórias e a existência de formas de concentração de poder, optou-se por permanecer com esses aspectos, já que nesta fase,

a maioria dos entrevistados não eram comunitários que poderiam falar mais dos problemas vivenciados no dia a dia. Dessa forma, na próxima fase espera-se observar com mais atenção esse aspecto. O Quadro 21 a seguir detalha os ajustes realizados.

Quadro 21 - Ajustes da categoria Capital social de ligação após 2ª etapa

| Categoria                        | Códigos descritivos    | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de ligação</b> | Grupos homogêneos      | Existência de <b>acordos</b> e valores compartilhados pelo grupo<br>Identificação de características similares dos membros do grupo.                                                                                                                                                  |
|                                  | Laços de união         | Capacidade de articulação do grupo para alcançar um objetivo em comum.<br>Capacidade de trocar informações/recursos dentro da comunidade<br>Existência de confiança<br><b>Capacidade de articulação para enfrentamento de ameaças</b><br><b>Existência de reunião/eventos sociais</b> |
|                                  | Desigualdades internas | Existência de normas discriminatórias<br>Identificação de exclusão de membros marginalizados<br>Existência de formas de concentração de poder<br><b>Existência de divergências por apropriação de recursos coletivos</b>                                                              |

Fonte: A autora (2023)

Observa-se a partir do Quadro 21 que não houve mudanças quanto aos códigos descritivos levantados, apenas adições quanto aos aspectos analisados (destacados em vermelho) e troca de termo utilizado (destacado em azul).

### 6.3.8 Capital social de ponte

O capital social de ponte, diferente do anterior, diz respeito às relações estabelecidas com pessoas/organizações de fora do grupo, que normalmente podem contribuir com o acesso de algum recurso, que sozinho aquele grupo não conseguiria (AGNITSCH; FLORA; RYAN, 2006). Para este estudo, considera-se, nesse tipo de capital social, os vínculos externos que estão no mesmo grau de hierarquia, como outras comunidades, indivíduos (voluntários), instituições sociais, ONGs, associações, cooperativas e as universidades.

O primeiro código diz respeito aos ‘vínculos externos à comunidade’, ou seja, a existência de parcerias que podem ser com outras comunidades, indivíduos, instituições em geral:

[...] essas parcerias externas, elas também contribuem bastante, é tanto que as parcerias que a gente tem hoje né Instituto Terramar, Associação caiçara, as próprias universidades elas têm feito uma grande diferença na nossa caminhada. Tem sido assim uma força né, que nos ajuda tanto na questão de assessoria, de mobilização, de articulação, de correr atrás né de projetos e nos ajudar com esclarecimentos a respeito da lei, então as assessorias né, as instituições e as universidades principalmente [...]  
(Entrevistado K).

Ah, por exemplo, vou dar um exemplo que a gente fez, é, que foi... a gente fez uma parceria com o restaurante de Manaus pra o pessoal da cozinha da Pousada Uacari fazer estágio no restaurante. Era isso, eles davam estágio de graça, a pousada só tinha que enviar as pessoas e arrumar uma hospedagem para as pessoas em Manaus, né porque já é um custo grande (Entrevistado C).

Embora o ideal seja uma iniciativa de TBC começar de forma independente, são raros os casos de êxito. Dessa forma, seguindo o princípio da cooperação, a comunidade não deve dispensar ajuda da iniciativa privada ou pública (CORIOLANO, 2009). Além do setor privado, as ONGs e Organizações sociais podem ser facilitadores e proponentes iniciais de um projeto de desenvolvimento do TBC (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2016), a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá na Amazônia, que há mais de vinte anos ajuda a desenvolver o TBC na região do Médio Solimões, estado do Amazonas.

O segundo código nessa etapa foi renomeado para ‘apoio dos atores externos’, diferente da etapa anterior, pois aqui entende-se que o acesso a recursos é apenas uma das formas de apoiar as comunidades. Alguns entrevistados destacaram que as ONGs, institutos e até mesmo a universidade, por exemplo, pode ter um papel mais significativo nessa relação, que é contribuir no combate aos conflitos que existem no território, além de conflitos ambientais, entre outros:

As ONGs têm promovido um papel muito também significativo, porque aí são atores né eles entendem como também é apoiadores, é aliados[...] E eles não ajudam apenas a promover uma capacitação por exemplo, eles podem ajudar a conseguir um veículo um trans...um meio de transporte um ônibus para apoiar para levar com uma comunidade pra outra pra derrubar uma cerca do empresário que construiu uma cerca lá querendo dividir o território deles (Entrevistado A).

[...] Então, nesse sentido, quem tem nos ajudado muito nessa questão dos conflitos são as entidades né, que aí a gente recorre ao ministério público, aí a gente precisa de uma assessoria jurídica, aí a maioria dessas entidades parceiras nos ajudam, tanto o pessoal da universidade como os institutos, as ONGs, elas sempre estão dispostas também a nos ajudar, a esclarecer, a amenizar esses conflitos (Entrevistado K).

A universidade foi o principal parceiro apontado na maioria das entrevistas, contribuindo desde a concepção da iniciativa. Nesse contexto, alguns entrevistados reforçaram o papel da universidade não só na articulação de recursos financeiros com elaboração de projetos e de construir formações, mas o compromisso social de oferecer soluções para essas iniciativas, de entregar algum resultado:

[...] a função social da universidade eu identifico que a extensão tinha uma papel muito importante e sobretudo quando articulada com a pesquisa e com o ensino.[...] pensar em soluções junto com a comunidade, então até o momento nós trabalhamos com demandas da comunidade. Então quando iniciamos lá em 2008 uma proposta de turismo de base comunitária no território do Cabula, nós idealizamos uma operadora de receptivo popular. Só pra você ter ideia. Quando chegamos pra comunidade, a comunidade disse que não queria ... aí digo, perguntamos o que é que vocês querem, a partir do que elas querem a gente vem realizando o que elas demandam. E eu penso

que o papel da Universidade é esse ... de pensar em soluções usando metodologias participativas e para que a comunidade se aproprie disso e não os agentes externos (Entrevistado E).

[...] parceria muitas vezes ela tem um grande benefício pra até o desenvolvimento né, pro ciclo de vida desse.. né dessa iniciativa e assim por diante. Então, que tipo de parceria que são eles, vai depender muito. A Universidade trabalha com dados de pesquisa, trabalha com processos de qualificação, de treinamento. Então né, o desenvolvimento é pesquisas diversas, dados, que tem que ser coletados que antecedem ou dentro da própria iniciativa. Então um papel muito importante dessa questão dessa parceria com pesquisa, com atividades né de treinamento, qualificação, ajudando, dando consultoria, desenvolvimento de algum projeto (Entrevistado G).

Ademais, o vínculo com esses atores externos pode gerar uma diminuição de custos. O entrevistado D apontou “[...] imagina você criando uma plataforma ou uma agência ao invés de você vender apenas a sua experiência, você tem de 3 ou 4, né? Você reparte custos né?”. Além de diminuir custos, a presença desse tipo de capital pode ajudar a evitar possíveis custos, permitindo maior acesso a recursos e reduzindo dependência (AGNITSCH; FLORA; RYAN, 2006; WOOLCOCK, 1998). Com todas as informações, é possível sintetizar os códigos descritivos e aspectos analisados no Quadro 22, a seguir.

Quadro 22 - Ajustes da categoria Capital social de ponte após 2ª etapa

| <b>Categoria</b>               | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de ponte</b> | Vínculos externos ao grupo | Identificação de características que diferenciam os grupos<br>Existência de parcerias com amigos de outras regiões, universidades, instituições sociais, ONGs, associações e cooperativas.                                                                        |
|                                | Apoio dos atores externos  | Capacidade de conseguir recursos com atores externos (informações, dinheiro etc.)<br>Capacidade de diminuir custos com acesso a recursos<br>Capacidade de amenizar conflitos com apoio dos atores externos<br>Identificação de compromisso social da universidade |

Fonte: A autora (2023)

De forma geral, os laços de ponte permitem o acesso a novas ideias e à mobilização de recursos que não estão disponíveis dentro do mesmo grupo/comunidade. Contudo, nem todos os recursos podem ser alcançados por meio desses laços. Nesse contexto, podem ser necessários laços de conexão, isso será detalhado na sequência.

### 6.3.9 Capital social de conexão

Definido como “relacionamentos institucionalizados que conectam agentes em posições desiguais de poder e autoridade” (SZRETER, 2002, p.579), o capital social de conexão é delimitado para esta etapa como os vínculos estabelecidos com órgãos do governo federal, estadual e municipal, agências de turismo, as chamadas ‘elites locais’, ou seja, empresários

locais com interesses sobre aquele território, além de ‘falsos visitantes’, que na verdade são empresários de outras regiões.

Assim como na primeira etapa, mantêm-se os três códigos descritivos já explanados, a saber: i) vínculos com atores poderosos; ii) acesso a recursos de infraestrutura; e, iii) dominação de elite.

O primeiro código trata da capacidade dessas comunidades de se tornar parceiras de atores detentores de maior poder. Nesse sentido, pode-se afirmar que a capacidade de fazer as coisas e o progresso das atividades dependem, muitas vezes, dos laços com essas ‘elites’ (WOOLCOCK; SWEETSER, 2002).

[...] Os próprios empresários da área de turismo, então, as vezes acontece da comunidade ali ter uma organização interna, mas ela não ter muita capacidade de comercializar, de atrair seu visitante, então, eu acho que é interessante também, são pessoas importantes que podem contribuir também pra o desenvolvimento da cultura (Entrevistado B).

Para esse tipo de capital social, o acesso de recursos está relacionado à infraestrutura, seja ela básica, oferecida normalmente pelo governo, e a turística, que pode ser ofertada pelos empresários.

Então a comunidade precisa disso, então hoje o turismo tem sido uma pauta por exemplo de uma Secretaria de turismo pra conseguir recurso do governo federal pra investir nas estradas nas vias. Então, se a comunidade tem o TBC é mais um motivo pra ela negociar o apoio né, dos órgãos públicos que têm o dever de fazer isso, de proporcionar esse tipo né, de benefício infraestrutura básica, básica eu nem falo em infraestrutura turística é infraestrutura básica, o TBC ele também ajuda a facilitar né o alcance dessas melhorias (Entrevistado A).

Por outro lado, alguns dos entrevistados afirmaram que o apoio do poder público estava ausente, sobretudo nos últimos anos. De fato, existe uma ausência e, às vezes, ineficiência do Estado, que obriga as comunidades a reagirem na luta cotidiana pela sobrevivência (CRUZ, 2009).

Mas a nível de governo estadual tem sido ainda muito desafiador. Talvez por conta do desconhecimento dos secretários que assumem a pasta talvez não tenha ainda é.. conseguido pau.. é.. ouvir a gente né, talvez as comunidades, ou que houvesse uma questão de prioridade no planejamento estadual (Entrevistado K).

[...] qual foi a instituição que ajudou assim, a comunidade a se estruturar ou a se organizar minimamente? Foi o poder público? Foi é...foi uma associação? A maioria delas, quase 100% delas fala que foi uma organização do terceiro setor, que os ajudou, que os auxiliou nesse processo, né? [...] É, o poder público, ele as vezes, consegue dar... consegue de maneira, as vezes, pontual, solucionar problemas né que que existem dentro das comunidades, a gente teve algumas experiências aqui no Amazonas né. [...] Então a gente não pode dizer que não influencia ou que não afeta porque afeta, mas ainda é uma influência que muita das vezes não tá a contendo, ela não é satisfatória (Entrevistado F).

Essa ausência está ligada ao fato de que não existia, até recentemente, políticas públicas voltadas para o TBC. Para atender as necessidades e demandas coletivas desse grupo, os antigos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) criavam espaços em suas ações para fomentar os grupos de base comunitária, mesmo assim eram ações isoladas (BURSZTYN; BATHOLO; DELAMARIO, 2009). Por outro lado, no Brasil o panorama tem experimentado transformações mediante a aprovação de políticas públicas para o TBC em alguns estados, por exemplo, Bahia (Lei 14.126/2019), Goiás (Lei nº 21.052/2021), Minas Gerais (Lei nº 23.763/2021) e Pará (Lei 9773/2022).

Quanto aos efeitos negativos, o código ‘dominação de elite’ ocorre quando indivíduos ou organizações com um nível elevado de influência tentam exercer sua autoridade de diversas maneiras sobre um grupo com menos poder, no caso do TBC, as comunidades que acabam sendo submetidas a essas pressões e imposições. As entrevistas a seguir relatam situações que confirmam esse código:

[...] E às vezes também essas relações, esses valores eles são estabelecidos pelos próprios guias, o guia chega na comunidade e fala “oh, vou te deixar aqui” é como aconteceu em alguns casos de o guia até falar até assim “não, olha, eu vou trazer aqui cerveja pra você e vou te pagar com cerveja e cachaça”, entendeu?! (Entrevistado F).

[...] Então tem grandes casos que nem uma vez "ah o cara veio aqui, quer trazer o horário que eles decidem né, o dia que eles decidem, querem cobra lá 1000 reais e querem chegar aqui e dar o que eles acham que tem que dar, 10 reais, 100, o que for" (Entrevistado G).

Um dos entrevistados apontou um exemplo de como o poder público pode gerar, até mesmo, estagnação de uma iniciativa de TBC:

[...] outras coisas que entravam também da disputa por poder local, né? Às vezes tá começando a acontecer, a disputa com, com prefeituras, invés dela ser uma aliada, ela... tem prefeituras que querem tomar aquele ativo pra si, embora seja comunitário, né? pra fazer uma exploração. Então, do ponto de vista negativo seria isso... Você conhece o território e quando você vê dá resultado, você cria um entrave e a comunidade é assediada de diferentes formas (Entrevistado I).

Outras situações verificadas quando da presença desse tipo de capital social, são os acordos financeiros desproporcionais para a comunidade:

[...] têm agências que ganham dinheiro, né? Já vi casos aqui de um turista pagar 460 reais pra visitar uma comunidade e ficar apenas 15 reais para a comunidade. Quando a comunidade ela é autogestora isso não acontece, porque ela vai ter que definir se uma agência demande, ela vai ter que definir todas as pautas.... (Entrevistada E).

Analisando o relato acima, percebe-se que uma provável solução para dirimir essa dominação de elite é a comunidade assumir o seu protagonismo, ou seja, fortalecendo sua organização comunitária, isso contribui para evitar situações como essas relatadas acima. Um dos entrevistados reforça essa reflexão:

Eu escutei de um entrevistado que é um assentado rural, que a agência falou para ele: olha nós vamos levar turistas pra vocês, mas vocês não podem falar que são assentados rurais, [...] Não, o turismo quem faz, decide aqui é a gente, você ocuparia aí o papel do atravessador (risos), se a gente for usar a linguagem aí do produtor, mas a gente não quer esse tipo de parceria não, né? ele falou assim, pronto. E aí eles veem que cada vez mais essas agências e operadoras de turismo, elas estão preocupadas só com o cliente, com o turista e querendo impor exigências a essas comunidades (Entrevistado A).

O trecho acima revela uma das inúmeras formas de tentar cooptar as comunidades para a venda de um turismo mais próximo ao turismo de massa. Outra forma de tentar cooptar são os falsos visitantes, embora não foram encontrados registros na literatura acadêmica.

Dentro da comunidade a gente não quer esse tipo de pessoa aqui. A gente sempre tenta trazer grupos que vem pra conhecer as experiências, vivenciar na prática, conhecer a história. E aí a gente busca saber: ah, mas o grupo ele é formado por pessoas.. que tipo de pessoas? São pessoas é.. mais.. da burguesia ou pessoas que estão mais acostumados a vivenciar esse tipo de experiência? Porque tem pessoas que vem já com esse interesse de: ah não. Vou pra praia pra conhecer lá e eu quero especular, tentar comprar um pedaço de terra (Entrevistado J).

Após os ajustes da categoria, organiza-se o Quadro 23, a seguir, com as mudanças consideradas após o levantamento dos dados desta etapa. Destaca-se que as adições foram destacadas em vermelho.

Quadro 23 - Ajustes da categoria Capital social de conexão após 2ª etapa

| <b>Categoria</b>                 | <b>Códigos descritivos</b>                                          | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de conexão</b> | Vínculos com atores poderosos                                       | Capacidade de parcerias com o governo (federal, estadual e municipal)<br>Capacidade de parcerias com empresários locais e agências                                                                                                                                                                        |
|                                  | Acesso a recursos (infraestrutura básica, infraestrutura turística) | Capacidade de conseguir investimentos de infraestrutura, etc.                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                  | Dominação de elite                                                  | Criação de imposições dos parceiros (agências, governo, empresários) a comunidade/grupo conectado.<br>Existência de conflitos de interesses entre os grupos<br><b>Acordos financeiros baixos para a comunidade</b><br><b>Tentativa de cooptação dos parceiros (agência, governo, “falsos visitantes”)</b> |

Fonte: A autora (2023)

Em síntese, como não existem laços de união entre os comunitários e esses atores externos, as conexões dependem principalmente da benevolência dos atores externos (RUBIN, 2015). Nesse caso, é necessário que a comunidade possua esse laço forte para lidar com os problemas que podem surgir.

De posse dos resultados apresentados nesta etapa, elaborou-se novos roteiros de entrevistas e seguiu-se para uma nova coleta de dados no campo, utilizando, dessa vez, uma iniciativa de TBC e seus parceiros, para melhor aprofundar sobre as categorias e seus respectivos códigos e aspectos que serão apresentados a seguir.

## 7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - 3ª ETAPA

Para cumprir essa última etapa e alcançar os objetivos pretendidos, a pesquisa foi aplicada em uma experiência de TBC consolidada, a Federação de Agroturismo Acolhida na Colônia, sediada no município de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina, na região Sul do Brasil. Fundada em 1999, originou-se a partir do modelo *Accueil Paysan*, surgido no Sul da França nos anos 80. Esse processo iniciou com a implantação do programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral, por volta de 1998, quando Thaíse Guzzatti, uma jovem recém-formada, havia acabado de retornar do estágio na França. Ela fazia parte do Cepagro, que estava disposto a implantar o mesmo programa vivenciado por Thaíse na França, em Santa Catarina.

Naquele momento, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco), que tinha sede em Santa Rosa de Lima, ligada à agricultura familiar, mostrou-se interessada no projeto. Contudo, as estruturas para hospedagem e alimentação eram bastantes deficitárias, sobretudo em Santa Rosa de Lima. Nesse momento, os agricultores foram provocados pelo professor Wilson Schmidt a buscarem uma nova possibilidade de complementação de renda para algumas propriedades rurais. Internamente, o Cepagro decidiu que seria oportuno investir no desenvolvimento do turismo rural na região da Agreco, iniciando um processo de sensibilização das lideranças locais dos municípios de atuação da entidade – no caso específico do projeto de turismo, Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal (todos municípios catarinenses) –, apresentando e/ou reforçando os potenciais da atividade de turismo rural.

A implantação e execução do projeto de apoio ao Agroturismo como estratégia para promover o desenvolvimento local permitiu a constituição legal da Acolhida na Colônia. Alguns passos foram necessários: mobilização/sensibilização, diagnóstico das propriedades rurais, associativismo, capacitação, resgate e preservação da cultura e do meio ambiente. Além disso, a Acolhida estabeleceu uma parceria formal com a organização francesa *Accueil Paysan*, passando a integrar essa rede e ganhando o direito de utilização da sua marca.

Desde a fundação até 2005, a Acolhida na Colônia dedicou-se a criar o projeto piloto nas Encostas da Serra Geral, utilizando uma metodologia própria de trabalho. Após esse período, outras localidades passaram a demandar apoio para o desenvolvimento de projetos semelhantes. Atendendo à demanda de alguns municípios e entidades governamentais – em especial o Ministério do Turismo e a Santa Catarina Turismo S/A (Santur), iniciou o processo de expansão. As regiões escolhidas para o início do trabalho foram as de São Joaquim, Ituporanga, Ibirama e Rio do Sul. Do total de municípios participantes dessa expansão

planejada, uma parte deles implantou, de fato, a proposta. Anos mais tarde, por volta de 2016, inicia-se a implantação da Acolhida em Casimiro de Abreu, no Rio de Janeiro, além da implantação em São Paulo. O Quadro 24<sup>6</sup>, apresenta as cidades que possuem experiências.

Quadro 24 - Distribuição geográfica da Acolhida no Brasil

| <b>Estado</b>  | <b>Região</b>           | <b>Cidade</b>                                                                                                            |
|----------------|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Rio de Janeiro |                         | Casimiro de Abreu                                                                                                        |
| São Paulo      |                         | São Paulo                                                                                                                |
| Santa Catarina | Encantos do Quiriri     | Campo Alegre<br>Corupá<br>Joinville                                                                                      |
|                | Encostas da Serra Geral | Anitápolis<br>Grão Pará<br>Gravatal<br>Imbituba<br>Rancho Queimado<br>Rio Fortuna<br>Santa Rosa de Lima<br>São Bonifácio |
|                | Grande Florianópolis    | Florianópolis                                                                                                            |
|                | Regional de Ibirama     | Apiúna<br>Ibirama<br>Presidente Nereu<br>Witmarsum                                                                       |
|                | Regional de Ituporanga  | Atalanta<br>Aurora<br>Vidal Ramos                                                                                        |
|                | Serra Catarinense       | Alfredo Wagner<br>São Joaquim<br>Urubici                                                                                 |
|                | Serra do Rio do Rastro  | Lauro Müller                                                                                                             |
|                | Vale dos Imigrantes     | Agrolândia<br>Agronômica<br>Lontras<br>Rio do Sul                                                                        |

Fonte: A autora (2023)

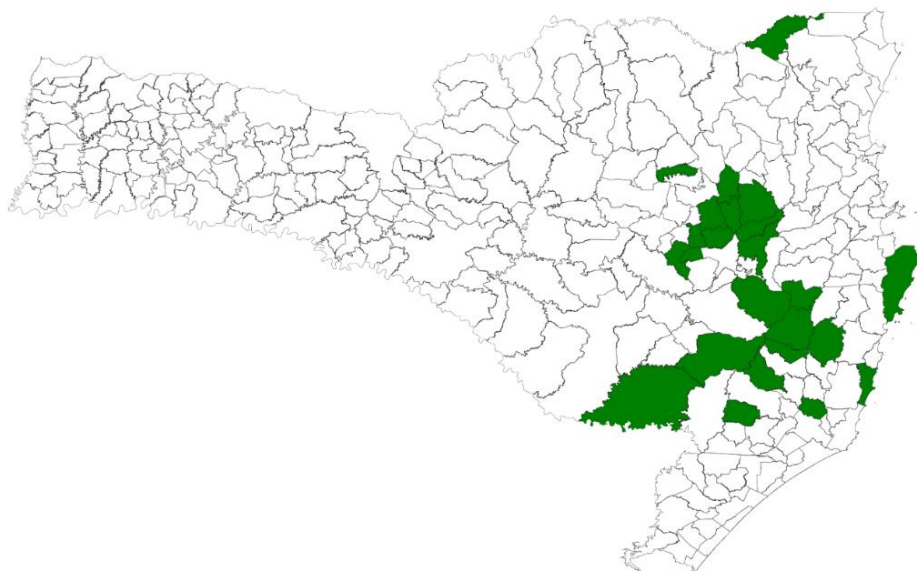
Como o Estado de Santa Catarina é o local onde tudo começou, a expansão da Acolhida tem maior destaque para esse estado, totalizando 24 cidades que fazem parte da rede. Na Figura 7, apresenta-se a distribuição das cidades membros da rede Acolhida na Colônia no Estado de Santa Catarina.

Em virtude do longo alcance da experiência, optou-se pelo recorte espacial, utilizando apenas o município de Santa Rosa de Lima, da regional das Encostas da Serra Geral, para a análise, já que esse é o marco inicial da Acolhida. Nesse caso, a coleta de dados foi realizada

<sup>6</sup> As informações do quadro são baseadas nas informações do site: <https://acolhida.com.br>

no município sede, presencialmente, exceto uma entrevista que, por motivos de saúde do entrevistado, foi realizada de forma *on-line*. Além disso, segundo informações do site, tem-se 84 experiências em Santa Catarina. A Figura 8 apresenta a localização de cada uma dessas experiências.

Figura 7 - Cidades membros da Acolhida na Colônia



Fonte: A autora (2023) com base em dados do IBGE.

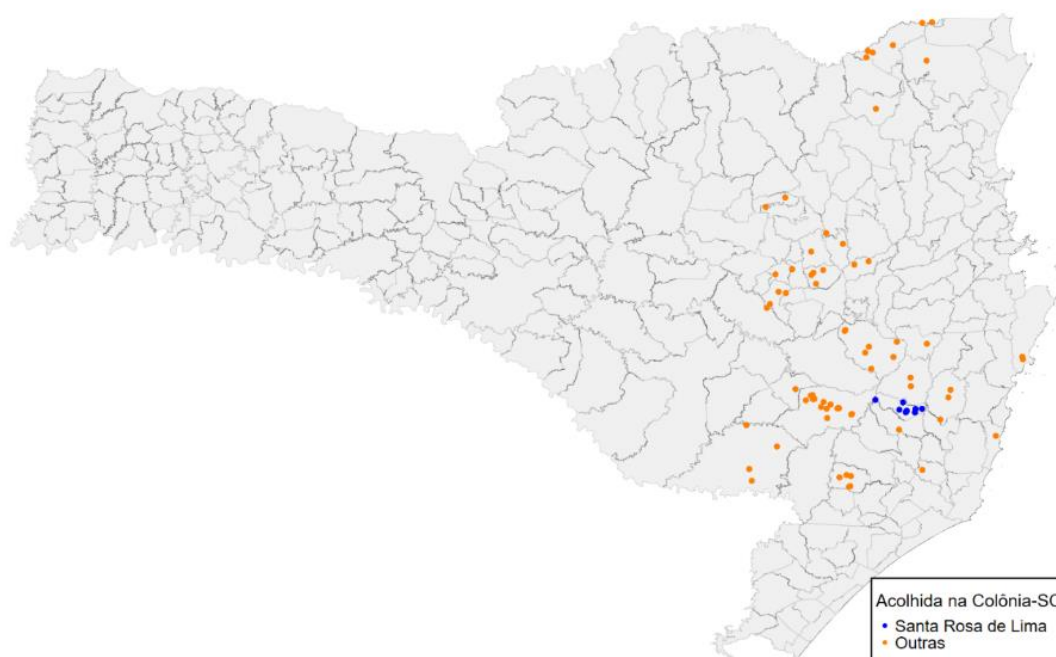
Ainda, a Acolhida na Colônia tem executado projetos em parceria com instituições, o que permitiu o sucesso da iniciativa, premiada em alguns momentos ao longo desses 24 anos. Alguns dos prêmios: i) Prêmio Destaque do MDA – categoria: diversificação da economia rural – 2002; ii) Prêmio ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2005 (promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU); iii) Prêmio destaque no turismo rural brasileiro (3ª Edição do prêmio Top de Agronegócio promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisa da Qualidade – IEPQ e o Ministério do Turismo/2006); iv) Vencedora da Etapa Sul do Prêmio Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) 2014, Categoria Tecnologia Social.

O município de Santa Rosa de Lima, fundado em 1962, está situado nas encostas da Serra Geral, tem cerca de 2.002 habitantes, numa área de 203,218 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Boa parte de sua história<sup>7</sup> está ligada aos colonizadores alemães e imigrantes italianos que, no início do século XX, foram trazidos à Santa Catarina, para proteger os carregamentos de 'charque' (carne de sol) vindos do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo. A presença de algumas tribos indígenas na chamada 'rota do charque' dificultava o avanço das caravanas e impedia que a carne de sol chegasse ao seu destino. Visando a solucionar o impasse, governantes da época

<sup>7</sup> Informações retiradas do site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/santa-rosa-de-lima/historico>

doaram terras aos imigrantes, gerando sérios conflitos entre índios e colonos, que acabaram por dizimar todos os índios da região. Os primeiros moradores foram os açorianos e alemães, por isso boa parte da população tem descendência alemã. O nome da cidade surgiu, a partir da doação da imagem de Santa Rosa pelas famílias que construíram a primeira capela, em 1919, sendo escolhida também, como padroeira da cidade. Por existir a cidade de Santa Rosa no Estado do Rio Grande do Sul, acrescentaram 'de Lima', cidade natal da Santa.

Figura 8 - Distribuição espacial das experiências no Estado de Santa Catarina



Fonte: A autora (2023) com base em dados do IBGE

A cidade que era desconhecida até começo dos anos 2000 começou a ganhar visibilidade devido às atividades de agroecologia desenvolvidas pela Agreco e, em seguida, pela Acolhida na Colônia, experiência de TBC, que foi objeto de estudo dessa terceira e última etapa. A seguir, são detalhadas as fases do ciclo de vida da iniciativa e as respectivas categorias para análise.

### 7.1 Fases do ciclo de vida na Acolhida na Colônia

As entrevistas com os atores sociais da Acolhida na Colônia e a análise de documentos fornecidos foi uma etapa rica, de novas informações, que confirmou o caráter exploratório esperado para esta etapa. Ademais, a diversidade de atores investigados, desde os membros sócios fundadores, representantes do poder público e privado e ex-membros, adicionou a essa etapa um caráter de maior validade acerca dos dados coletados, comentado no Capítulo 4.

Para fazer a explanação das fases do ciclo de vida, optou-se por delimitar conforme a sequência dos acontecimentos. Portanto, as seguintes fases foram ratificadas: i) exploração; ii) envolvimento/desenvolvimento; iii) consolidação; iv) estagnação; e, v) rejuvenescimento ou declínio.

A primeira fase, denominada **exploração**, mostrou que, assim como em outras iniciativas, a chegada do turismo causou estranheza, inicialmente pela falta de autoestima dos próprios agricultores que ofereciam o serviço turístico e, em segundo lugar, da comunidade do entorno, pelas práticas de queimadas e corte da madeira nativa, uma vez que, desenvolvendo tais práticas, ficaram com receio das denúncias dos visitantes prejudicar suas atividades comerciais. Assim, foi necessário um trabalho de sensibilização da comunidade.

Mais eu me lembro que fui chamado numa reunião aqui num antigo sindicato, foi mandado convite pra muita gente... eu fui assim bem de curioso e acabei achando interessante, e fui participando quando tinha uma chamada, uma reunião sobre turismo, eu sempre tentava participar, né? Ah, teve muita gente que, ah, isso não é pra mim, que não vai o turismo, não com o turista, quem vai vir pra cá? Aqui só tem mato (Entrevistado 1).

[...] a queima de carvão era renda mesmo [...] era pra questão econômica mesmo, né? reclamava que aquilo era difícil, mas tinha que fazer e aí muitos turistas vinham pra cá e denunciavam essas pessoas também, na boa intenção de “olha vamos ajudar a preservar, porque isso aqui é a questão turística, tudo mais que tá envolvido”, só que acabava com a fonte de renda das pessoas, que era a única fonte de renda que as pessoas tinham[...] Então quando começou a vim esses turistas pra cá, pelo pelo...chamativo da produção orgânica, pela Acolhida na Colônia, eles começaram a denunciar. E aí já teve o Ibama, já teve tudo mais e esse diálogo com a comunidade não teve, né? não teve e aí a população olhou com um olhar de eles querem agora ganhar dinheiro e não querem deixar a gente ganhar o nosso pra sobreviver, e meio que dizendo assim: “ah, eles vêm aqui pra fazer turismo, eles têm dinheiro e querem acabar com o nosso”, teve uma rejeição muito grande, até hoje ainda tem gente que olha com relação a isso, né? (Entrevistado 10).

Apesar da estranheza, muitos acreditaram no potencial que eles possuíam, pois o turismo já era um caminho sem volta, devido à prática da produção orgânica que era pioneira no Brasil. Pessoas do Brasil inteiro queriam conhecer aquele novo modo de produção para replicar em seus Estados, mas para isso, precisavam ficar alguns dias em uma cidade pequena e sem infraestrutura básica e turística. Um dos entrevistados reforça que, de vinte agricultores que foram convidados a participar das discussões, apenas cinco acreditaram na proposta e continuaram com o projeto.

Como eu te falei, a gente começou com...com mais famílias a fazer esse diagnóstico participativo e apenas cinco quiseram continuar. Porque como a gente vive em uma região muito isolada, então tu não tem conhecimento de cidades grandes...e... o conhecer a cidade grande era através da televisão, e na televisão não existe pessoa legal na cidade grande. Então, muitas pessoas ficaram com medo de trabalhar com o turismo, porque iam tá recebendo bandidos de cidades para cá. Então...mas é... para mim foi fantástico, eu sempre aceitei muito bem essa questão assim, e eu sempre

gostei de aprender muito, então essa troca com o turista para mim foi um grande aprendizado de vida (Entrevistado 7).

Como estavam chegando grupos de visitantes interessados em conhecer a produção orgânica, e os agricultores já tinham decidido em acolher as pessoas em suas residências, foi necessário uma formação para conduzir o turismo. A partir disso, foram surgindo demandas de formações ao longo do anos. Um dos entrevistados relatou que participou dessa primeira formação:

[...] Aí, em seguida, surgiu um curso de condutores pra ser guia, condutor dos grupos, das excursões, né? e daí eu me interessei, fiz esse curso, a Thaíse que deu o curso assim, falando é um curso assim que não tem certificado, nada formalizado, mas ela, ela capacitava...alguns jovens do município falando assim como que se deve atender, é o que a gente tem que falar quando vem um grupo, o que é importante, né? Então foram alguns dias de curso... (Entrevistado 5).

Uma característica da Acolhida levantada nessa fase é o movimento *top down*, que consiste em um modelo de indução da atividade turística promovida por agentes externos à comunidade (ZAPATA *et al.*, 2011).

[...] a Thaise, ela foi pra França e ela conheceu a *Accueil Paysan*. A *Accueil Paysan* tinha essa proposta de turismo na agricultura familiar. Então, ela trouxe essa ideia, que se encaixou muito bem com o contexto que o pessoal tava vivendo, porque já tinha Agreco, já tinha gente vindo pra conhecer Agreco e não tinha estrutura nenhuma de hospedagem. Tinha um hotelzinho da cidade [...] Logo depois já vem, já vem a Acolhida. Porque, na realidade, aqui começou com a questão do orgânico, que foi Agreco e como teve muitos professores assim, uma galera muito boa envolvida, assim, né. O Feijão, Wilson Schimdt, uma galera que pensava o desenvolvimento rural e aí, é... o projeto era o tripé, né. A... a agroecologia, agroindústrias pra processar esses produtos agroecológicos e agroturismo (Entrevistado 2).

Nesse contexto, uma das principais dificuldades nessa fase foi a infraestrutura precária, comum nos lugares que hoje promovem o TBC (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Conforme ressaltado na etapa anterior, há um tratamento domiciliar inicialmente, pois as pessoas recebem os visitantes em suas casas. Além disso, as estradas eram precárias e a comunicação foi um dos grandes desafios em uma época que a internet era algo pouco acessível. Tais dificuldades foram as mais comentadas em todas as entrevistas realizadas, o que reforça a preocupação de muitos agricultores não acreditarem no turismo para a região. Os achados corroboram a afirmação de Asker *et al.* (2010), para se pensar na infraestrutura antes da implantação.

No começo, eu acredito que... estrutura, estrutura talvez, porque interior na época não tinha telefone, não tinha internet, não tinha a energia era muito ruim. Então, é... quando vinha um grupo, um grupo pro município que ia ficar, que ia passar na propriedade ou ia ficar hospedado, é... pro agricultor ficar sabendo desse grupo, ele era informado pelo motorista do transporte escolar, é... ia lá a secretária, escrevia um bilhetinho e entregava pro motorista do transporte escolar, o motorista chegava e entregava pros agricultores. Então, acredito eu que essa seria uma das grandes dificuldades, o... a falta de capital de giro, né? o agricultor não tinha recurso pra fazer

grandes melhorias, então... era “ah, não tenho dinheiro nem pra comprar um lençol, pra comprar uma roupa de cama boa. Como é que vamo fazer?!” Ele pegava o do vizinho emprestado e tudo mais (Entrevistado 11).

A formação desse grupo com cinco agricultores se constitui o capital social de ligação, que contribuiu para o fortalecimento da organização comunitária e da governança, pois os participantes, de forma geral, eram mais ativos, organizavam-se e se ajudavam mutuamente, especialmente para tomada de decisões coletivas, corroborando os achados de Gittel e Vidal (1998). O trecho a seguir revela alguns desses aspectos.

[...] união, no começo assim, a gente, a gente era mais unido ainda no começo, né? Então no começo a união foi essencial. Porque a gente tinha um problema aqui, problema básico assim, do dia a dia, de receber um hóspede e tal. E de dúvidas assim a gente sempre expunha no grupo grande ou expunha pra outro agricultor. Aconteceu essa situação aqui, “ah vocês estão cobrando tanto”, a questão do preço também, sempre uniu muito o povo. “Ah, vamos cobrar o máximo”, agora tem o máximo e o mínimo. Quando a gente começou era assim, todo mundo cobrando o mesmo preço (Entrevistado 8).

Por outro lado, o capital social de ponte surge com muita força para alavancar recursos que sozinha a comunidade não conseguiria, especialmente amigos próximos dos agricultores, a exemplo do professor Wilson, muito citado nas entrevistas e da própria Thaíse, uma das pioneiras nesse processo. *Accueil Paysan* também é uma entidade que contribui bastante nessa fase, junto com Agreco, Cepagro e a Crédito Colônia, que posteriormente se constituiu na Cresol.

Quanto ao capital social de conexão, aparece de forma mais tímida, por exemplo, no apoio pontual da prefeitura com o transporte de visitantes para as propriedades, já que as estradas de acesso às propriedades eram precárias. O governo federal também fez um convênio, por meio do Ministério do Turismo, que foi de 2001 a 2002, projeto denominado de Consolidação do Circuito de Agroturismo das Encostas da Serra Geral (GUZZATTI, 2010). Pode-se destacar que esses tipos de capital social têm sua importância modificada ao longo do tempo, como será visto aqui, e raramente há um equilíbrio estável (SCHULLER, 2007).

Denominada de **envolvimento/desenvolvimento**, a segunda fase do ciclo de vida é demarcada pelo aumento da oferta turística (BUTLER, 1980). Percebe-se que os agricultores, gostando das atividades turísticas, começam a construir quartos para hospedar mais visitantes. Nesse momento, eles estão muito mais envolvidos, com inúmeras formações acontecendo.

[...] e nós na época não tinha pra hospedar, então de 2002 até 2005 a gente ficou só com refeição mesmo, só com café, daí 2005 transformamos a estufa de fumo em pousada, que daí deu 5 suítes e 2 quartos [...] A gente conseguiu na época um PRONAF também. Pra fazer, aí ela era sarapicada só assim no tijolo, aí foi feito todas as divisórias e rebocado ela toda também, por fora toda rebocada como ela não era rebocada, né? ela ficou pronta em abril de 2005, a pousada e a cozinha também. [...] e a gente assim já tinha percebido que o pessoal gostava de vir pra um lugar que era

simples, de madeira tudo e daí a gente se interessou em reformar a estufa pra fazer uma nova pousada (Entrevistado 4).

O acesso ao mercado é apontado como um desafio constante em todas as fases. Nessa fase, percebe-se que, mesmo com a chegada dos grupos de visitantes, pois muitos ficavam só um dia e voltavam com a oferta aumentando, era preciso atrair mais visitantes. Ademais, a principal forma de divulgação era o boca a boca.

[...] Então acho que no início, no início, é... trazer o turista da praia pro interior era algo, é 20 e poucos anos atrás. Não era uma prática das pessoas e quando elas pensavam em turismo rural, elas pensavam em hotel-fazenda, não uma propriedade rural de um agricultor. Então acho que esse foi o grande desafio no início, né? Um dos desafios, né (Entrevistado 2).

[...] não tinha site, não tinha nada. Era mais o pessoal que vinha e conhecia e daí falava pra outros assim, né? Até hoje, além de ter a divulgação, além de ter site, tudo, mas tem gente que fica sabendo de amigos que vem [...] a universidade, a UFSC foi uma, porque tinha professores nativos, que nasceram aqui que davam aula na UFSC e conheciam, até hoje a maioria que vem pra pousada é de Florianópolis, por causa da divulgação da UFSC na época. Porque lá na UFSC, o que tem de gente lá, os estudantes e professores, isso vai muito, então até hoje a gente tem pouco movimento assim que vem aqui de Tubarão, Criciúma, pra cá, né? (Entrevistado 4).

Outra característica que demarca essa fase é o processo de expansão da associação para outros municípios, e na recepção de visitantes que buscam vivenciar experiências de turismo que proporcionem a conexão com o campo. Alguns prêmios recebidos na época e a divulgação na mídia, resultaram em uma demanda (Ministério do Turismo e Santur) para apoiar projetos semelhantes em outros lugares.

Essa fase também é marcada pelo aumento do capital social de conexão, como pode ser visto anteriormente, já que o governo estadual apoia a expansão. Segundo Guzzati (2010), dois projetos são importantes: i) Ampliação e Consolidação da Rede Acolhida na Colônia em Santa Catarina (2006-2010) e ii) projeto de implantação de polos de agroturismo em Santa Catarina (2006), ambos com a Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte. Dos 38 municípios que iniciaram o processo, apenas 18 completaram essa ação e passaram a integrar a Acolhida. Assim, como destacado anteriormente pelo Entrevistado 2, foram criadas associações regionais, sendo elas: Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Rota das Nascentes, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Vale dos Imigrantes, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Serra Catarinense, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia das Tradições” (GUZZATTI, 2010, p. 129).

Nessa mesma época, destaca-se um projeto de recuperação da Igreja Santa Catarina, em Santa Rosa de Lima, que é um dos pontos turísticos da cidade. O projeto foi elaborado pela Acolhida e demandou que os agricultores estivessem à frente para que a execução ocorresse,

como pontuou um dos entrevistados, especialmente porque era preciso ser transparente com o uso dos recursos, caso contrário, não recebiam a totalidade prevista.

Acolhida mesmo executou, prestou contas, nós... temos esse projeto de restauração da igreja Santa Catarina, ali tudo você vai... deve conhecer. Demandou muito, muito, muito também dos associados. Eu tava... na época, quando foi terminado, deu tanto desgaste. A Dida que tava na frente quando começou a obra que teve com o marido dela, teve todo um, um encaminhamento pra isso acontecer e conseguir o recurso, só que isso foi em etapas também, tinha que... vinha uma parte em dinheiro, tinha que gastar, prestar conta, pra depois liberar mais um tanto e foi muito demorado, deu um estresse enorme (Entrevistado 1).

Outra parceria de destaque é com a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que foi comentado em algumas entrevistas, embora o apoio dessa seja mais forte em outros municípios, como destaca um dos entrevistados. Um dos documentos também apresenta um acordo de cooperação com a entidade.

[...] antes tinha a Epagri, sempre no nosso município, não podemos falar muito quem ajudou, no município até hoje a Epagri ainda dá uma mão com divulgação, ajuda os agricultores... A Acolhida aqui no Santa Rosa sempre anda meio sozinha (Entrevistado 14).

[...] acordo de cooperação técnica entre Epagri e Acolhida, no ano de 2007, a colaboração se dá mais no âmbito dos municípios, notadamente quando parte da equipe se identifica com as ações da Acolhida e passa a atuar em prol do seu desenvolvimento (chama-se os técnicos de multiplicadores) (LA).

O capital social de ponte também é destacado nessa fase, especialmente a partir do grupo chamado ‘Amigos da Acolhida’, formado por um grupo de pessoas, como Wilson Schmidt (outro Wilson, conhecido como Feijão) e sua esposa Vanice, que contribuíram em alguns momentos da Acolhida, assim como outras pessoas e até mesmo visitantes que se tornaram próximos dos agricultores.

Destaca-se, ainda, nessa fase, um direcionamento do movimento *top down* para uma perspectiva *bottom up*, como forma de promover o protagonismo comunitário por meio da participação. A Acolhida, nesse momento, é marcada pela presença cada vez mais forte do capital social de ligação, em que os agricultores se unem para vencer as dificuldades que ainda persistem, como o acesso às estradas, a comunicação, as ameaças etc.

Paralelamente ao desenvolvimento da Acolhida surgem as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que ameaçam a preservação do meio ambiente e destroem pontos turísticos, conforme ressaltaram alguns entrevistados. Contudo, apesar das tentativas para barrar a implantação dessas PCHs, não lograram êxito.

Aqui pra gente, a gente recebe todo ano, um grupo que vinha fazer *rafting*, no município. No município tinha uma empresa de *rafting*. Então vinha uma empresa de fora fazer *rafting* aqui, e tinha uma empresa de *rafting*. Então aqui na nossa pousada, principalmente, a gente recebia. Todo ano tinha o festival aqui no município. E além do festival a gente recebia grupos pra fazer, pra fazer atividade. O rio, a gente tinha

uma beleza ali naquela ponte que vocês passaram vindo [...] É, ali tem uma hidrelétrica, mas é, era uma praia, a coisa mais linda, assim tinha acesso pessoal e ia pra passar o domingo. Pessoal morador daqui também e os hóspedes, né? [...] era linda, tinha uma prainha igual mar, igual uma praia de rio e a gente perdeu. E daí a gente perdeu aquilo ali. E daí teve uma da outra, que é próxima à cidadezinha, que também era a prainha, assim da minha infância, que eu tenho foto de criança tomando banho lá e também a gente perdeu, foi alagada, então todos os pontos assim que eram estratégicos, pra turismo e lazer, não só turismo, mas principalmente de lazer da comunidade, a gente foi perdendo (Entrevistado 8).

A fase de **consolidação** é marcada pela expansão, tanto da oferta turística, das hospedagens, como da Rede Acolhida para outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, que acabou gerando a discussão para a proposição de uma Federação.

Aí veio Quiriri, depois veio mais uma associação que é um município só, mas não quis se juntar com Santa... com a... as Encostas, porque achou longe. E aí criou uma associação própria, né? Aí tem São Paulo, que é outra associação. Então, foram se criando esses... [...] A gente chamou um grupo, se reuniu, discutiu e depois levou as decisões pros demais. Ah, vamo fazer.. tem que discutir agora atividades de lazer. Vamo chamar a galera que tá mais envolvida e vamo fazer a discussão, porque não tem como reunir todo mundo o tempo todo (Entrevistado 2).

Porque foi a partir do trabalho no Rio que a gente pensou: “a gente tem que ter uma Federação Catarinense e uma Confederação Nacional”, só que daí pra Federação Catarinense precisa ter, pelo menos, sei lá, agora também não lembro, acho que três associações no estado e a gente tinha, a gente consegue fazer uma Federação Catarinense no estado, uma Confederação Nacional a gente não consegue porque a gente precisa ter, pelo menos, três estados e a gente só tem um e o Rio seria o segundo. [...] Então, a... formamos a Federação e a do Rio ela seria uma filha... uma associação, digamos que filiada ou ela teria uma cooperação técnica com Santa Catarina, ela não poderia ser filiada aqui (Entrevistado 5).

A proposição da Federação também tem como ponto de partida um conflito interno em que as regionais disputavam recurso com a regional das Encostas, que foi a pioneira no processo. Um dos entrevistados relatou a situação:

[...] aí a gente tava, tava um bom tempo só nas nas regionais e aí ficava muito é aberta as questões, não tinha alguém que: “oh, é a federação que é o centro” e aí a gente pensou ficou um ano, primeiro a gente criou um fórum de discussão e depois nesse fórum a gente achou que tinha que ter uma federação pra responder pelas regionais, porque havia muita demanda e vinha tudo pra regional Encostas, né? e aí também tinha problema porque a regional Encostas acabava tendo todo o... recurso ou trabalho e ficava o recurso aqui a gente não conseguiria. Por exemplo, vinha um recurso para as Encostas, a regional Encostas você não conseguia atender a Serra, porque o recurso era para regional Encostas, então nessa discussão do fórum a gente foi conversando, preciso de uma federação para recurso vim para a federação que abrange todas as regionais, né? E aí essa discussão caminhou e a gente acabou criando a federação (Entrevistado 10).

Quanto à expansão das hospedagens, esta fase está diretamente relacionada com uma parceria institucional, entre 2010 e 2016, com a Epagri, ou seja, capital social de conexão. A entidade incluiu a Acolhida nas ações do Programa SC Rural. Alguns entrevistados relataram como ocorreu e que melhorias puderam realizar.

[...] É... e daí, é um, é um recurso na verdade do banco mundial, mas que vem através da Epagri.... pra financiar atividades no meio rural, então, e a Acolhida na Colônia conseguiu um recurso, mas na verdade não da Acolhida na Colônia, mas para os agricultores. Então o agricultor acessava meio que não era um financiamento, era um fundo perdido. Um recurso a fundo perdido, ele dava uma contrapartida do recurso. No nosso caso aqui, a gente construiu um refeitório [...] a gente recebia 50% de fundo perdido e 50% a gente investia. Então isso era um projeto pela, através da Epagri, com a Acolhida na Colônia. [...] tinha que melhorar as estradas, então teve uma parte do recurso também que foi para o calçamento (Entrevistado 8).

[...] e aí em 2010 foi construído o chalezinho amarelo, em 2012, foi feito o restaurante aqui, o refeitório com recursos do SC rural, veio um projeto pra Santa Rosa que a gente acessou onde, se não me engano, 50% era a fundo perdido e outros 50% era de compra contrapartida nossa (Entrevistado 11).

A expansão da oferta turística ocorreu em um momento quando a iniciativa recebeu grande destaque, principalmente devido aos prêmios conquistados. Por exemplo, em 2008, a Acolhida foi premiada com o Prêmio Generosidade, concedido pela Editora Globo e financiado pelas empresas O Boticário, Bradesco e General Motors. Esse prêmio deu origem ao Fundo Generosidade, que tinha como objetivo solucionar o problema da falta de acesso a crédito e dificuldades enfrentadas pelos agricultores para realizar investimentos, ao conceder pequenos empréstimos. Contudo, esse ‘empréstimo’ teve que ser interrompido devido a questionamentos legais (LA). Além disso, a divulgação do projeto nas mídias aconteceu de forma muito espontânea e gratuita, especialmente na televisão e nos jornais. O Entrevistado 2 relata como isso contribuiu para aumentar a visibilidade e, conseqüentemente, atrair um maior número de visitantes.

Mas a gente teve também uma... como foi um projeto muito inovador, teve muito uma mídia espontânea, assim, né reportagens, matérias, que foi dando visibilidade, né. Aí, teve momentos que a gente fez campanha. A gente fez uma campanha muito legal, uma vez. Acho que foi até com o apoio do Ministério do Turismo, se eu não me engano. Nós construímos umas... é... tipo umas estruturas de bambu, e a gente montava dentro dos supermercados. [...] Um livro de receita lindo, que a gente fez, porque a gente percebeu que folder, as pessoas jogam fora, mas livro de receitas, as pessoas guardam. E aí, a gente fez um livro, tem até no site, tem dois livros de receitas lá, que você pode baixar (Entrevistado 2).

Nesse contexto, percebe-se como o capital social de conexão foi fundamental para a Acolhida. Além de acessar recursos financeiros, técnicos eram contratados e ajudavam na mobilização e organização das atividades, diminuindo as atribuições dos associados, que já tinham que trabalhar com a produção orgânica e ainda as atividades turísticas. Um dos entrevistados atribui esse período a “anos de ouro”.

Nos anos de ouro da Acolhida, onde tinha muito projeto, é... projetos do governo federal, projetos do governo estadual é... e Acolhida realmente tava na mídia, por conta desses projetos. É... eu não vejo como um... que tenha sido uma época ruim de divulgação, porque apareceu na Globo, teve várias reportagens que chamaram bastante atenção pra Acolhida. Mas assim, a mídia é uma coisa que é lembrado quem é visto, né? Então, então tu precisava tá direto ali. As mídias elas vão se mudando,

então o foco vai mudando. Então, na época, naquela época, era muito mídias de televisão, jornais (Entrevistado 11).

Nessa fase, pode-se concluir, conforme os entrevistados, que a participação e o envolvimento dos associados era maior, pois como tinham muitos projetos, eles precisavam se organizar para executar, conforme ressalta o Entrevistado 10 “[...] a gente tinha muito projeto na Acolhida. Então precisava participar, tinha o envolvimento”. Outro fator que aumentava a participação e, conseqüentemente, o protagonismo da iniciativa, era os cursos de formações, pois ele permitia que o grupo se reunisse, fortalecendo o sentimento de pertencimento e os laços de ligação.

[...] elas são muito importantes, até deveria de ter mais assim. Até... às vezes a gente até comenta quando a gente se encontra, que nem precisaria ser com o pessoal que vinha de fora pra organizar, pra se encontrar, poderia ser entres os associados da Acolhida do município, quem tem hoje pousada, né? pra os agricultores ainda tinha que se encontrar mais vezes durante o ano, assim, porque eles acabam passando por muita coisa pra fazer, muita coisa pra fazer, daí acaba não tendo tempo, não tendo tempo, mas é... a gente acha que isso é muito importante sim, pra se encontrar mais, as propriedades, as pousadas tá se encontrando, trocando ideais e vendo o que cada um tá fazendo (Entrevistado 4).

[...] porque quem está entrando, principalmente assim, tem que ter um pouco desse histórico da associação, né? De como nasceu, como surgiu? E pra também pra, pra ter esse pertencimento assim, né? É diferente que acontece das pessoas entrarem, a gente comentou na reunião, fala que a associação é, é outra organização, e não faz parte. Não se sente parte, né? Parece assim que a associação é lá o escritório. É uma pessoa que trabalha e que vai trazer turistas para ti, mas não é isso, né? Então eu acho assim, que as formações têm esse papel assim, de unir o povo e. E se reunir melhor (Entrevistado 8).

Ao mesmo tempo que o capital social de ligação estava fortalecido com as atividades acontecendo, há um instante em que também este capital social começa a perder força, especialmente por que muitos associados se desvinculam da associação, por motivos pessoais ou por serem seduzidos pelo turismo de massa.

A identificação da fase de **Estagnação** esteve associada ao período pandêmico, pois todas as propriedades pararam de receber visitantes e passaram a se dedicar à agricultura familiar e outras atividades que geravam renda, diminuindo a participação nas atividades da Acolhida.

Se não tiver participação, não tem Acolhida, né? Então, eu acho que as fragilidades, elas acontecem quando as pessoas deixam de participar, porque a participação tem a questão do pertencimento, né? Se você não participa, você não se sente pertencente. As decisões, né? A reflexão e... isso muda tudo. Assim, eu vejo que hoje o grande desafio que a gente tá tendo e aí eu ponho sim, muita responsabilidade, não total, mas muito na pandemia, porque reunião *on-line* não é a mesma coisa.[...] A gente passou dois anos fazendo reunião *on-line*. E as pessoas se desmotivaram muito, porque elas querem contato, elas querem esse café depois, elas querem sentar na mesa, conversar, elas querem saber como é que tá na propriedade do outro. Trocar experiência, né? Isso é... isso é fundamental. Fundamental (Entrevistado 2).

[...] ontem (Assembléia) a gente vê os gargalos que têm, foi porque esse período aí de 2 anos de pandemia fez com que cada um se isolasse, né? Não teve mais as reuniões presenciais, não teve mais os encontros, não teve mais a Acolhida portas abertas, não teve mais o encontro de troca de experiências (Entrevistado 3).

Conforme os entrevistados relataram, a fase de estagnação da Acolhida inicia-se antes da pandemia, ocasionada por outros problemas. Por exemplo, um desses problemas é a dificuldade de acesso a recursos financeiros (capital social de ponte e conexão com menor presença), pois interfere diretamente nas formações e na mobilização enquanto grupo, porque parte dos recursos era utilizado para contratar técnicos que contribuía para a organização. Um dos documentos atribui isso à aprovação do marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Do ponto de vista do Governo Federal, por outro lado, desde 2014, com a aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que institui um novo regime jurídico para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSC), não houve mais possibilidades de diálogo e de parcerias (LA).

[...] a parte técnica é muito importante pra gente ter uma pessoa puxando assim. Por conta do trabalho, né? [...] Mesmo sem recurso, a gente consegue fazer muita coisa, só com o recurso humano. Então esses últimos anos a gente passou meio nesse limbo, e daí a pandemia chegou, e daí foi tudo esfriando, né? Então é bom quando tem algum projeto, algum recurso pra pagar um técnico, pagar uma pessoa que possa fazer essa mobilização dos associados, e vamos lá (Entrevistado 8).

Antes a gente tinha bastante projeto. Ali até 2014, 13, 14. A partir dali a gente perdeu, conseguiu vagamente um projeto. E não tem esse envolvimento também, né? [...] era muito Unido até ali em 2017, 2018, a gente tinha um grupo muito bom, né? A gente tinha um grupo que fazia uma reunião, fazia uma assembleia, todo mundo ia, todo mundo se envolvia (Entrevistado 10).

Outra questão presente nessa fase diz respeito à expansão da Acolhida, a qual alguns entrevistados relacionaram com a mudança de perfil dos associados e a falta de comprometimento. Tal situação pôde ser observada durante a Assembleia, na qual alguns sócios, principalmente os novos membros, estavam há meses sem efetuar o pagamento da contribuição.

A Acolhida foi se expandindo, foi se expandindo, se expandindo, e começou a ter muito perfil diferente. E até um tempo atrás a gente não tinha essa dificuldade de... agora, já digo antes da pandemia, desde 2000 e... talvez 2018, por aí, ou até talvez um pouco antes. Mas a gente tem percebido essa dificuldade. Mas esse... esse perfil aqui, eu tô aqui mas isso aqui não é... a gente sente. Não é a Acolhida na Colônia. Não se encaixa, não tem perfil [...] Então tem muitos que faltam esse entendimento, e com isso falta de comprometimento também (Entrevistado 5).

Com a entrada de novos sócios, eu percebo que os novos não têm tanto comprometimento igual a gente tinha, sabe? E isso acaba desmotivando os sócios antigos, os fundadores. É que nem você viu o caso lá que a gente tá com o escritório da contabilidade zerado e um monte de gente devendo. É ...eu sempre pago em dia mas no fim te desmotiva também, por que eu tenho que pagar e ninguém mais paga? [...] é isso que eu falo, os novos sócios têm falta de comprometimento com a associação. Os antigos sócios tão cansados. Entendeu? É isso (Entrevistado 7).

Todos esses problemas são agravados pela reduzida presença do capital social de ligação. Observa-se uma diminuição da coesão do grupo, primeiramente devido à falta de comprometimento e, posteriormente, com a ocorrência da pandemia, os associados ficaram isolados.

E aí começou é... ficar meio distante as pessoas, no meu ponto de vista, eu não preciso mais da Acolhida, porque agora eu já tenho os meus clientes e eu já consigo financeiramente me virar, né? [...] porque a gente se reunia frequentemente, então a gente tinha aquele compromisso, né? “Ah, vai ter um projeto vai ter um projeto”, mas eu só posso participar desse projeto eu tô na Acolhida e aí já ficava imaginando quando o técnico chegar vou pedir ajuda para isso, pedir ajuda pra aquele outro. Então tu tu criava um vínculo com todo mundo, né? [...] (Entrevistado 10).

Como que eu vou dizer... O que a gente... A gente acha assim, parece que com essa pandemia todo mundo mais se afastou, não é mais... não se junta mais tanto para fazer reunião, pra conversar, para trocar ideia, para trocar experiência, coisa assim (Entrevistado 6).

Depois tá, muita coisa mudou também, né? por conta dessa pandemia, ficou cada um tocando o seu negócio. Isso torna assim, individualista, antes era mais associativismo. Se tornaram mais individualistas (Entrevistado 7).

Quanto à fase de **rejuvenescimento e/ou declínio**, não foi possível constatar em nenhum momento um provável declínio. Ao contrário, observa-se, atualmente uma fase de rejuvenescimento que inicia ainda na pandemia (meados de 2020). Um dos pontos levantados para esse momento é a constituição da Federação, que após algum tempo, começaram a fazer uma autocrítica sobre o processo e como querem seguir daqui para frente. Durante a realização da Assembleia, a discussão sobre o assunto foi uma das pautas, em que alguns destacaram o excesso de gastos com a Federação, que pode ser diminuído, ao extingui-la (alguns propuseram), ou seja, tentar ‘desburocratizar um pouco’. Um representante da Cresol que estava presente mencionou que podia oferecer assistência jurídica, além disso, notou-se que alguns, especialmente os mais novos, mantiveram-se em silêncio sobre a discussão.

[...] então a federação vive dos repasses das regionais. Só que como as regionais tão mal, como tu viu ali, das encostas que tá zerado, tão passando o chapéu para pagar a contabilidade do próximo mês, que o pessoal não contribui. É... a federação vai mal também, porque as regionais não estão repassando como deveriam repassar. Então a gente está assim, no limite. Trabalhando no limite, para pagar as contas. [...] Mas que a gente vai ter que agora sentar de novo e discutir essa estrutura que foi criada, porque essa estrutura tem um custo muito grande. E, que é desnecessária, às vezes tu pagar, sei lá[...] É então, se tu pensar é 8 contabilidades por mês que é pago. É um dinheiro muito grande que vai ser repassado aos agricultores. E que é desnecessário, porque poderia se formar grupos informais, a gente não precisa tá, formalizado, né? [...] (Entrevistado 8).

Cada regional tem mais autonomia, mas hoje, a gente já ver é... uma necessidade urgente de discutir isso de novo, porque é... por conta desse esquema de regionais, federação, cada regional paga um...[...]. Paga contabilidade, coisa assim. Federação paga contabilidade. Então, é um custo muito alto para manter uma, uma coisa. [...] fazer

um debate, tentar fazer o que tava sendo comentado ali na reunião da... d regional e vários núcleos, talvez [...] Talvez é diminuiria os custos e seria mais interessante, vamos dizer assim, mas isso é tudo um processo que é bastante discutido e feito muita reunião, feitos muitos debates antes de se decidir alguma coisa, né? (Entrevistado 11).

Durante a Assembleia surgiram algumas ideias de como viabilizar essa retomada da Acolhida, especialmente porque o acesso ao mercado é um dos principais desafios no momento, junto com o fortalecimento da organização comunitária. Entre as ideias que surgiram: i) confecção de material audiovisual para dar visibilidade para associação (bonés, por exemplo), utilizando o recurso de um prêmio que estava em caixa; ii) fazer rodízios para conhecer as propriedades dos associados, pois há um tempo existia um intercâmbio entre as experiências que foi positivo para quem participou; iii) realizar oficinas, sendo os agricultores os instrutores, a partir do conhecimento de cada um; iv) contratar uma secretaria para organizar o escritório da Acolhida, além de atualizar o *Instagram* e o site que estava desatualizado. Percebeu-se o engajamento dos participantes com as ideias expostas, especialmente dos novos associados, dispostos a se manter firme, como demonstra um dos entrevistados, ao ser questionado sobre esse momento atual:

Ah, e eu sempre digo, que enquanto nós trabalhar com orgânico que eu quero continuar sempre pra frente, que assim sempre digo para os filhos que eu quero ficar velhinha de bengala fazendo isso, enquanto nós estamos orgânica, se existir Acolhida, nós vamos participar para frente, porque uma coisa puxa outra, né? (Entrevistado 6).

De forma geral, identificou-se que essa fase requer uma reflexão dos associados quanto ao caminho a seguir, nesse caso é preciso haver reuniões para discussão, algo que os entrevistados reconheceram nas entrevistas. Nesse âmbito, seria necessário voltar ao campo para entender quais outras características podem delimitar essa fase.

Apesar de apresentar as fases em uma sequência lógica, mais uma vez reforça-se aqui que o TBC não deve ser visto como um padrão evolutivo linear, mas guiado pelo objetivo e pelos problemas específicos que ele aborda (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2016). Assim, para melhor compreender os determinantes do ciclo de vida dessas iniciativas, serão detalhadas, a seguir, as categorias.

## 7.2 Determinantes do ciclo de vida de uma iniciativa de TBC - 3ª etapa

Para levantar as categorias desta etapa, foi considerado, inicialmente, as já levantadas na etapa anterior. Contudo, ao gerar os códigos descritivos no software Atlas ti.8, foi possível perceber como alguns aspectos precisaram ser adicionados, além de outros que não estavam bem claros, que foram excluídos ou mesmo reescritos, para contemplar as novas reflexões acerca do fenômeno em estudo.

Dessa forma, após o levantamento de códigos para os determinantes do ciclo de vida das iniciativas do TBC, o material foi agrupado em: i) Acesso ao mercado; ii) Conflitos; iii) Formações; iv) Governança; v) Infraestrutura; vi) Organização comunitária; vii) Capital social de ligação; viii) Capital social de ponte; e ix) Capital social de conexão. Tal agrupamento permitiu visualizar a maioria dos dados que suportam o que já havia sido levantado na segunda etapa.

### 7.2.1 Acesso ao mercado

A preocupação com os desafios do acesso ao mercado para o TBC não é um fenômeno recente. Os debates em torno do tema têm sido vistos em alguns encontros nacionais, como por exemplo, no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza (CE), em maio de 2008, no I Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária, realizado em Nova Olinda (CE), em agosto de 2009, e no I Encontro Nacional da Rede Turisol, realizado em Uruçuca (BA), em junho de 2010. Em síntese, as discussões apontavam que além de não ser fácil trazer visitantes para conhecerem as experiências, ainda é preciso lidar com a frustração em meio às comunidades locais que investem para receber e os visitantes não chegam (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012), como mostra o relato de um dos entrevistados: “Hoje... dificuldade é que não vem gente (risos). Não vem gente porque a gente... tem todo um investimento ali...e não vem gente mais, e precisamos do dinheiro ...” (Entrevistado 13).

Percebe-se, pelas entrevistas, que a divulgação na fase de exploração dificultava o desenvolvimento da iniciativa:

E daí também uma dificuldade é que a gente é um grupo sozinho... não tinha alguém divulgando quase tudo no site, mais era boca a boca, então... não era um fluxo direto, não movimentava, não tivemos como crescer assim como se fortalecer financeiramente. Então é uma coisa que... é aos poucos, é remando e... até que um tanto descobre que existe, vem, frequenta, e dá um movimento, dá um giro (Entrevistado 1).

[...] Tá vindo um grupo! Vinha para o escritório, tinha um escritório da Acolhida no centro e aí tentava avisar o pessoal quando vinha alguém para a praça...era desse jeito. Avisar, tal dia vem um grupo, vem um turista...pessoal também que vinha mesmo para visitar assim... ligava pro escritório, tentava agendar e daí o escritório tentava entrar em contato para ver se tava....se eles podiam receber. Era assim, era muito....no início às vezes passava uma semana, mas...até tu....retornar. Era mais difícil essa...comunicação [...] (Entrevistado 14).

Além disso, outra forma de divulgação utilizada no começo, e que até hoje é utilizada, é o uso de panfletos, como esclareceu uma das entrevistadas “Através de panfletos ... que não tinha muita comunicação, de boca em boca, né?” (Entrevistada 14). Os panfletos foram

visualizados em uma visita no Centro de Atendimento ao Turista (CAT) da cidade de Santa Rosa de Lima, conforme pode ser visto na Figura 9.

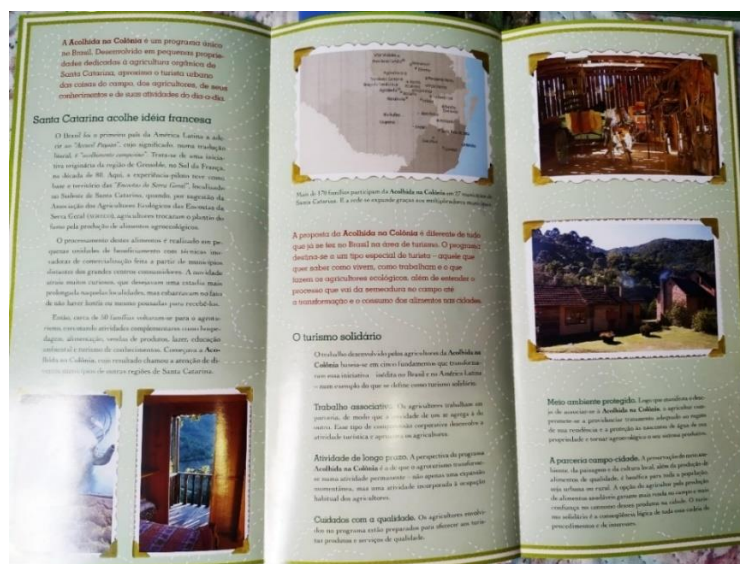
Figura 9 - Panfleto de uma pousada



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

A imagem anterior mostra o panfleto de uma das pousadas da Acolhida, que se encontra disponível no CAT, e, além de possuir informações de outras pousadas da região, possui um mapa indicando os locais de cada pousada. Um dos panfletos era específico para falar da Acolhida na Colônia, como pode ser visto na Figura 10.

Figura 10 - Panfleto sobre Acolhida



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

Por meio das respostas, evidencia-se que a divulgação das iniciativas é uma dificuldade desde a fase de exploração, muitos dos visitantes conhecem a experiência pelo boca a boca, seja

dos próprios visitantes quanto dos parceiros, corroborando os achados de Bursztyn e Bartholo (2012), que afirmam que a maior parte das iniciativas de TBC privilegiam o contato direto com os visitantes para divulgação de suas atividades. Os canais de distribuição mais utilizados nesse caso são boca a boca e as redes de relacionamento dos agricultores, bem como os contatos estabelecidos com colegas conquistados ao longo do tempo.

As mídias sociais também são um canal utilizado pelas iniciativas de TBC, como pode ser observado no perfil da Acolhida no Instagram, que faz postagens diariamente. Na Figura 11 é possível visualizar uma parceria entre prefeitura e Acolhida para divulgar suas propriedades, com hospedagens e os produtos produzidos pelos agricultores da iniciativa. O segundo código diz respeito à ‘comercialização’, que está relacionado à busca por um mercado alternativo, que entende o que o TBC oferece:

No começo, eu acho que era convencer os turistas de que a Acolhida valia a pena. Por quê? Porque era uma proposta totalmente diferente e municípios muito fora dos circuitos de turismo, né? Então acho que no início, no início, é... trazer o turista da praia pro interior era algo, é 20 e poucos anos atrás. [...] Não era uma prática das pessoas e quando elas pensavam em turismo rural, elas pensavam em hotel-fazenda, não uma propriedade rural de um agricultor. Então acho que esse foi o grande desafio no início, né? Um dos desafios, né? (Entrevistado 2).

Figura 11 - Divulgação de eventos em parceria com a prefeitura



Fonte: Roteiros rurais e Acolhida na colônia (2022)

Todas essas informações podem ser trianguladas com um dos documentos analisados, o qual avalia que a participação em eventos locais e regionais tem sido importante para aumentar a visibilidade da Acolhida. “A participação, com *stands*, em eventos locais e regionais, tem se mostrado fundamental para captar esse público, que pode mais facilmente aproveitar períodos curtos – como finais de semana e feriados – para uma estadia na Acolhida” (LA).

O segundo código diz respeito à ‘comercialização’, que está relacionado à busca por um mercado alternativo, que entende o que o TBC oferece:

No começo, eu acho que era convencer os turistas de que a Acolhida valia a pena. Por quê? Porque era uma proposta totalmente diferente e municípios muito fora dos circuitos de turismo, né? Então acho que no início, no início, é... trazer o turista da praia pro interior era algo, é 20 e poucos anos atrás. [...] Não era uma prática das pessoas e quando elas pensavam em turismo rural, elas pensavam em hotel-fazenda, não uma propriedade rural de um agricultor. Então acho que esse foi o grande desafio no início, né? Um dos desafios, né? (Entrevistado 2).

Entender o perfil dos visitantes, ou quem as iniciativas desejam que seja o seu público, é um fator importante para entender o ciclo de vida dessas iniciativas (HAYWOOD, 1986). O visitante não tem perfil convencional do turismo de massa, pois mesmo sendo protagonista, os anfitriões não são submissos a ele. Estabelece-se uma relação de diálogo e interativa entre ambos (BURSZTYN; BATHOLO; DELAMARIO, 2009), em que o primeiro deve possuir uma postura ativa em busca da compreensão da realidade local, bem como o compromisso com questões éticas da relação ali estabelecida (IRVING, 2009). Um dos entrevistados reforça essa preocupação com o perfil de visitantes que eles desejam, para evitar frustrações.

[...] a gente já recebeu pessoas que vêm aqui achando “ah, vou pra pousada em Santa Rosa de Lima” e chegam aqui: não leu o site, não leu nada sobre assim, sabe? Ficou sabendo que tinha pousada e veio. Aí o pessoal chega aqui e ver uma propriedade...ver.. que são agricultores... ver que a comida é uma comida simples.[...] A gente explica, mas muita gente não gosta. Não era o que eles queriam. “Ah não, eu queria um hotel fazenda, eu tava procurando uma pousada rural com um lugarzinho onde tem a vaquinha que eu vou ver a vaquinha ali. Lugarzinho onde vai ter as galinhazinha, as aves lá de estimação que eu vou ver ali”. Quer uma, um lugar criado (Entrevistado 5).

A ‘comercialização’ também se refere à capacidade de criar roteiros e oferecer ao mercado, de precificar conforme a oferta de serviços. Em alguns casos, a forma de precificação esbarra nos relacionamentos próximos, nesse caso, o comunitário às vezes não sabe estabelecer um preço para um amigo. Em outras situações, percebe-se o constrangimento de precificar, por medo de os visitantes achar o valor muito caro.

A maioria é interessado e tudo mais, mas na hora que tu fala o preço. Primeiro a gente teve uma mudança, assim, a gente sempre falava o preço da diária completa, com café da manhã, almoço e janta. E isso assustava, parecia ser muito[...] Hoje café da manhã, almoço, janta e a pernoite é R \$200,00. E antes era R\$180,00. E quando a gente, quando era R\$180,00, a gente sempre falava: R\$180,00 com café da manhã, almoço e janta. Hoje a gente fala assim: R\$130,00 pernoite com café da manhã. O almoço é R\$40,00 e o jantar é R\$30,00. Daí fica R\$200,00, né. Porque, e mudou isso assim, a gente oferecia o pacote completo a pessoa achava caro. Mais daí pacote, só com café da manhã e daí todo mundo já reserva o almoço e a janta rs. Daí não fica, não fica caro. Não que ache caro, assim, ninguém reclama, mas a gente sente às vezes que a pessoa acha que é pesado (Entrevistado 8).

Quanto ao ‘tempo da comunidade’, apareceu de forma mais tímida nessa etapa. Observa-se que, dado o período da pandemia, muitas das experiências com hospedagens estavam

ansiosas para voltar ao funcionamento normal. Por outro lado, outras estão repensando sobre a reabertura, como mostra o entrevistado 10 “[...] porque o nosso grande, o nosso maior problema é conseguir organizar o tempo pra fazer alimentação pra as pessoas, depois da chegada [...] (filhos) então o negócio desandou tudo, né? Porque tem que dar, que ela vai de manhã agora pra escola, mas à tarde ela tá em casa, né?”. Nesse contexto, o entrevistado aponta que não está recebendo visitantes, pois está refletindo sobre uma oferta turística apenas com hospedagem, sem oferecer a alimentação, para isso precisa instalar uma cozinha para os quartos.

Essa reflexão, presente na fase de rejuvenescimento que a Acolhida está vivendo, foi observada durante as discussões na Assembleia, em que alguns membros discutiram sobre uma proposta de oferta turística sem oferecer alimentação, o que facilitaria o trabalho, com uma carga menor e mais tempo para se dedicar à produção de alimentos. Por outro lado, o “encontro” entre visitantes e visitados pode perder o sentido e aproximação cada vez maior àquela proposta turística que deveria ser alternativa. Dito isso, foi proposto mais um aspecto a ser analisado no código ‘tempo da comunidade’. O Quadro 25 resume os ajustes.

Quadro 25 - Ajustes da categoria Acesso ao mercado após 3ª etapa

| Categorias        | Códigos descritivos        | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acesso ao mercado | Divulgação das iniciativas | Tipos de canais de divulgação (redes sociais, boca a boca, sites, <a href="#">uso de panfletos</a> )<br>Participação em programas de TV, feiras, eventos em geral                                                                                                                      |
|                   | Comercialização            | Capacidade de atrair visitantes interessados no TBC<br>Formatação de produtos/ roteiros turísticos<br>Formas de comercialização: canais diretos e indiretos<br>Capacidade de encontrar agências que dialoguem com o TBC<br><a href="#">Capacidade de precificar de forma justa</a>     |
|                   | Tempo da comunidade        | Organização do período de recebimento de visitantes<br>Capacidade de diálogo com parceiros para entender os problemas da comunidade (morte, nascimento, festas, problemas ambientais, colheita etc.)<br><a href="#">Verificação de uma reflexão sobre mudanças na oferta turística</a> |

Fonte: A autora (2023)

Conforme pode ser visualizado no quadro anterior, alguns aspectos foram adicionados (destacado em vermelho). Os demais permanecem igual da etapa anterior. A próxima seção irá discutir sobre os conflitos, uma categoria que surgiu após análise da segunda etapa.

### 7.2.2 Conflitos

Um dos maiores desafios para o desenvolvimento comunitário sustentável, por meio do turismo, é lidar com as partes interessadas que podem ter interesses e valores diferentes com relação ao desenvolvimento e ao turismo (JAMAL; DREDGE, 2014).

Que nem tudo são flores, é o que se espera, mas as tensões e dissidências fortalecem a unidade comunitária, é o que chama atenção nessas iniciativas turísticas. A luta pela preservação do meio ambiente, pela posse de terras, pelo direito de manter um modo de vida tradicional, isso tudo une as comunidades em torno do desenvolvimento de uma outra forma de turismo. Historicamente, no Brasil existem exemplos, como a Prainha do Canto Verde - Ceará, Praia do Aventureiro na Ilha Grande - Rio de Janeiro, etc. (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). No caso da Acolhida, a luta pela preservação do meio ambiente é uma constante, não só por conta da atividade turística que existe, mas antes mesmo de existir o turismo, a região de Santa Rosa de Lima era marcada pela prática da fumicultura, isso levou à intoxicação muitas pessoas, fazendo com que muitos procurassem uma alternativa às práticas adotadas.

É fumicultura o pessoal plantava fumo aqui, aqui em Santa Rosa eu não lembro mais quantos propriedades que tinham na época [...] E aí naquela época começou a dar muito problema de saúde, né? sempre teve, mas teve uma crise muito grande também, né? E aí as pessoas tavam indo embora e muita gente foi embora de Santa Rosa e muita gente não queria ir embora, e o pessoal que saiu daqui de Santa Rosa não queria que isso acabasse, acabou voltando e começaram a pensar na ideia do que fazer aqui em Santa Rosa pra essas pessoas que não queriam ir embora daqui. E aí começaram, primeiramente, plantar produção orgânica, plantar hortaliças, é pra um supermercadista lá de Florianópolis [...] e teve todo esse, esse processo de construção junto com o grupo né, e a Acolhida, veio junto nesse nesse processo de construção do... de uma agricultura que não estava mais dando certo em Santa Rosa, né? (Entrevistado 10).

Como já apresentado e discutido anteriormente, essa categoria é composta por dois códigos descritivos. Os principais ajustes referentes ao conjunto de critérios de análise são apresentados e discutidos a seguir.

O primeiro código analisado trata dos ‘conflitos em geral’, sendo de ordem social, econômica, ambiental e até territorial, que pode desestruturar as práticas tradicionais, das atividades turísticas. No caso da Acolhida, alguns respondentes tentaram minimizar a existência de conflitos internos, ao mesmo tempo foram contando histórias que facilitaram identificar:

[...] Ela também é uma liderança bem, assim bem participativa, apesar de associado às vezes não, não concordar, fala uma coisa aqui e ali é outra, só deu alguns[...] deu uma discussãozinha bem chata uma vez [...] o recanto dos orgânicos. Então eles moram próximo do rio do meio, bem na curva do rio e eles têm a propriedade certificada e e ali antes, a prefeitura tinha o acesso do rio onde eles tiravam pedra que sai do rio pra botar em atolador. E aí teve um mandato ali que queriam pegar pedra lá, daí o Fulano explicou: “tô com a propriedade certificada aqui e.. eu não queria mais

que esse acesso tivesse aberto, porque eu já vi pessoal vindo com tratores ali abastecendo bombas pra passar veneno nas lavouras e eu... corre o risco de eu perder os certificados aqui, de contaminar a minha”.. “ah não, tudo bem. Então não, então não vamos pegar mais aqui então..”. aí depois entrou esse novo prefeito daí eles inventaram em abrir uma estrada ali que é meio antiga ali, que liga ali pra Anitápolis e aí então eles queriam, o secretário de obras queria então.. então... abrir novamente pra poder tirar material, daí explicaram novamente “a gente já... conversou com o secretário anterior, falamos da situação do certificado e não.. Daí o Fulano então... então nós vamos levar essa discussão pra Acolhida, ver o que eles acham.[...] falaram com a Acolhida “ó, assim assim, tá acontecendo e.. que vocês acham se... se devemos autorizar ou.. ou não?” Daí... daí todos decidiram por unanimidade que não[...] Mas eles (prefeitura) alegaram que... que tinha que ser ali porque ali tinha licença, outro lugar não tinha licença.. aí deu uma.. só que daí na Acolhida a gente tinha concordado em não aceitar. Daí a Fulana (associada) numa outra... e a briga continua, né? continuou... [...] Daí ela foi sozinha lá no Fulano tentar convencer eles...pra abrir, né? Então ela traiu todos...(Entrevistado 1).

Esses conflitos internos levaram a pelo menos uma dissidência de associado, ocasionada pela não concordância com as normas estabelecidas:

[...] A pousada X, é que eles toda vez eles tavam se discutindo quando tinha uma reunião, eles tavam aqui primeiro na Acolhida e a Dida era presidente aí, tava sempre tava se discutindo, porque acho que tinha 5% que os sócios, associados têm que pagar, né? [...] E eles não queriam pagar. E daí toda vez quando tem uma reunião estava se...[...] Cobrando pra sair. E no final eles saíram. Disseram não, se for pra pagar eu vou sair, vou tocar sozinho, não vou mais participar, foi por isso (Entrevistado 13).

Os conflitos pela exploração de recursos ambientais foram demarcados por uma situação envolvendo a prefeitura, como no trecho acima do entrevistado 1, que apresenta o conflito em torno de uma propriedade por conta da retirada de pedras do rio. Outros entrevistados também comentaram sobre o conflito:

[...] Teve um ano que foi parado um tempo... foi trocado as visitas que vinha [...] pra outra propriedade, porque era o grupo de São Paulo, gente que estava tentando assim... queria ver coisas novas pra implantar lá e coisa. Daí até foi conversado com a Lucilene pra ir em outra propriedade, porque aquela semana, tava o fluxo tava grande de caçamba, caminhão, draga e coisa, tava bem destruído o rio naquela semana. Daí [...] não recebeu essas excursões de fora e coisa, por causa disso, estava muito feio. Graças a Deus, depois disso deu umas enchentes meio forte, tampou os buracos de novo. O rio voltou a ser quase que nem era antes (Entrevistado 6)

O segundo código descritivo ‘outras ameaças’, também foi confirmado nesta etapa. Alguns aspectos analisados foram levantados na etapa anterior: i) existência de ameaças de preservação do meio ambiente (derramamento do óleo no oceano, desastres naturais em geral); ii) existência de ameaças por graves doenças (Covid-19, por exemplo); e iii) verificar o impacto do corte de políticas públicas para desenvolver projetos de TBC.

O primeiro aspecto a ser analisado da etapa anterior foi confirmado a partir da identificação de alguns problemas ambientais na região: i) a prática da fumicultura (na fase de exploração, hoje diminuiu bastante); ii) a expansão das madeiras com a supressão da vegetação nativa; e iii) a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Contudo, os

problemas com a construção das PCHs foram os mais evidentes nas falas dos entrevistados. Além disso, durante a assembleia geral que aconteceu no período de coleta de dados, pôde-se observar as discussões sobre a ‘invasão’ das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Na ocasião, um dos associados comentou sobre uma audiência pública para discutir o assunto. Contudo, parece que nem todos os associados são contra, e o representante da prefeitura alegou que não tem o que fazer, pois a empresa cumpriu tudo que a legislação pediu:

Nós temos agora, neste momento, uma situação bem difícil, porque a... chegou a pouco, há 02 meses aqui uma solicitação para emissão de Alvará pra instalação de mais uma CGH agora, uma pequena, e aí o município fica agora nessa questão difícil de tomar uma decisão. A empresa apresenta todos os requisitos, tudo dentro...cumprindo todos os passos da legislação e...aí o município fica difícil: "ah! vamos negar, baseado em quê,né?" Precitaria ter um ponto de referência para ... ah isso não tá certo, isso aqui não, para poder negar, né? Então a gente acaba concedendo o Alvará (Entrevistado 9).

A primeira PCH aqui foi em 2009, que ela surgiu. Porque ela começou em 2006... 2006 não, bem antes, porque antes eu e meu marido fizemos vários festival do *rafting*, caiaque na descida dos rios [...] Ali fazia *rafting*, mas só que a cachoeira tu não conheceu e nem vai ver, porque agora lá eles transformaram numa casa de máquina e desviaram. Cachoeira a gente perdeu. E aí...é isso. Nós entramos numa luta juntos e conseguimos barrar essa PCH por 01 ano, aí depois quando os políticos entraram e falaram: "não, agora pode deixar que a gente consegue barrar ela", quando a gente viu eles estavam a favor e saiu, aí nós perdemos. E daí agora tem projeto, já tem 08 instalada e tem projeto para mais 20.[...] A Acolhida tem uns que são meio que assim a favor, não sei porque que não se manifestam [...] (Entrevistado 7).

Um outro exemplo de ameaça ao meio ambiente, que foi fortemente combatido pela Acolhida e outras entidades, foi a implantação de uma indústria fosfateira na cidade de Anitápolis, vizinha de Santa Rosa de Lima. Como descrito em um documento analisado, “uma única mina acabaria com todas as outras vocações econômicas, agrícolas e rurais do território, muito mais sintonizadas com a economia do século XXI” (LA). Um dos entrevistados também citou o caso durante a entrevista:

[...] bem no início da Acolhida, já tinha esse movimento ali, aí junto com outros movimentos, a Acolhida se juntou também pra fazer movimento contra fosfateiros[...] Sim, a gente foi e participou de audiências públicas em vários municípios, fomos com faixa. Aí..É pra movimento contra, porque... isso ia afetar todos nossos... os nossos trabalhos aqui,que ia virar uma chuva ácida. E ia vim uma evasão de 1500 empregos direto, aí era uma proposta e... e os nossos municípios eram pequenos, nós já temos falta de mão de obra aqui, não tem e aí quem que vai vim? Ia vir desempregados, fugitivos, só ia vir buxa pra região. E o município pequeno não tem infraestrutura pra educação, saúde saneamento [...] Conseguimos barrar. Conseguimos... não vou dizer que Acolhida, mas no conjunto, o conjunto conseguimos barrar (Entrevistado 1).

Quanto à ameaça da pandemia, a maioria dos entrevistados destacaram que foram bastante afetados, mas criaram alternativas para contornar a situação, por exemplo, com a venda das cestas de produtos orgânicos. Nesse contexto, é importante verificar não só a existência de ameaças, mas como as iniciativas lidam com esses entraves. Assim sendo, foi adicionado outro aspecto à análise. Alguns trechos explicam com detalhes como ocorreu:

[...] porque no começo na verdade foi uma junção de todo o mundo tentar fazer alguma coisa, porque os clientes que vinham para as pousadas ficaram lá, de uma hora para outra fechou tudo e aí eles queriam esses produtos lá, porque o doce de leite que a gente vende hoje pra lá, a gente servia aqui né, é amora a gente servia aqui e essas pessoas que queriam lá. Então no início a gente pensou como fazer, e aí a organização a Dani, a Andréa, a Lucilene e nós aqui “ó dá para fazer essa cesta como é que vou fazer”. No início os próprios agricultores estavam levando e depois já o carro ficou pequeno, porque era carro de passeio [...] no início era bem considerado estava dando 1200-1300 por mês que a gente tirava de produtos (Entrevistado 10).

[...] e daí Acolhida com essa pandemia resolveu fazer uma feira de venda de cesta direta pra consumidores, que teve um período, né? aquele decreto de fica em casa, fica em casa, então...nem pra supermercado as pessoas não queriam vir, rsrs e daí...Era, era um grupo de consumidores, então se organizavam, faziam uma lista de produtos disponíveis pra, pra aquela semana e essa lista chegava pra aqueles que se cadastravam e queriam receber produtos direto... dali eles escolhiam quantos quilos eles queriam de cada produto né, e aí esses pedidos chegavam para os agricultores, eles preparavam os pedidos, isso era levado num caminhão e isso chegava a ser entregue direto pros consumidores[...] Daí aquilo funcionou tão bem que hoje mesmo voltando o turismo eu acho que a feira continua existindo, né? (Entrevistado 1).

Outro aspecto a ser analisado é quanto às políticas públicas para o desenvolvimento das iniciativas de TBC, que apesar de ser algo recente e quase inexistente, a grande maioria das iniciativas utilizam políticas de fomentos para a produção, geralmente isso está associado ao turismo, no caso da Acolhida, é para a agricultura familiar. A preocupação com tais políticas foi comentada em algumas entrevistas, sobretudo, devido aos cortes no orçamento do governo

Aqui, as encostas da Serra tá precisando de sinalização, vamos tentar um, um edital que abriu aí da SANTUR pra conseguir a sinalização. Então, a ideia era essa, só que agora tudo bem que parou, né? Essas partes públicas e de projeto pra ONGs, depois daquele escândalo que teve. Bah, nem lembro o ano,mas os projetos para a ONG estão muito difíceis, não é? No Brasil, sim, está bem difícil. A gente conseguia muito projeto com o Ministério da Agricultura, Ministério do Turismo. Ministério da Agricultura, sempre tinha algum projeto em andamento. E deu uma travada nisso (Entrevistado 8).

[...] Existe uma conjuntura que também é favorável e desfavorável. Se tu pega outros momentos da política pública nacional tu tinha muito mais suporte, amparo, né, pra agricultura familiar, hoje tá abandonada. [...] olha as ONG hoje tão...muitas fecharam [...] O Cepagro ainda tem, mas muitas organizações de Santa Catarina ONGs fecharam suas portas, né [...] Porque tu não consegue mais acessar crédito, investimento, né? (Entrevistado 3).

Um último aspecto a ser analisado, que não estava na segunda etapa, mas foi observado neste, é quanto à saída de membros associados das atividades de TBC. Muitos entrevistados comentaram essa preocupação, sobretudo porque há uma migração para o turismo de massa e pode estar enfranquecendo o grupo que está continuando. Nesse caso foi adicionado mais um aspecto, que será descrito no quadro a seguir.

[...] Mas daí, né? vai gerando também...mas ao invés de a gente crescer, se fortalecer, a gente vai diminuindo?!” Aí daí por outro lado cresceu, mas cresceu pra fora. Aqui tá diminuindo. Tu viu ontem na assembleia, aqui tá diminuindo.O número de sócios tá menor do que foi há um tempo atrás. E em compensação, ah... tem Acolhida no Rio, tem Acolhida em São Paulo, tem Acolhida no Quiriri (Entrevistado 3).

[...] eles também não tava na Acolhida e depois quando entrou, veio esse dinheiro do SC Rural, pra eles pegarem o dinheiro eles entraram na Acolhida, fizeram todo o investimento lá, daí depois quando eles tinham tudo prontinho, nem sei quanto dinheiro eles pegaram, e daí saíram fora também, só comeram o dinheiro e...[...] Não, ninguém sabia que ia fazer isso disso, né? se não, não tinha ganhado, né? E daí quando eles pegaram o dinheiro e fizeram todo o investimento lá e daí ficaram um tempo e depois sempre dizia que tinha que ficar cinco anos pra aí depois sair, mas acho que eles não ficaram esses cinco anos, saíram antes (Entrevistado 13).

Após as análises, pode-se ajustar e adicionar os aspectos analisados, conforme apresentado no Quadro 26, a seguir.

Quadro 26 - Ajustes da categoria Conflitos após 3ª etapa

| Categorias | Códigos descritivos | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conflitos  | Conflitos em geral  | Existência de conflitos de interesses individuais na comunidade<br>Existência de acordos para evitar conflitos<br>Existência de conflitos com a exploração de recursos ambientais<br>Existência de conflitos pela garantia do direito ao território                                                                                                                                                                                                                                              |
|            | Outras ameaças      | Existência de ameaças de preservação do meio ambiente (derramamento do óleo no oceano, desastres naturais em geral, <b>construção de hidrelétricas, expansão de madeiras, etc.</b> )<br>Existência de ameaças por graves doenças (Covid-19, por exemplo)<br>Verificar o impacto da política pública para desenvolver projetos de TBC<br><b>Verificar o número de membros da comunidade se desvinculando da atividade de TBC</b><br><b>Verificar como a iniciativa trata as ameaças em geral.</b> |

Fonte: A autora (2023)

Conforme pode ser visualizado no quadro anterior, alguns aspectos foram adicionados (cor vermelha), e os demais permanecem igual ao da segunda etapa. A próxima seção irá discutir outra categoria importante para análise das iniciativas de TBC.

### 7.2.3 Formações

Elementos como educação, treinamento e capacitação devem fazer parte de uma abordagem de desenvolvimento comunitário (SAARINEN, 2006). No caso do TBC, tal argumento é válido, pois se as comunidades não compreenderem suficientemente como o turismo funciona ou como atrair visitantes e gerenciá-los, é improvável que eles se beneficiem (SPENCELEY; MEYER, 2012).

Tal qual a etapa anterior, manteve-se dois códigos descritivos para esta categoria. O primeiro, contemplando a ‘sensibilização da comunidade’, em especial uma educação para entender o que era o turismo e como ele ia modificar as relações existentes naquele lugar. Nesse

caso, não só quem oferta o serviço turístico, mas toda a comunidade inserida naquele local precisa ser sensibilizada. No caso da Acolhida, foi perceptível nas entrevistas quando na fase de exploração:

[...] por que é um município pequeno então não tinha outro movimento, além da comunidade, pessoas se conhecendo né, e a partir desse movimento da agroecologia, turismo né é que o município começou a receber muita gente né de todas as partes. Teve esse contato com as famílias do interior aqui da cidade, então precisou também fazer um trabalho nas escolas pra...através das escolas se chegue em todas as residências. Então não tinha como a escola ficar de fora desse movimento (Entrevistado 9).

Além disso, observou-se nas entrevistas a importância da sensibilização para a conservação do meio ambiente, já que o projeto da Acolhida anda de mãos dadas com um projeto de sustentabilidade. Nesse contexto, destaca-se que a região onde a Acolhida iniciou suas atividades tinha como uma das principais atividades econômicas o fumo e a queima de carvão, desagradando quem praticava, já que os visitantes eram vistos como “denunciadores” de práticas ilegais contra a natureza.

Porque no início quando a Acolhida surgiu é.. a gente enfrentou bastante esses problemas porque era uma região onde tinha bastante queimadas, bastante desmatamento né, e aí o pessoal criticava “ah, esse negócio do turismo vai vir pro município e aí.. é.. a gente não vai mais poder trabalhar”, no caso né, o pessoal que vivia disso, de queima de carvão e tudo mais porque né um trabalho como qualquer outro, embora tenha suas, tenha suas ilegalidades é.. e aí o pessoal falava vai vir gente estranha, o pessoal vai tá denunciando ou então os donos das pousadas vão tá denunciando, né porque tinha essa imagem de que a gente defendia o ambiente e não podia derrubar nada [...] Então.. foi difícil mudar essa visão que os moradores tinham antes do turismo de um modo geral assim dentro do município (Entrevistado 11).

Conseguir com que a comunidade acredite em si mesma, na sua capacidade de realizar as atividades, de reconhecer seus valores, é um grande desafio e um passo da sensibilização, pois normalmente nesses locais há muitas dificuldades (GUZZATTI, 2010).

Sendo a proposta desenvolvida em áreas rurais, é comum a baixa autoestima das pessoas do lugar, por terem visto, historicamente, parte de sua população migrar pela falta de oportunidades e pela ausência de investimentos públicos na infraestrutura básica e nos serviços essenciais que poderiam estimular a permanência, sobretudo dos segmentos mais jovens (LA).

Além disso, ressalta-se que a mudança de pensamento e sensibilização da comunidade, no caso em análise, foi acontecendo a partir da ajuda de agentes locais.

Aí a Lucilene que era nossa técnica na época sempre passava por aqui, a gente plantava fumo e as crianças pequenas. E ela sempre dizia [...] vamos começar com orgânicos, vamos ter algo diferente”. E a gente foi achando aquilo, assim, interessante, meu marido já tinha se intoxicado, não podia mais trabalhar com veneno e nós tinha que partir para outro rumo, para outro caminho. [...] Fumo era bastante trabalhoso, sofrido. Mas renda um pouco de renda sempre dava[...] Mas naquela época a gente não tinha assim muito conhecimento não, eu como se diz a gente plantava fumo e o nosso mundo, tipo assim, era outro mundo do que o da agroecologia, do sem veneno. É quando a gente começou (risos) com orgânicos, os vizinhos chamavam nós de

loucos, dizia “ahh, vão parar de plantar fumo”, que a nossa região aqui todo mundo plantava, todo mundo!! E nós somos o único no meio que, não, nós vamos parar, por causa do que aconteceu com ele e coisa. [...]E aquilo começou dar certo, a gente começou a vender assim, para um, para outro... (Entrevistado 6).

Além da sensibilização comunitária, o segundo código contempla as capacitações e/ou qualificações que devem ser estimuladas, para que os agentes locais possam desenvolver e melhorar a oferta do serviço turístico, bem como tornar os recursos humanos locais aptos para realizar outras atividades em seu território (OLIVEIRA; MARINHO, 2005).

No começo foi muito assim, organização da propriedade, dos ambientes internos, como que você decora sem perder a... a característica do lugar. Jardinamento, concurso de jardim, mutirão, é... como atender um turista, ah... boas práticas de manipulação de alimentos, ah... hum... associativismo, né. É... nossa, teve muita coisa... Muita coisa de capacitação (Entrevistado 2).

[...] tu vai perceber também no teu estudos que essas, essas pessoas que construíram tudo isso tiveram oportunidade de fazer muita formação, muita capacitação, o nível, o nível de desenvolvimento humano e intelectual que eles e de construção de conhecimento que eles tem é fantástico né, pega agricultores que tem outro nível de discussão né?!( Entrevistado 3).

[...] teve muita formação, e daí diversas, assim, a de condutor, de condutor de turistas teve para jovem. Eu participei uma vez. Daí teve cursos culinários. Volta e meia tem, e sempre em parceria, a Epagri às vezes trazia um curso, assim a Acolhida na Colônia, organizava uma propriedade para participar... ( Entrevistado 8).

Após análise do material coletado, pode-se enumerar as seguintes formações ao longo dos anos de existência da Acolhida: i) noções de turismo; ii) guias de turismo; iii) condutor de cicloturismo; iv) atendimento aos visitantes; v) limpeza de quartos; vi) organização dos quartos; vii) decoração dos espaços; viii) organização de mesa; ix) práticas de manipulação de alimentos; x) organização da cozinha nos padrões sanitários; xi) culinária; xii) paisagismo; xiii) jardinagem; xiv) proteção das fontes de água; xv) associativismo; xvi) fotografia; xvii) comunicação; xviii) agroturismo; xix) produção orgânica e ecológica; e xx) permacultura.

As formações, segundo os entrevistados, aconteceram principalmente no início, e ao longo dos anos foram diminuindo. Um dos motivos para essa diminuição seria por conta da falta de projetos e incentivos financeiros do poder público: “É... com o acesso mais precário a projetos, tanto por parte de governo federal quanto de governo estadual, é... começou a diminuir bastante. Isso a partir de 2010 em diante começou a diminuir em 2010, 2012 começou a diminuir bastante” (Entrevistado 11). Outro entrevistado também reforça: “porque daí mudou o governo, essas coisas... aí cortou esses recursos pra projeto, né? Antigamente...tu recebia um valor pra capacitar, montar um grupo de agricultores nessa área” (Entrevistado 1).

A importância das formações é percebida pelo grupo não só pelo conhecimento, mas pela mobilização que gerava nos encontros, de certa forma fortalecia a Acolhida, por isso foi adicionado mais um aspecto analisado, que está descrito no quadro a seguir.

Sim, porque diminui a mobilização, né?! Eu acho que o principal impacto nisso é na parte de mobilização também dos associados, porque você fazendo, tendo esses cursos pra tá fazendo, sempre tem uma mobilização, né? o associado sempre tá vendo, vendo serviço, vamo dizer assim, vendo que tá sendo feito algo e aí tá a... tá sendo sempre lembrado, o nome da Acolhida tá sendo sempre lembrado (Entrevistado 11).

Após as análises, pode-se constatar que os aspectos analisados presentes na segunda etapa foram todos confirmados, conforme pode ser visualizado no Quadro 27.

Quadro 27 - Ajustes da categoria Formações após 3ª etapa

| Categoria | Códigos descritivos          | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Formação  | Formações em geral           | Existência de formações para a gestão (atendimento, planejamento, precificação, logística, marketing, financeiro, etc.)<br>Existência de formações para a gestão turística (hospitalidade, formatação de roteiros)<br>Existência de formação voltada para alimentação (higiene, manipulação, cozimento etc.)<br>Existência de formação de líderes e outras práticas relacionadas a atividades específicas de cada comunidade<br><b>Capacidade de articular encontros para gerar mobilização a partir das formações</b> |
|           | Sensibilização da comunidade | Capacidade de lideranças sensibilizarem a comunidade para a atividade turística<br>Existência de diálogo sobre o que é o turismo de base comunitária<br>Capacidade para sensibilização da valorização dos recursos naturais e culturais<br>Existência de diálogo de consciência para perpetuar as práticas de TBC.                                                                                                                                                                                                     |

Fonte: A autora (2023)

Os conhecimentos construídos partem de uma abordagem multidisciplinar, que transita entre as atividades do turismo e as atividades técnicas relacionadas às práticas da produção de orgânicos, algo inovador no Brasil até então. O quadro anterior retoma os aspectos analisados já previstos na segunda etapa e ratificados aqui nesta nova etapa, além de apresentar a adição (em vermelho) de um novo aspecto. É importante destacar que tais formações aconteceram em virtude do envolvimento dos atores que contribuíram para o desenvolvimento da iniciativa. Nesse contexto, a interação gerada entre os atores perpassa por questões relacionadas à governança, que será tratada a seguir.

#### 7.2.4 Governança

As comunidades possuem uma natureza diversificada e heterogênea, e com o desenvolvimento do TBC, que envolvem múltiplos atores, as diferenças podem ser ampliadas. Nesse contexto, uma das principais causas de conflitos e problemas das localidades provém da dificuldade de interação entre os atores envolvidos, e isso se reflete como uma questão de

governança (GRACIANO, HOLANDA, 2020), apontada como imprescindível para o sucesso das iniciativas de TBC (DODDS; ALI; GALASKI, 2018).

Nessa etapa, pode-se ratificar que a governança é uma categoria determinante para o ciclo de vida da iniciativa analisada, embora o termo seja desconhecido pelos comunitários. E tal qual nas etapas anteriores, permanece os três códigos descritivos, a saber: participação, transparência e eficácia.

A comunidade que trabalha diretamente com o TBC tem a capacidade de intervir e influenciar o seu desenvolvimento mediante seu poder de atuação, como a participação. Nesse contexto, para o aspecto que trata da percepção dos participantes em relação à representação dos interesses, foi levantado nas entrevistas que essa percepção é importante para animação do grupo e, conseqüentemente, para a evolução do ciclo de vida. Uma das situações relatadas é que eles percebiam seus interesses sendo considerados quando acontecem os diagnósticos nas propriedades rurais, que gera a entrada de um novo associado, onde os agricultores e técnicos oferecem sugestões de melhorias e potenciais para cada propriedade. Trechos das entrevistas foram triangulados com trechos do livro de comemoração dos 20 anos da Acolhida.

[...] Se você for olhar, desde o... a participação começa desde o diagnóstico nas propriedades rurais. Todos participam, participavam do diagnóstico.[...] Então, por exemplo, uma propriedade nova queria entrar, [...] A gente tá a fim de fazer todos os interessados vinham pra ajudar a pensar a propriedade, né? A dar sua opinião, ao seu olhar, conhecer, pensar (Entrevistado 2).

Em Santa Rosa de Lima, na época dos primeiros diagnósticos nas propriedades pioneiras do projeto, o dia de diagnóstico era um dia festivo. As famílias se esforçavam muito para mostrar o que tinham de melhor. Roçavam o jardim, preparavam os melhores pratos, aqueles feitos no dia de Natal, organizavam as casas. As rodas de avaliação eram momentos de formação, de descontração e de amizade. [...] Todos queriam ficar no subgrupo que “elogiava” a propriedade, sendo um desafio montar o grupo para apontar os pontos que deveriam melhorar (aliás, isso acontece até hoje!). Mas, com o passar do tempo, foram percebendo que dar sugestões de forma consciente e carinhosa era importante para a família e para todo o grupo (LA).

De fato, é reconhecido que as necessidades e aspirações de todos os atores envolvidos sejam levadas em consideração (STONE, 2015). Por exemplo, um dos entrevistados assumiu que no começo não se sentia muito à vontade de participar das decisões, isso por entender que não sabia muito como fazer, mas com o tempo se sentiu mais participativo, por ter suas opiniões ouvidas. Pode-se triangular esse argumento ao observar no diário de campo que o associado teve voz em alguns momentos durante a assembleia.

Já fui menos, eu já fui menos. Hoje em dia assim, quando a gente vai nas reuniões, a gente tenta debater junto com o pessoal, assim, as coisas, mas no começo a gente também não participava era dos mais novos. Daí a gente que pouco tempo que ia começar né. Daí tu não sabia muito o que tu ia falar, o que... daí depois que

começou a participar mais das reunião, conselho fiscal, uma coisa e outra. Daí tu... as cestas ... daí tu tá mais por dentro das coisas, não é que a gente entende né. Mas a realidade assim das coisas, uma coisa e outra (Entrevistado 6).

Foi possível verificar que as reuniões/assembleias gerais são uma forma de analisar a participação, sobretudo, quando há discussão de projetos. Nesse sentido, foi adicionado um aspecto sobre isso.

[...] eu acho que hoje, hoje o que motiva é mais assim quando tu vai ter um projeto novo, vai ter.. alguma coisa nova acontecendo né. Então se a gente sempre tá... fazendo encontros, sempre tá planejando, tendo metas pra cumprir né, eles acabam participando mais. E quando a reunião às vezes é muito... muito pra cumprir assim a tabela né, pra cumprir algo que pede no documento no estatuto, “ah, vamo fazer reunião de dois em dois meses” e não é feito nenhum trabalho, não é feito nada assim, acaba... (Entrevistado 5).

Durante a observação, pôde-se verificar como cada um dos associados emite sua opinião sobre a discussão e também levanta pautas que julga importantes. Na Figura 12 é possível ver a assembleia que foi realizada em uma das pousadas, durante a coleta de dados.

Figura 12 - Assembleia da regional Encostas da Serra Geral



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

Outro aspecto encontrado na coleta está relacionado a existência de ações solidárias e colaborativas. Na reunião de assembleia, eles discutiram sobre a participação na Festa do Gemüse, em que a Acolhida já serviu café colonial em edições anteriores, mas ficaram pra decidir em outro momento. Outros entrevistados também comentaram sobre a importância da participação da Acolhida na feira ‘Santa Rosa Cuida’, promovida pela prefeitura, todos os sábados.

Então uma coisa que tá sendo muito bom é essa feira, sábado agora vai ter a feira no centro, que é a feira da Acolhida, não é só a feira da Acolhida, têm os produtos da Agreco, têm outras famílias que tão participando da feira, né? [...] Essa feira é uma... uma coisa bem interessante pro município, porque as pessoas se encontram, elas veem o que tá sendo produzido no município, nas propriedades da Acolhida, então tem...

têm várias coisas que são levadas ali pra essa feira, né? Foi começado no ano passado essa feira, ela é recente [...] (Entrevistado 4)

Outra ação solidária que demandou participação e envolvimento dos associados foi o desenvolvimento dos programas Horta Mesa e Orgânicos Solidários, uma ideia que já existia no Rio de Janeiro e um ator externo queria implantar em Florianópolis, quando a Acolhida se ofereceu para participar:

No início da pandemia os agricultores começaram a nos mandar mensagem, nos mandar para mim e para Dani de que tava, estavam apavorados, né? porque fecharam com as propriedades [...] Colegas começaram a fazer contato comigo, que uns jovens do Rio de Janeiro tinham criado um programa ali logo na primeira, segunda semana, que se chamava Orgânico Solidário, que tinha esse objetivo de ajudar, porque os agricultores vendiam, principalmente pra restaurantes, para escolas tinham perdido o canal e, por outro lado, a fome começando a pegar,,, né? [...] Um desses jovens de uma Startup era aqui de Floripa e queria ajudar que Floripa também e tal, mas não sabia onde comprar orgânicos e me ligou no sábado, [...] eu falei “Opa, eu tenho!”, né? eu, nosso grupo pode! E aí, enfim, a gente começou a discutir com os agricultores e com visitantes essa dupla iniciativa: uma de venda para turistas recolher produtos dos nossos agricultores, montar uma cesta, entregar em Florianópolis, e a outra de reunir doações, comprar produtos dos agricultores e doar com preços diferenciados, né? Mais numa ideia também de como que os nossos agricultores poderiam, nesse momento de crise, ajudar também quem tá em situação de vulnerabilidade. E aí a gente criou os dois programas, o programa de venda se chama da Horta à Mesa, e segue até hoje comprando, reunindo produtos ali de Santa Rosa, da Serra. Aí tá com uma constituição, traz e vende na grande Florianópolis (Entrevistado 16).

A Acolhida divulga no *Instagram* essas ações, além de mencionar os parceiros que contribuem, como pode ser visto na Figura 13 a seguir.

Figura 13 - Postagem no Instagram do programa ‘Orgânicos Solidários’



Fonte: Acolhida na colônia (2020)

Sobre a forma de escolha dos líderes, verificou-se que nunca houve disputa entre grupos, sempre alguém se candidatava e se formava uma chapa a partir do interesse dos associados. Nesse caso, uma forma de manter a rotatividade é repassar as atribuições para os associados que também estavam entrando na associação, pois, principalmente os mais velhos, estavam cansados de assumir coordenações, mesmo sendo reconhecidos pelos demais como líderes importantes dentro da Acolhida.

Só pra aprovação de chapa. É... aprovação ou não né?![...] É, geralmente, tem só uma chapa. Acho que nunca teve mais de uma chapa pra concorrer [...] Não... assim, tem... é colocado né, é visto quem tem interesse e aí assume. Aí no caso, é montado uma chapa e essa chapa vai pra aprovação ou não dessa assembleia, mas assim, não nunca tem não tem ninguém assim que quer competir por um cargo ou coisa assim (Entrevistado 11).

Como tinha pouca gente então muitas vezes tinha aqueles que não podia mais ser né. Porque você podia ser reeleito uma vez né. Mas não três. Três seguidas. Naturalmente tinha que passar pra outro n?. E aí... naturalmente já vai aparecendo aquela pessoa né que vai ter que assumir. A outra já foi, e aquela ainda não não foi. Então muitas vezes já tinha sim uma conversinha antes né de... achar que já tava meio encaminhada e depois só ia pra aprovação (Entrevistado 1).

Quanto ao aspecto sobre a caracterização das relações, a partir do movimento *top down* ou *botton-up*, verificou-se que seria necessário ter acesso a duas iniciativas distintas para constatar se há influência. Contudo, verificando as entrevistas e a história da Acolhida, sabe-se que, inicialmente, a Acolhida tem uma influência *top down*, já que atores externos perceberam no agroturismo uma oportunidade para melhorar a vida dos agricultores, ao mesmo tempo, sem a comunidade não seria possível. Nesse sentido, após a fase de exploração percebe-se uma movimentação *botton-up*, uma vez que os agricultores percebem a oportunidade e se apropriam da tomada de decisão. Claro que, com a diminuição dos atores externos sobre a iniciativa, eles sentem mais dificuldade, mas mesmo assim conseguem se manter. Portanto, o aspecto é importante para analisar como interfere na participação.

[..]. hum, o envolvimento de... ahn... das universidades, e de ONGs, porque isso não, por mais que a gente diga, "ah, e o papel dos agricultores foi fundamental" isso não teria surgido... apenas deles, eu acho, né.? Acho que não é tão lógico isso...[...] Não é tão fácil, né? Tem que às vezes as pessoas virem de fora pra falar.O... que o pessoal escute. É... pra Acolhida que a *Accueil Paysan* teve um papel fundamental, porque veio com uma reflexão. Então, já vem com algo mais maduro, né? Já traz uma proposta, é... diferenciada. Então não se partiu do zero, né? (Entrevistado 2).

A participação é um aspecto importante para a governança, além de ser princípio fundamental do TBC (DANJI; JAMAL, 2016). Nesta terceira etapa, pode-se confirmar como os tipos de participação estão presentes e podem mudar dependendo do tipo de demanda de atividades, do que é de interesse.

Então eu acho que é muito muito de acordo com a pauta e da novidade e do que tá acontecendo, de projetos de atividades. E de interesses deles né. Porque assim, teve

aquele curso de fotografia, teve um... teve um técnico que veio de Floripa pra dá um curso sobre fotografia e comunicação em redes sociais pra pousadas. Não veio ninguém participar. Né... não... agora talvez se ele vinhesse e dissesse “eu vou fazer a divulgação das pousadas e não sei o que” aí talvez eles viriam. Ah eu tenho que ir lá porque eu tenho que fazer. Então às vezes é... é isso. Se eles viesse talvez... poderiam dá continuidade e ia ter o suporte né (Entrevistado 5).

De fato, a participação é um diferencial para o TBC em termos de empoderamento e inclusão social (GÓMEZ, *et al.*, 2016; MATTOS; IRVING, 2003; MENDONÇA; IRVING, 2004). Contudo, não é qualquer participação. Como definido na segunda etapa, é uma participação qualificada que requer envolvimento e engajamento. Por exemplo, ao observar iniciativas na Nicarágua, Zapata *et al.* (2011) verificaram que aquelas mais engajadas tendiam a manter o apoio ao projeto de TBC por um longo tempo. Os entrevistados reforçaram que esse envolvimento e comprometimento é importante.

[...] porque o quê que falta em muitos casos é o entendimento que a Acolhida não é o coordenador, não é o técnico, né, a Acolhida é o associado. Então tem muitos que faltam esse entendimento né, e com isso falta de comprometimento também (Entrevistado 5).

[...] esses que iniciaram a Acolhida aqui, tudo que eles tiveram que batalhar, construir é, deixar a propriedade para correr atrás ir em reuniões, batalhar para hoje, às vezes, uma pessoa, só chegar eu sou a Acolhida e dizer “não vamos funcionar, a Acolhida desse jeito.” Então, a questão da essência do projeto que é inclusão, é... A participação da família, o envolvimento construiu uma propriedade, é saudável (Entrevistado 10).

Os trechos destacados corroboram com o argumento de que a participação requer um envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento (CORIOLANO, 2009).

O segundo código descritivo analisado é a ‘transparência’, que foi citado por metade dos entrevistados. Ela favorece o fluxo de informações, facilitando, nesse caso, o livre acesso por determinados processos e/ou informações por aqueles que possuem interesse (GRAHAM *et al.*, 2003). Apesar da maioria dos comunitários não se interessar em buscar tais informações, como alegado por alguns entrevistados, é importante deixar disponível as informações, além de levar para discussão:

[...] prestação de conta sempre é chato né. Você tem que apresentar, mas ninguém tá muito ligado, porque são números que.. mas de manter transparência, isso é importante né porque...isso.. tem que manter a confiança né e ser confiável num grupo isso é essencial (Entrevistado 1).

[...] Porque se você tem uma entidade dessas e não prestar contas, não tem como a entidade funcionar, né?! Tu tem de prestar contas certinho e fazer as coisas tudo certinho[...] é assim, o associado às vezes ele não procurava [...] e quando era feito a reunião anual ali daí era feita a prestação de contas também [...] Daí na associação tinha tipo um muralzinho que era colocado (Entrevistado 15).

O principal ponto abordado pela maioria dos entrevistados foi sobre as parcerias, e como elas estavam contribuindo para o melhor desenvolvimento da experiência, ou seja, a ‘eficácia’, que diz respeito ao alcance de objetivos de forma eficiente, coordenação e coerência com as demandas de cada envolvido no processo (CERRILLO; MARTÍNEZ, 2005).

São três tipos de parcerias que podem ser consideradas no contexto da governança de destinos turísticos, conforme Svensson, Nordin, e Flagestad (2005): i) parcerias estratégicas, que envolvem elementos de coordenação das atividades entre diferentes *stakeholders*, considerando o desenvolvimento do destino a longo prazo, o que requer confiança mútua e compromisso dos envolvidos; ii) parcerias institucionais, que estão vinculadas a organismos de desenvolvimento individual, seja pública ou privada, que manifestam a sua cooperação em uma organização conjunta; iii) parcerias de projeto – um arranjo de atores com tempo limitado, com objetivo de desenvolver projetos locais motivados por ideias e interesses em comum.

No caso da Acolhida, os principais parceiros citados: i) *Accueil Paysan*; ii) Agreco; iii) Amigos da Acolhida; iv) Técnicos contratados; v) Epagri; vi) Cresol; vii) prefeitura; viii) governo estadual; ix) ONGs, entre outros. O tipo de apoio concedido mais reportado foi o acesso a recursos financeiros e a divulgação, contudo, outros foram comentados como importantes para o desenvolvimento da Acolhida.

Nós tinha um grupo ali que era amigo da Colônia, consumidores urbanos que eram chamados amigos da Acolhida. Que eles tinham a função de divulgar [...] O técnico de repente vinha, talvez mais pra dar direções no olhar dele, né? E às vezes quando, por exemplo, nós tivemos também um períodos com uma luta ali pra...pra nós se enquadrar, enquadrar o turismo, o agroturismo, também como serviço do agricultor familiar, que ele pudesse usar notas de produtor no serviço dele que isso.. Diferenciar ele de um... empreendedor no turismo, hotel fazenda, enfim... e daí esses amigos da Acolhida ajudaram bastante nisso aí (Entrevistado 1).

O trabalho também que a prefeitura faz sempre é o de divulgação, né?... tem materiais de divulgação é, sempre,né? nos espaços públicos, outros espaços aí que são aceitos. [...] Estar vendendo produtos para auxiliar na Acolhida na Colônia e outros empreendedores que não são associados na Acolhida para que eles também sejam conhecidos aí (Entrevistado 9).

Quanto ao aspecto da articulação com outras experiências de TBC para o fortalecimento de rede, foi reforçado por alguns entrevistados, sobretudo porque a própria Acolhida é um exemplo de rede de experiências, assim como a Rede Tucum no Ceará.

O trabalho em rede, ele é... porque o trabalho em rede convence, né? É... o financiador a te financiar. É muito difícil você conseguir financiamento pra cinco propriedades, mas se você pede financiamento pra cinquenta propriedades, cinquenta beneficiários, isso dar muito... é... um poder de convencimento, né? Que o dinheiro tá sendo investido pra beneficiar diretamente cinquenta propriedades, indiretamente muito mais, porque o turismo tem muito isso, né? [...] Na conquista por algumas... não são políticas, mas legislações, porque a Acolhida constrói legislação no Estado, junto com o Estado, né?Levou a demanda e conseguiu (Entrevistado 2).

[...] Acho que os fatores fundamentais são os princípios mesmo, que nortearam que é essa questão de fazer as coisas de forma coletiva, de forma associativa, das redes que foram criadas pra dar sustentação a esses empreendimentos, que são individuais e coletivos, [...] Então isso só foi possível porque tinha rede, tinha cooperação entre essas organizações, entre esses agricultores, essa troca, até pra se fortalecer (Entrevistado 3).

Sobre o aspecto ‘verificar se as parcerias são formais ou informais’, verificou-se que no caso da Acolhida, a maior parte das parcerias são formais, e isso facilitou para que seja possível acessar os recursos e projetos que contribuíram para que a iniciativa evoluísse.

Formais ou informais, as parcerias devem ter um caráter temporário, exceto em casos de capacitação, que exigem um prazo maior (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013). Por exemplo, o governo pode facilitar o desenvolvimento do TBC por meio de suas diretrizes e políticas (CONNELLY; SAM, 2018). Ao mesmo tempo, deve ser observado o nível de colaboração, especialmente quando se trata do governo. Em cidades pequenas, como é o caso de Santa Rosa de Lima, há muita ‘disputa política’ que interfere na forma como colaborar com essas iniciativas. Alguns dos entrevistados relataram:

[...] como a Acolhida nasceu dentro da Agreco, então, temos um grupo que é do lado da preservação, nessa lado aí. Aí teve mandatos que o prefeito queria né... era dono de madeireira, dono de granja de porco, então ele... ele queria era desgraçar, fazer arroça, cortar barranco e essas coisas assim, né? [...] Então teve um caso aí que uma prainha onde já tinha um restaurante quedas d’ água que uma família construiu [...] Uma queda d’ água, uma piscinona legal com um banco de areia que... se reunia muita gente ali no verão pra tomar banho e foi destruído. Por essa PCH, e esse prefeito tava envolvido pra conseguir a hidrelétrica que tava envolvida (Entrevistado 1).

Um último aspecto observado é quanto à ‘dependência das parcerias’, o que também foi confirmado nesta etapa. Essa dependência pode causar o declínio e até mesmo a morte das iniciativas, caso a parceria se encerre (GOODWIN, SANTILLI, 2009, ZAPATA *et al.*, 2011). Alguns entrevistados reforçaram uma certa independência, até mesmo da Acolhida como associação.

[...] é complicado, e aí a gente veio a pandemia, a situação financeira, tudo piorou mais ainda e aí ficou realmente 2 anos bem desamparado. É... a Acolhida enquanto associação, mas enquanto a nossa propriedade, a gente nessa, dentro da pandemia a gente se destacou nessa, nessa parte que foi focado muito em divulgação (Entrevistado 11).

Em outros contextos é mencionado como o protagonismo comunitário é importante, especialmente para influenciar a tomada de decisão (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012). Assim, observou-se que há uma relação entre o protagonismo e a relação de independência de parcerias.

[...] e o protagonismo dos agricultores e a gente ir construindo essas lideranças dentro da organização e de alguma forma isso foi passando né nas gerações. A Dida foi uma

liderança enorme na Acolhida e hoje a gente vê o Jack despontando como uma grande liderança, né? Então assim esse protagonismo e essa de fato assim esse sentimento de pertencimento, de visão de Acolhida como uma família que eles criaram acho que isso é um diferencial da Acolhida para outras instituições, inclusive do território e que fazem com que ela esteja ao longo do tempo presente, né? (Entrevistado 16).

Outra característica que favorece a independência de parcerias é o caráter temporário (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2013) dessas relações, que pode ser constatado no caso em análise, conforme a passagem destacada revela:

[...] financeiro foi esse projeto da França que já terminou agora. E agora, a gente aprovou isso do MAPA que tu ouviu lá na reunião, né? A Dani apresentando, mas é sempre assim, muito pontual o projeto não tem uma política pública de apoio. Assim o município não, não tem uma política que vai apoiar continuamente a Acolhida na Colônia, sei lá, financeiramente, vai pagar uma pessoa que vai ficar à disposição da associação não, é sempre algo muito pontual e que termina rápido (Entrevistado 8).

Após o levantamento e verificação dos aspectos analisados, elaborou-se o Quadro 28 com os ajustes da categoria.

Quadro 28 - Ajustes da categoria Governança após 3ª etapa

| Categoria  | Códigos descritivos | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Governança | Participação        | Percepção dos participantes do TBC em relação à representação de seus interesses nos espaços de participação.<br>Forma da escolha dos representantes do destino de TBC<br>Existência de critérios de rotatividade do exercício da liderança<br>Existência de ações colaborativas e solidárias entre os membros integrantes do TBC<br>Caracterização das relações a partir de movimentos <i>top down</i> ou <i>bottom up</i><br>Caracterização dos tipos de participação existentes conforme tipologia de Tosun (1999)<br>Identificação de uma participação qualificada (com envolvimento e engajamento)<br><b>Frequência de reuniões para discussões de novas demandas de trabalho</b> |
|            | Transparência       | Existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação (reuniões, atas por exemplo)<br>Existência de espaços para debates sobre os resultados alcançados<br>Tipos de documentos disponibilizados (relatórios técnicos, reuniões, plano de negócios, estatutos, regimento interno etc.)<br>Relevância das informações, conforme a percepção dos participantes                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|            | Eficácia            | Existência de articulações com outras experiências de TBC para fortalecimento de uma rede<br>Existência de articulações entre atores sociais para captação de recursos<br>Verificar se as parcerias são formais ou informais<br>Verificar o grau de dependência das parcerias<br>Observar o nível de colaboração das parcerias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

Fonte: A autora (2023)

Em síntese, as parcerias colaborativas demonstram que o grau de participação e empoderamento da comunidade difere em uma comunidade (STONE, 2015). Ou seja, há uma dificuldade em engajar os atores de forma igual.

### 7.2.5 Infraestrutura

Essa categoria foi proposta na primeira etapa por ser um aspecto central para o fortalecimento de qualquer experiência turística, seja de base comunitária ou não. No caso do TBC, o investimento em infraestrutura, em especial a básica, é fundamental e estratégico, pois atende tanto às necessidades urgentes das populações locais como oferece segurança aos potenciais visitantes (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Assim como na segunda etapa, permanece os quatro códigos descritivos para esta categoria: i) serviços básicos (água, luz, esgoto, redes de comunicação, saúde, segurança, estrada); ii) volume de visitantes; iii) infraestrutura turística; e iv) logística de acesso às iniciativas.

No caso da Acolhida, o código serviços básicos foi amplamente abordado em todas as entrevistas, especialmente na fase de exploração, pois a região era deficitária de tais serviços, problema comum a outras iniciativas de TBC, como ressaltado por Maldonado (2009). Por outro lado, verificou-se que ao longo do tempo, por exemplo, as estradas foram melhorando:

[...] as estradas eram muito ruins, por exemplo, esse morro alto que vocês subiram ali que agora é calçado. Ele me dava problema tanto quando chovia, quanto tava seco, porque o carro patinava a seco, não subia (Entrevistado 7).

Então... antes, qualquer chuvinha que dava não, tinha local que não passava mais carro. Hoje não! Hoje as estradas é.. não estão excelentes, mas elas estão boas, então não importa se der uma, duas, semanas de chuva, tu vai chegar em todo lugar, né. Antes isso não era realidade. [...] (Entrevistado 11).

Em conjunto com as dificuldades de boas estradas, percebeu-se a falta de sinalização em alguns pontos do trajeto, além da falta de manutenção das sinalizações. Durante a observação em campo, esse problema foi facilmente visualizado e fotografado, a fim de corroborar os dados, conforme verificado na Figura 14.

Figura 14 - Sinalização das pousadas nas estradas



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

A imagem do lado esquerdo da Figura 14 mostra com mais detalhes como a placa sinalizadora está bastante envelhecida e está com muita vegetação ao redor, que pode ser melhor visualizada com a foto da direita. Essa, mostra uma outra placa maior que tem uma melhor sinalização, de uma forma geral, de alguns pontos da cidade, mas também bastante antiga. Como a placa que sinaliza as pousadas da Acolhida era muito pequena, foi preciso descer do veículo para conseguir visualizar, especialmente à noite. Em outros locais, pode-se encontrar placas nas quais não era possível enxergar o conteúdo, pois estavam bastante envelhecidas, conforme a Figura 15.

Figura 9 - Placas de sinalização envelhecidas



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

Outros aspectos comentados nos serviços básicos fazem referência à água e energia. Os entrevistados, de modo geral, apontaram que não possuem problemas de acesso a esses serviços, mas alguns apontaram que o acesso à energia e à água melhoraram com a chegada do turismo.

Então... energia era péssima. Isso tudo hoje... nós temos energia boa, o acesso assim [...] Muitas coisas foi em função do turismo.[...] Que aconteceu às vezes de até mesmo de faltar nos banhos né. Só que a gente também não tava tão organizado. Não tinha um plano B ou o plano C. Hoje a gente já tá mais estruturado. Já tá com reservatórios maiores e temos um plano B também, se caso der errado tem outro (Entrevistado 1).

[...] É... a visibilidade que o turismo dá ao município obriga que...o poder público olhe melhor pra acesso, pra... a...pra infraestrutura básica né [...] o turismo ele tem talvez uma das principais parcelas, né, na na nessa melhoria da infraestrutura não só estrada (Entrevistado 11).

Percebe-se ao longo dos trechos aqui destacados que há uma influência mútua entre as melhorias dos serviços básicos e o próprio turismo, uma vez que essas melhorias são importantes para o desenvolvimento do TBC, pois o turismo influencia o desenvolvimento de boas condições básicas, tanto para a população quanto para o visitante. Por outro lado, é válido destacar o ponto que Oliveira e Marinho (2005) e Asker *et al.* (2010) haviam sugerido,

isto é, de que as melhorias devem acontecer não por conta do turismo, mas por conta das necessidades da população.

O sistema de comunicação foi outro aspecto destacado pelos entrevistados, isso porque na fase de exploração não havia uma comunicação como nos dias atuais, como o acesso à internet, por exemplo, até mesmo o telefone celular era muito raro, pois nem mesmo torre com sinal existia. Muitos entrevistados associaram as melhorias ao próprio desenvolvimento do turismo, mais uma vez reforçando a influência mútua.

[...] não tinha linha telefônica nas propriedades rurais. Então a gente tinha que pegar o carro pra ir avisar quando vinha turista ou ir avisar que o turista tinha desistido de vir. Era... ou tinha que mandar recadinho pelo caminhão do leite ou pelo ônibus escolar. Tu não faz ideia que loucura que é se desenvolver turismo num lugar que não tem estrutura nenhuma pra des... pro turismo, entendeu? (Entrevistado 2)

Então, é... quando vinha um grupo, um grupo pro município que ia ficar na na, que ia passar na propriedade ou ia ficar hospedado, é... é... pro agricultor ficar sabendo desse grupo, ele era informado pelo motorista do transporte escolar, é... ia lá a secretária, escrevia um bilhetinho e entregava pro motorista do transporte escolar, o motorista chegava e entregava pro pros agricultores. [...] A internet, a gente foi o primeiro município do Brasil a ter internet gratuita [...] É... então eu acho que.. isso, tudo isso, o turismo tem uma parcela de culpa na verdade nisso, né, porque dá visibilidade pro município aí o município precisa dá os pulo dele também, né[...] (Entrevistado 11).

Apesar de todas as dificuldades iniciais, a comunicação foi melhorando, especialmente com a chegada da internet no meio rural, o que facilitou as atividades de vendas de hospedagens e visitas turísticas.

[...] é hoje cada um recebe o seu né no WhatsApp, é se tem linha telefônica ou não, mas o WhatsApp tá ali no Wi-Fi, tá resolvido o problema né. E a questão do site hoje você está lá no site, as pessoas pegam o contato da, de quem quer, mandar mensagem tá resolvido na hora (Entrevistado 10).

Quanto ao código ‘logística de acesso às iniciativas’, como já apresentado na etapa anterior, está relacionado às facilidades/dificuldades de acesso das experiências, por vezes isoladas de centros mais urbanizados (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009), como é o caso da Acolhida. Diferente de outras regiões, como a Norte, que precisa de transportes fluviais, aqui necessita apenas de transportes terrestres.

Destaca-se, entre as respostas apresentadas, que o acesso foi um dos maiores desafios na fase de exploração da Acolhida, por conta das estradas. Contudo, melhorias foram feitas para dirimir os problemas. Por outro lado, o transporte público que existiu por algum tempo, deixou de funcionar. Os entrevistados alegaram que o desenvolvimento da região permitiu que as pessoas passassem a ter seu próprio transporte e isso diminuiu a necessidade de transportes públicos locais.

Teve linhas de Santa Rosa para Florianópolis. De Santa Rosa pra Rio Fortuna, Braço Norte. Então acredito que uns 08 anos né que encerrou essas atividades das empresas

que tinham transporte público aqui. [...]Eu acredito que pela questão de que...a grande parte ou quase 100% das famílias aqui tem seu carro próprio hoje né. Então quando precisam de deslocamento acabam usando seu veículo próprio e aí o número de pessoas que utilizavam esses transportes coletivo, esse transporte intermunicipal diminuiu muito... inviabilizou né (Entrevistado 9).

Quanto ao ‘volume de visitantes’, verificou-se nas entrevistas que a capacidade de visitantes nos locais de visitação ou hospedagens é um número baixo corroborando com o que Irving (2009) defende, de que o TBC deve se desenvolver a uma escala limitada, definida a partir dos recursos locais. No caso da Acolhida, as hospedagens, por exemplo, por muito tempo ficaram dentro da própria casa dos agricultores, mas com o tempo eles foram construindo outros espaços, o que corrobora a pequena escala.

[...] Mas recebi assim, em média no final de semana, de 8 a 12 pessoas. Claro, tem final de semana que era menos pessoas, e tem final de semana que era mais, que recebia até 15[...] Até 18 a gente já recebeu, assim, mas mais do que isso não. [...] (Entrevistado 8).

Então, ah, a gente tem uma casa grande, tinha dois quartos que não eram utilizados, a gente tava recebendo esses hóspedes nesses dois quartos que não eram utilizados e aí a gente, a associação denominou, colocou o nome como quartos coloniais né, esse tipo de serviço. E até 2010 a gente...[...] 4 pessoas. Era 2 casais. Tinha 2 camas de casal, na época. E... tava bastante certo assim, vinha bastante grupos é... turistas também vinha bastante também. [...]Então, deu assim um retorno muito bom, mas aí eu cresci, a minha irmã cresceu e cada um precisava do seu canto né? Porque no final já tava ficando chato, a gente tinha todas as nossas coisas nos quartos, aí durante a semana não tinha turista, a gente dormia no quarto, final de semana quando vinha turista, o pai e a mãe óh “some com as coisas de vocês daqui porque tá vindo turista” e daí onde é que nós vamo dormir? [...] Aí em 2010 foi construído um chalezinho (Entrevistado 11).

O código ‘infraestrutura turística’ descreve os aspectos básicos que toda experiência turística deve possuir para o turismo funcionar, como as estruturas de hospedagens, alimentação, a questão da higiene e manutenção de tais, a existência de atrativos turísticos que para o TBC são variados, desde as trilhas, cachoeiras, observação de aves, abelhas etc. Nesse contexto, a capacidade na prestação de serviços como hospedagem, alimentação e serviços de guia são limitadas aos recursos disponíveis *in loco*. As entrevistas destacadas demonstram a importância da variedade de oferta turística:

Sim, quanto mais oferta tem, melhor é. Porque o pessoal que vem eles querem coisas pra fazer, né. E eles gostam bastante também de ir pro paredão da Serra que fica na frente da Serra, lá na Santa Bárbara onde amanhã vai ser aquela reunião. Lá é um lugar muito bonito, o pessoal vai lá e os observadores vão pra fotografar a araponga lá (Entrevistado 4).

E atrativos né, a gente ver hoje aqui, aqui no município né, o turista vem passar uma diária, e daí o normal é uma diária. Mas a gente pode tá aumentando pra duas diárias. Mas eles precisam, o município tem que ter mais atrativos além das pousadas. Uma cachoeira... a observação de aves... hã, o cicloturismo, o turismo religioso, cultura, museu, coisas pra ir fazer, O quê que eu posso fazer quando eu tô aqui em Santa Rosa, né? (Entrevistado 5).

Nas imagens da Figura 16, retiradas durante a observação em campo, é possível perceber essa variedade de atrativos. Na imagem da esquerda estão as abelhas sem ferrão, que podem ser facilmente manipuladas por qualquer pessoa, e à direita um observatório de aves, uma prática recente desenvolvida dentro de uma das pousadas visitadas, aproveitando o potencial natural da região que se encontra na Mata Atlântica.

Figura 10 - Atributos turísticos da Acolhida na Colônia



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

No caso do TBC que se desenvolve no meio rural, ainda tem como atrativo o modo de vida rural, representado pelo modo tradicional e artesanal da agricultura. Além disso, tem-se a própria cultura, as tradições específicas e festas culturais (BLANCO, 2004).

[...] Quando vinha uma visita, se eu tinha um vaso de flor bonita, eu já gostava de mostrar, as galinhas tão “ponhando” bem, eu já levava lá para o galinheiro. Se tinha uma flor bonita na horta e aquilo... daí para trabalhar com turismo naquilo ali... eu já sempre gostei de fazer, quando começou assim, adorava. Quando vem os alunos então, aquele meio dia inteiro ali, que daí tu vai lá explicar, tu vai lá mostrar como veio crian... veio uma vez de Anabá de Brasília, Distrito Federal, veio um grupo, era tudo 5, 7, 8 anos, era tudo pequenininho, daí tu vai lá mostrar em arrancar o primeiro a cenoura, arrancar um pé de batata doce, nós temos um cavalo, tem uns bichinhos assim também, vaca e coisa ao redor da horta. Daí eles iam lá davam com a mão pra o bicho comer, ohh as crianças ficam... (Entrevistado 6).

Destaca-se entre as entrevistas coletadas a questão da convivência, em que acontece o compartilhamento do cotidiano, histórias, lazer, religiosidade, ócio, entre tantos temas que os comunitários e visitantes discutem (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). [...]o que as pessoas mais falam é: “como é bom tá sentado numa mesa, batendo papo, e como a gente se sente em casa”, né?” (Entrevistado 2). O Quadro 29 apresenta os ajustes realizados mediante a análises das entrevistas.

Quadro 29 - Ajustes da categoria Infraestrutura após 3ª etapa

| Categorias            | Códigos descritivos                                                                     | Aspectos analisados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Infraestrutura</b> | Serviços básicos (água, luz, esgoto, redes de comunicação, saúde, segurança e estradas) | Verificar se existe acesso aos serviços básico, como água potável, energia, sistema de esgoto, mesmo sem grandes estruturas, mas que garanta alguma qualidade de vida à comunidade e depois ao visitante.<br>Existência de estrada com certa qualidade, com sinalizações, por exemplo.<br>Existência de acesso à rede de telefonia ou na ausência, pelo menos, de acesso a uma estrutura de 3G ou Wi-fi |
|                       | Volume de visitantes                                                                    | Verificar a taxa de crescimento do número de visitantes ao longo do tempo<br>Verificar se o volume de visitantes é atendido, considerando a capacidade de receber.<br>Verificar o foco qualidade X quantidade                                                                                                                                                                                           |
|                       | Infraestrutura turística                                                                | Verificar a existência de estruturas como hospedagens, bares, restaurantes, canoas, carros, etc., para atender os visitantes.<br>Verificar a manutenção das estruturas.<br>Verificar a questão da higiene das estruturas.<br>Verificar se existem áreas naturais (cachoeiras, rios, praias, mata etc.) mais preservadas da ação humana.                                                                 |
|                       | Logística de acesso às iniciativas                                                      | Verificar as condições para o deslocamento do visitante, observando a existência dos tipos de transportes, quem efetua o serviço de deslocamento, e o valor a ser cobrado.                                                                                                                                                                                                                              |

Fonte: A autora (2023)

Conforme pode ser visualizado no quadro anterior, não houve necessidade de ajustes. A próxima seção irá discutir sobre a organização comunitária, uma categoria que surgiu após a análise da segunda etapa.

#### 7.2.6 Organização comunitária

Ao analisar os componentes principais nos conceitos de TBC, Fabrino, Costa e Nascimento (2012) observaram que a organização comunitária é um dos elementos chaves, sendo, inclusive, um aspecto que o diferencia de outras práticas/formas de organização do turismo. Segundo os autores, ela representa um grau de controle dos membros da comunidade sobre as atividades econômicas associadas ao turismo. Desse modo, esses devem estar organizados entre si, conferindo alguma forma de organização representativa do grupo envolvido com o turismo. De fato, essa categoria foi ratificada aqui pela maioria dos entrevistados, sendo composta pelos seguintes códigos descritivos: i) grau de organização; ii)

intergeracionalidade; iii) fortalecimento da cultura; iv) protagonismo; e v) reconhecimento de outros benefícios.

O primeiro código descritivo discutido é o ‘grau de organização’ em que um dos aspectos que deve ser analisado é a capacidade de se organizar em associações e cooperativas, que foi confirmado pelos entrevistados.

Ah, tu imagina construir essas redes, fazer com que as famílias compreendessem a importância de cooperarem, de fazer isso juntas, né? Porque culturalmente a gente é mais individualista, o próprio modelo de sistema, de desenvolvimento do país que a gente vive, modelo mais capitalista e tal. Ele vai gerando cada vez mais individualismo, aqui a gente rema contra a maré, porque tudo que foi feito foi de forma solidária, cooperativa, associativa, de economia solidária, todas foram criadas com esse espírito, com esses princípios[...] Ajudou muito, né? Esses princípios do cooperativismo, da economia solidária, da cooperação, da solidariedade, todos esses princípios nortearam a construção, a participação, né? Então, pô, fazer as coisas de forma conjunta é muito mais difícil do que eu e tu, somos um casal, a gente define o que vai ser do nosso empreendimento e deu. Coletivamente não é assim, né? [...] A Acolhida também, a assembleia define as prioridades, o que que vamos fazer, e tem regras, regras coletivas (Entrevistado 3).

A ideia do trabalho associativo na Acolhida é que nunca uma família de agricultores estaria sozinha em um município, elas trabalhariam com as outras e também com outros municípios, sendo que eles se complementariam na oferta de produtos e serviços (GUZZATTI, 2010). Nesse âmbito, o associativismo fortalece e aumenta as chances de atingir os objetivos em comum, de tomar decisões coletivamente, conforme pode ser verificado nos trechos das entrevistas a seguir.

[...] aquela questão né da decisão coletiva do perfil do turista. É... veio como uma questão ali da França, da *Accueil Paysan*, desse perfil de turista, só que foi algo que causou perfeitamente com o que o.. a gente quer aqui, né. Os agricultores querem. (Entrevistado 5).

[...] E daí agora é mais pra, depois quando eu já, já fiquei mais adulto, adolescente né, daí sim, sempre participei também da, das discussões do caderno de normas e hoje eu participo da federação[...] Então, a gente sempre participou muito juntos assim, muito família, eu, mãe e pai, e de todo o processo assim de construção da, da associação e de e de alterações quando era feitas, e discussão desde preços e de tudo (Entrevistado 8).

A existência de grupos de trabalhos na Acolhida foi outro aspecto evidenciado nas entrevistas. Pôde-se constatar que esses grupos surgem em alguns momentos do ciclo de vida da iniciativa.

Quando tinha alguma coisa ah, tem que resolver tal e tal questão vamo nos organizar. Tem... teve. Hoje eu acho que menos, assim. Hum, mas tem também. A gente puxa, né. Geralmente a gente puxa, mas por exemplo, a gente fez há dois anos atrás uma revisão do caderno de normas. É... a gente fez grupos de... de trabalho no sentido de discutir não, vamos discutir as normas de... alimentação. Então vamos chamar a mulherada que... é quem tá mais... né, trabalha mais com alimentação. A gente não chamou todo mundo pra discutir. (Entrevistado 2).

Quando a gente precisa, por exemplo, ano... antes da pandemia, 2019, a gente fez um seminário... um congresso da Acolhida, “ah, pra fazer o congresso, então vamo criar

um grupo de trabalho né. Um grupo de trabalho pra pensar o almoço, as alimentações, um que vai pensar a hospedagem”, é sobre demanda[...]. Aí tem o pessoal da feira né, que faz a feirinha aqui no município. Então tem esse grupo de trabalho[...] Uma vez por mês. Tem o grupo de trabalho que é quem se envolve com a feira. Então não é todos os associados, é só quem tá ali indo na feira. Ah, teve a inauguração do CAT que aconteceu durante a pandemia, que é o Centro de Atendimento ao Turista. É... eu convidei a Acolhida pra servir o café, montei o grupinho “ah, quem tem interesse?”, eu perguntei no grupo geral “quem tem interesse de participar do café?”, “ah, eu tenho, eu tenho”, e daí eu peguei quem tinha e montei o grupo, esse grupo vamo fazer uma reunião pra discutir como que nós vamo fazer (Entrevistado 5).

Um último aspecto verificado para esse primeiro código é quanto a compreensão de que o TBC é um complemento às atividades tradicionais da comunidade. No caso da Acolhida, a atividade principal é a agricultura. O turismo surgiu como uma forma de auxiliar os agricultores a se manterem na região, que parecia não ter mais perspectivas:

[...] eles começaram então a pensar pra construir uma agroindústria pra beneficiamento de melado, fazer beneficiamento da cana de açúcar, fazer açúcar mascavo, melado, é... e essa agroindústria, ela foi construída um pouco antes da Acolhida, de surgir a Acolhida. E aí com esses grupos vindo. Aham.[...]E quando essas agroindústrias ficaram prontas, daí duas dessas agroindústrias disso era a de leite que... e a de suínos pra o abate, beneficiamento, fazer salame, linguiça, torresmo, bacon e assim por diante. E o suíno era criado orgânico e as vacas que produziam o leite também de forma orgânica.[...] E isso chamou muita atenção. [...] Então os grupos né, começou a vim muita gente aqui pra conhecer e daí teve apoio da Universidade, foi um projeto é... da... do ministério do... ministério do desenvolvimento agrário, na época [...] Então conseguiu aprovar um projeto lá pra construir, então a notícia correu do projeto aqui né, correu e vinha muita gente visitar (Entrevistado 5).

[...] valorizando da terra, assim que foi... A gente conseguir ver as coisas com outros olhos, antes a gente não tinha uma esperança de continuar a ficar aqui. A gente assim, a, tem que ficar aqui, mas a gente não via futuro para os nossos filhos ficar aqui. E hoje, depois disso, a gente viu aquilo com outros olhos, então (Entrevistado 12).

Um dos entrevistados destacou que há um movimento de diminuir a produção, e explica que não significa que ele está tornando o turismo como atividade principal, pois o turismo é uma atividade da agricultura familiar. Contudo, é preciso haver equilíbrio, o que não pode acontecer é a comunidade depender excessivamente da atividade turística para o sustento (DODDS; ALI; GALASKI, 2018), pois assim elas podem perder o seu empoderamento.

Veja, quando a gente começou a discutir o Agroturismo há 20 tantos anos atrás, com esses agricultores, o agricultor plantava e vendia pra um intermediário, ponto. O quê? Fumo, lenha ou outros itens ali, né? Hortalças, alguns já eram da Agreco até quando eu cheguei. [...] Produzir, vender, fazer propaganda, cobrar, conferir o extrato bancário e entregar, preparar, colher e embalar. Ou seja, é muito difícil, né? [...] Mas é... a gente na época não não, a gente lutou muito e conseguiu mudar a legislação hoje, o turismo é uma atividade da propriedade é considerado como, como vender batata vender uma hospedagem é o mesmo status é um serviço da Agricultura Familiar? [...] Quando a gente diz “ah, mas ele não produz mais vive de turismo” turismo é uma atividade da agricultura familiar, porque quando a gente vende uma hospedagem ali, a gente tá vivendo o convívio com agricultor, a possibilidade dele fazer interpretação ambiental, contar sua história, né? [...] mas entendendo também essa mudança de cenário, né de que ele tá produzindo uma atividade turística dentro da agricultura familiar e que isso demanda tempo, demanda cuidado, demanda

trabalho, que óbvio se é respeitando aquele aquela lógica da agricultura familiar, trabalho da família tal não dá para fazer tudo né? Que bom que ele vai produzir menos e vender serviços, né? Agora é claro que a gente tem que procurar esse equilíbrio, né? (Entrevistado 16).

Quanto à ‘intergeracionalidade’, sabe-se que a sucessão nessas atividades é uma questão preocupante, sobretudo quando se trata da agricultura familiar, em que os jovens convivem com um dilema de decidir entre permanecer ou não no meio rural, sucedendo as atividades dos pais (FOGUESATTO *et al.*, 2016). Esses jovens, que atravessam as gerações, vivem uma dupla dinâmica social, de um lado os valores da família, da comunidade em que vivem, e do outro, o do mundo urbano industrial (KISCENER; KIYOTA; PERONDI, 2015).

Os aspectos analisados para a intergeracionalidade nesta etapa foram: i) capacidade de atrair e inserir os jovens nas atividades turísticas, isso foi observado até mesmo na assembleia em que adolescentes estavam acompanhando os pais; ii) existência de grupos de jovens, que não foi identificado nas entrevistas a necessidade de ter um grupo específico, por isso optou-se por excluir; e iii) capacidade de diálogo com as famílias, para incentivar os jovens a continuarem as atividades, aspecto que está presente nas entrevistas:

[...] Eles sempre falavam assim: “Ah, a gente tem tanta coisa aqui na propriedade, tanto que dá pra melhorar, vocês querem abandonar tudo isso daqui?”. Então, eles nunca incentivaram a sair, mas eles sempre incentivaram assim: “não, vocês têm que fazer o que que vocês querem, né? o que vocês gostam de fazer”. Foi aí que quando eu concluí a faculdade [...], o pai e a mãe chegaram pra gente e disseram: “óh, agora é com vocês. O que que vocês querem? Vocês...”. Principalmente eu, já tinha que ter, vamos dizer assim, vergonha na cara e decidir alguma coisa. Já tava com 20 e poucos anos. Então, o que que eu quero? Eu quero continuar na propriedade ou quero sair? Se eu quisesse sair, eles iam apoiar, mas se eu quisesse ficar, eles iam gostar muito mais [...]. Aí eu disse: não, eu... eu depois de tudo que eu vi, que eu vivi e coisa assim, eu queria continuar na propriedade, e queria continuar com agroturismo, ampliar, ampliar a piscicultura, melhorar a parte da produção orgânica, e aí o pai disse: “não, então vamo, vamo tá investindo (Entrevistado 11).

[...] Eu, tipo assim, eu fiquei bastante triste aquela vez quando ele saiu, mas é fase da adolescência, da juventude, coisa assim. [...] eu queria para ela estudar, mas em alguma coisa pra voltar para propriedade, mas ela não quer. E mais pensa... eu sempre penso assim, que eu gostava que eles ficassem pelo menos um ou os dois meninos na propriedade, pra tocar pra frente e a cabeça deles aos pouquinhos estão notando assim que dá de ver que, como o mais novo sempre disse para nós, é só nós cuidar dos clientes que o pai, manter os clientes que o pai e a mãe têm, que nós temos como se manter (Entrevistado 6).

Para Silva e Almeida Martins (2012), o processo de organização do TBC consiste, entre muitos aspectos, na identificação pelas comunidades do potencial cultural, ambiental, social e econômico. As entrevistas corroboram com o argumento a partir do levantamento do código descritivo ‘fortalecimento da cultura’. Busca-se valorizar as manifestações culturais em articulação com a vivência dos modos de vida. Dessa forma, confirmaram-se três aspectos: i)

preservação das tradições, das festas culturais; ii) capacidade de manter seus modos de vida; iii) capacidade da comunidade de conhecer sua própria história e repassá-la:

[...] eu acho que o turismo ele tem um papel muito... muito importante, né? Nessa... coisa do resgate, né? Teve muito resgate, coisas que tavam se perdendo mesmo, saberes...[...] A culinária, né? ...De tá... tá indo pra uma culinária... igual de todo mundo, né? O resgate das receitas. É... é... algumas coisasque já não tinham mais, a gente teve um projeto que foi bem legal, que foi voltado pra energias renováveis. Então, essa coisa de voltar a usar... o Fernando que tava na reunião, por exemplo, ele colocou uma roda d'água pra gerar energia. Coisa que não se usava mais, né? (Entrevistado 2).

[...]Valorizar a cultura local, valorizar os costumes, valorizar essa tradição de fazer um prato típico que virou uma festa, o Gemüse Fest é uma festa de um prato típico que é o Gemüse, que é um prato alemão que tu vai aprender aqui [...] Depois tu pede pra ela te explicar como é que faz o Gemüse, mas sei que é com batatinha, couve, é... bacon, tem uns ingredientes, né? que vem do porco, da batatinha que era plantada pelos colonizadores, a couve pra fazer... um prato típico disso sustância eu diria, né? de sustância pra os agricultores tinha que comer coisa que desse energia. Como tem no litoral pirão de peixe, aqui tem o Gemüse, né? (Entrevistado 3).

[...] Porque daí como se diz, todo mundo... pessoal tenta manter as coisas antigas. Vamos dizer... tu ensina teus filhos para frente, a fazer uma polenta, um Gemüse, uma cuca que é coisas assim, que eram coisas dos nossos antepassados, dos antigos e coisa assim. Aqui no nosso município também tem grupo de dança. Tem um pessoal que da festa de Gemüse assim, que se organiza faz essas danças alemã [...] (Entrevistado 6).

O ‘protagonismo comunitário’ é reassumido nesta etapa como um código descritivo, corroborando com a defesa de que é um dos pilares mais fortes do TBC (FABRINO; COSTA, NASCIMENTO, 2012), pois representa um benefício social conquistado pela comunidade. Além disso é assumido quando se dá voz àqueles que não são ouvidos, e isso fortalece o sentimento de pertencimento (MORAES *et al.*, 2020).

Eu acho que em primeiro lugar você tem, ter protagonismo de agricultores sempre, né? Eu acho que a gente, de nada vale uma ideia no papel [...] As pessoas atribuem muito a responsabilidade (A Thaise). [...] um papel e que foi importante. E eu acho que talvez [...] maior mérito, tenha sido tá sempre junto com esse grupo, né? [...] veja como que um agricultor, uma agricultora vai acreditar numa proposta se nem quem ajudou a trazer a ideia acredita nela e fica até o fim, né? Abandona o barco, então acho que estar junto [...] Não adianta ir lá dar ideia e a pessoa levar a ideia e dizer assim, “vai à luta!”, não é assim que funciona, né (Entrevistado 16).

Além dos benefícios sociais e culturais, como retratado anteriormente, é necessário reconhecer outros benefícios, tais como o econômico e ambiental, para essa organização comunitária. Nesse âmbito, confirmou-se mais um código descritivo, o ‘reconhecimento de outros benefícios’ e seus aspectos.

Teve, teve várias mudanças, porque a questão da agroecologia trouxe uma discussão pra esse lado. Também através do turismo, mas, o próprio...é... por exemplo, os meios de comunicação em geral, né? tanto a grande mídia, as comunicações regionais aqui se discute muito ainda hoje a questão da preservação do meio ambiente. (Entrevistado 9).

Muitos entraram porque queriam, achavam que o negócio ia ser rápido pra ganhar dinheiro e não foi, né?! Mas a gente tem uns outros benefícios muito maiores que é a questão da conscientização, é... da, do que se tornou as propriedades, né? tanto da parte... do aspecto paisagístico, mudou muito a paisagem local, a paisagem ficou... a propriedade mais bem cuidada, sempre, com jardinagem, porque tá podendo receber turista o ano todo. É... [...]A questão ambiental[...] Quando a gente começou, se pensava muito mais no benefício de renda, e não se tinha essa consciência, quando a gente começou aqui onde tem essa mata, era tudo pastagem. Não tinha... era só pastagem. Então toda a parte de reflorestamento, de recuperação ambiental foi feita, né? Então tem muito mais vegetação em pé hoje do que há 30 anos atrás (Entrevistado 5).

A partir da análise das entrevistas, pode-se verificar o protagonismo como a base de sustentação, mas compreendendo a noção dos benefícios e a capacidade de se organizar de maneira a olhar para o presente sem esquecer o futuro. Isso posto, elaborou-se o Quadro 30 com os ajustes para a categoria em análise.

Quadro 30 - Ajustes da Categoria Organização comunitária após 3ª etapa

| <b>Categorias</b>              | <b>Códigos descritivos</b>          | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Organização comunitária</b> | Grau de organização                 | Capacidade de se organizar em associações, cooperativas, etc.<br>Existência de grupos de trabalho (GT)<br>Capacidade de diálogo dentro da comunidade<br>Existência de lideranças fortificadas<br>Existência de objetivos comuns e decisões coletivas<br>Compreensão da comunidade entender que o TBC é uma atividade complementar |
|                                | Intergeracionalidade                | Capacidade de atrair e inserir os jovens nas atividades turísticas<br>Capacidade de diálogo com as famílias para incentivar os jovens a continuarem as atividades                                                                                                                                                                 |
|                                | Fortalecimento da cultura           | Preservação das tradições, das festas culturais<br>Capacidade de manter seus modos de vida<br>Capacidade da comunidade de conhecer sua própria história e repassar                                                                                                                                                                |
|                                | Protagonismo comunitário            | Capacidade da comunidade decidir e influenciar o tipo de turismo a ser desenvolvido<br>Capacidade da comunidade de tomar suas próprias decisões<br>Existência de sentimento de pertencimento/identidade                                                                                                                           |
|                                | Reconhecimento de outros benefícios | Coletivo consciente dos benefícios a longo prazo e impactos negativos<br>Entender o balanceamento dos benefícios econômico e compromisso social<br>Compreender que os benefícios são justos<br>Capacidade de preservação do meio ambiente                                                                                         |

Fonte: A autora (2023)

Como pode ser observado no quadro anterior, a organização comunitária está diretamente relacionada à capacidade de união da comunidade, que por sua vez, está ligada à presença do capital social de ligação, que será discutido a seguir.

### 7.2.7 Capital social de ligação

Conforme apontado por Coffe e Geys (2007), definir os laços como de ligação ou ponte/conexão, permanece a critério do pesquisador. No contexto analisado da Acolhida na Colônia, existem os fundadores e os novos associados, que compartilham dos mesmos objetivos e valores, mesmo que a confiança não seja tão forte entre ambos, conforme explanado por alguns dos entrevistados. Portanto, define-se que os laços de ligação são estabelecidos entre os membros sócios-fundadores: i) com outros membros sócios fundadores; ii) com os novos associados sendo da mesma cidade, Santa Rosa de Lima.

O primeiro código descritivo levantado, ‘grupos homogêneos’, permitiu identificar se o laço era de ligação ou não. Assim, o aspecto analisado consistiu em identificar as características em comum dos grupos. Em primeiro lugar, eles compartilham a mesma identidade territorial. A presença marcante da agricultura familiar faz com que todos, que são agricultores, inspirem-se nos seguintes valores: “saber fazer, saber viver e conviver, respeitar o meio ambiente” (CN). Além disso, resistindo para permanecer em suas terras, essas pessoas se organizaram para o desenvolvimento de um turismo, complementando suas rendas, e associado à produção de orgânicos (sem uso de agrotóxicos).

[...] eu comecei que plantando uns pés de brócolis, daqueles brócolis ramoso e um dia ele (esposo) ia pra praça de moto, daí eu disse, “ah eu vou junto, vou fazer uns maços daquilo ali, eu vou levar pra mulher do restaurante pra ver se eles compram[...] Levei 28 macinhos, ui que interessante, levei lá para a mulher numa caixinha de papelão, todo amarradinho, certinho[...] Daí a gente se animou, na outra semana, já levei mais[...] naquela época nós não éramos sócios de nada, era uma coisa do nosso consumo assim, que sobrou e daí como já ia na praça inventei de levar. [...] Que aqui a pegada foi aqueles pacotinhos de brócolis[...] Ai a Lucilene que era nossa técnica na época sempre passava por aqui, a gente plantava fumo e as crianças pequenas. E ela sempre dizia: [...] vamos começar com orgânicos, vamos ter algo diferente”. E a gente foi achando aquilo, assim, interessante, meu marido já tinha se intoxicado, não podia mais trabalhar com veneno e nós tinha que partir para outro rumo, para outro caminho. [...] Daí a gente primeiro se associou na cooperativa da Agreco, daí em seguida, [...] nós precisamos de gente nessa linha aqui, que era da Igreja Santa Catarina, um ponto turístico. Alguém que servia um café, ou que fosse mostrar a propriedade [...] Daí começamos a trabalhar, era para ser só visita né só o colhe e pague. Mas daí daqui um pouco começou vir aluno. Ah, vamos fazer um dia de campo na propriedade de vocês (Entrevistado 6).

Então em 2005 a gente comprou essa propriedade [...] assim é toda essa área aqui foi para plantio de fumo né, tudo o que você olhar aqui pra cima foi plantio de fumo e era um terreno totalmente degradado, nada desenvolvia nele né. E quando a gente comprou essa terra aqui o pessoal dizia, mas “você são maluco!”[...] E aí a gente falou pow, mas é o nosso sonho fincar o pé, um pedacinho de terra ser da gente, né, a gente tinha três crianças pequena, é e começar a construir o nosso projeto de vida [...] a gente tava é querendo entrar na Acolhida e as pessoas é... queriam ajudar a gente porque a gente queria começar uma propriedade totalmente orgânica, já desde início porque essa terra estava uns 10 anos parado né. E aí todo mundo, a Epagri veio pra ajudar a gente, Acolhida, a Agreco, a prefeitura todo mundo queria ajudar a gente para transformar essa propriedade e aí eles queriam trazer gente também para visualizar

essa transformação[...] e aí a gente foi organizando ela e aí em 2010 é, na época tinha técnico até a Lu, era uma das técnicas, ela falou pra gente eu acho que você já tem alguma coisa pra vocês mostraram a propriedade se vocês quiserem entrar de sócio (Entrevistado 10).

Além disso, observou-se que os associados compartilhavam de normas, que estão formalizadas no caderno de normas. Por exemplo, para ser um associado, é preciso que a família interessada solicite à associação uma visita prévia para que essa avalie a possibilidade de a família fazer parte do projeto. Assim, se confirmada a possibilidade, a associação realiza um Diagnóstico Participativo, que consiste em uma reunião de trabalho que acontece em cada uma das propriedades que apresentam interesse em integrar a Acolhida na Colônia, com o intuito de identificar os seus pontos fortes e pontos fracos, de modo a orientar o agricultor na implementação e desenvolvimento de atividades turísticas. Após isso, a família recebe o Caderno de Normas para análise e, havendo concordância com as regras, assina um Termo de Compromisso, de respeito ao mesmo. Após assinatura, os interessados devem, se for o caso, fazer as melhorias necessárias em seu estabelecimento e, na sequência, solicitar a visita do Comitê de Verificação, responsável pela concessão da licença de uso do selo da Acolhida (CN).

Um dos entrevistados relatou como funciona o diagnóstico participativo, o que permitiu triangular com os dados do caderno de normas:

Nos diagnósticos, diagnóstico funciona assim, tu vai, vai todo mundo numa propriedade. Aí lá naquela propriedade o agricultor ele vai atender todos os outros agricultores e técnicos que vieram né, como se fossem turistas. Vai servir o que ele tem pra oferecer. Aquele prato que é típico que ele já faz ele vai servir. Vai mostrar o que ele tem, vai mostrar a propriedade pra ver como que é. E ali, quando termina todos os diagnósticos, aí tu ver “Ah, essa propriedade ela tem o poder...”. aí no final do diagnóstico de cada uma, é feita uma avaliação por todos. Dos pontos positivos e dos pontos que precisam ser melhorados. “Ah, aqui tem o potencial de fazer trilha, porque tem uma mata, tem cachoeira, não sei o que né, ah muito legal!”. “Aqui, tem o potencial ou precisa fortalecer a produção orgânica”. Aí no final dos diagnósticos, tu tens ali um dado do quê que a gente precisa de capacitação. Ah, a gente precisa... aí todo mundo trabalha junto nesse... é uma reunião que todos trabalham juntos (Entrevistado 5).

Os sócios fundadores, além de amigos próximos, alguns são parentes, vizinhos, que se ajudam mutualmente no dia a dia. Assim como os novos associados, a maioria são vizinhos próximos que se conhecem há bastante tempo. Aqui, observa-se o segundo código descritivo ‘laços de união’. Por exemplo, no período de observação em visitas às propriedades, verificou-se que alguns combinavam dias de lazer juntos, trocas de produtos colhidos nas propriedades etc. De fato, a existência de capital social de ligação auxilia no desenvolvimento da solidariedade e lealdade entre os membros da comunidade, incluídos nessas redes sociais fortemente unidas (OOI; LAING; MAIR, 2015).

Um dos entrevistados ressalta o sentimento de pertencimento pelos associados, mesmo com posicionamento político distinto, o que reforça que os laços de ligação são importantes para criação desse sentimento, e quanto mais forte, mais fácil de trabalhar em conjunto (MACBETH; CARSON; NORTHCOTE, 2004).

[...] Até porque dentro da Acolhida a gente tem gente de um partido e de outro, isso se expressa como eu falei muito ali. Que que eu entendo? Que é me faz gostar tanto da Acolhida em comparação a outras instituições, eu acho que a gente construiu algo muito bonito. Que é esse sentimento de pertencimento, de respeito dentro da associação, que faz essas diferenças serem menos importantes do que a instituição, do que a história do que o que eles construíram (Entrevistado 16).

Outro aspecto analisado para o laço de união que na etapa anterior estava definido como a ‘capacidade de enfrentamento de ameaças’, aqui se estende a dificuldades em geral, não só ameaças, conforme pode ser visto em trechos destacados dos entrevistados:

[...] por exemplo, esse morro alto que vocês subiram ali que agora é calçado. Ele me dava problema tanto quando chovia, do que quando tava seco, porque o carro patinava a seco, não subia, então essas foram grandes dificuldades, mas, nós tínhamos um grupo de pessoas muito unidas, muito unidas mesmo[...] (Entrevistado 7)

[...] não tinha linha telefônica nas propriedades rurais. Então a gente tinha que pegar o carro pra ir avisar quando vinha turista ou ir avisar que o turista tinha desistido de vir. Era... ou tinha que mandar recadinho pelo caminhão do leite ou pelo ônibus escolar (Entrevistado 2).

Ainda sobre os laços de união, um aspecto que pode ser analisado, conforme as demais etapas, é a capacidade de trocar informações/recursos dentro da comunidade, e até referências de trabalho. Nesse caso, a ausência de assimetria de informação cria incentivos para as pessoas confiarem umas nas outras (OSTROM; AHN, 2009).

Acho que uma união entre todos né. Todos se une, todo mundo se conhece. Um indica o outro “Há! Eu não fazia almoço, mas a...fulana e fulana faz almoço”[...] às vezes o pessoal quer fazer uma trilha, lá naquela propriedade faz o aterro pro pessoal que só faz trilha...quer conhecer uma cachoeira então tal lugar tem essa cachoeira. Não é cada um para si, é todo mundo um ajudando o outro né. Pro turismo desenvolver é assim (Entrevistado 14).

Porque que nem tem um que tem farinha de mandioca, o outro tem mel, outro tem outras coisas diversificadas assim. Ah, eu vou porque quase todo mundo pega verdura com nós, né. Ah deu tanto as coisas ou tem melado. Ah, eu quero do teu melado, então já desconta lá do tanto que eu peguei em verdura. A gente faz bastante trocas com o pessoal (Entrevistado 6).

[...] Antigamente, inclusive no território das Encostas da Serra Geral onde a Acolhida na Colônia teve início, a realização do “pixurum”, como era chamado o mutirão para fazer roça que reunia vizinhos, era prática costumeira. Se um/uma agricultor/a fcsse doente ou tivesse qualquer tipo de limitação para fazer sua plantação ou colheita, seus vizinhos se organizavam para socorrê-lo/socorrê-la, sem que fosse necessário qualquer pedido de ajuda. Havia um acordo tácito, como uma forma de autoproteção das famílias (LA).

De fato, essa ajuda mútua foi observado em campo, quando um dos entrevistados se atrasou para a entrevista, pois estava ajudando um outro associado com abertura de uma vala para evitar que a água da chuva danificasse a estrada para chegar até a propriedade (DC).

De fato, os laços de ligação são mais resistentes (ISLAM; WALKERDEN, 2014), especialmente por que existe confiança que contribui para a cooperação, visando atingir os objetivos.

O mais importante desse período, contudo, foi que as pessoas foram confiando umas nas outras, fortalecendo a amizade, e isso foi fundamental para construir a associação (que não por acaso é considerada por muitos a “família Acolhida”). (LA).

[...] A gente criou uma relação muito grande assim de amizade, né. Esses sócios fundadores assim. Então a gente é muito amigo. A gente sempre troca ideias, principalmente com a Leda e o Valnério [...]Então a gente confia super! Bem, então todo mundo aqui do município (Entrevistado 8).

Se vinher um turista aqui, e eu disser “ahh fulano lá, a propriedade dele é ruim, não sei o que”. Mas tu tens que se ajudar, contar o que tem de bom no do outro, indicar, quando chega a gente na propriedade da gente, às vezes chega na beira da estrada “ah, tu não sabes me dizer onde é que tem um restaurante, um lugar para comer, um lugar para dormir”. A gente não vai indicar o pessoal dos com veneno convencional, a gente tenta sempre. Ah, o pessoal lá, da pousada da Acolhida, lá tem refeição, tem isso... todo mundo tenta, assim o pessoal das pousadas, assim ajudar (Entrevistado 6).

Esse último trecho revela outro aspecto analisado para os laços, que diz respeito às reuniões/eventos, que ajudam a solidificar esses laços. Na etapa anterior foi colocado como existência de reunião/eventos, mas aqui percebe-se que é melhor analisar a frequência dessas reuniões, pois segundo alguns entrevistados, esse foi um dos principais fatores para diminuir a força desses laços de união:

Aí sempre que tinha um problema nós fazíamos reunião e estudava para resolver aquilo. Depois tá, muita coisa mudou também né por conta dessa pandemia, ficou cada um tocando o seu negócio. Isso torna assim, individualista, antes era mais associativismo. Se tornaram mais individualistas (Entrevistado 7).

[...] por que a gente se reunia frequentemente, então a gente tinha aquele compromisso, vai ter um projeto, vai ter um projeto, mas eu só posso participar desse projeto se eu tô na Acolhida e aí já ficava imaginando quando o técnico chegar vou pedir ajuda para isso, pedir ajuda pra aquele outro. Então, tu criava um vínculo com todo mundo, o grupo vai vim em São Bonifácio mas o grupo vai vim pra Santa Rosa, então tinha esse, contato mais próximo[...] (Entrevistado 10).

O código desigualdades internas também foi ratificado aqui, embora a identificação dos aspectos tenha sido pouco observada, pois os entrevistados, em sua maioria, limitavam-se a expressar que eles não tinham problemas com os demais. Apesar disso, optou-se por permanecer com os quatro aspectos previstos anteriormente, a saber: i) existência de normas discriminatórias, ii) identificação de exclusão de membros marginalizados, iii) existência de

formas de concentração de poder, iv) existência de grupos que tentam se apropriar dos recursos coletivos. Algumas situações relatadas merecem destaque:

Tem algumas coisas só, que as decisões são tomadas por... por um grupinho ali, que... que eles as vezes falam uma coisa na reunião, que tem que fazer de um jeito e quando saem da reunião vão por outros caminhos. E isso, desmotiva também né, então [...] que teve um tempo que foi feito um treinamento para o pessoal, pra trabalhar no escritório, na secretaria, secretário ali dentro. Então só podia trabalhar, quem tinha feito curso. A primeira oportunidade que eles tiveram, que uma saiu, pra botar outra que não era nem ligada na agricultura, não tinha feito curso de nada, botaram aí dentro [...] E na primeira oportunidade que tem, duas, três pessoas, por A porque acha que são da liderança, botam uma pessoa lá dentro que não tem formação de nada. E isso desmotiva, tanto a pessoa que tá ali, que não consegue atender certo, quanto os outros associados (Entrevistado 12).

Percebe-se nessa situação que a desigualdade na distribuição de benefícios é um fator determinante na diminuição do capital, podendo enfraquecer a confiança e distorcer as decisões coletivas, corroborando o estudo de Rastogi, Thapliyal e Hickey (2014). Assim, os ajustes realizados nessa categoria estão dispostos no Quadro 31.

Quadro 31 - Ajustes da categoria Capital social de ligação após 3ª etapa

| <b>Categoria</b>                 | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos a ser analisado</b>                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de ligação</b> | Grupos homogêneos          | Existência de acordos e valores compartilhados pelo grupo<br>Identificação de características similares dos membros do grupo.                                                                                                                                                                      |
|                                  | Laços de união             | Capacidade de articulação do grupo para alcançar um objetivo em comum.<br>Capacidade de trocar informações/recursos dentro da comunidade<br>Existência de confiança<br>Capacidade de articulação para enfrentamento de <b>dificuldades/ameaças</b><br><b>Frequência</b> de reunião/eventos sociais |
|                                  | Desigualdades internas     | Existência de normas discriminatórias<br>Identificação de exclusão de membros marginalizados<br>Existência de formas de concentração de poder<br>Existência de grupos que tentam se apropriar dos recursos coletivos                                                                               |

Fonte: A autora (2023)

Pequenos ajustes foram incrementados para melhorar a escrita e a compreensão dos aspectos (destacados em azul), sendo os demais mantidos tal qual na etapa anterior.

### 7.2.8 Capital social de ponte

A colaboração entre os atores surge como um dos fatores determinantes do sucesso das iniciativas de TBC (BURGOS, MERTENS 2016; FABRINO, COSTA, NASCIMENTO 2012; TEIXEIRA; VIEIRA; MAYR, 2019). Não somente dos membros internos, mas da relação entre os membros internos e os parceiros focados no desenvolvimento das atividades turísticas, pois eles precisam atuar de maneira integrada (BURGOS, MERTENS 2016).

No contexto desta tese entende-se que a relação entre os membros sócios da Acolhida de Santa Rosa de Lima com: i) os técnicos; ii) Amigos da Acolhida; iii) visitantes amigos; iv) membros de outras cidades da Acolhida Encostas da Serra Geral; v) com as redes de TBC em todo o Brasil; vi) Agreco; e vii) Cresol, etc., constituem-se em laços de ponte (*bridging*). Assim, o primeiro código a descrever é o vínculo com atores externos, analisando dois aspectos básicos: as características que diferenciam os grupos e a existência de parcerias com esses atores, que pode ser resumida em: universidade, técnicos, colegas de outras regiões, instituições sociais, associações e cooperativas.

A Cresol, que é uma cooperativa de crédito, tá fazendo um trabalho muito interessante agora, cedeu um técnico pra ajudar a divulgar o turismo, a dar uma mexida, né? [...] Mais financeiro, mais financeiro. Eles também querem que os empreendimentos se desenvolvam. Eles querem também movimentar mais dinheiro. E querem financiar também. Imagina, se eu vou bem, eu posso daqui a pouco fazer mais um, mais um chalé, mais um... e eles têm recurso pra emprestar, né? pra ganhar um jurinho (Entrevistado 1).

[...] E aí... eu desde então trabalho (técnico) com Acolhida, né? Hum, trabalhei em vários projetos, trabalhei muitas vezes de forma voluntária também. Na realidade, assim, acabei desenvolvendo uma relação com o trabalho, com esses agricultores, que independente de ter projeto ou não, eu acabo acompanhando o trabalho [...] Porque toda essa parte organizativa eu participo. Puxo as reuniões. Meio que, aí, na realidade, eu sou meio pau pra toda obra (Entrevistado 2).

[...] E aí eu tive a oportunidade de tá cursando o curso de Licenciatura em Educação do Campo pela UFSC, que aconteceu em Santa Rosa, fruto desses trabalhos desenvolvidos pela Agreco, pela Acolhida na Colônia. A UFSC que já vinha, que era parceiro aqui do território, desses projetos há uns 20 anos, ela trouxe um curso aqui pra Santa Rosa. [...] era um vestibular diferenciado pro curso de Educação do Campo (Entrevistado 11).

Dois desses atores têm peso primordial nessa colaboração com a Acolhida: técnicos e Amigos da Acolhida. Os primeiros, porque eles começaram a ajudar a Acolhida por meio de recursos advindos de projetos que pagavam o salário daqueles, mas alguns deles, como relatado em um dos trechos anteriores, tornou-se muito próximo, que mesmo sem receber pagamento, continuava ajudando a Acolhida. Sobre os Amigos da Acolhida, um dos entrevistados descreve melhor quem eram essas pessoas:

São pessoas que têm diferentes habilidades, nossos colegas assim que se contagiam com esse esse propósito e que tem diferentes habilidades, né? E que de alguma forma nos apoiam sempre que demandados ou, às vezes, até sem ser demandados, né? Posso te dar vários exemplos, a nutricionista que ao longo da pandemia toda ficou fazendo receitas pras cestas que a gente do programa orgânico solidário ou da própria, próprio horta mesa que é um programa da Acolhida. A *design* que viaja com a gente para fazer orientação de organização interna das propriedades, sempre de forma voluntária. Enfim, agora na pandemia a gente viu grupo de consumidor, de turistas e amigos se organizar para comprar as nossas cestas, é programa de *voucher*. Enfim, são... o próprio outro Wilson que mora em Santa Rosa[...] é que vive fazendo os nossos, escrevendo as nossas matérias, então, assim, tem uma rede de voluntários que não se formalizou, mas que tenham também um sentimento de reconhecimento enquanto amigo da Acolhida, dessa proposta[...]A

Vanice, por exemplo, doou financeiramente para Acolhida desde o início da pandemia, para a gente comprar alimentos orgânicos e distribuir na periferia aqui. Todo mês faz um aporte financeiro [...] Eu tô falando por eles, mas é o que eu percebo, de acreditar nesse projeto, acreditar no que a gente busca fazer e de colocar as suas diferentes habilidades, né? O seu conhecimento e às vezes, inclusive, os seus recursos para contribuir de alguma forma (Entrevistado 16).

O investimento na construção dessa rede de relações externas, seja com atores individuais e coletivos, pode aumentar o capital social e, assim, obter benefícios na forma de acesso superior à informação, poder e solidariedade. Dessa forma, investindo também no desenvolvimento de suas relações internas (capital social de ligação), os atores podem fortalecer sua identidade coletiva e aumentar sua capacidade de ação coletiva (ADLER; KWON, 2002).

O segundo código descritivo consiste no ‘apoio dos atores externos’, que, como visto nos trechos anteriores, acontece de muitas formas. Nesse contexto, os aspectos analisados são os mesmos já definidos anteriormente: i) capacidade de conseguir recursos com atores externos (informações, dinheiro etc., capacitação, divulgação); ii) capacidade de diminuir custos com acesso a recursos; iii) capacidade de amenizar conflitos com apoio dos atores externos; e iv) identificação de compromisso social da universidade. De fato, os participantes se juntam para se engajarem em uma atividade coletiva, que eles não podem realizar sozinhos e que não estão disponíveis nas redes de ligação que possuem (LO; FAN, 2020).

[...] Então, boa parte das pessoas que estavam na Acolhida estavam no projeto da Agreco também. Quem organizava esses grupos era o escritório ou a Epagri, quase sempre fazia ou Agreco, eles é que organizavam o grupo e traziam pra cá, não era nós [...] a universidade federal fazia trabalhos aqui, trazer os estudantes às vezes ficavam 2 dias aqui, às vezes botava 10,12 pessoas aqui [...] e eles ficavam trabalhando na propriedade, fazendo análise de solo de mata tudo aqui [...] E aí eu comecei em 2012, licenciatura educação do campo. Aqui em Santa Rosa. [...] Da universidade federal que chegou através, justamente através das entidades, né? É, foi um debate de 4, 5 anos. [...] Das entidades, Agreco, Acolhida, CooperAgreco, Centro de formação, prefeitura. E aí eu fiz educação do campo, né? 4 anos.[...] então eu percebi que a formação me ajudou muito, abriu muito, né? (Entrevistado 10).

Outro aspecto, que pode ser acrescentado ao apoio dos atores externos, é a capacidade de conseguir políticas públicas ou leis que apoiem suas atividades, conforme apontado em alguns trechos pelos entrevistados:

[...] Tem o Joca, o Seu Wilson Feijão.. que são... ajudavam a pensar estratégias, de certo pra... eles vinham de certo o quê que tinha que mudar entre nós e... entre o grupo na região e aí depois vinham, faziam algumas propostas. [...] E às vezes né quando, por exemplo, nós tivemos também um períodos com uma luta ali pra...pra nós se enquadrar, enquadrar o turismo, o agroturismo, também como serviço do agricultor familiar, que ele pudesse usar notas de produtor no serviço dele que isso.. Diferenciar ele de um... empreendedor no turismo, hotel fazenda, enfim... e daí esses amigos da Acolhida ajudaram bastante nisso aí, nessa discussão lá com as negociações (Entrevistado 1).

A gente aprovou uma política de turismo rural na agricultura familiar no Estado, que a gente não conseguiu regulamentar. E mais recentemente a gente aprovou o... a Lei do Microprodutor Primário, que... que reconhece o turismo, né, as atividades de turismo como atividades agrícolas, porque era um problema, né. É... o agricultor... O quê que o Sebrae, por exemplo, fazia? Dizia: “você tem que virar um microempreendedor”. E aí, quando ele virava um microempreendedor, ele perdia a condição de agricultor familiar. Perdendo a condição de agricultor familiar, ele perdia acesso à políticas públicas pra agricultura familiar, perdia a... a aposentadoria especial. E aí, a gente disse: “não gente, pode parar! Não é isso que a gente quer. A gente tá trazendo uma atividade pra fortalecer a agricultura familiar, não é pra competir com a agricultura familiar (Entrevistado 2).

Conforme evidenciado, o capital social de ponte, no caso da Acolhida, é importante desde a fase de exploração, pois o projeto nasceu em conjunto com outra associação, a Agreco e uma cooperativa, a Cresol. Na fase de consolidação, percebe-se que teve uma diminuição desse apoio, como também do próprio capital social de ligação. Em outras palavras, é quando esse capital começa a diminuir. Dessa forma, a importância relativa desse capital social para uma determinada comunidade social muda ao longo do tempo, de modo que raramente há um equilíbrio estável (SCHULLER, 2007).

[...] É que no início a gente precisava estar tudo todo mundo junto para conseguir as coisas comunicação, grupo tudo. E a partir do momento que a gente foi avançando, é tanto em ganhar experiência com o trabalho, é com a questão tecnológica, com a questão financeira, a gente foi se distanciando de grupo, de coletivo a gente não é mais um coletivo, como a gente era no início (Entrevistado 10).

Dessa forma, em suma, apresenta-se o Quadro 32 com os ajustes realizados na categoria aqui em análise.

Quadro 32 - Ajustes da categoria Capital social de ponte após 3ª etapa

| <b>Categoria</b>               | <b>Códigos descritivos</b> | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de ponte</b> | Vínculos externos ao grupo | Identificação de características que diferenciam os grupos<br>Existência de parcerias com amigos de outras regiões, universidades, instituições sociais, ONGs, associações, cooperativas e <b>técnicos</b> .                                                                                                                                |
|                                | Apoio dos atores externos  | Capacidade de conseguir recursos com atores externos (informações, dinheiro etc., capacitação)<br>Capacidade de diminuir custos com acesso a recursos<br>Capacidade de amenizar conflitos com apoio dos atores externos<br>Identificação de compromisso social da universidade<br><b>Capacidade de conseguir políticas públicas ou leis</b> |

Fonte: A autora (2023)

De maneira geral, a literatura tem apontado o capital social de ponte como o mais propenso a gerar externalidades positivas, se comparado com o capital social de ligação (COFFÉ; GEYS, 2007). Tal constatação foi reforçada anteriormente quando Putnam (2000) faz uma distinção entre ‘sobreviver’ e ‘progredir’. Nesse caso, o capital social de ligação envolve confiança e reciprocidade em redes fechadas, e ajuda no processo de sobrevivência na vida

diária. Enquanto progredir, é facilitado pelos laços de ponte, por meio do acesso a diferentes recursos, como pode ser visto no caso da Acolhida.

#### 7.2.9 Capital social de conexão

Como visto em capítulos anteriores, o capital social de conexão é composto pela ligação entre as pessoas em situação de pobreza e aquelas que detêm posições de autoridade política ou econômica. Considerando o caso investigado, e o recorte dado, entende-se que os laços dos membros sócios da Acolhida de Santa Rosa de Lima com: i) prefeitura; ii) governo estadual; iii) governo federal; iv) empresários locais; e v) agências de turismo, constituem-se como capital social de conexão.

Assim, o primeiro código descritivo ‘vínculos com atores poderosos’ foi confirmado nesta etapa. No que tange aos aspectos analisados, também foi ratificado da etapa anterior: i) capacidade de parcerias com o governo (federal, estadual e municipal) e ii) capacidade de parcerias com empresários locais e agências.

Projeto com a MDA, projeto com o ministério do turismo, com secretaria de estado, com a TAM, com empresas privadas que financiaram ações, então tinha recurso e tinha um turbilhão de coisas acontecendo. Então, a gente conseguia fazer esses encontros, né[...]Acolhida, ela foi eleita. É... destino referência em turismo rural no Brasil[...] É, e aí em função disso a gente recebeu cursos do ministério do turismo. Teve um edital de turismo de base comunitária, que eles também financiaram, mas foi um único edital. Então assim, abria a... abria... abriam os editais e a gente escrevia projeto, né (Entrevistado 2).

Nós tivemos uma vez uma experiência uma vez com uma agência de turismo. Faz anos. Entrou em contato... né fizeram uma reserva de uma van de idosos, cheia de idosos. E ela né... fez uma divulgação, que aqui era hotel 5 estrela né pra.. pros velhinhos se interessar a vir (Entrevistado 1).

[...] Por exemplo, o balneário Paraíso das Águas, lá onde é água termal, termas. Então eles eram parceiros, são parceiros. Mas é aquela parceria não tão participativa. Então a gente fala, indica eles, porque eles são importantes pra gente. Eles indicam a gente porque é importante que o hóspede às vezes fica no município para voltar lá, tomar um banho, mas... [...]É, mais na divulgação (Entrevistado 8).

Esses vínculos aconteceram desde a fase de exploração da Acolhida na Colônia, pois, como retratado anteriormente, a origem da iniciativa é um movimento *top-down*. Os projetos com o governo federal e estadual foram cruciais para que a iniciativa se desenvolvesse, especialmente para o aumento e melhoria da oferta turística. Por outro lado, a tentativa de fazer parcerias com agências de turismo não funcionou, como destacado no trecho anterior, do Entrevistado 1, na qual eles tiveram uma experiência e não foi proveitosa. Ao examinar um dos documentos, encontrou-se um relato que permitiu triangular com as entrevistas:

Por exemplo, a comercialização de “pacotes” por agências de viagem não teve êxito. Nenhuma agência convencional (ou seja, aquela que comercializa o turismo de massa)

se interessou em vender o agroturismo. Isso ocorreu porque o agroturismo é voltado ao recebimento de pequenos grupos; nele, os preços são baixos e pré-determinados, e as condições de acesso aos destinos, assim como a infraestrutura de base, são precárias, além de outros motivos (LA).

O segundo código descritivo, ‘acesso a recursos (infraestrutura básica, infraestrutura turística)’, foi retificado para a denominação ‘acesso a recursos diversos’, pois percebeu-se que esse tipo de capital social pode oferecer qualquer tipo de recurso, não sendo possível limitar apenas à infraestrutura, como outrora identificado. Por exemplo, o tipo de apoio concedido mais comentado foi o acesso a recursos financeiros, que pode ser utilizado para infraestrutura (para pagar técnicos, formações, secretaria etc.). Quanto à divulgação, é o recurso que geralmente as prefeituras conseguem ofertar para a Acolhida, além do auxílio com transporte para conduzir os visitantes do centro da cidade até as propriedades, pois as estradas eram muito precárias e ônibus convencional não conseguia acessar as hospedagens.

[...] o SC Rural, tanto é que essa reforma toda aqui, a ampliação foi tudo SC Rural, que foi um recurso a fundo perdido, eu acho que o SC Rural dava... 60%, 50% e a agricultura assumia os outros 50%, 40, não sei. Não lembro a proporção, mas acho que era 50% a 50%. Ou SC dava 60%, alguma coisa assim. Dava mesmo, fundo perdido. Não tinha devolução (Entrevistado 2).

Porque a prefeitura teve uma época, agora não tanto, mas uma época que a auxiliava muito assim, até em deslocamento dos agricultores. [...] Então a gente tinha uma reunião às vezes da regional, de uma assembleia em outro município, a gente conseguia um carro da prefeitura pra auxiliar a gente, levar todo mundo. Então, esse tipo de auxílio sempre foi assim um vai e vem. Ah, essa administração auxilia, essa não auxilia. Às vezes vinha, às vezes vinham um grupo de turistas de fora, por exemplo, esses de São Paulo, que vinha sempre, a prefeitura teve anos que ajudou com o transporte interno. Que eles vinham com ônibus de turismo grande, então não conseguia fazer o deslocamento com esse ônibus nessas estradas. Então a prefeitura, ela disponibilizava um ônibus assim (Entrevistado 8).

Uma parceria realizada na fase de exploração que contribuiu com a implantação do agroturismo das Encostas da Serra Geral foi realizada como o Ministério do Turismo, entre 2001 e 2002. Em outro momento, destaca-se uma parceria institucional com a Epagri, entre 2010 e 2016, isso permitiu que a Acolhida participasse das ações do Programa SC Rural, recebendo recursos financeiros do Banco Mundial. Esse programa permitiu que os agricultores aumentassem a oferta turística com a construção de quartos, cozinhas e até mesmo ajustar o calçamento para acessar uma das propriedades.

[...] Então o agricultor acessava meio que não era um financiamento, era um fundo perdido. Um recurso a fundo perdido, ele dava uma contrapartida do recurso. No nosso caso aqui, a gente construiu um refeitório [...] a gente recebia 50% de, de fundo perdido e 50% a gente investia. Então isso era uma, um projeto através da Epagri, com a Acolhida na Colônia. E daí a, os acessos aqui também era uma dificuldade pra gente. Então a gente falou, apresentou pra eles as dificuldades, pra o turismo desenvolver, tinha que melhorar o, as estradas, então teve uma parte do recurso também que foi para o calçamento (Entrevistado 8).

A construção dessas parcerias estratégicas com organizações públicas ou privadas, embora mais difícil de se criar e manter, pode ajudar iniciativas como Acolhida a progredir (KYNE; ALDRICH, 2020). Dessa forma, tais parcerias, conforme mencionado anteriormente, contribuíram não apenas para a melhoria da qualidade turística, como também para a qualidade de vida desses agricultores, fortalecendo, assim, a iniciativa (MIELKE; PEGAS, 2013).

O terceiro código descritivo, denominado ‘dominação de elite’, está relacionado aos desequilíbrios de poder entre os grupos (JAMAL; GETZ, 1995), podendo afetar até mesmo na fase de exploração, já que nesse período os vínculos com atores poderosos podem existir, como é o caso da Acolhida, que inicia com o movimento *top down*.

Para esse último código, foram levantados quatro aspectos na segunda etapa: i) criação de imposições dos parceiros (agências, governo) à comunidade/grupo conectado; ii) existência de conflitos de interesses entre os atores; iii) acordos financeiros de pequeno valor para a comunidade; e, iv) tentativa de cooptação dos parceiros (agência, governo, ‘falsos visitantes’). Para a etapa atual desta pesquisa, apesar de não ter sido constatado todos os aspectos, optou-se por não os excluir, pois as iniciativas de TBC possuem peculiaridades diversas.

Um dos aspectos analisados que pode ser constatado é quanto aos conflitos de interesse entre os atores, que pode ser percebido entre a Acolhida e a prefeitura. Esses conflitos surgiram especialmente por questões políticas, como por exemplo, quando alguns associados demonstravam apoio partidário a prefeitos que não ganhavam as eleições, geralmente o vitorioso cortava o apoio para a Acolhida.

[...] Política. Política. Política...é foda[...] Já, porque... aí tem as questões político-partidárias, né. Então assim, é... associados que defendem um partido e aí o prefeito boicota. As... Santa Rosa de Lima é um município[...] Que já se privilegiou porque ganhou visibilidade por causa dos projetos que aqui estão, né. Se não era uma cidade esquecida no mundo, se for pensar[...] atualmente, eu acho que até a prefeitura tá ok, mas a gente teve prefeituras que trabalharam contra. Total. [...] Ah, de não querer que acontecesse mesmo, entendeu?[...] precisar de sinalização, nada de sinalização, de estrada, que se dane o turista se tiver ruim estrada, sabe. [...] se tu tem um prefeito que é... que é um cara que... derruba mata pra plantar pinus e eucalipto, tu vai querer o que dele em relação a esses projetos? (Entrevistado 2).

A gente já teve vários conflitos com prefeitura, com vizinho, como é que se diz, empresas e coisas assim. Porque o nosso ponto, a nossa propriedade é cercada por um rio, muito bonito. E tem nessa parte tem a ponte, que é um ponto turístico também e as pessoas cismam em passar lá por baixo, pra tirar pedra e areia na parte que pertence pro lado da nossa propriedade. Daí a gente sempre tenta impedir, e dá esses conflitos coisas assim, a gente já lutou muito contra isso, teve vez que parou, depois começa de novo [...] E existe uma perseguição política em relação a isso! [...] Aham, a gente fez abaixo assinado, fizemos reunião, quase levei pedrada, né [...] É, se a gente se une...eles viram nossa posição que nós tava contra, que nós não aceitava[...] a gente fez reunião com mais associados que se manifestaram[...] (Entrevistado 6).

Outro aspecto verificado diz respeito à tentativa de cooptação dos parceiros (agência, governo, ‘falsos visitantes’). Os entrevistados apontaram alguns pontos que merecem destaque:

i) as agências não entendem o perfil do TBC; ii) as agências tentam obter ganhos maiores; iii) pessoas se passam por agências na tentativa de aplicar golpes, o que alguns entrevistados nomearam como ‘troles’.

[...] porque as agências de viagens...eles querem ganhar muito em cima do nosso trabalho, entendeu?[...] Há, eles querem a nossa diária tanto...estipulam um valor muito alto. Aí eu disse não. Porque a gente recebe pessoas aqui que não têm uma renda tão alta, entendeu. Não são pessoas .... é...são de médio porte para baixo, não são milionários, milionário não vem para cá. Aí eles vão para o exterior, para Europa (Entrevistado 7).

[...] Disseram que vinha do Nordeste. Aí eles olham no mapa, ver que tem a pousada e diz “eu vou pra.. Aiurê”, que é uma comunidade vizinha aqui fazer um.. um negócio da igreja não sei o quê, e eu quero ficar hospedado ali. “Ah, tá. Quantas pessoas? Tem vagas? Tem, tem tudo”. [...] “Ah, a gente tá no caminho, acabou a gasolina, eu tô em tal lugar preciso abastecer, tive um problema. Tu não consegue fazer um depósito porque... não consegue me passar, quando eu chegar aí eu pago. Eu tô com o grupo aqui no meio da rua, tô em tal lugar”. Aí ele me diz.. só que ele não sabia que eu não tava aqui. [...] E aí ele tava num posto que era muito perto da minha casa eu tava indo no mercado, tava perto deles. Eu dei... ele diz “eu tô no posto tal”, aí eu disse “Tais em Biguaçu, nesse posto. Ah eu tô [...] Passo o cartão daí quando tu chegar tu me pega”. Daí... sumiu. Sumiu... [...] Daí inventou história, daí eu já sabia que era golpe (Entrevistado 5).

Após essas considerações, apresenta-se o Quadro 33, com os ajustes realizados na categoria aqui em análise.

Quadro 33 - Ajustes da categoria Capital social de conexão após 3ª etapa

| <b>Categoria</b>                 | <b>Códigos descritivos</b>    | <b>Aspectos analisados</b>                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Capital social de conexão</b> | Vínculos com atores poderosos | Capacidade de parcerias com o governo (federal, estadual e municipal)<br>Capacidade de parcerias com empresários locais, agências                                                                                                                                              |
|                                  | Acesso a recursos diversos    | Capacidade de conseguir investimentos de infraestrutura, etc.                                                                                                                                                                                                                  |
|                                  | Dominação de elite            | Criação de imposições dos parceiros (agências, governo) a comunidade/grupo conectado.<br>Existência de conflitos de interesses entre os atores<br>Acordos financeiros baixos para a comunidade<br>Tentativa de cooptação dos parceiros (agência, governo, ‘falsos visitantes’) |

Fonte: A autora (2023)

De forma geral, pode-se afirmar que os entrevistados e os documentos acrescentaram reflexões importantes que influenciaram as modificações realizadas nesta etapa da pesquisa. As principais modificações estão relacionadas a adições de aspectos analisados, além da verificação de outros aspectos que caracterizam as fases do ciclo de vida. Nenhuma categoria foi adicionada ou excluída.

## 8 ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS

As três etapas da pesquisa decorrentes do uso do método da teoria adaptativa desempenharam um papel fundamental na reformulação contínua dos determinantes do ciclo de vida das iniciativas de TBC em cada iteração. Isso proporcionou uma maior garantia de validade e confiabilidade dos resultados.

Na primeira etapa da pesquisa foi possível estabelecer um ponto de partida sólido para identificar categorias gerais. A segunda etapa, por sua vez, enriqueceu o estudo com *insights* valiosos provenientes de especialistas, resultando em modificações, inclusive a escolha de terminologias mais adequadas para descrever as iniciativas estudadas. Um resultado significativo dessa etapa foi a emergência de duas categorias, até então não consideradas na primeira etapa: Organização Comunitária e Conflitos.

A categoria Organização comunitária está intrinsecamente ligada à capacidade de autogestão da comunidade (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012), abrangendo todos os benefícios que sustentam essa base sólida de funcionamento. Nesse contexto, a categoria Benefícios à comunidade', presente na primeira etapa, foi excluída e integrada à segunda. Além disso, ao se organizarem, os membros da comunidade obtêm vantagens mútuas, e ao colherem esses benefícios, reforçam o compromisso com a organização, o que fortalece, neste caso, os laços sociais e a coesão interna (capital social de ligação). Esse fortalecimento desempenha um papel crucial para que a comunidade avance de uma fase inicial de exploração para uma fase de envolvimento/desenvolvimento.

Assim, foi possível constatar durante a segunda etapa que o capital social de ligação e a organização comunitária tem uma relação de influência mútua. Em outras palavras, quanto mais unida a comunidade, mais organizada, conduzindo os membros a sentir maior pertencimento, fortalecendo também o protagonismo comunitário.

Por outro lado, os conflitos emergem como uma categoria que frequentemente tende a obstaculizar o progresso das iniciativas (ALMEIDA; SILVA, 2019), tanto na fase de exploração ou mesmo na consolidação. Nesse âmbito, é crucial que a comunidade esteja vigilante para atenuar os efeitos adversos que podem surgir com os desdobramentos desses conflitos. Com base nesses resultados, foram desenvolvidos novos roteiros de entrevistas e uma subsequente coleta de dados foi conduzida em campo.

Na terceira etapa é possível afirmar, que tanto a análise das entrevistas como dos documentos contribuiu com *insights* que tiveram influência nas alterações realizadas nesta etapa. As principais mudanças estão relacionadas à inclusão de novos aspectos. Nesse contexto,

pode-se compreender melhor como cada código descritivo poderia ser observado, já que a coleta de dados considerou uma iniciativa de TBC. Além disso, pode-se explorar com mais detalhes os elementos que caracterizam as diferentes fases do ciclo de vida das iniciativas e como os tipos de capital social se relacionam com as demais categorias. Importante ressaltar que não houve adições ou exclusão de nenhuma categoria.

Especificamente na fase de exploração observa-se a importância do capital social de ligação por meio dos laços entre os sócios fundadores da Acolhida que acreditaram no projeto e trabalharam em uma ação cooperativa de forma espontânea, criando incentivos para se comportar de maneira confiável (OSTROM; AHN, 2009).

O capital social de ponte também se mostrou fundamental nesse primeiro momento para aumentar o tamanho da rede. Adicionalmente, organizações como Cepagro trouxeram pessoas como Thaíse para apresentar o projeto de agroturismo para os agricultores da região das Encostas. Em outras palavras, buracos estruturais estavam presentes, indicando uma ausência de ligação direta (BURT, 1992) entre Thaíse (Universidade) e os que seriam futuros sócios fundadores da Acolhida. A universidade representada pela Thaíse foi de extrema importância para o início da Acolhida, tornando-se conectores de ideias e conhecimentos variados, além de intermediária de outras parcerias que permitiu a expansão da rede.

Na fase de envolvimento/desenvolvimento e consolidação percebe-se a presença dos três tipos de capital social gerando efeitos positivos e negativos. Mesmo com a ocorrência dos efeitos negativos, além dos conflitos, pode haver há uma superação com o equilíbrio entre os três tipos de capital social. Destaca-se ainda, que na fase de consolidação em um primeiro momento, o capital social de ligação, ponte e conexão, geram efeitos positivos, mas ao longo do tempo perdem sua força. Isso não quer dizer que a iniciativa produzirá efeitos negativos, mas sim, que a ausência ou diminuição da presença desses tipos de capital social se tornam aparentes e podem contribuir para conduzir a iniciativa para uma fase de estagnação.

A terceira etapa da pesquisa trouxe grandes contribuições para o entendimento da fase de estagnação. No caso da Acolhida observou-se que essa fase ocorreu pelos seguintes motivos: i) dificuldade de acesso a recursos financeiros (capital social de ponte e conexão com menor presença; ii) falta de mobilização do grupo; iii) diminuição da união (capital social de ligação com menor presença em ambos os casos); iii) diminuição de formações; iv) falta de comprometimento de novos associados; v) expansão da Acolhida; e, vi) efeitos da pandemia.

Em suma, as mudanças ocorridas nas três etapas da pesquisa foram organizadas no Quadro 34, que permite visualizar melhor os ajustes realizados e comparar as mudanças.

Quadro 34 – Quadro comparativo dos ajustes nas categorias

| Acesso ao mercado       | Códigos descritivos        | Aspectos analisados<br>Etapa 1                                                                                                                                                                                                                         | Aspectos analisados<br>Etapa 2                                                                                                                                                                                                                      | Aspectos analisados<br>Etapa 3                                                                                                     |
|-------------------------|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                         | Divulgação das iniciativas | Tipos de canais de divulgação (redes sociais, boca a boca, sites etc.)<br>Participação em programas de TV, feiras                                                                                                                                      | Reescrita do segundo aspecto: <a href="#">Participação em programas de TV, feiras, eventos em geral</a>                                                                                                                                             | Reescrita do primeiro aspecto: <a href="#">Tipos de canais de divulgação (redes sociais, boca a boca, sites, uso de panfletos)</a> |
|                         | Comercialização            | Capacidade de atrair visitantes interessados no TBC<br>Formatação de produtos/ roteiros turísticos<br>Formas de comercialização: canais diretos e indiretos                                                                                            | Adicionado: <a href="#">Capacidade de encontrar agências que dialoguem com o TBC</a>                                                                                                                                                                | Adicionado: <a href="#">Capacidade de precificar de forma justa</a>                                                                |
|                         | Tempo da comunidade        | <a href="#">Não identificado</a>                                                                                                                                                                                                                       | Organização do período de recebimento de visitantes<br>Capacidade de diálogo com parceiros para entender os problemas da comunidade (morte, nascimento, festas, problemas ambientais, colheita etc.)                                                | Adicionado: <a href="#">Verificação de uma reflexão sobre mudanças na oferta turística</a>                                         |
| Benefícios à comunidade | Benefícios econômicos      | Capacidade de geração de renda para a população local.                                                                                                                                                                                                 | <a href="#">Excluído</a>                                                                                                                                                                                                                            | <a href="#">Excluído</a>                                                                                                           |
|                         | Benefícios sociais         | Capacidade de bem-estar dos moradores locais<br>Capacidade de gerar melhorias na infraestrutura básica<br>Capacidade da comunidade decidir e influenciar o tipo de turismo a ser desenvolvido<br>Capacidade da comunidade tomar suas próprias decisões | Categoria excluída, contudo, dois aspectos foram incorporados na categoria Organização comunitária:<br>Capacidade da comunidade decidir e influenciar o tipo de turismo a ser desenvolvido<br>Capacidade da comunidade tomar suas próprias decisões | <a href="#">Categoria excluída e integrada a categoria Organização comunitária.</a>                                                |
|                         | Benefícios culturais       | Preservação das tradições, das festas culturais<br>Capacidade de manter seus modos de vida                                                                                                                                                             | Categoria excluída, contudo os dois aspectos foram incorporados na categoria Organização comunitária                                                                                                                                                | <a href="#">Categoria excluída e integrada a categoria Organização comunitária.</a>                                                |
|                         | Benefícios ambientais      | Capacidade de preservação do meio ambiente                                                                                                                                                                                                             | Categoria excluída, contudo, o aspecto foi incorporado na categoria Organização comunitária                                                                                                                                                         | <a href="#">Categoria excluída e integrada a categoria Organização comunitária.</a>                                                |

|                                                    |                                                        |                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Capacitação da comunidade<br>(Formação – 2º etapa) | Capacitações em geral<br>(Formações gerais – 2º etapa) | Existência de formações para a gestão (atendimento, planejamento, precificação, logística, marketing, financeiro, etc.)<br>Existência de formações para a gestão turística (hospitalidade, formatação de roteiros) | Adicionado: i) Existência de formação voltada para alimentação (higiene, manipulação, cozimento etc.), ii) Existência de formação de líderes e outras práticas relacionadas as atividades específicas de cada comunidade                                            | Adicionado: Capacidade de articular encontros para gerar mobilização a partir das formações                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                                    | Sensibilização da comunidade                           | Capacidade de lideranças sensibilizarem a comunidade para a atividade turística<br>Existência de diálogo sobre o que é o turismo de base comunitária                                                               | Adicionado: i) Capacidade para sensibilização da valorização dos recursos naturais e culturais, ii) Existência de diálogo de consciência para perpetuar as práticas de TBC.                                                                                         | Não houve mudanças                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Conflitos                                          | Conflitos em geral                                     | Não identificado                                                                                                                                                                                                   | Existência de conflitos de interesses individuais na comunidade<br>Existência de acordos para evitar conflitos<br>Existência de conflitos com a exploração de recursos ambientais<br>Existência de conflitos pela garantia do direito ao território                 | Não houve mudanças                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                    | Outras ameaças                                         | Não identificado                                                                                                                                                                                                   | Existência de ameaças de preservação do meio ambiente (derramamento do óleo no oceano, desastres naturais em geral)<br>Existência de ameaças por graves doenças (Covid-19, por exemplo)<br>Verificar o impacto da política pública para desenvolver projetos de TBC | Reescrita do primeiro aspecto: Existência de ameaças de preservação do meio ambiente (derramamento do óleo no oceano, desastres naturais em geral, construção de hidrelétricas, expansão de madeiras, etc.)<br>Adicionado: i) Verificar o número de membros da comunidade se desvinculando da atividade de TBC; ii) Verificar como a iniciativa trata as ameaças em geral. |

|            |               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                            |                                                                                  |
|------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Governança | Participação  | <p>Percepção dos participantes do TBC em relação à representação de seus interesses nos espaços de participação.</p> <p>Forma da escolha dos representantes do destino de TBC</p> <p>Existência de critérios de rotatividade do exercício da liderança</p> <p>Existência de ações colaborativas e solidárias entre os membros integrantes do TBC</p> <p>Caracterização das relações a partir de movimentos <i>top down</i> ou <i>bottom up</i></p> <p>Caracterização dos tipos de participação existentes conforme tipologia de Tosun (1999)</p> | Adicionado: Identificação de uma participação qualificada (com envolvimento e engajamento) | Adicionado: Frequência de reuniões para discussões de novas demandas de trabalho |
|            | Transparência | <p>Existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação (reuniões, atas por exemplo)</p> <p>Existência de espaços para debates sobre os resultados alcançados</p> <p>Tipos de documentos disponibilizados (relatórios técnicos, reuniões, plano de negócios, estatutos, regimento interno etc.)</p> <p>Relevância das informações, conforme a percepção dos participantes</p>                                                                                                                                                      | Não houve mudanças                                                                         | Não houve mudanças                                                               |
|            | Eficácia      | <p>Existência de articulações com outras experiências de TBC para fortalecimento de uma rede;</p> <p>Existência de articulações entre atores sociais para captação de recursos</p> <p>Verificar se as parcerias são formais ou informais</p> <p>Verificar se as parcerias são temporárias e facilitadoras</p> <p>Verificar o grau de dependência das parcerias</p> <p>Observar o nível de colaboração das parcerias</p>                                                                                                                          | Excluído o aspecto: Verificar se as parcerias são temporárias e facilitadoras              | Não houve mudanças                                                               |

|                                                         |                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                    |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Infraestrutura turística<br>(Infraestrutura – 2º etapa) | Serviços básicos (água, luz, esgoto, redes de comunicação, saúde, segurança, estradas) | Verificar se existe acesso aos serviços básico, como água potável, energia, sistema de esgoto, mesmo sem grandes estruturas, mas que garanta alguma qualidade de vida à comunidade e depois ao visitante.<br>Existência de estrada com certa qualidade, com sinalizações, por exemplo. | Adicionado: Existência de acesso à rede de telefonia ou na ausência, pelo menos, de acesso a uma estrutura de 3G ou Wi-fi                                                                                                                                                                                                         | Não houve mudanças                                 |
|                                                         | Volume de visitantes                                                                   | Verificar a taxa de crescimento do número de visitantes ao longo do tempo.                                                                                                                                                                                                             | Adicionado: i) Verificar se o volume de visitantes é atendido, considerando a capacidade de receber, ii) Verificar o foco qualidade X quantidade                                                                                                                                                                                  | Não houve mudanças                                 |
|                                                         | Equipamentos turísticos<br>(Infraestrutura turística – 2º etapa)                       | Verificar a existência de estruturas como hospedagens, bares, restaurantes, etc., para atender os visitantes.<br>Verificar a manutenção das estruturas                                                                                                                                 | Adicionado: i) Verificar a questão da higiene das estruturas, ii) Verificar se existem áreas naturais (cachoeiras, rios, praias, mata etc.) mais preservadas da ação humana.                                                                                                                                                      | Não houve mudanças                                 |
|                                                         | Logística de acesso às iniciativas                                                     | Não identificado                                                                                                                                                                                                                                                                       | Verificar as condições para o deslocamento do visitante, observando a existência dos tipos de transportes, quem efetua o serviço de deslocamento, e o valor a ser cobrado                                                                                                                                                         | Não houve mudanças                                 |
| Organização comunitária                                 | Grau de organização                                                                    | Não identificado                                                                                                                                                                                                                                                                       | Capacidade de se organizar em associações, cooperativas, etc.<br>Existência de grupos de trabalho (GT)<br>Capacidade de diálogo dentro da comunidade<br>Existência de lideranças fortalecidas<br>Existência de objetivos comuns e decisões coletivas<br>Compreensão da comunidade entender que o TBC é uma atividade complementar | Não houve mudanças                                 |
|                                                         | Intergeneracionalidade                                                                 | Não identificado                                                                                                                                                                                                                                                                       | Capacidade de atrair e inserir os jovens nas atividades turísticas<br>Existência de grupos de jovens<br>Capacidade de diálogo com as famílias para incentivar os jovens a continuarem as atividades                                                                                                                               | Excluído o aspecto: Existência de grupos de jovens |

|                           |                                     |                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                      |
|---------------------------|-------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                           | Fortalecimento da cultura           | Na 1ª etapa foi abordado como ‘benefícios culturais’                                                                                                           | Preservação das tradições, das festas culturais<br>Capacidade de manter seus modos de vida<br>Capacidade da comunidade de conhecer sua própria história e repassar                                                                        | Não houve mudanças                                                                                                                                                                   |
|                           | Protagonismo comunitário            | Na 1ª etapa foi abordado como ‘benefícios sociais’                                                                                                             | Capacidade da comunidade decidir e influenciar o tipo de turismo a ser desenvolvido<br>Capacidade da comunidade de tomar suas próprias decisões<br>Existência de sentimento de pertencimento/identidade                                   | Não houve mudanças                                                                                                                                                                   |
|                           | Reconhecimento de outros benefícios | Na 1ª etapa foi abordado como Benefícios econômicos e Benefícios ambientais                                                                                    | Coletivo consciente dos benefícios a longo prazo e impactos negativos<br>Entender o balanceamento dos benefícios econômico e compromisso social<br>Compreender que os benefícios são justos<br>Capacidade de preservação do meio ambiente | Não houve mudanças                                                                                                                                                                   |
| Capital social de ligação | Grupos homogêneos                   | Existência de normas e valores compartilhado pelo grupo<br>Identificação de características similares dos membros do grupo                                     | Reescrita do primeiro aspecto:<br>Existência de acordos e valores compartilhados pelo grupo<br>O outro aspecto permanece igual                                                                                                            | Não houve mudanças                                                                                                                                                                   |
|                           | Laços de união                      | Capacidade de articulação do grupo para alcançar um objetivo em comum.<br>Capacidade de trocar informações/recursos dentro do grupo<br>Existência de confiança | Adicionado: i) Capacidade de articulação para enfrentamento de ameaças, ii) Existência de reunião/eventos sociais                                                                                                                         | Reescrita dos aspectos:<br>Capacidade de articulação para enfrentamento de dificuldades/ameaças<br>Frequência de reunião/eventos sociais<br>Os demais aspectos mantêm-se inalterados |

|                           |                                                                                                                |                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                            |
|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                           | Desigualdades internas                                                                                         | Existência de normas discriminatórias<br>Identificação de exclusão de membros marginalizados<br>Existência de formas de concentração de poder               | Adicionado: <b>Existência de divergências por apropriação de recursos coletivos</b>                                                                              | Não houve mudanças                                                                                                                                                         |
| Capital social de ponte   | Vínculos externos ao grupo                                                                                     | Identificação de características que diferenciam os grupos<br>Existência de parcerias com amigos de outras regiões, etc.                                    | Reescrita do segundo aspecto: <b>Existência de parcerias com amigos de outras regiões, universidades, instituições sociais, ONGs, associações e cooperativas</b> | Reescrita do segundo aspecto: <b>Existência de parcerias com amigos de outras regiões, universidades, instituições sociais, ONGs, associações, cooperativas e técnicos</b> |
|                           | Acesso a recursos<br>(Apoio dos atores externos - 2ª etapa)                                                    | Capacidade de conseguir recursos com atores externos (informações, dinheiro etc.)<br>Capacidade de diminuir custos com acesso a recursos                    | Adicionado: <b>i) Capacidade de amenizar conflitos com apoio dos atores externos, ii) Identificação de compromisso social da universidade</b>                    | Adicionado: <b>Capacidade de conseguir políticas públicas ou leis</b>                                                                                                      |
| Capital social de conexão | Vínculos com atores poderosos                                                                                  | Capacidade de parcerias com o governo (federal, estadual e municipal)<br>Capacidade de parcerias com empresários locais e agências                          | Não houve mudanças                                                                                                                                               | Não houve mudanças                                                                                                                                                         |
|                           | Acesso a recursos (infraestrutura básica, infraestrutura turística)<br>(Acesso a recursos diversos - 3ª etapa) | Capacidade de conseguir investimentos de infraestrutura, etc.                                                                                               | Não houve mudanças                                                                                                                                               | Não houve mudanças                                                                                                                                                         |
|                           | Dominação de elite                                                                                             | Criação de imposições dos parceiros (agências, governo, empresários) a comunidade/grupo conectado.<br>Existência de conflitos de interesses entre os grupos | Adicionado: <b>i) Acordos financeiros baixos para a comunidade, ii) Tentativa de cooptação dos parceiros (agência, governo, ‘falsos visitantes’)</b>             | Não houve mudanças                                                                                                                                                         |

Fonte: A autora (2023)

Legenda:

Azul – Reescrita de termos

Laranja – Não identificado nas análises

Roxo - Sem alterações

Verde – Exclusões realizadas

Vermelho – Adições de novos aspectos

Ainda na terceira etapa da pesquisa, observou-se que o capital social de ligação, capital social de ponte e capital social de conexão atuam como catalisadores das demais categorias, promovendo efeitos positivos e/ou negativos. Adiciona-se ainda que o capital social de ligação não apenas exibe uma relação de influência mútua com a organização comunitária, mas também apresenta uma dinâmica similar com a governança. Assim, a comunidade unida contribui com uma boa governança e vice-versa.

De modo geral, grupos menores tendem a desenvolver uma maior coesão, o que significa que os membros estão mais próximos e interagem de forma mais estreita (PUTNAM, 2000), permitindo que os indivíduos se conheçam melhor e compartilhem objetivos e interesse comuns de maneira mais direta, nesse contexto o capital social de ligação tende a ser mais forte. À medida que esses grupos crescem e começam a se interconectar com outros grupos ou indivíduos, por meio das pontes e conexões, a dinâmica da coesão começa a mudar. Essas conexões externas trazem novas perspectivas, informações (PILLAI *et al.*, 2017) e até mesmo potenciais conflitos para dentro do grupo. Assim, a expansão da diversidade de interações pode levar a uma menor familiaridade entre os membros do grupo, diminuindo o senso de coesão que se tinha originalmente. No entanto, essa diminuição da coesão não é necessariamente negativa, pois à medida que as redes de parcerias se expandem, o grupo tem oportunidade de trazer novas ideias, conhecimentos e recursos. Por exemplo, no caso da Acolhida, nas fases iniciais, o capital social de ligação reforçava a coesão. À medida que a rede expandia, ou seja, capital social de ponte e conexão se estabelecem, a iniciativa avançava nas fases do ciclo de vida. Contudo, a coesão reduziu até os problemas se tornarem cada vez mais aparente culminando na diminuição do tamanho da rede.

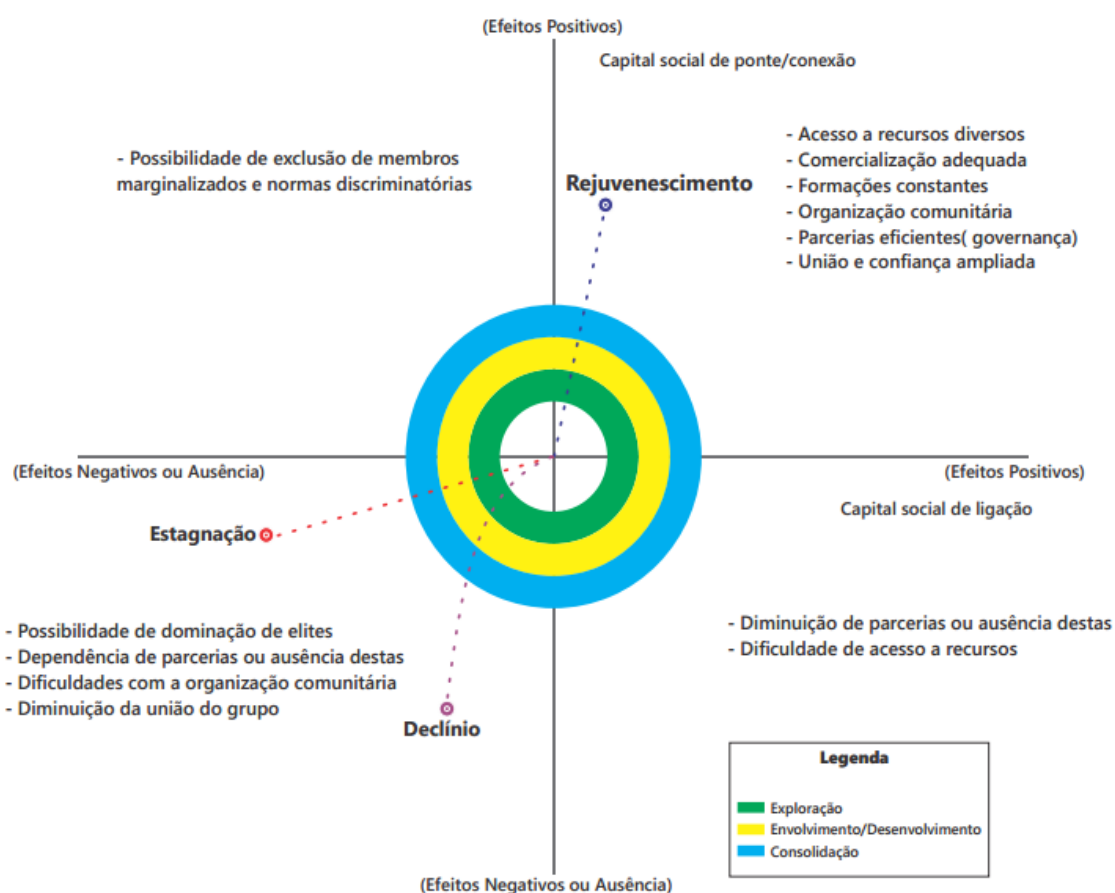
Duas abordagens distintas explicam a diminuição do tamanho da rede para a iniciativa estudada: i) saída de membros associados por perda de coesão do grupo central, em que eles gradualmente perdem sua identificação com o grupo ao longo do tempo, devido a motivos como marginalização de certos grupos, desigualdades internas, além daqueles que desde o início já possuíam pouca identificação com o grupo; ii) diminuição das pontes e conexões, por exemplo, a natural distancia que alguns “amigos da Acolhida”, passaram a ter, a falta de respaldo das entidades públicas, frequentemente ligada a questões políticas entre outras razões.

O movimento de expansão e diminuição da rede está intimamente às mudanças nas fases do ciclo de vida. Nesse cenário, a iniciativa pode experimentar expansões e contrações em ao longo do seu ciclo. Por exemplo, uma iniciativa pode ter sua rede menor na fase inicial quanto

na fase de estagnação ou declínio. No entanto, é importante ressaltar que isso não será o único fator determinante para cada fase.

Ademais, é importante ratificar que o ciclo de vida das iniciativas de TBC não segue um padrão evolutivo linear. Por exemplo, a fase de estagnação pode imediatamente após a fase de exploração, como também pode ocorrer após as demais fases. Dessa forma, após os ajustes feitos nas três etapas da pesquisa, elaborou-se o modelo teórico final conforme ilustrado na Figura 117. Esse modelo é representado em formato de espiral contida em quatro quadrantes, apontando dois eixos fundamentais: o horizontal, representado pelo capital social de ligação, e o vertical, pelo capital social de ponte/conexão, que podem ter efeitos positivos, negativos ou podem estar ausentes. Os eixos representam, nesse caso, o catalisador das demais categorias que influenciam as iniciativas em seu respectivo ciclo de vida, atuando de forma diferente nos quatro quadrantes. É relevante destacar que as fases não são restritas a um único quadrante, exceto nas fases de estagnação, declínio ou rejuvenescimento.

Figura 117 - Proposição do modelo teórico - Versão final



Fonte: A autora (2023)

No primeiro quadrante (canto superior direito), as iniciativas de TBC podem assegurar o acesso a recursos/equipamentos (formações, acesso ao mercado), por meio de parcerias estratégicas gerando amplos benefícios à comunidade, que podem ser maximizados ao chegar na fase de consolidação, isso pois, os efeitos ótimos do capital social são encontrados quando ambas os tipos estão presentes (ligação, ponte e conexão). Ainda no mesmo quadrante, é possível que a fase de rejuvenescimento se estabeleça, embora esse processo ocorra de forma gradual e mais perto do eixo central, como ilustrado pela Figura 17, já que a iniciativa após um período de estagnação está reconstruindo os laços de ligação, ponte e conexão.

No segundo quadrante (canto superior esquerdo), as iniciativas podem enfrentar desafios relacionados à exclusão de membros e normas discriminatórias, além do baixo capital social de ligação. Destaca-se que esses problemas podem ocorrer desde a primeira fase até a consolidação.

No terceiro quadrante (canto inferior esquerdo), as iniciativas podem se deparar com uma série de desafios, o que pode eventualmente levá-las a entrar na fase de estagnação ou até mesmo declínio (fases flutuantes), a menos que sejam capazes de reforçar a estrutura da organização comunitária.

No quarto e último quadrante (canto inferior direito), as questões ligadas ao acesso a recursos podem assumir maior relevância, potencialmente restringindo o progresso da iniciativa. Contudo, a presença mais forte do capital social de ligação pode oferecer uma solução para tentar superar essa preocupação.

Em suma, pode-se comparar o modelo teórico levantado inicialmente na Figura 5 com esse último e observar que: i) houve uma redução da quantidade de fases do ciclo de vida, ii) os efeitos negativos nem sempre ocorrem, podendo ocorrer apenas uma ausência do tipo de capital social, por exemplo, quando a iniciativa perde os membros do grupo ou perde suas parcerias, e por fim, iii) outras categorias foram adicionadas o que forneceu maior valor e compreensão do modelo.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão inicial desta tese buscou entender como os princípios associados ao TBC poderiam estar conectados ao ciclo de vida das iniciativas turísticas. Esse é o momento que o artigo de Okazaki (2008) oferece um significado novo às reflexões ao incluir o capital social nas discussões do TBC. Aqui surge a problemática desta tese: **Como integrar o capital social ao ciclo de vida das iniciativas de TBC?**

Para responder à problemática e buscando fugir das armadilhas de uma abordagem extremamente dedutiva ou indutiva, os procedimentos metodológicos foram inspirados na teoria adaptativa, que possibilitou construir diálogos criativos entre as teorias existentes e as descobertas no campo empírico, com o objetivo de adaptar/criar um modelo. Assim foram desenhadas três etapas de pesquisa: i) construção teórica; ii) entrevistas com especialistas; e, iii) estudo de caso Acolhida na Colônia.

A construção teórica permitiu identificar e articular elementos para composição de uma proposta teórica do modelo de ciclo de vida de iniciativas de TBC, desse modo, a proposição inicial levantou oito categorias como determinantes do ciclo de vida: i) Acesso ao mercado; ii) Benefícios à comunidade; iii) Capacitação dos membros da comunidade; iv) Governança; v) Infraestrutura turística; vi) Capital social de ligação; vii) Capital social de ponte; e, viii) Capital social de conexão. Tais categorias estão estruturadas em um modelo que considera os códigos descritivos e um conjunto de aspectos analisados para ser instrumentalizado em uma verificação empírica do modelo no campo.

Após a proposição teórica, foram realizadas entrevistas com 11 especialistas de TBC, de todas as regiões do Brasil, objetivando agregar toda a diversidade das diferentes experiências no país. Essa fase possibilitou ajustes importantes na versão teórica, principalmente, o surgimento de duas categorias: i) Conflitos e ii) Organização comunitária, que permitiram maior compreensão de algumas lacunas.

Na terceira e última etapa da pesquisa utilizou-se o estudo de caso Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima. Como é uma rede de iniciativas espalhadas, o recorte priorizou o local de origem da iniciativa. Optou-se assim, por realizar entrevistas, observação não participante e análise de documentos. Para as entrevistas, considerou-se desde os sócios fundadores, novos associados, ex-associados, técnicos e representantes do poder público e de uma cooperativa parceira. Os ajustes oriundos dessa fase empírica consistiram no acréscimo e exclusão de aspectos analisados. Assim, a proposição final levantou nove categorias: i) Acesso ao mercado; ii) Conflitos; iii) Formações; iv) Governança; v) Infraestrutura; vi) Organização comunitária;

vii) Capital social de ligação; viii) Capital social de ponte; e ix) Capital social de conexão. Além disso, conclui-se que as fases do ciclo de vida são: i) exploração; ii) envolvimento/desenvolvimento; iii) consolidação; iv) estagnação; e, v) rejuvenescimento ou declínio. A Figura 11 apresenta o modelo de ciclo de vida de iniciativas de TBC a partir das categorias levantadas.

À guisa de conclusão, verificou-se que as categorias do capital social atuam como um catalisador das demais, promovendo efeitos positivos e/ou negativos. Ao fortalecer a união e as parcerias, o capital social aumenta os efeitos positivos, ao passo que ao oferecer as desigualdades tanto internas como as externas com os parceiros, promove-se efeitos negativos. Além disso, esta pesquisa considera que mecanismos da governança e organização comunitária possam atenuar o efeito negativo do capital social e, ao mesmo tempo, possam fortalecer os efeitos positivos. O próprio equilíbrio entre os três tipos de capital social também atenua os efeitos negativos.

Nesse contexto, reconhece-se para as iniciativas de TBC, seja do movimento *top down* como *botton-up*, a importância de parceiros, principalmente do poder público no apoio dessas iniciativas. Destaca-se que esse apoio não consiste somente na ajuda financeira, mas no apoio organizacional de mobilização do grupo, pois sabe-se que as comunidades desenvolvem outras atividades que despendem tempo, e ter alguém como suporte pode facilitar os processos organizacionais.

No tocante ao poder público destaca-se formas de apoio que podem fazer a diferença tanto para as iniciativas existentes, como aquelas que podem ser desenvolvidas com o objetivo de trazer desenvolvimento econômico local para suas regiões: i) criar ambiente favorável para elaboração de políticas públicas e regulamentações, apoiando o TBC e facilitando licenças e certificações necessárias para a operacionalização das atividades turísticas, ii) melhorar infraestrutura básica para garantir o acesso e facilitar a atração de visitantes, iii) promover treinamentos e cursos na área de hospitalidade, gestão e outras áreas relevantes para melhorar a qualidade das experiências, iv) promoção e divulgação das iniciativas, v) facilitar acesso a recursos financeiros que são essenciais para o início e expansão das atividades, como por exemplo linhas de créditos com condições favoráveis.

O modelo de ciclo de vida das iniciativas de TBC é uma ferramenta valiosa no âmbito da administração, principalmente no contexto do gerenciamento e desenvolvimento econômico local das iniciativas. Ele fornece uma estrutura analítica que descreve e compreende as diferentes fases pelas quais uma iniciativa passa ao longo do tempo, bem como os principais

determinantes que a afeta. Dessa maneira, as contribuições são: i) permite às iniciativas prever alterações que podem ocorrer em cada etapa, o que facilita o desenvolvimento de estratégias direcionadas para maximizar os benefícios e preparar-se para os desafios que podem surgir, ii) ao compreender em qual fase do ciclo de vida uma iniciativa se encontra, é possível tomar decisões mais acertadas sobre alocação de recursos, estratégias de *marketing* e outros aspectos críticos, iii) sugere que as iniciativas podem ser renovadas ao longo do tempo, incentivando a busca por inovação contínua, iv) oferece critérios que pode ajudar a mensurar resultados, ajustar as estratégias e definir metas mais realistas.

Essa tese oferece *insights* e estratégias que se alinham aos ODS, contribuindo para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável ao promover uma abordagem de turismo que beneficia tanto as comunidades locais quanto o meio ambiente: i) ODS 1 e 8 – as iniciativas frequentemente direcionam benefícios econômicos diretamente para as comunidades locais, criando fontes de rendas alternativas e empoderando grupos marginalizados; ii) ODS 8 – o TBC ao promover desenvolvimento econômico em áreas menos favorecidas proporciona oportunidades econômicas e sociais visando reduzir as desigualdades, iii) ODS 13 – o TBC valoriza a preservação do meio ambiente e o uso responsável dos recursos naturais.

Dito isso, como toda pesquisa, e esta não é diferente, existem limitações. Em primeiro lugar, como essa é uma pesquisa qualitativa não se pode generalizar os resultados, além disso, como retratado anteriormente, as experiências de TBC são únicas, cada uma com suas particularidades, nesse caso outros aspectos analisados podem ser inseridos ou excluídos. No caso da Acolhida, é uma associação que tem limitações culturais, econômicas, sociais, institucionais e ambientais. Soma-se ainda a limitação de etnia, pois a maioria dos membros associados tem descendência alemã o que os torna diferentes de outras regiões do país.

Em segundo lugar, assume-se o caráter parcial da análise da Acolhida na Colônia, por dois motivos: primeiro, dado o tamanho e sua complexidade, a solução foi fazer um recorte limitando a Acolhida das Encostas da Serra Geral; segundo, não foi dado voz para outros atores, como integrantes da *Accueil paysan*, dada a dificuldade de tradução, já que é uma entidade francesa, e não se pôde ouvir os Amigos da Acolhida, pela falta de compatibilidade de agendas.

Além disso, devido às limitações de tempo, recursos, e o próprio período pandêmico de coleta de dados, somado ao descaso do governo federal com esses tipos de iniciativas dificultaram encontrar iniciativas que tivessem passado por todas as fases do ciclo de vida. Assim, o estudo oferece uma visão parcial do fenômeno, com o estudo de apenas uma iniciativa, embora o caso tenha contribuído para ajustes do modelo.

Como discutido no Capítulo 1, as discussões sobre o TBC ainda são recentes e necessitam de maior exploração. Ademais, corre o risco de que o trabalho seja inútil para grupos comunitários se não focalizar a atenção nos problemas reais. É claro que essa pesquisa não esgota toda a complexidade de problemas, mas, espera-se que ela inspire outros trabalhos a buscarem compreender mais sobre todas as dificuldades e como as comunidades têm lidado com essas questões.

Esta investigação faz parte do escopo de discussões e pesquisas do GIPES, que já examina casos de TBC no Brasil. Portanto, para que haja continuidade e avanços para a compreensão do fenômeno, propõe-se uma agenda de pesquisa que sirva de inspiração para pesquisa futuras:

- Aprofundar o estudo sobre cada categoria isoladamente, com o intuito de identificar limitações e melhorias no tocante aos códigos descritivos e aspectos analisados.
- Submeter as categorias, códigos e aspectos analisados à um modelo quantitativo, para sua validação e efetuar a comparação dos resultados.
- Submeter a versão final para uma nova rodada de especialistas, mas utilizando um quadro avaliativo para cada aspecto analisado e assim comparar com os resultados da pesquisa.
- Analisar se existem diferenças entre experiências *top-down* ou *bottom-up* quanto às categorias que influenciam o ciclo de vida das iniciativas de TBC.

Além disso, não ficou claro se elementos como “cansaço” e “animação”, encontrados no campo, que poderiam ser subsumidos sobre a rubrica motivação ou resiliência das comunidades que desenvolvem o TBC, são catalisadores das demais categorias do ciclo de vida, assim como o capital social. Dessa forma, sugere-se uma investigação isolada sobre a resiliência.

Longe de esgotar todas as possibilidades, espera-se que a publicação dessa pesquisa inspire outros pesquisadores a avançar nas discussões sobre o ciclo de vida dessas iniciativas, indicando caminhos em direção à formulação de políticas públicas. É claro que ainda há um longo caminho, no que é considerado por muitos como ‘luta’ e ‘resistência’ para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento para o TBC no Brasil.

Em suma, aponta-se que os intercâmbios realizados com as iniciativas de TBC, sobretudo advindos do capital social de ponte e conexão, contrariam a noção de racionalidade econômica ao minimizar a importância do lucro financeiro em prol de outros ganhos para a

comunidade, como o protagonismo e a valorização cultural, além da preservação ambiental. Nesse sentido, há uma esperança de que, nos próximos anos, a luta e resistência que se encontra hoje nas iniciativas se fortaleça e inspire cada vez mais outras iniciativas.

## REFERÊNCIAS

ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Orgânicos solidários**. 28 out. 2020. Instagram: @acolhidanacolonia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CG44DgYHg-w/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng==>. Acesso em 02 jan. 2023.

ADI, B. **The problems of conceptualization and measurement of social capital: towards a new synthesis**. [S. l.], 2004. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=587241](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=587241). Acesso em: 24 abr. 2022.

ADLER, P. S.; KWON, S.-W. Social Capital: Prospects for a New Concept. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 1, p. 17–40, 2002. DOI: <https://doi.org/10.2307/4134367>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4134367>. Acesso em: 19 jun. 2022.

AGARWAL, S. The resort cycle and seaside tourism: an assessment of its applicability and validity. **Tourism Management**, v. 18, n. 2, p. 65–73, mar. 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(96\)00102-1](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(96)00102-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517796001021>. Acesso em: 29 jun. 2022.

AGNITSCH, K.; FLORA, J.; RYAN, V. Bonding and Bridging Social Capital: The Interactive Effects on Community Action. **Community Development**, v. 37, n. 1, p. 36–51, mar. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/15575330609490153>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15575330609490153?journalCode=rcod20>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ALBUQUERQUE, M. C. F. **Modelo de análise da governança do TBC: uma proposição adaptativa a partir de diversos olhares**. 2016. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ALDRICH, D. P. Fixing Recovery: Social Capital in Post-Crisis Resilience. **Journal of Homeland Security**, p. 1–16, 2010. Disponível em: <http://docs.lib.purdue.edu/pspubs/3>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ALDRICH, D. P.; MEYER, M. A. Social Capital and Community Resilience. **American Behavioral Scientist**, v. 59, n. 2, p. 254–269, 1 out. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764214550299>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0002764214550299>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ALI, H.; BIRLEY, S. Integrating deductive and inductive approaches in a study of new ventures and customer perceived risk. **Qualitative Market Research, Bingley**, England, v. 2, n. 2, p. 103, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1108/13522759910270016/full/html?src=recsys&fullSc=1>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/13522759910270016/full/html?src=recsys&fullSc=1>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ALMEIDA, A. R. B.; SILVA, R. F.C. A base comunitária, os conflitos e o turismo na comunidade de Forte Velho, Santa Rita (PB). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.19n1.2019.1387>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115459473011>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ANDREWS, R. Organizational social capital, structure and performance. **Human Relations**, v. 63, n. 5, p. 583–608, Mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0018726709342931>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726709342931>. Acesso em: 29 jun. 2022.

APO, P. **Community tourism**: empowering communities to tell their own stories. Honolulu, HI: Hospitality Institute, 2004.

ARAÚJO, V.C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília, DF: ENAPI, 2002.

ARCHER, M. S. Habitus, reflexividade e realismo. **Dados**, v. 54, p. 157–206, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/f56PzJtSrbkvR4h3qC3f9Gw/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ARCHER, M. S. **Realist social theory**: the morphogenetic approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ASHLEY, C.; ROE, D.; GOODWIN, H. **Pro-poor tourism strategies**: making tourism work for the poor: A review of experience. Nottingham: Iied, 2001.

ASKER, S. A. *et al.* **Effective community based tourism**: a best practice manual. Brisbane: Griffith University, 2010.

BALLESTEROS, E. R.; CARRIÓN, D. S. **Turismo comunitario en Ecuador**: desarrollo y sostenibilidad social. 2007.

BALLET, J.; SIRVEN, N.; REQUIERS-DESJARDINS, M. Social Capital and Natural Resource Management: A Critical Perspective. **The Journal of Environment & Development**, v. 16, n. 4, p. 355–374, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/1070496507310740>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1070496507310740>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. London; New York: Routledge, 2008.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 1, p. 39–49, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44258928>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/63/58>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BOJÓRQUEZ VARGAS, A. R. *et al.* La gestión comunitaria del turismo. Análisis desde el enfoque de los bienes comunes y los sistemas socio-ecológicos. **Ra Ximhai**, v. 14, n. 1, p. 149–162, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=46158062009>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BOTTERILL, D. The epistemology of a set of tourism studies. **Leisure Studies**, v. 20, n. 3, p. 199–214, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1080/02614360127084>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/02614360127084?scroll=top&needAccess=true&role=tab>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport: Greenwood, 1986. p. 241–258.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Social capital and community governance. **The Economic Journal**, v. 112, n. 483, p. F419–F436, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-0297.00077>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0297.00077>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Critical research on the governance of tourism and sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 19, n. 4–5, p. 411–421, may 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.580586>. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2011.580586>. Acesso em: 29 set. 2022.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Sustainable Tourism: An Evolving Global Approach. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 1, n. 1, p. 1–5, jan. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669589309450696>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669589309450696?journalCode=rsus20>. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. *E-book*. Disponível em: [https://www.each.usp.br/turismo/livros/dinamica\\_e\\_diversidade\\_do\\_turismo\\_de\\_base\\_comunitaria.pdf](https://www.each.usp.br/turismo/livros/dinamica_e_diversidade_do_turismo_de_base_comunitaria.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Edital de chamada pública de projetos MTur\_No 001\_2008 seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária**. Brasília, DF: MTUR, 2008.

BURGOS, A.; MERTENS, F. A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: o caso da Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 81–98, 2015. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/31751/3/ARTIGO\\_%20PerspectivaRelacionalGestaoTurismo.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/31751/3/ARTIGO_%20PerspectivaRelacionalGestaoTurismo.pdf). Acesso em: 29 jun. 2022.

BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**, v. 12, n. 2, p. 18–27, 2016. DOI: 10.18089/tms.2016.12203. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3887/388746605003.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustainability in Debate**, v. 3, n. 1, p. 97-115, 2012.

BURT, R. S. **Structural holes**: the social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

BURT, R. S. The contingent value of social capital. **Administrative Science Quarterly**, v. 42, n. 2, p. 339-365, 1997. DOI: <https://doi.org/10.2307/2393923>. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2393923>. Acesso em: 20 jan.2022

BUTLER, R. (ed.). **The tourism area life cycle**. Bristol: Channel view publications, 2006.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CABANILLA, E. A.; GENTILI, J. O. Caracterización de la oferta de Turismo Comunitario en internet. Una aproximación desde el análisis de contenido y la cartografía temática. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.13, n.1, p.157-174, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.011>. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/ojs/index.php/Revista/article/view/390/1149>. Acesso em: 15 set. 2022.

CABANILLA, E. Turismo comunitario en América Latina, un concepto en construcción. **Siembra**, v. 5, n. 1, p. 121-131, 2018. DOI: <https://doi.org/10.29166/siembra.v5i1.1433>. Disponível em: <http://scielo.senescyt.gob.ec/pdf/siembra/v5n1/2477-8850-siembra-05-01-0011.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022

CAÑADA, E. La comercialización del turismo comunitario en América Latina. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, v. 41, p. 159-189, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44735173>. Acesso em: 15 set. 2022.

CASTRO, L. L. C.; PINTO, R. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 213-226, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115428165005.pdf>. Acesso em: 15 set.2022

CERRILLO, A; MARTÍNEZ. La gobernanza hoy: Introducción. **La gobernanza hoy**: 10 textos de referencia. 1. ed. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2005.

CLARIDGE, T. Functions of social capital—bonding, bridging, linking. **Social capital research**, v. 20, n. 1, p. 1-7, 2018. DOI: <https://10.5281/zenodo.7993853>. Disponível em: <https://www.socialcapitalresearch.com/wp-content/uploads/2018/11/Functions-of-Social-Capital.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022

COFFÉ, H.; GEYS, B. Toward an empirical characterization of bridging and bonding social capital. **Nonprofit and voluntary sector quarterly**, v. 36, n. 1, p. 121-139, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/089976400629318>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0899764006293181>. Acesso em: 15 set. 2022

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, v. 94, p. S95–S120, 1988.

CONNELLY, A.; SAM, S. How can policy assist the development of community-based tourism in Guyana by 2025 and beyond? **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 10, n. 5, p. 555–568, 8 out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/WHATT-05-2018-0032>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/WHATT-05-2018-0032/full/html>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

CRUZ, R. D. C. A. D. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

CURCIJA, M.; BREAKEY, N.; DRIML, S. Development of a conflict management model as a tool for improved project outcomes in community based tourism. **Tourism Management**, v. 70, p. 341-354, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.08.016>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517718301948>. Acesso em: 21 set. 2022.

DANERMARK, B. *et al.* **Explaining society: critical realism in the social sciences**. London: Routledge, 2005.

DANGI, T.; JAMAL, T. An Integrated Approach to “Sustainable Community-Based Tourism”. **Sustainability**, v. 8, n. 5, p. 475, 13 May 2016. DOI: <https://doi.org/10.3390/su8050475>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/8/5/475>. Acesso em: 29 jun. 2022.

DELILAH ROQUE, A.; PIJAWKA, D.; WUTICH, A. The role of social capital in resiliency: Disaster recovery in Puerto Rico. **Risk, Hazards & Crisis in Public Policy**, v. 11, n. 2, p.

204-235, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/rhc3.12187>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/rhc3.12187>. Acesso em: 20 set. 2022.

DODDS, R.; ALI, A.; GALASKI, K. Mobilizing knowledge: determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. **Current Issues in Tourism**, v. 21, n. 13, p. 1547–1568, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2016.1150257>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13683500.2016.1150257>. Acesso em: 29 jun. 2022.

DOXEY, G. Visitor-resident interaction in tourist destinations: inferences from empirical research in Barbados, West Indies and Niagara-on-the-Lake, Ontario. In: SYMPOSIUM ON THE PLANNING AND DEVELOPMENT OF THE TOURIST INDUSTRY IN THE ECC REGION, 1975, Dubrovnik, Yugoslavia. **Proceedings [...]**. [Dubrovnik: s. n.], 1975.

ECLAC. **The tourism sector and the global economic crisis**: development implications for the Caribbean. Santiago de Chile: ECLAC, 2010.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532, Oct. 1989. DOI: <https://doi.org/10.2307/258557>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/258557>. Acesso em: 29 jun. 2021.

EMMENDOERFER, M. L.; MORAES, W. V.; FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **El Periplo Sustentable**, v. 17, n. 31, p. 1–12, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-90362016000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-90362016000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 29 jun. 2021.

ENGBERS, T. A.; RUBIN, B. M. Theory to practice: Policy recommendations for fostering economic development through social capital. **Public Administration Review**, v. 78, n. 4, p. 567-578, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12925>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/puar.12925>. Acesso em: 15 set. 2022

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. DO. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 5, n. 3, p. 546–559, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2012.v5.6224>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6224>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FLEETWOOD, S.; ACKROYD, S. **Critical realist applications in organisation and management studies**. [S. l.]: Psychology Press, v. 11, 2004.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

FOGUESATTO, C. R. *et al.* Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n.130, p. 15-28. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5585252>. Acesso em: 16 out. 2022.

FORTUNATO, R. Â.; TEIXEIRA, Kelly Lima. A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral–SC: O caso do projeto “Acolhida na Colônia”. In:

SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., 2011, Balneário Camburiú. **Anais [...]**. [São Paulo: ANPTUR], 2011.

GALE, T.; BOTTERILL, D. A realist agenda for tourist studies, or why destination areas really rise and fall in popularity. **Tourist Studies**, v. 5, n. 2, p. 151–174, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468797605066925>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1468797605066925>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GANNON, B.; ROBERTS, J. Social capital: exploring the theory and empirical divide. **Empirical Economics**, v. 58, n. 3, p. 899–919, 2020. Disponível em: [https://link.springer.com/article/10.1007/s00181-018-1556-y?wt\\_mc=Internal.Event.1.SEM.ArticleAuthorOnlineFirst&utm\\_source=ArticleAuthorOnlineFirst&utm\\_medium=email&utm\\_content=AA\\_en\\_06082018&ArticleAuthorOnlineFirst\\_20180909](https://link.springer.com/article/10.1007/s00181-018-1556-y?wt_mc=Internal.Event.1.SEM.ArticleAuthorOnlineFirst&utm_source=ArticleAuthorOnlineFirst&utm_medium=email&utm_content=AA_en_06082018&ArticleAuthorOnlineFirst_20180909). Acesso em: 15 set. 2022.

GARAY, L.; CÀNOVES, G. Life cycles, stages and tourism history: the Catalonia (Spain) Experience. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 2, p. 651–671, Apr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2010.12.006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160738310001659>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GARCÍA, J. A.; SÁNCHEZ, A. D.; RAMA, M. C. D. R. Scientific coverage in community-based tourism: Sustainable tourism and strategy for social development. **Sustainability**, v. 10, n. 4, p. 1158, 2018

GARGIULO, M.; BENASSI, M. The dark side of social capital. In: LEENDERS, Roger Th. A. J.; GABBAY, Shaul M. (ed.). **Corporate social capital and liability**. Boston, MA: Springer, 1999. p. 298–322.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GIAMPICCOLI, A.; JUGMOHAN, S.; MTAPURI, O. Community-based tourism in rich and poor countries: Towards a framework for comparison. **African Journal for Physical Health Education, Recreation and Dance**, v. 21, n. 4.1, p. 1200–1216, 2015.

GIAMPICCOLI, A.; SAAYMAN, M. Community-based tourism development model and community participation. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 7, n. 4, p. 1–27, 2018.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

GITTEL, R.; VIDAL, A. **Community organizing: building social capital as a development strategy** Sage. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1998.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: CUNHA, C. J. C. de A.; GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115–146.

GÓMEZ, C. P. *et al.* A Participação da Comunidade no Turismo de Base Comunitária: um estudo de múltiplos casos. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 263–279, 2016.

GOODSON, L.; PHILLIMORE, J. **Qualitative research in tourism: Ontologies, epistemologies and methodologies**. [Abingdon]: Routledge, 2004.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. **Community-Based Tourism: a success?** ICRT Occasional Paper, p. 37, 2009.

GRACI, S. Collaboration and partnership development for sustainable tourism. **Tourism Geographies**, v. 15, n.1, p. 25-42, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14616688.2012.675513>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616688.2012.675513>. Acesso em: 21 set. 2022.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161–179, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1736>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GRAHAM, J. *et al.* **Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century**. Ottawa: Institute on Governance, 2003.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481–510, Nov. 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2780199>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1086/225469>. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/225469>. Acesso em: 17 set. 2022.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: A network theory revisited. **Sociological theory**, v. 1, p. 201-233, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/202051>. Acesso em: 17 set. 2022.

GRUEZO, M. L.; ZAMBRANO, A. P.; IZQUIETA, P. G Turismo comunitario vs. Emprendimientos comunitarios. **Revista Universidad y Sociedad**, v. 10, n. 1, p. 143-149, 2018.

GUZZATTI, T. C. **O Agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HAMZAH, A.; KHALIFAH, Z. **Handbook on Community Based Tourism:** "how to Develop and Sustain CBT". [S. l.]: APEC Secretariat, 2009.

HAWKINS, R. L.; MAURER, K. Bonding, bridging and linking: How social capital operated in New Orleans following Hurricane Katrina. **British Journal of Social Work**, v. 40, n. 6, p. 1777-1793, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcp087>. Disponível em:

<https://academic.oup.com/bjsw/article/40/6/1777/1623525?login=true>. Acesso em: 21 set. 2022.

HAYWOOD, K. M. Can the tourist-area life cycle be made operational? **Tourism Management**, v. 7, n. 3, p. 154–167, 1986. DOI: [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(86\)90002-6](https://doi.org/10.1016/0261-5177(86)90002-6). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0261517786900026?via%3Dihub>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HELAL, D. H. Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo. **Cadernos EBAPE. br**, v. 3, n. 1, p. 01–15, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512005000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/9VTbVsJwKMyPGF8hKJwQSTM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HERRERA, M. E. B. Social innovation for bridging societal divides: Process or leader? **Journal of Business Research**, v. 69, n. 11, p. 5241–5247, Nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.04.119>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296316302995>. Acesso em: 29 jun. 2021.

HEWEGE, C. R.; PERERA, L. C. R. In Search of Alternative Research Methods in Marketing: Insights from Layder's Adaptive Theory Methodology. **Contemporary Management Research**, v. 9, n. 3, p. 343–360, 30 set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.7903/cmr.9978>. Disponível em: <https://www.cmr-journal.org/article/view/9978>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HOLANDA, L. A. Empresarização do turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1189>. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1189>. Acesso em: 16 set. 2022.

HOVINEN, G. R. Revisiting the destination lifecycle model. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 1, p. 209–230, jan. 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(01\)00036-6](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(01)00036-6). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160738301000366>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HU, X. Methodological implications of critical realism for entrepreneurship research. **Journal of Critical Realism**, v. 17, n. 2, p. 118–139, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/14767430.2018.1454705>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14767430.2018.1454705>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HUNT, C.; STRONZA, A. Stage-based tourism models and resident attitudes towards tourism in an emerging destination in the developing world. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 2, p. 279–298, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2013.815761>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2013.815761>. Acesso em: 29 jun. 2022.

IMBAYA, B. O. *et al.* Capacity building for inclusive growth in community-based tourism initiatives in Kenya. **Tourism Management Perspectives**, v. 30, p. 11-18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2019.01.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211973619300042>. Acesso em: 15 set. 2022.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

ISLAM, R.; WALKERDEN, G. How bonding and bridging networks contribute to disaster resilience and recovery on the Bangladeshi coast. **International journal of disaster risk reduction**, v. 10, p. 281-291, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2014.09.016>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212420914000867>. Acesso em: 21 set. 2022.

JAMAL, T. B.; GETZ, D. Collaboration theory and community tourism planning. **Annals of tourism research**, v. 22, n. 1, p. 186-204, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(94\)00067-3](https://doi.org/10.1016/0160-7383(94)00067-3). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738394000673>. Acesso em: 25 set. 2022.

JAMAL, T.; DREDGE, D. Tourism and community development issues. SHARPLEY, R.; TELFER, D. **Tourism and Development. Concepts and Issues**. 2th ed. London: Channel View, 2014. p. 178-204, Disponível em: <https://www.multilingual-matters.com/page/detail/?k=9781845414726>. Acesso em: 15 set. 2022.

JOO, J.; CHOI, J.-J.; KIM, N. Examining Roles of Tour Dure Producers for Social Capital and Innovativeness in Community-Based Tourism. **Sustainability**, v. 11, n. 19, p. 5337, 27 Set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11195337>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/19/5337>. Acesso em: 29 jun. 2022.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. v. 4. p. 90–113.

KAWAMOTO, K.; KIM, K. Efficiencies of bonding, bridging and linking social capital: Cleaning up after disasters in Japan. **International Journal of disaster risk reduction**, v. 33, p. 64-73, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2018.09.010>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212420918306551> . Acesso em: 17 set. 2022.

KIBICHO, W. Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 2, p. 211-231, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2167/jost623.0>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.2167/jost623.0>. Acesso em: 16 dez. 2022.

KIM, K.; UYSAL, M.; SIRGY, M. J. How does tourism in a community impact the quality of life of community residents?. **Tourism management**, v. 36, p. 527-540, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.09.005>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517712001471>. Acesso em: 16 dez. 2022.

KIM, S.; PARK, E.; PHANDANOUVONG, T. Barriers to Local Residents' Participation in Community-Based Tourism: Lessons from Houay Kaeng Village in Laos. **SHS Web of Conferences**, v. 12, p. 01045, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1051/shsconf/20141201045>. Disponível em: [https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/abs/2014/09/shsconf\\_4ictr2014\\_01045/shsconf\\_4ictr2014\\_01045.html](https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/abs/2014/09/shsconf_4ictr2014_01045/shsconf_4ictr2014_01045.html). Acesso em: 29 jun. 2022.

KISCHENER, M.A; KIYOTA, N; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrário**, v. 16, n. 33, 2015. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07/7143>. Acesso em: 16 out. 2022.

KUBICKOVA, M.; MARTIN, D. Exploring the relationship between government and destination competitiveness: The TALC model perspective. **Tourism Management**, v. 78, p. 104040, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.104040>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517719302389>. Acesso em: 29 jun. 2022.

KUNJURAMAN, V. Exploring the Role of Social Capital in Community-Based Tourism in Bum Bum Island, Semporna, Sabah, Malaysia. **International Journal of Business and Society**, v. 23, n. 3, p. 1632-1648, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33736/ijbs.5188.2022>. Disponível em: <https://publisher.unimas.my/ojs/index.php/IJBS/article/view/5188>. Acesso em: 29 jan. 2022.

KUSUMAH, A. H. G.; NURAZIZAH, G. R. Tourism destination development model: a revisit to Butler's area life cycle. In: RADZI, S. M. *et al.* (ed.). **Heritage, Culture and Society: research agenda best practices in the hospitality and tourism industry**. London, UK: Taylor and Francis Group, 2016. v. 31.

KWON, S.-W.; ADLER, P. S. Social Capital: Maturation of a Field of Research. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 4, p. 412–422, out. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.2014.0210>. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amr.2014.0210>. Acesso em: 29 jan. 2022.

KYNE, D.; ALDRICH, D. P. Capturing Bonding, Bridging, and Linking Social Capital through Publicly Available Data. **Risk, Hazards & Crisis in Public Policy**, v. 11, n. 1, p. 61–86, Mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/rhc3.12183>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/rhc3.12183>. Acesso em: 29 jan. 2022.

LANDOLT, P.; PORTES, A. The downside of social capital. **The American Prospect**, Washington, v. 26, p. 18–21, 1996.

LAYDER, D. **Sociological practice: Linking theory and social research**. London: Sage, 1998.

LEÃO, A. L. M. S. *et al.* O que podemos aprender com o estudo de casos em Administração? – um ensaio baseado na abordagem naturalista de Robert Stake. In: LEÃO, A. L. M.; PAIVA JÚNIOR, F. G. de; MELLO, S. C. B. de. **Abordagens qualitativas na pesquisa em Administração**. Recife: Editora UFPE, 2016. *E-book*. Disponível em:

<https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/145/143/411?inline=1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/2648>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LIMA, R. P. **Turismo de base comunitária como inovação social**. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia Produção, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LO, M.-C.; FAN, Y. Brightening the dark side of “linking social capital”? Negotiating conflicting visions of post-Morakot reconstruction in Taiwan. **Theory and Society**, v. 49, n. 1, p. 23–48, Jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11186-020-09376-3>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-020-09376-3>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LOCKWOOD M. Good governance for terrestrial protected areas: A framework, principles and performance outcomes. **Journal of Environmental Management**. v. 91, p.754-766, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.10.005>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479709003508>. Acesso e 15 set. 2022

LÓPEZ-GUZMÁN, T.; SÁNCHEZ-CAÑIZARES, S. Desarrollo socioeconómico de las zonas rurales con base en el turismo comunitario. Un estudio de caso en Nicaragua. **Cuadernos de desarrollo rural**, v. 6, n. 62, p. 81-97, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-14502009000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-14502009000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 15 fev.2022.

LÓPEZ-GUZMÁN, T.; SÁNCHEZ-CAÑIZARES, S.; PAVÓN, V. Community-based tourism in developing countries: A case study. **Tourismos**, v. 6, n. 1, p. 69-84, 2011. DOI: <https://doi.org/10.26215/tourismos.v6i1.196>. Disponível em: <https://tourismosjournal.aegean.gr/article/view/196>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MACBETH, J.; CARSON, D.; NORTHCOTE, J. Social Capital, Tourism and Regional Development: SPCC as a Basis for Innovation and Sustainability. **Current Issues in Tourism**, v. 7, n. 6, p. 502–522, 15 Nov. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/1368350050408668200>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1368350050408668200>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 25-44.

MALDONADO, C. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario**. Ginebra: International Labour Organization, 2005. Disponível em [http://oit.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_emp/@emp\\_ent/@ifp\\_seed/documents/publication/wcms\\_117525.pdf](http://oit.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_ent/@ifp_seed/documents/publication/wcms_117525.pdf). Acesso em: 15 fev. 2022.

MARTINS, J. T. **A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), 2020.

MATARRITA-CASCANTE, D.; BRENNAN, M. A.; LULOFF, A. E. Community agency and sustainable tourism development: The case of La Fortuna, Costa Rica. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 18, n. 6, p. 735–756, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669581003653526>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669581003653526>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MATTOS, F.; IRVING, M. A. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 23-35, 2003. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/42>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MAYAKA, M.; CROY, W. G.; COX, J. W. Participation as motif in community-based tourism: a practice perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 3, p. 416–432, 4 Mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1359278>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2017.1359278>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MBAIWA, J. E.; STRONZA, A. L. The effects of tourism development on rural livelihoods in the Okavango Delta, Botswana. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 18, n. 5, p. 635–656, 25 May 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669581003653500>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669581003653500>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MCGHEE, N. G. *et al.* Tourism-related Social Capital and Its Relationship with Other Forms of Capital: An Exploratory Study. **Journal of Travel Research**, v. 49, n. 4, p. 486–500, Nov. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0047287509349271>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047287509349271>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MCKERCHER, B.; WONG, I. A. Do destinations have multiple lifecycles? **Tourism Management**, v. 83, p. 104232, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104232>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517720301588>. Acesso em: 15 set. 2022.

MCLENNAN, C. *et al.* Dynamics of Destination Development: Investigating the Application of Transformation Theory. **Journal of Hospitality & Tourism Research**, v. 36, n. 2, p. 164–190, May 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1096348010390816>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1096348010390816?journalCode=jhtd>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MEARNS, K. Community-based tourism: the key to empowering the Sankuyo Community in Botswana. **África Insight**, v. 33, n. 1/2, p. 29-32, 2003. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20033193790>. Acesso em: 15 set. 2022.

MEDEIROS, C. B.; GÓMEZ, C. R. P. Inovação social na análise do ciclo de expansão do programa 1 milhão de cisternas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 13, n. 3, p. 44-59, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v13i3.2064>. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/2064>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MELO, P. T. N. B. DE; REGIS, H. P.; BELLEN, H. M. VAN. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 1, p. 136–164, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395125382>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/yjWxyGrvv93RncW9RZqrmSx/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MEMBIELA-POLLAN, M. *et al.* Social Capital, an “Asset” for Community Tourism in Ecuador. In: IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES (CISTI), 14., 2019. **Anais [...]**. Coimbra, Portugal: IEEE, jun. 2019. DOI: <http://doi.org/10.23919/CISTI.2019.8760779>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8760779/>. Acesso em: 14 maio 2020.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**. UFRJ, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 2009. p. 289-301

MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil-Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 12–22, 2004.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64176>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MITCHELL, J.; MUCKOSY, P. **A misguided quest: community-based tourism in Latin America**, London, UK: ODI, 2008.

MORAES, E. A. *et al.* Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 122, p. 145–168, 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10761>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: Uma Estratégia em Rede. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v20n2.p249-265>. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/13161>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MOSCARDO, G. (ed.). **Building community capacity for tourism development**. Wallingford: Cabi, 2008.

MOSCARDO, G. *et al.* Linking tourism to social capital in destination communities. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 6, n. 4, p. 286–295, Dec. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2017.10.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212571X17303414>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. Interrogating the role of the state and nonstate actors in community-based tourism ventures: Toward a model for spreading the benefits to the wider community. **South African Geographical Journal**, v. 95, n. 1, p. 1–15, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/03736245.2013.805078>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03736245.2013.805078>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. Towards a comprehensive model of community-based tourism development. **South African Geographical Journal**, v. 98, n. 1, p. 154–168, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/03736245.2014.977813>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03736245.2014.977813>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MUSAVENGANE, R.; KLOPPERS, R. Social capital: An investment towards community resilience in the collaborative natural resources management of community-based tourism schemes. **Tourism Management Perspectives**, v. 34, p. 100654, Apr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2020.100654>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211973620300210>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MUYLAERT, C. J. *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 184–189, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYCT/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2022.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jun. 2021.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social Capital, Intellectual Capital, and the Organizational Advantage. **The Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242, Apr. 1998. DOI: <https://doi.org/10.2307/259373>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/259373>. Acesso em: 30 jun. 2021.

NORDIN, S.; WESTLUND, H. Social capital and the life cycle model: The transformation of the destination of Åre. **Tourism: An International Interdisciplinary Journal**, v. 57, n. 3, p. 259–284, 2009. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/52965>. Acesso em: 15 set. 2022.

NUGROHO, P.; NUMATA, S. Changes in residents' attitudes toward community-based tourism through destination development in Gunung Ciremai national park, Indonesia. **Tourism Recreation Research**, v.46, n. 3, p. 1–19, 28 Aug. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508281.2020.1808753>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02508281.2020.1808753?journalCode=rtrr20>. Acesso em: 30 jun. 2022.

OKAZAKI, E. A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 5, p. 511–529, 2008. DOI: <http://doi.org/10.1080/09669580802159594>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669580802159594>. Acesso em: 30 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. M.; MARINHO, M. Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio: manifestações culturais, turismo e desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/78/73>. Acesso em: 15 fev. 2022.

OOI, N.; LAING, J.; MAIR, J. Social capital as a heuristic device to explore sociocultural sustainability: A case study of mountain resort tourism in the community of Steamboat Springs, Colorado, USA. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 23, n. 3, p. 417-436, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2014.957211>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09669582.2014.957211>. Acesso em: 15 fev. 2022.

OREJA RODRÍGUEZ, J. R.; PARRA-LÓPEZ, E.; YANES-ESTÉVEZ, V. The sustainability of island destinations: Tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. **Tourism Management**, v. 29, n. 1, p. 53-65, 1 Feb. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.04.00>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517707001008>. Acesso em: 30 jun. 2022.

OSTROM, E.; AHN, T.-K. The meaning of social capital and its link to collective action. In: **HANDBOOK of social capital: The troika of sociology, political science and economics**, Bloomington: Indiana University, 2009. p. 17-35.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p190>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2011v13n31p190>. Acesso em: 30 jan. 2022.

PARK, D.-B.; NUNKOO, R.; YOON, Y.-S. Rural residents' attitudes to tourism and the moderating effects of social capital. **Tourism Geographies**, v. 17, n. 1, p. 112-133, Jan. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616688.2014.959993>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616688.2014.959993>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PAXTON, P. Is Social Capital Declining in the United States? A Multiple Indicator Assessment. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 1, p. 88-127, Jul. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1086/210268>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/210268>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PILLAI, K. G. *et al.* The negative effects of social capital in organizations: A review and extension. **International Journal of Management Reviews**, v. 19, n. 1, p. 97-124, Jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijmr.12085>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijmr.12085>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PILVING, T. *et al.* The tourism partnership life cycle in Estonia: Striving towards sustainable multisectoral rural tourism collaboration. **Tourism Management Perspectives**, v. 31, p. 219-230, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2019.05.001>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211973619300558> . Acesso em: 15 set. 2022.

PIMENTEL, T. D. Uma perspectiva sociopolítica para os estudos em turismo. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET**, São Pedro, v. 8, n. 3, p. 26–31, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2238-2925.2018.v8.14070>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/14070>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PISANI, E. *et al.* **Social capital and local development: from theory to empirics**. [Berlim]: Springer, 2017.

PLOG, S. C. Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 55–58, Feb. 1974. DOI: <https://doi.org/10.1177/001088047401400409>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001088047401400409>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PORTES, A. **Capital social**: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Sociologia, problemas e práticas, Lisboa, n. 33, p. 133–158, 2000.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual review of sociology**, v. 24, n. 1, p. 1–24, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.1>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.1>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PORTES, A.; SENSENBRENNER, J. Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 6, p. 1320–1350, May 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2781823>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PORTES, A.; VICKSTROM, E. Diversity, social capital, and cohesion. **Annual Review of Sociology**, v. 37, n. 1, p. 461–479, 11 Aug. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150022>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-081309-150022>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PRICE, L.; MARTIN, L. Introduction to the special issue: applied critical realism in the social sciences. **Journal of Critical Realism**, v. 17, n. 2, p. 89–96, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/14767430.2018.1468148>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14767430.2018.1468148>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PUTNAM, R. D. (ed.). **Democracies in flux**: The evolution of social capital in contemporary society. Oxford: Oxford University Press, USA, 2002.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. New York: Simon-Schuster: Simon and schuster, 2000.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PUTNAM, R. **The prosperous community**: social capital and public life. The american prospect, v. 13, p. 35–42, 1993.

PUTZEL, J. Policy arena: accounting for the ‘dark side’ of social capital: reading Robert Putnam on democracy. **Journal of International Development: the Journal of the Development Studies Association**, v. 9, n. 7, p. 939–949, 1997.

RAMIREZ HERNANDEZ, O. I. *et al.* Tourism in Teotihuacan and San Martin De Las Piramides: Its Influence on the Social Capital of Local Stakeholders. **Rosa Dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 11, n. 4, p. 728–753, out./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i4p728>.

RASTOGI, A.; THAPLIYAL, S.; HICKEY, G. M. Community Action and Tiger Conservation: Assessing the Role of Social Capital. **Society & Natural Resources**, v. 27, n. 12, p. 1271–1287, 2 Dec. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/08941920.2014.917753>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08941920.2014.917753>. Acesso em: 30 jun. 2021.

REVIDA, E.; YANTI SIAHAAN, A.; PURBA, S. The influence of social capital towards the quality of community tourism services in Lake Toba Parapat North Sumatera. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**, v. 126, p. 012087, Mar. 2018. DOI: <http://doi.org/10.1088/1755-1315/126/1/012087>. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/126/1/012087>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ROTEIROS RURAIS; ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Na feira Santa Rosa cuida. 8 dez. 2022**. Instagram: @roteirosrurais; @acolhidanacolonia. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Cl7IQMZLmXS/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==](https://www.instagram.com/p/Cl7IQMZLmXS/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==). Acesso em: 02 jan. 2023.

RUBIN, O. The burden of excessive “Linking Social Capital”: evidence from four Vietnamese provinces. **Asian Journal of Social Science**, v. 43, n. 6, p. 760-785, 2015. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/ajss/43/6/article-p760\\_6.xml](https://brill.com/view/journals/ajss/43/6/article-p760_6.xml). Acesso em: 23 set. 2021.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. **Annals of tourism research**, v. 33, n. 4, p. 1121-1140, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2006.06.007>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738306000909>. Acesso em: 20 set. 2022.

SAAYMAN, M.; GIAMPICCOLI, A. Community-based and pro-poor tourism: Initial assessment of their relation to community development. **European journal of tourism research (Online)**, v. 12, p. 145-190, 2016. Disponível em: <https://ejtr.vumk.eu/index.php/about/article/view/218/221>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SALAZAR, N. B. Community-based cultural tourism: Issues, threats and opportunities. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 20, n. 1, p. 9-22, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.596279>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09669582.2011.596279>. Acesso em: 15 set. 2022.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 42-58, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.575>. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/575>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: Interconectando o turismo comunitário com redes de Comércio justo. **Turismo-Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 244-263, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056098005.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142–161.

SANTOS, L. S. S.; REINALDO, F. Reflexões críticas sobre a ideologia gerencialista. **Caderno de Administração**, v. 29, n. 1, p. 168-184, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v29i1.53983>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53983>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SCHULLER, T. Reflections on the use of social capital. **Review of Social Economy**, v. 65, n. 1, p. 11-28, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/00346760601132162>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00346760601132162>. Acesso em: 22 set. 2022.

SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**, v. 31, n. 1, p. 136–146, Feb. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.01.005>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517709000120>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA, F. P. S; ALMEIDA MARTINS, L. C. Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. **Sustainability in Debate**, v. 3, n. 2, p. 61-70, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v3n2.2012.8127>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15517>. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA, G. T.; CHAVES, P. C. P. R.; SIMONETTI, S. R. Turismo comunitário: diagnóstico das atividades turísticas na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM) (Edição 514). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i3.10447>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10447/7254>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SOARES, J. C.; GANDARA, J. M.; IVARS BAIDAL, J. A. Indicadores para analizar la evolución del ciclo de vida de los destinos turísticos litorales. **Revista Investigaciones Turísticas**, v. 3, p. 19-38, enero/jun. 2012.

SPENCELEY, A.; MEYER, D. Tourism and poverty reduction: Theory and practice in less economically developed countries. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 20, n. 3, p. 297-317, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.668909>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09669582.2012.668909>. Acesso em: 22 fev. 2022.

STONE, Moren Tibabo. Community-based ecotourism: A collaborative partnerships perspective. **Journal of Ecotourism**, v. 14, n. 2-3, p. 166-184, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/14724049.2015.1023309>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14724049.2015.1023309>. Acesso em: 22 fev. 2022.

STORY, W. T. *et al.* Social capital and disaster preparedness in Oromia, Ethiopia: An evaluation of the “Women Empowered” approach. **Social Science & Medicine**, v. 257, p. 111907, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.08.027>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953618304519>. Acesso em: 22 fev. 2022.

STRONZA, A.; GORDILLO, J. Community views of ecotourism. **Annals of tourism research**, v. 35, n. 2, p. 448-468, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2008.01.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738308000029>. Acesso em: 16 set. 2022.

STRYDOM, A. J.; MANGOPE, D.; HENAMA, U. S. Lessons learned from successful community-based tourism case studies from the Global South. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 7, n. 5, p. 1-13, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Unathi-Henama/publication/329335578\\_Lessons\\_learned\\_from\\_Successful\\_Community-Based\\_Tourism\\_Case\\_Studies\\_from\\_the\\_Global\\_South/links/5c01dd3b299bf1a3c159384f/Lessons-learned-from-Successful-Community-Based-Tourism-Case-Studies-from-the-Global-South.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Unathi-Henama/publication/329335578_Lessons_learned_from_Successful_Community-Based_Tourism_Case_Studies_from_the_Global_South/links/5c01dd3b299bf1a3c159384f/Lessons-learned-from-Successful-Community-Based-Tourism-Case-Studies-from-the-Global-South.pdf). Acesso em: 16 out. 2022.

SUANSRI, P. *et al.* **Community based tourism handbook**. Bangkok: Responsible Ecological Social Tour-REST, 2003.

SUSENO, Y.; ROWLEY, C. Taking stock of social capital research: its application in service-oriented firms. **Asia Pacific Business Review**, v. 24, n. 2, p. 138–149, 15 mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/13602381.2018.1431254>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13602381.2018.1431254>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SVENSSON, B.; NORDIN, S.; FLAGESTAD, A. Governance perspective on destination development-exploring partnerships, clusters and innovation systems. **Tourism Review**, v. 60, n. 2, p. 32-37, 2005. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb058455/full/htm>. Acesso em: 29 set. 2022.

SZRETER, S. O estado do capital social: trazendo de volta o poder, a política e a história. **Teoria e sociedade**, v. 31, n. 5, pág. 573-621, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3108542>. Acesso em: 15 set. 2022.

SZRETER, S.; WOOLCOCK, M. Health by association? Social capital, social theory, and the political economy of public health. **International Journal of Epidemiology**, v. 33, n. 4, p. 650–667, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1093/ije/dyh013>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ije/article/33/4/650/665431>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TARUVINGA, B. *et al.* Fostering linking social capital for successful agricultural development projects in South Africa. **Agrekon**, v. 56, n. 1, p. 28–39, 2 Jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/03031853.2017.1283243>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03031853.2017.1283243?journalCode=ragr20>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TASCI, A. D. A.; CROES, R.; VILLANUEVA, J. B. Rise and fall of community-based tourism – facilitators, inhibitors and outcomes. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 6, n. 3, p. 261–276, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/WHATT-03-2014-0012>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/WHATT-03-2014-0012/full/html>. Acesso em: 30 set. 2022.

TASCI, A. D.; SEMRAD, K. J.; YILMAZ, S. S. **Community based tourism: Finding the equilibrium in the COMCEC context**. Ankara: COMCEC Coordination Office, 2013.

TAYLOR, S. R. Issues in measuring success in community-based Indigenous tourism: elites, kin groups, social capital, gender dynamics and income flows. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 25, n. 3, p. 433–449, Aug. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1217871>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2016.1217871>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TEIXEIRA, F. R.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. **Turismo: Visão e Ação**, v. 21, n.2, p. 02-21, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v21n2.p02-21>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/fvhHTpfxr6TRbWFHxbBdVKx/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

TOLKACH, D.; KING, B. Strengthening community-based tourism in a new resource-based island nation: Why and how? **Tourism Management**, v. 48, p. 386–398, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.12.013>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517714002556>. Acesso em: 30 jun. 2022.

TOLKACH, D.; KING, B.; PEARLMAN, M. An attribute-based approach to classifying community-based tourism networks. **Tourism Planning & Development**, v. 10, n. 3, p. 319–337, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/21568316.2012.747985>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21568316.2012.747985>. Acesso em: 15 set. 2022.

TONON, L.; GRISCI, C. L. L. Gestão gerencialista e estilos de vida de executivos. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, p. 15-39, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n1p15-39>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/8bbNw4L3yWmVS3tGgDCyyGr/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 14 set. 2022.

TOSUN, C. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. **Tourism Management**, v. 21, n. 6, p. 613–633, Dec. 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(00\)00009-1](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(00)00009-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517700000091>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TOSUN, C. Towards a typology of community participation in the tourism development process. **Anatolia**, v. 10, n. 2, p. 113–134, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1080/13032917.1999.9686975>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13032917.1999.9686975>. Acesso em: 30 jun. 2021.

UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington: The World Bank, 2000. p. 215–249.

VÁSCONEZ, E. A. C. Turismo comunitario en América Latina, un concepto en construcción. **Siembra**, v. 5, n. 1, p. 121–131, 2018. DOI: <https://doi.org/10.29166/siembra.v5i1.1433>. Disponível em: <http://revistadigital.uce.edu.ec/index.php/SIEMBRA/article/view/1433>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015

WAHAB, S. **The Role of Social capital in Community-Based Urban Solid Waste Management: case Studies from Ibadan Metropolis, Nigeria**. 2012. Thesis (Doctor of Philosophy in Planning) - University of Waterloo, Waterloo, 2012. Disponível em: [https://uwspace.uwaterloo.ca/bitstream/handle/10012/6836/Wahab\\_Samuel.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://uwspace.uwaterloo.ca/bitstream/handle/10012/6836/Wahab_Samuel.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 set. 2021.

WILLIAMS, J. R. The use of online social networking sites to nurture and cultivate bonding social capital: A systematic review of the literature from 1997 to 2018. **New Media & Society**, v. 21, n. 11-12, p. 2710-2729, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444819858749>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444819858749>. Acesso em: 16 out. 2022.

WOODHOUSE, A. Social capital and economic development in regional Australia: A case study. **Journal of rural studies**, v. 22, n. 1, p. 83-94, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2005.07.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016705000549>. Acesso em: 17 set. 2022

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, n. 2, p. 151–208, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1006884930135>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/a:1006884930135>. Acesso em: 30 jun. 2022.

WOOLCOCK, M. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. **Canadian journal of policy research**, Québec, v. 2, n. 1, p. 11–17, 2001.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: Implications for development theory, research, and policy. **The world bank research observer**, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1093/wbro/15.2.225>. Disponível em: <https://academic.oup.com/wbro/article/15/2/225/1709060?login=true>. Acesso em: 22 set. 2022.

WOOLCOCK, M.; SWEETSER, A. T. Bright ideas: social capital—the bonds that connect. **ADB Review**, v. 34, n. 2, p. 26–27, 2002.

WORLD BANK. Removing Social Barriers and Building Social Institutions. *In: WORLD BANK. World Development Report 2000/2001*. Washington: World Bank, 2000. p. 177–31.

WU, M. *et al.* Large-scale enterprises, social capital and the post-disaster development of community tourism: the case of Taoping, China. **International Journal of Tourism Research**, p. jtr.2439, 8 Feb. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/jtr.2439>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/jtr.2439>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ZAPATA, M. J. *et al.* Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 8, p. 725–749, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2011.559200>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13683500.2011.559200>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ZHANG, Y. *et al.* Sociocultural Sustainability and the Formation of Social Capital from Community-based Tourism. **Journal of Travel Research**, v. 60, n. 3, p. 656–669, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/004728752093367>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047287520933673>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ZHAO, W.; RITCHIE, J. R. B.; ECHTNER, C. M. Social capital and tourism entrepreneurship. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 4, p. 1570–1593, Oct. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2011.02.006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160738311000314>. Acesso em: 20 set. 2022.

ZIELINSKI, S.; JEONG, Y.; MILANÉS, C. B. Factors that influence community-based tourism (CBT) in developing and developed countries. **Tourism Geographies**, v. 23, n. 5-6, p. 1040–1072, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1786156>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616688.2020.1786156?journalCode=rtxg20>. Acesso em: 15 jun. 2022.

## **APÊNDICE A**

### **Roteiro de entrevistas com especialistas**

1. Quando começou a trabalhar com o TBC?
2. Quais as principais dificuldades das experiências de TBC?
3. Quais fatores têm sido importantes na sua opinião para o crescimento das experiências?
4. Quais os benefícios para as comunidades?
5. Qual a relação dos benefícios com o crescimento das experiências de TBC?
6. É correto supor que a comunidade ter conhecimento sobre o turismo afeta o crescimento das experiências?
7. Comunidades com membros que possuem habilidade na gestão do turismo tem maior probabilidade de crescerem?
8. Sobre a infraestrutura turística, quais seriam os elementos importantes para o TBC?
9. Sobre os elementos que citou, pode-se afirmar que eles afetam o crescimento das experiências?
10. É possível afirmar que o crescimento do número de visitantes impacta o crescimento de uma iniciativa?
11. Quanto maior a capacidade de receber visitantes mais fácil da experiência expandir?
12. Qual a diferença entre as iniciativas que começam por vontade da própria comunidade e aquelas que iniciam por conta de pessoas de fora da comunidade, como ONGs, parceiros externos, etc.?
13. É válido afirmar que as iniciativas que começam o turismo a partir da vontade da própria comunidade, tem mais probabilidade de crescer do que uma que começou por iniciativas de terceiros?
14. Sobre a participação da comunidade é possível falar que existem tipos diferentes e como seria esses tipos?
15. Ainda sobre a participação da comunidade, pode-se dizer que ela impacta o crescimento da experiência de TBC?
16. Como os parceiros externos (como ONGS, operadores turísticos, empresas locais, governo) têm contribuído para o desenvolvimento das experiências? (Pode citar exemplos)?
17. O governo tem contribuído para o desenvolvimento das experiências? Qual o papel do governo?

## APÊNDICE B



### TCLE Coleta de dados virtual

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: CICLO DE VIDA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E CAPITAL SOCIAL que está sob a responsabilidade da pesquisadora Luana de Oliveira Alves, com endereço em Residencial Taquari Quadra E Casa 01, CEP 64057-021, Teresina- Piauí – Telefone: (86) 99958-1623 e e-mail: luana.oliveiraa@ufpe.br sob a orientação de Carla Regina Pasa Gómez Telefone: (81) 99227-0881 e-mail carla.gomez@ufpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “Aceito participar da pesquisa” no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- A pesquisa tem como objetivo propor um modelo que integre o capital social ao ciclo de vida do Turismo de base comunitária (TBC) e sua participação consistirá em uma entrevista sobre o TBC que terá duração média de 1h30minutos. A entrevista será totalmente *on-line* utilizando a plataforma do Google meet em que será solicitado sua autorização para gravação.
- As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos e publicações técnicas - científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. As informações obtidas estarão sob absoluto sigilo e serão armazenados por no mínimo por 5 (cinco) anos, sob a guarda do pesquisador responsável.
- Informamos que neste trabalho não há benefícios diretos, entretanto, como benefícios indiretos, as informações prestadas pelo (a) senhor (a) poderão contribuir para fortalecer as experiências turísticas de TBC, além da própria literatura sobre o tema que ainda há muito o que ser explorada.
- O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de despesas). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

---

(Assinatura do Pesquisador)

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: CICLO DE VIDA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E CAPITAL SOCIAL , como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

( ) Aceito Participar da pesquisa

Data: \_\_\_\_\_

( ) Não aceito participar da pesquisa

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C

### Roteiro de entrevistas para os membros associados

#### Perguntas gerais:

1. Quando e como começou sua história na Acolhida da Colônia?
2. Quais as principais dificuldades da Acolhida no começo? E quais as principais dificuldades hoje?
3. Na sua opinião, quais fatores têm sido importantes para o crescimento da Acolhida?

#### Infraestrutura:

1. No começo das atividades turísticas existia acesso aos serviços básicos (água potável, energia, sistema de esgoto)? Houve alguma melhoria desses serviços ao longo do tempo? Se sim quando? Se houve melhoria foi devido ao turismo? Na sua opinião, esses serviços básicos afetam e/ou afetaram o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
2. No começo das atividades turísticas existiam estradas de acesso de qualidade minimamente aceitável? A estrada possuía sinalização de acesso as iniciativas turísticas? Houve alguma melhoria nos acessos? Se sim, você acredita que foi devido ao turismo? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
3. No começo das atividades turísticas possuíam sinal de rede telefônica? Sinal de 3G/4G ou wi-fi? Houve alguma melhoria desses serviços? Se sim, você acredita que foi devido ao turismo? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
4. No começo das atividades turísticas existia transportes públicos ou privados para acessar as iniciativas? Era caro para chegar até as iniciativas? Houve alguma melhoria desses serviços? Se sim, você acredita que foi devido ao turismo? Na sua opinião, hoje o preço cobrado pelo deslocamento é justo? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
5. Qual era a capacidade de visitantes no começo? Houve mudanças na capacidade? Se sim, que motivos na sua opinião levaram a essa mudança? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
6. Já aconteceu de o número de visitantes ser maior que a capacidade? Como lidou com a situação?
7. O que era ofertado no começo para os visitantes? (por exemplo: hospedagens, bares, restaurantes, canoas, carros, etc.)? Hoje, existem outras ofertas? Se sim, que motivos na sua opinião levaram a essa mudança? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
8. Como é realizada a manutenção das estruturas de hospedagens, restaurantes etc.? (periodicidade)

#### Acesso ao mercado/comercialização

9. Quais atrativos/atributos turísticos existiam no começo da Acolhida? Houve mudanças dos atrativos/atributos turísticos do começo até hoje? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?

10. No começo das atividades turísticas quais tipos de canais de divulgação (redes sociais, boca-a-boca, site de prefeitura, agências etc., participação de feiras, eventos) eram utilizados para divulgar a iniciativa? Hoje como é feito? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?

11. Na sua opinião, o preço atrai os visitantes? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?

12. Como é a organização para receber visitantes? Há períodos que não recebem visitantes? Já houve problemas por conta disso com os visitantes? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?

### **Organização comunitária**

13. No começo como eram organizados? Existiam grupos de trabalhos? Hoje existem grupos de trabalho, como funciona? Na sua opinião, essa organização de vocês afeta o desenvolvimento das atividades turísticas da Acolhida?

14. Existia alguma liderança forte (alguém importante que motivou todos) no começo da organização de vocês? Hoje continua a mesma coisa ou a liderança mudou?

15. As decisões são coletivas? Como funcionam?

16. O turismo pra você é sua principal fonte de renda? Se não, em algum momento ele foi a principal fonte de renda?

17. Existe uma preocupação com o futuro, por exemplo, quem irá continuar com o seu trabalho? (Os mais jovens por exemplo)

18. Como os mais jovens são inseridos nas atividades? Há incentivos das famílias para os jovens continuar? Existe grupos de jovens?

19. Na sua opinião, é importante os mais jovens conhecerem a história de como tudo começou?

20. Na sua opinião, é importante a preservação das tradições? Festas culturais, por exemplo.

21. No começo qual era sua principal atividade econômica? Hoje ainda mantém essas atividades?

22. Quem decidiu o tipo de turismo a ser desenvolvido aqui? Foi uma decisão coletiva?

23. No começo quem conduziu todo o processo (a comunidade, por exemplo)? Hoje quem conduz?

25. No começo a comunidade tinha noção dos benefícios a longo prazo e impactos negativos? Quem entra hoje tem essa noção? Os benefícios são justos na sua opinião?

### **Formações/capacitações**

26. Já houve formações (multiplicadores) para habilitá-los para formarem outras pessoas dentro da comunidade?

27. No começo se discutia sobre o conceito de TBC? Ou sobre o que é o turismo?
28. No começo existia formações? Se sim, quais? Hoje quais são os tipos de formações? Na sua opinião as formações são importantes para o desenvolvimento do turismo?
29. Na sua opinião, a comunidade se mantém animada a continuar as atividades turísticas da Acolhida? Se sim, o que acha que ajuda nessa animação? Se não, por quê?
30. No começo foi buscado formações e informações sobre o turismo? Ainda hoje a comunidade demanda formações ou as formações acontecem sem uma demanda específica?

### **Governança**

31. Na sua opinião, a participação é importante para o desenvolvimento do turismo? A sua participação (ou não participação) mudou ao longo do tempo ou continua a mesma desde o começo? Como era no começo e como é hoje? Se tem participação ativa, o que você acha que motiva?
32. Quem participa das decisões coletivas? Apenas a comunidade ou os parceiros também contribuem?
33. Quando acontecem os conflitos como eles são resolvidos? Existem mediadores de conflitos?
34. Existe prestação de contas? Ela é detalhada? Todos acessam esse tipo de informação? Onde ficam as informações? Na sua opinião é importante prestar contas?
35. Os resultados das atividades são discutidos em reuniões?
36. Como os líderes são escolhidos? Existe rotatividade de liderança?
37. Existe formação para líderes?
38. Existe uma rede de apoio local (por exemplo, um hospeda, o outro fornece pão, frutas, o outro fornece serviços de guias)? Se sim, como ela funciona? Ela se reúne para discutir algo?
39. Já conheceu outra experiência? (de ir visitar ou de conhecer em algum evento, por exemplo). Se sim, qual o sentimento quando conheceu outras experiências? Na sua opinião, essa relação (intercambio) com outras experiências de TBC é importante para o desenvolvimento da Acolhida?

### **Conflitos**

40. Existem conflitos pelo uso da terra? Se sim, quando começou e como foi/está sendo resolvido?
41. Existem conflitos com a exploração de recursos ambientais? Se sim, quando começou e como foi/está sendo resolvido?
42. Existem conflitos com algum parceiro externo? Algum parceiro já saiu por conta de divergências de objetivos? Essa saída impactou a Acolhida de alguma maneira?

43. Algum membro da acolhida já saiu por divergência de objetivos? Algum outro motivo da saída? Essa saída impactou a Acolhida de alguma maneira?

44. Como a pandemia impactou o desenvolvimento das atividades turísticas?

45. Algum desastre natural já impactou o desenvolvimento das atividades turísticas?

## **CAPITAL SOCIAL**

### **Capital social de ligação**

46. Existe parentesco dentro da comunidade? (Pedir para explicar as relações)

47. Na sua opinião a comunidade é unida para enfrentar os desafios/ameaças?

48. Existe algum caderno de normas e valores compartilhados pela comunidade?

49. Existe alguma regra informal entre a comunidade que apesar de não estar escrita, mas todos respeitam?

50. Dentro da própria comunidade existe troca de informações/materiais tipo alimentos, equipamentos físicos, etc.? Se ajudam quando um precisa do outro?

51. Como você definiria o quanto você confia nas pessoas que fazem parte da Acolhida?

### **Capital social de ponte**

52. Alguma vez já aconteceu de os visitantes tornarem-se parceiros?

53. Quem ajudou (parceiros) a comunidade no começo? E hoje quem ajuda? Algum parceiro deixou de ajudar? Se sim, por quê?

54. Como cada um desses parceiros ajudam a comunidade? (formações, divulgação, elaboração de projetos, financiamento, etc.)

55. Já conseguiram diminuir/cortar custos por meios das parcerias?

### **Capital social de conexão**

56. Já conseguiram recursos financeiros de parceiros externos para melhoria de infraestrutura turísticas como pousadas, restaurantes, melhoria de estradas, etc.?

57. Alguma vez já ocorreu de algum parceiro ou até mesmo um visitante tentar impor algo diferente dos objetivos da comunidade? (por exemplo, um baixo preço, ou até mesmo impor um número maior de visitantes que o suportado)

## APÊNDICE D

### Roteiro de entrevistas para as lideranças/coordenações

1. Qual sua função dentro da Acolhida e desde quando assumiu a coordenação?
2. Está envolvido diretamente nas atividades de turismo? Oferece hospedagem, passeios, etc.?
3. Quais as principais dificuldades da Acolhida no começo? E quais as principais dificuldades hoje?
4. Quem decidiu o tipo de turismo a ser desenvolvido aqui? Foi uma decisão coletiva?
5. No começo quem conduziu todo o processo (a comunidade, por exemplo)? Hoje quem conduz?
6. No começo como eram organizados? Existiam grupos de trabalhos? Hoje existem grupos de trabalho, como funciona?
7. Como começou a organização em associação? Como funciona a associação?
8. Existem critérios para participar da associação?
9. Algum membro já saiu da associação? Por quais motivos?
10. Existe um caderno de normas e valores?
11. Existem sanções para punir a falta de atenção as normas?
12. Existe alguma regra que não é estabelecida formalmente, mas que todos respeitam?
13. Existe uma frequência das reuniões, assembleias em geral? Como funciona?
14. Já aconteceu conflitos durante reuniões? Houve uma resolução? Se sim, como foi resolvido?
15. Em algum momento já houve conflitos de interesse entre o município e a Acolhida? Se sim, houve uma resolução? Como ficou?
16. Na sua opinião, quais fatores têm sido fundamentais para o desenvolvimento da Acolhida? Pode dividir em momentos, no começo, no meio, hoje, por exemplo.
17. Quais atrativos/atributos turísticos existiam no começo da Acolhida? Houve mudanças dos atrativos/atributos turísticos do começo até hoje? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
18. No começo das atividades turísticas quais tipos de canais de divulgação (redes sociais, boca-a-boca, site de prefeitura, agências etc., participação de feiras, eventos) eram utilizados para divulgar a iniciativa? Hoje como é feito? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
19. Na sua opinião, o preço atrai os visitantes? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
20. Como é a organização para receber visitantes? Há períodos que não recebem visitantes? Já houve problemas por conta disso com os visitantes? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
21. As decisões da comunidade são coletivas? Como funcionam?
22. Existia alguma liderança forte (alguém importante que motivou todos) no começo da organização de vocês? Hoje continua a mesma coisa ou a liderança mudou?
23. No começo foi buscado formações e informações sobre o turismo? Ainda hoje a comunidade demanda formações ou as formações acontecem sem uma demanda específica?
24. No começo a comunidade tinha noção dos benefícios a longo prazo e impactos negativos? Quem entra hoje tem essa noção? Os benefícios são justos na sua opinião?

25. Quem são hoje os parceiros da Acolhida? Como eles ajudam? Em algum momento já houve conflitos de interesse com algum desses parceiros?
26. A acolhida na Colônia está envolvida em alguma rede regional ou nacional? Por exemplo, que reivindica melhorias como por exemplo criação de leis, infraestrutura? Quais redes? O que motivou a participação das redes? Qual seu papel na rede? Se sim, essa participação em redes ocasiona por exemplo algum benefício? Diminuição de custos, compartilhamento de recursos (ideias, informações, site, rede social, etc.).
27. Como o diálogo dentro das redes é estabelecido?

## **APÊNDICE E**

### **Roteiro de entrevista para parceiros**

1. Na sua opinião o que é o turismo de base comunitária que a Acolhida desenvolve? Voce vê diferenças com outras formas de se fazer turismo?
2. Na sua opinião, quais as principais dificuldades demandadas da Acolhida no começo? E quais as principais dificuldades hoje?
3. Existia alguma liderança forte (alguém importante que motivou todos) no começo e que representava a Acolhida junto ao município? Hoje continua as mesmas pessoas ou essa liderança mudou do seu ponto de vista?
4. Quem decidiu o tipo de turismo a ser desenvolvido aqui? O município ajudou nessa decisão?
5. No começo quem conduziu todo o processo (a comunidade, ou o município por exemplo)? Hoje quem conduz?
6. Na sua opinião, quais fatores têm sido importantes para o desenvolvimento da Acolhida?
7. O município participa de alguma tomada de decisão da Acolhida? Participa de reuniões?
8. Qual seu papel como representante do governo (ou da esfera privada) para a Acolhida na Colônia? Por exemplo, como ajudam a comunidade? (formações, divulgação, elaboração de projetos, financiamento, etc.)
9. Existem conflitos pelo uso da terra? Se sim, quando começou e como foi/está sendo resolvido? Existem conflitos com a exploração de recursos ambientais? Se sim, quando começou e como foi/está sendo resolvido?
10. Em algum momento já houve conflitos de interesse entre o município e a Acolhida? Se sim, houve uma resolução? Como ficou?
11. No começo das atividades turísticas existia acesso aos serviços básicos (água potável, energia, sistema de esgoto)? Houve alguma melhoria desses serviços ao longo do tempo? Se sim quando? Se houve melhoria foi devido ao turismo? Na sua opinião, esses serviços básicos afetam e/ou afetaram o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
12. No começo das atividades turísticas existiam estradas de acesso de qualidade minimamente aceitável? A estrada possuía sinalização de acesso as iniciativas turísticas? Houve alguma melhoria nos acessos? Se sim, você acredita que foi devido ao turismo? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
13. No começo das atividades turísticas possuíam sinal de rede telefônica? Sinal de 3G/4G ou Wi-fi? Houve alguma melhoria desses serviços? Se sim, você acredita que foi devido ao turismo? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
14. No começo das atividades turísticas existia transportes públicos para acessar as iniciativas? Era caro para chegar até as iniciativas? Houve alguma melhoria desses serviços? Se sim, você acredita que foi devido ao turismo? Na sua opinião, hoje o preço cobrado pelo deslocamento é justo? Isso afetou o desenvolvimento das atividades turísticas em algum momento?
15. Na sua opinião, a Acolhida na Colônia trouxe algum benefício para o município?

## APÊNDICE F



### TCLE Coleta de dados presencial

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: CICLO DE VIDA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E CAPITAL SOCIAL que está sob a responsabilidade da pesquisadora Luana de Oliveira Alves, com endereço em Residencial Taquari Quadra E Casa 01, CEP 64057-021, Teresina- Piauí – Telefone: (86) 99958-1623 e e-mail: luana.oliveiraa@ufpe.br sob a orientação de Carla Regina Pasa Gómez Telefone: (81) 99227-0881 e-mail carla.gomez@ufpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “Aceito participar da pesquisa” no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- A pesquisa tem como objetivo propor um modelo que integre o capital social ao ciclo de vida do Turismo de base comunitária (TBC) e sua participação consistirá em uma entrevista sobre o TBC que terá duração média de 2h. A entrevista será totalmente presencial em que será solicitado sua autorização para gravação.
- As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos e publicações técnicas - científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. As informações obtidas estarão sob absoluto sigilo e serão armazenados por no mínimo por 5 (cinco) anos, sob a guarda do pesquisador responsável.
- Informamos que neste trabalho não há benefícios diretos, entretanto, como benefícios indiretos, as informações prestadas pelo (a) senhor (a) poderão contribuir para fortalecer as experiências turísticas de TBC, além da própria literatura sobre o tema que ainda há muito o que ser explorada.
- O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de despesas). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

---

(Assinatura do Pesquisador)

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: CICLO DE VIDA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E CAPITAL SOCIAL , como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

( ) Aceito Participar da pesquisa

Data: \_\_\_\_\_

( ) Não aceito participar da pesquisa

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_